

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

Márcio Maltarolli Quidá

**Do Embate Semântico ao Desafio da Práxis: a Política
Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a
Agricultura Familiar e Reforma Agrária**



NITERÓI, RJ
2019



MÁRCIO MALTAROLLI QUIDÁ

**DO EMBATE SEMÂNTICO AO DESAFIO DA PRÁXIS: A POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A
AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Política Social.

Área de concentração: Avaliação de Políticas Sociais

Linha de Pesquisa: Avaliação de Programas e Projetos Governamentais e não Governamentais,

Orientador: Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

Q6e Quidá, Márcio Maltarolli
Do Embate Semântico ao Desafio da Práxis : A Política e o
Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
para Agricultura Familiar e Reforma Agrária / Márcio
Maltarolli Quidá ; Adilson Vaz Cabral Filho, orientador.
Niterói, 2019.
243 f. : il.

Niterói, 2019.

1. Extensão Rural. 2. Comunicações. 3. Semântica. 4.
Práxis. 5. Produção intelectual. I. Vaz Cabral Filho,
Adilson, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
III. Título.

CDD -

FOLHA DE AVALIAÇÃO

QUIDÁ, Márcio Maltarolli. **Do embate semântico ao desafio da práxis:** A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Política Social) - Escola de Serviço Social- Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Adilson Vaz Cabral Filho (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Luci Faria Pinheiro
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Pablo Nabarrete Bastos
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Sérgio Pedini
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Prof. Dr. Celso Antônio Spaggiari Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Dedico este trabalho:

À Adriana, Giulia e Laura, meus amores

Saussure diria que a palavra amor, como todas as outras, é um signo linguístico artificial
E que há arbitrariedade entre o signo e seu referente na realidade
Pois razão concreta não há entre significante e significado

Em morfologia, amor é substantivo abstrato

Na análise das suas relações associativas, como Bally propôs, o amor é permitido também aos
que dele se arrogam para fazer o mal, àqueles que estorvam a governança dos corpos, os que
dizem que as minorias devem se submeter a vontade das majorias

Mas o amor que eu sinto por vocês não é arbitrário, nem abstrato, muito menos cruel

É maior do que a imagem acústica e o conceito
É maior do que o alcance de qualquer conotação
É um amor que não cabe no léxico
É um amor que signo nenhum desvela

Na falta de definição competente, sigo com Théophile Gautier
“Amar é admirar com o coração. Admirar é amar com o cérebro”

AGRADECIMENTOS

Ao Estado brasileiro, ente maior do que qualquer governo, por ter proporcionado, através de políticas sociais, minha formação. Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, pela legitimação dos direitos conquistados e pelo apoio em todas as fases deste trabalho. Continuaremos reivindicando sua unicidade, em atitude contrária aos que desejam sua fragmentação; e seu caráter laico, público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada.

À Universidade Federal Fluminense, especialmente ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, à Coordenadora Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato e todo corpo docente e administrativo, pela acolhida transformadora da minha práxis.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, especialmente aos queridos docentes do curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas, Ana Maria Dantas Soares, Tarci Gomes Parajara e Lia Maria Teixeira de Oliveira. Com vocês aprendi a dimensão da do-discência, o encontro dos sujeitos cognoscentes mediatizados pelo mundo, em seu viés ontológico.

Ao pai Juarez, mãe 1 Célia (*in memorian*), mãe 2 Elzimar, sogro Donizetti (pai 2) e sogra Dircélia (mãe 3). Por todo o amor recíproco que cultivamos!

Ao querido orientador Adilson Vaz Cabral Filho, companheiro de todas as horas e lugares, pela sabedoria ao agir e, principalmente, por saber o momento certo de agir. Por suas palavras reconfortantes nos momentos necessários e pelas valorosas contribuições ao meu itinerário formativo. Sem qualquer um desses elementos, não teria chegado até aqui.

Aos colegas Celso Spaggiari e Sérgio Pedini. Com o primeiro reforcei minhas convicções sobre a práxis problematizadora, dialógica e afetiva. Com o segundo, aprendi que é possível transformar a vida das pessoas pela educação. Obrigado por fazerem parte de um momento tão importante da minha trajetória. Agradecimento que estendo (na função denotativa da palavra estender, sem qualquer rancor semântico) aos Professores Luciene Burlandy Campos de Alcântara, que me transportou da Lua para a Terra durante a banca de qualificação, e Luci Faria Pinheiro. Foi muito apazível na reta final a descoberta da sua proximidade acadêmica com o universo desta pesquisa.

Ao Diretor Administrativo da ANATER, Ricardo Peres Demicheli; ao Diretor do DATER/SAF/SEAD/Casa Civil, Rodrigo Puccini Venturin e ao Presidente da EMATER-MG e Vice-presidente da ASBRAER, Glênio Martins de Lima Mariano; por terem dedicado parte do seu dia de trabalho às entrevistas que subsidiaram esta Tese. Todos ocupavam seus postos em 2018, onde não estão mais. Prova incontestável de que existe um grande hiato entre políticas

de Estado e políticas de governo no Brasil. Do mesmo modo, agradeço pelas entrevistas da Gerente da Divisão de Programas Especiais, Mariza Flores; do Coordenador Técnico Estadual de Metodologia de Extensão Rural, Ademar Pires e do Gerente Regional da Unidade Regional de Guaxupé, Willem Guilherme de Araújo; e aos 25 (vinte e cinco) extensionistas da unidade que dedicaram tempo e paciência para responderem ao questionário desta pesquisa, permitindo assim o alcance da população; todos da EMATER-MG.

Aos “Psicometristas Brasil” no facebook e no youtube, pelo apoio e paciência extremada com minhas dúvidas estatísticas tão elementares.

Especialmente agradeço à Tia Zulmira, que um dia me disse que “pobre não estuda”. Foi um combustível e tanto nesta longa jornada!

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática” (FREIRE, 1996, p.61).

“A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade” (FREIRE, 1996, p. 25).

“Seria uma ingenuidade [...] esperar que as classes dominantes ponham em prática ou sequer estimulem uma forma de ação que ajude as classes dominadas a assumir-se como tais” (FREIRE, 1970, p. 113).

“Aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela. Este sim, é o trabalho autêntico do agrônomo como educador, do agrônomo como especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza. (...) não lhe cabe persuadir nem fazer dos camponeses o papel em branco da sua propaganda” (FREIRE, 2006, p.24).

RESUMO

Esta tese busca analisar as interfaces entre a produção intelectual da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e a produção material, objetivada no contorno geográfico dos municípios atendidos pela Unidade Regional de Guaxupé da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), especialmente no referente ao embate semântico, isto é, as controvérsias associadas ao uso corrente do vocábulo “extensão” para designar o processo, a instituição e a política, e suas interconexões com o desafio da práxis, na perspectiva freiriana, do sujeito que vai da teoria à prática e de sua prática chega a nova teoria. Em suma, empreende-se a análise do processo comunicacional, confrontando os aspectos normativos, sobretudo pedagógicos da política, não consonantes com sua própria denominação, vis-à-vis as opiniões, o conhecimento e as ações dos gestores nacionais, estaduais, regional e dos extensionistas. O estudo pautou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A dimensão bibliográfica se orientou pela abordagem predominante na literatura especializada sobre política social, comunicações e extensão rural, integrando estudos da história e análise das políticas; da comunicação dialógica; da práxis e do ethos extensionista. A pesquisa documental permitiu a elucidação das lacunas, em particular da esfera local e regional de implementação da política em tela. A pesquisa de campo compreendeu a realização de entrevistas com dimensão semiestruturada, direcionadas aos gestores da política no âmbito federal, estadual e regional. Na esfera local, questionários foram enviados e respondidos pela totalidade dos vinte e cinco extensionistas, distribuídos nos vinte e quatro escritórios locais vinculados a unidade regional. As entrevistas e os questionários abordaram, relativamente a competência de cada esfera, sobre aparato e cultura institucional e principalmente sobre o viés pedagógico da PNATER e suas repercussões diretas sobre o processo comunicacional. A análise desenvolvida permitiu identificar a imaturidade dos processos de ressignificação e interiorização de saberes oriundos da política e uma relativa invisibilidade do seu alcance para os sujeitos diretamente envolvidos nas dinâmicas da implementação, em decorrência do legado das políticas prévias; do interregno na implementação da política, fruto da mudança de rumos experimentada no início da década de 2010 e das restrições orçamentárias, que resultaram na descontinuidade dos processos formativos no âmbito federal e local.

Palavras-chave: PNATER, comunicação rural, semântica, práxis.

ABSTRACT

This thesis seeks to analyze the interfaces between the intellectual production of the Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) and the material production, objectified in the geographical outline of the municipalities served by the Guaxupé Regional Unit of the Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), especially regarding the semantic clash, that is, the controversies associated with the current use of the term "extension" to designate the process, institution and politics, and their interconnections with the challenge from the praxis, from the Freirean perspective, the subject goes from theory to practice and from his practice comes the new theory. In short, the analysis of the communication process is undertaken, confronting the normative, mainly pedagogical aspects of politics, not consonant with its own denomination, vis-à-vis the opinions, knowledge and actions of national, state, regional and local managers. of extension workers. The study was based on bibliographic, documentary and field research. The bibliographic dimension was guided by the predominant approach in the specialized literature on social policy, communications and rural extension, integrating studies of history and analysis of policies; of dialogic communication; the praxis and the extensionist ethos. The documentary research allowed to elucidate the gaps, in particular of the local and regional sphere of implementation of the politics in screen. The field research comprised interviews with a semi-structured dimension, aimed at policy managers at the federal, state and regional levels. At the local level, questionnaires were sent and answered by all twenty-five extensionists, distributed in the twenty-four local offices linked to the regional unit. The interviews and the questionnaires dealt, with respect to the competence of each sphere, on institutional apparatus and culture and especially on the pedagogical bias of PNATER and its direct repercussions on the communicational process. The analysis allowed us to identify the immaturity of the processes of re-signification and internalization of knowledge derived from politics and a relative invisibility of its reach to the subjects directly involved in the dynamics of the implementation, due to the legacy of the previous policies; of the interregnum in the implementation of the policy, as a result of the change of course experienced in the beginning of the decade of 2010 and the budgetary restrictions, which resulted in the discontinuation of the training processes at the federal and local levels.

Key-words: PNATER, rural communication, semantics, praxis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (1956-1962).....	42
Tabela 2. Evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (1963-1975)	45
Tabela 3. Evolução do orçamento destinado ao crédito rural para agricultura familiar e agricultura empresarial.....	52
Tabela 4. Servidores alocados nas sedes e nas unidades de serviços de ATER.....	87
Tabela 5. Fontes de receita da EMATER-MG.....	91
Tabela 6. Despesas da União com ATER (2003-2013), em milhões de reais.....	97
Tabela 7. Despesas da União com ATER (2014-2018), em reais.....	98
Tabela 8. Público beneficiado pela PNATER (2003-2009).....	102
Tabela 9. Execução física da PNATER (2010-2017).....	103
Tabela 10. Níveis de opinião em uma Escala Likert de cinco níveis.....	175
Tabela 11. Síntese dos resultados da dimensão “aparato e cultura institucional”	179
Tabela 12. Síntese dos resultados da dimensão “PNATER/PRONATER”	184
Tabela 13. Síntese dos resultados da dimensão “MEXPAR”	188
Tabela 14. Síntese dos resultados da dimensão “do embate semântico ao desafio da práxis” ..	191
Tabela 15. Síntese dos resultados da dimensão “do embate semântico ao desafio da práxis” (por ano de ingresso na EMATER-MG).....	196
Tabela 16. Níveis de utilização das técnicas previstas na MEXPAR.....	197
Tabela 17. Síntese dos resultados da dimensão “técnicas MEXPAR”	198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (1948-1974).....	43
Quadro 2. Órgãos federais responsáveis pela coordenação da política de Extensão Rural (1990-2003).....	49
Quadro 3. Modelos de extensão rural.....	54
Quadro 4. Subprogramas do PRONATER e suas metas.....	72
Quadro 5. Organizações públicas estaduais de ATER.....	89
Quadro 6. Campos associativos da extensão.....	114
Quadro 7. Educação bancária versus educação problematizadora.....	120
Quadro 8. Teorias da ação em Paulo Freire.....	122
Quadro 9. Classificação brasileira dos recursos audiovisuais.....	148
Quadro 10. Síntese do processo metodológico: momentos, passos e procedimentos.....	152
Quadro 11. Técnicas previstas na MEXPAR.....	157
Quadro 11.1. Calendário sazonal.....	157
Quadro 11.2. Caminhada.....	158
Quadro 11.3. Caminhada transversal.....	158
Quadro 11.4. Descoberta técnica.....	159
Quadro 11.5. Dia de campo.....	160
Quadro 11.6. Diagnóstico participativo por campo.....	161
Quadro 11.6.1. Matriz do diagnóstico participativo por campo.....	161
Quadro 11.6.2. Matriz de interpretação analítica.....	161
Quadro 11.7. Diagrama de Venn.....	162
Quadro 11.8. Eleição de prioridades.....	163
Quadro 11.9. Hierarquização por frequência.....	164
Quadro 11.9.1. Matriz de hierarquização por frequência.....	164
Quadro 11.9.2. Resultados de hierarquização por frequência.....	164
Quadro 11.10. Entrevista estruturada.....	165
Quadro 11.11. Entrevista semiestruturada.....	165
Quadro 11.12. Excursão.....	166
Quadro 11.13. Linha do tempo.....	167
Quadro 11.14. Mapeamento participativo.....	167
Quadro 11.15. Oficinas.....	168
Quadro 11.16. Painel de visualização.....	168

Quadro 11.17. Reunião problematizadora.....	169
Quadro 11.18. Semana especial.....	170
Quadro 11.18.1. Matriz de planejamento da semana especial.....	170
Quadro 11.19. Tempestade de ideias.....	170
Quadro 11.20. Unidades de experimentação.....	171
Quadro 12. ESLOCs e extensionistas da UREGI Guaxupé.....	176
Quadro 13. Relação de entrevistados na pesquisa e órgãos de origem.....	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Jeep utilizado pela ACAR-MG no início da década de 1950.....	40
Figura 2. Supervisores da ACAR em atividade.....	41
Figura 3. Organizações públicas estaduais de ATER.....	88
Figura 4. Organograma do CEDRAF-MG.....	92
Figura 5. Localização das UREGIs da EMATER-MG.....	94
Figura 6. ESLOCs e municípios da UREGI Guaxupé.....	95
Figura 7. Representação do signo linguístico de Saussure.....	111
Figura 8. Significante, significado e seus correspondentes.....	112
Figura 9. A espiral do conhecimento de Jean Piaget.....	130
Figura 10. Momentos da MEXPAR.....	151
Figura 11. Calendário sazonal.....	157
Figura 12. Caminhada transversal.....	159
Figura 13. Diagrama de Venn.....	163
Figura 14. Painel da eleição de prioridades.....	163

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Servidores alocados nas sedes e nas unidades de serviços de ATER.....	87
Gráfico 2. Fontes de receita da EMATER-MG.....	91
Gráfico 3. Evolução orçamentária dos valores empenhados na PNATER (2003-2018).....	99
Gráfico 4. Número de agentes de ATER formados diretamente pelo DATER (2003-2009)....	101

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

AGERP = Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão

AGRAER - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul

AIA - *American International Association for Economic and Social Development* ou Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, em tradução literal.

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural

BES – Extensionista de Bem-estar Social

CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do estado de São Paulo

CEDRAF - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEF – Caixa Econômica Federal

CFR – Casas Familiares Rurais

CGU - Controladoria Geral da União

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNATER – Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

CRO – Crédito Rural Orientado

CRS – Crédito Rural Supervisionado

DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF

DAS - Cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DIER - Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural

DRP – Diagnóstico Rural Participativo

EAGRO – Extensionista Agropecuário

EFA – Escola Família Agrícola

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMDRAGO - Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

EMPAER - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária ou Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural S. A.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

ESLOC – Escritório Local

FASER - Federação dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil

FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FONATER - Fórum Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

FIDA - Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

GERA - Grupo Executivo da Reforma Agrária

GTZ - Agência de Cooperação Alemã

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IBEC - *International Basic Economy Corporation* ou Corporação Internacional de Economia Básica, em tradução literal.

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPA – Instituto Agrônomo de Pernambuco

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Atual

M₀ - Moda

MAA - Ministério da Agricultura e do Abastecimento

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MARA - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MAARA - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária

M_d - Mediana

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MEXPAR - Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPF – Ministério Público Federal

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MSC - Movimentos Sociais e Sindicais do Campo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

OGU – Orçamento Geral da União

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCT – Povos e Comunidades Tradicionais

PDHC - Projeto Dom Helder Câmara

PEATER – Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

PEDRS - Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMDRS - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (versão 2004) e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (versão 2010)

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPA – Plano Plurianual

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PT – Partido dos Trabalhadores

RDA - Receita Diretamente Arrecadada

RGPS - Regime Geral da Previdência Social

RPPS - Regime Próprio de Previdência Social

RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural de Tocantins

RURAP - Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SARC - Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SGA - Sistema de Gestão de Assistência Técnica e Extensão Rural

SIATER - Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural.

SIBER - Sistema Brasileiro de Extensão Rural (1956-1974)

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (1974-1990) e Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (2005-atualidade)

SINTER-MG - Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

SMP – Salário Mínimo Profissional

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

SUPRA - Superintendência de Política Agrária

TCE - Tribunal de Contas do Estado

TCU – Tribunal de Contas da União

UDN - União Democrática Nacional

UnB – Universidade de Brasília

UREGI – Unidade Regional

VBP – Valor Bruto de Produção

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

CAPÍTULO 1

CARIDADE, MERITOCRACIA E REDISTRIBUIÇÃO: A TRÍADE HISTÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL E DA EXTENSÃO RURAL.....	32
1.1. Humanismo-assistencialista: a face caritativa da extensão rural.	36
1.2. O difusionismo-produtivista: a meritocracia extensionista.....	43
1.3. O humanismo-crítico: a política redistributiva na extensão rural.	47
1.4. Política social e a política de extensão rural	54

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA ..	57
2.1. As fases da PNATER.....	63
2.1.1. Primeira fase: a gênese de uma nova ATER	64
2.1.2. Segunda fase: organização e estruturação do sistema descentralizado	71
2.1.3. Terceira fase: mudança de rumos.....	76
2.2. O sistema descentralizado de ATER.....	83
2.2.1. Esfera federal.....	84
2.2.2. Esfera estadual.....	88
2.2.3. Esfera regional.....	93
2.2.4. Esfera local.....	94
2.3. A PNATER em números	97
2.3.1. Execução financeira	97
2.3.2. Execução física.....	100

CAPÍTULO 3

COMUNICAÇÕES RURAIS: DO EMBATE SEMÂNTICO AO DESAFIO DA PRÁXIS	104
3.1. A semântica e a práxis da extensão.....	109
3.1.1. A semântica	110
3.1.2. A práxis	115
3.1.3. A semântica e a práxis.....	122
3.2. Os princípios teóricos da MEXPAR	128
3.2.1. Jean Piaget e a epistemologia genética	129
3.2.2. Pedro Demo e a didática do aprender a aprender	133
3.2.3. Paulo Freire e a ação educativa	134

CAPÍTULO 4

A NOVA PEDAGOGIA DE ATER E A METODOLOGIA PARTICIPATIVA	141
4.1. Definições e classificações	143
4.2. A metodologia.....	149
4.3. As técnicas	156

CAPÍTULO 5

INTERFACES ENTRE PRODUÇÃO INTELECTUAL E MATERIAL: OS EFEITOS DA PNATER/PRONATER EM FACE DA AÇÃO EXTENSIONISTA.....	173
5.1. A PNATER e os extensionistas rurais	174
5.1.1. Os extensionistas locais.....	176
5.1.2. Aparato e cultura institucional	178
5.1.3. A PNATER e o PRONATER.....	183
5.1.4. MEXPAR	187
5.1.5. Do embate semântico ao desafio da práxis	191
5.1.6. Técnicas MEXPAR	197
5.2. A PNATER e os gestores.....	199
5.2.1. Sobre as condições exordiais da política.....	201
5.2.2. Sobre o processo comunicacional, essência da nova pedagogia de ATER.....	209
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223
APÊNDICES	231

INTRODUÇÃO

À diferença das formigas e térmitas, o homem moderno¹ não surgiu como espécie cultivadora e criadora. De forma análoga aos hominídeos ancestrais, sobreviveram em pequenos grupos nômades nos quais os alimentos eram obtidos através da caça e coleta. Quando há menos de 10 mil anos, no período neolítico, o homem começou a praticar o cultivo e a criação, não havia na natureza espécies domesticadas ao mesmo tempo em que os humanos não eram dotados de ferramentas anatômicas especializadas, nem sequer de um modo de vida geneticamente programado que lhe permitisse, desde a origem, uma interferência vigorosa no meio ambiente. Do mesmo modo, não eram dotados de saberes inatos sobre a arte e técnica de praticar a agricultura. A hominização — evolução biológica, técnica e cultural dos *Australopithecus* até o *Homo sapiens sapiens* — possibilitou à espécie acumular conhecimentos e habilidades suficientemente capazes de permitir a livre elaboração de sistemas de cultivo e criação capazes de domesticar as espécies e também de construir instrumentos diversos, cada vez mais sofisticados e adaptáveis aos diversos ecossistemas do planeta. No neolítico, a propagação desses conhecimentos resultou da colonização progressiva por sociedades agrárias oriundas dos centros irradiantes para territórios vazios ou ocupados por caçadores-coletores e pela transmissão gradativa de instrumentos, habilidades e técnicas às sociedades pré-existentes (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Desse modo, torna-se indubitável afirmar, por efeito da hipótese evolucionista, que os precursores biológicos de uma nova espécie de hominídeos são necessariamente herdeiros técnicos e culturais da espécie precedente. Não obstante, no decurso do processo de hominização, cada nova geração do homem moderno foi impulsionada técnico e culturalmente pelas gerações antecessoras. O acúmulo intergeracional decorrente proporcionou evolução acentuada dos sistemas de cultivo. Da derrubada-queimada praticada desde o neolítico ao desenvolvimento das grandes sociedades agrárias dos Indus, da Mesopotâmia e do Nilo com seus sofisticados cultivos de vazante e irrigados. Mais tarde, entre 1000 A.C. e 1000 D.C, do advento dos sistemas hidráulicos de rizicultura de várzea dos vales e deltas da China, Índia e do sudeste asiático à revolução agrícola da Idade Média, dos séculos XI ao XIII, marcada pelo desenvolvimento dos sistemas de cultivos com pousio e tração pesada. Desta, à revolução agrícola contemporânea dos Séculos XIX e XX, caracterizada pela motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção e especialização (Idem, 2010). Num processo ininterrupto,

¹ *Homo sapiens sapiens*, de origem recente na Terra, há apenas 50.000 ou 200.000 anos, segundo teorias diversas.

transcorridas quase duas décadas do Século XXI, a agropecuária atual acomoda inovações tecnológicas surpreendentes, tais como agricultura de precisão, biotecnologia, internet das coisas, drones, sensores de monitoramento e fazendas urbanas; ao mesmo tempo em que parcela substantiva da população rural mundial ainda pratica a agricultura de subsistência não tecnificada.

As revoluções agrícolas da idade média e contemporânea estabeleceram a linha divisória de acesso as inovações tecnológicas. O advento dos transportes a vapor e mais tarde, o de combustão, resultaram na unificação dos mercados e a submissão ampliada à lógica da oferta e procura. Os ganhos de produtividade oriundos da revolução contemporânea foram tão expressivos que resultaram em diminuição generalizada de preços, aumentando o hiato de renda entre a agricultura manual e a motorizada/mecanizada. Por conseguinte, centenas de milhares de propriedades camponesas dos países em desenvolvimento foram mergulhadas na crise, eliminadas e incorporadas por outras maiores; fomentando o êxodo agrícola e o recrudescimento da pobreza rural e urbana.

No Brasil, os impactos decorrentes foram constatados com maior ênfase das décadas de 1960 e 1970, quando as macrodefinições políticas do Estado se voltaram para o fortalecimento do latifúndio produtivo. A opção do Estado brasileiro pela “modernização conservadora” ambicionou o incremento da produção agrícola e industrial e a superação do “atraso” no meio rural. A expansão capitalista decorrente deste processo proporcionou substanciais modificações no ordenamento agrário, participando ativamente da fundação do que hoje conhecemos como agronegócio².

Em processos não institucionalizados, a troca de conhecimentos e habilidades técnicas seguiu o seu decurso até a revolução agrícola contemporânea. Em grande parte dos países, segundo Rivera e Cary (1997), a origem dos serviços formais organizados pelos Estados para promover a “ponte” entre a pesquisa agropecuária e o setor produtivo ocorreram nas décadas de 1950 e 1960, inaugurando assim a extensão rural como instituição formal, a despeito das ações existentes desde a segunda metade do Século XIX nas universidades inglesas.

² Esta terminologia foi inicialmente utilizada no Brasil na década de 1980 sob a égide da ciência administrativa, com acepção delimitada às operações realizadas no complexo agroindustrial em seus elos antes, dentro e após a porteira. Nessa perspectiva, a definição tem abrangência para incorporar na mesma categoria pequenos, médios e grandes produtores, independentemente da situação de posse e uso da terra. Contudo, no Brasil, a expressão – no sentido que será considerado nesta tese – é atualmente utilizada no campo da sociologia rural para designar a versão contemporânea do capitalismo no campo, caracterizada pelo monocultivo, uso de tecnologia avançada e pouca mão de obra, com produção voltada principalmente ao mercado externo ou produção de matéria prima para as indústrias. Dessa maneira, o agronegócio enquanto categoria de análise contrasta à definição de agricultura familiar em todos os aspectos.

No Brasil, a política de extensão rural teve origem institucional em 1948, em Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coincidindo com a entrada de serviços congêneres em toda América Latina (RIBEIRO, 2000; DIAS *et al*, 2008). Nas décadas ulteriores a sua origem, passou por crises e reformas que acompanharam as transformações da ordem política-institucional brasileira, modificando os padrões do aparato estatal e sua ligação às políticas de modernização técnica da agropecuária mundial. Deste longo percurso, cabe destacar que em 2003 o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) pertencente à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assumiu as prerrogativas de estrutura central para coordenar os serviços dos órgãos estaduais, publicando no ano seguinte, a primeira versão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), após amplos debates com a sociedade civil. Desde sua origem, a PNATER orienta a adoção de enfoques metodológicos participativos, do paradigma tecnológico da agroecologia e da valorização do conhecimento nativo, também conceituado como tradicional ou local (DIAS *et al*, 2008). Resultante de demandas históricas dos movimentos sociais campestinos, represadas por décadas, e da percepção generalizada das consequências da modernização conservadora.

Nos três anos que sucederam a implementação da política, convênios e contratos foram firmados com centenas de entidades, com destaque para as 27 organizações públicas estaduais, baseados nas diretrizes da PNATER. No período, diversos eventos de capacitação foram realizados e o orçamento federal destinado à extensão rural cresceu doze vezes (CAPORAL, RAMOS, 2006). Em 2010, passou a ser a Lei Federal nº 12.188, também responsável por consolidar o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), principal instrumento de implementação da política. Nessa nova versão, às entidades e aos órgãos públicos e oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) continuaram a ser priorizados na captação de recursos. Para participar das chamadas públicas, que surgiram em substituição aos convênios do decreto originário, as unidades da federação firmavam termo de adesão com o respectivo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Os objetos contratados eram definidos pelo MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quando se tratava de beneficiários da reforma agrária. Entre 2016 e 2018, a SAF se tornou subsecretaria da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), ligada à Casa Civil do Governo Federal.

Para se adequar ao regramento vigente, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG) constituiu em 2004 equipe multidisciplinar das

diversas regiões do estado para refletir sobre o processo metodológico da ação extensionista e propor a sua reelaboração frente aos paradigmas da PNATER. Neste processo, construiu-se a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR) para servir de referência teórica, metodológica e técnica da ação extensionista (RUAS *et al*, 2006). Os novos referenciais incorporados foram influenciados teoricamente pelo construtivismo de Jean Piaget, pela ação educativa de Paulo Freire e pela didática do aprender a aprender de Pedro Demo, resultando nos conceitos e teorias didático-pedagógicas necessárias para preconizar o rompimento com a postura tecnicista e instaurar o alinhamento necessário com a política nacional, permitindo assim a obtenção dos recursos financeiros do governo federal. Em síntese, o DATER/SAF e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), instituída pelo Decreto 8.252/2014, participam da coordenação, estabelecimento de diretrizes, multiplicação de formadores e financiamento parcial das atividades, enquanto as instituições signatárias adotam os princípios e atuam diretamente nas dinâmicas sociais.

Em sua recente trajetória institucional, a extensão rural enquanto política pública associou-se permanentemente a disputas sobre sua percepção enquanto categoria de análise e em sua prática concreta, trazendo dificuldades para defini-la em todas as suas nuances, uma vez que historicamente perseguiu objetivos consentâneos com a noção de desenvolvimento vigente nos governos. Assentes sobre esta complexidade, confrontam-se uma miríade de definições. Na década de 1960, a recém-criada Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) definiu extensão rural como um processo de trabalho cooperativo, baseado nos princípios educacionais, que tinha por fim levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar seus hábitos e atitudes de família, nos aspectos técnicos, econômico e social, possibilitando-lhes maior produção e melhor produtividade, elevando-lhes a renda e melhorando seu nível de vida (ABCAR, 1966 *apud* QUEDA, 1991).

A definição de Rodrigues (1997, p. 120) sobreleva os objetivos da política:

Por política de extensão rural entende-se uma das modalidades de política agrícola acionadas pelo poder público para intervir no meio rural, visando ao atingimento de objetivos cuja ênfase tem variado historicamente, mas sempre estão voltados para aspectos econômicos, visando ao aumento da produção e produtividade agropecuárias e para o bem-estar social das famílias e comunidades rurais, expresso, este último, em metas associadas à melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e organização da população rural.

Peixoto (2008) sugere uma conceituação mais abrangente ao apresentar a extensão rural como “processo”, “instituição” e “política” e; do mesmo modo, ao empreender esforços

para abranger compreensões situadas em momentos históricos distintos. Para o autor, a extensão rural como processo, no sentido literal, significa o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao público rural. Ou, em um sentido contemporâneo e divergente ao primeiro, a extensão rural é assimilada como ação educativa de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam eles técnicos ou não. Ainda como processo, o autor diferencia a extensão rural da assistência técnica pelo fato de a última não possuir caráter educativo, propondo-se somente a elucidação e resolução de problemas específicos e imediatos pela ação do extensionista.

Como instituição, a extensão rural refere-se às organizações estatais prestadoras de serviços de ATER, atualmente presentes em todas as unidades da federação. Ainda segundo o autor, a extensão rural também pode ser compreendida como política pública, formuladas por governos municipais, estaduais ou federais, por meio da legislação ou programas, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Indiscutivelmente, as ideias do educador Paulo Freire, escritas em seu exílio no Chile durante a proximidade experimentada com os camponeses no processo de reforma agrária iniciada em 1968 naquele país e divulgadas em “Extensão ou comunicação?” (FREIRE, 2006), tornaram o patrono da educação brasileira o principal indutor intelectual da atual política pública de ATER no Brasil. No livro, Freire promove análise semântica da palavra extensão para propor a ruptura com seu significado/significante e sua substituição pelo termo comunicação, em sua acepção dialógica. Partindo da teoria dos campos linguísticos de Trier, no qual as palavras se encontram em relação estrutural de dependência uma com as outras e da concepção de campos associativos de Bally, onde se estabelecem relações associativas que se desdobram entre os campos significativos de cada termo, o autor depreende que a “extensão” praticada pelo extensionista rural denota transmissão, messianismo por parte de quem estende, superioridade por parte de quem entrega, inferioridade dos que recebem, mecanicismo na ação de quem estende *etc.* Para o autor, extensão rural significa estender conhecimentos e técnicas agrícolas a alguém que não as possui. Portanto, só teria sentido se considerássemos a educação como prática de domesticação, ou de invasão cultural, em atitude contrária ao diálogo, base da educação libertadora.

Entre abundantes e desconformes definições, referenciadas técnica e culturalmente às orientações do Estado em contextos históricos distintos — todavia perseguindo em linhas gerais os objetivos expressos por Rodrigues (1997) — configura-se uma veemente contenda semântica no uso da expressão “extensão” com implicações diretas sobre a práxis empreendida. Ou, de maneira inversa, da práxis sobre a acepção semântica do termo, haja vista que parcela

substantiva dos profissionais da área e acadêmicos postulantes da dialógica freiriana ainda fazem uso do vocábulo³, dado o seu alto grau de enraizamento institucional. A conceituação da ABCAR, cuja elaboração remonta aos primeiros anos da institucionalização da política no Brasil no contexto da modernização conservadora, ao mesmo tempo que pressupõe o trabalho cooperativo e princípios educacionais, implica também em “levar” ensinamentos e a modificação de hábitos e atitudes da família camponesa. As duas últimas sentenças evidenciam atitude contrária ao diálogo e a substituição mecânica e acrítica dos saberes previamente existentes pela introjeção do sistema de valores do extensionista e/ou dos formuladores da política, independentemente de sua legitimidade científica e dos resultados alcançados. Em contraposição, Freire (2006) preconiza uma práxis educativa baseada na reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, para que, através do embate dialético entre ação e reflexão, ocorram mudanças na consciência humana sobre a estrutura social a qual estão imersos, permitindo uma aproximação crítica e reflexiva da realidade a ser estudada. Na oposição de sentidos apresentada por Peixoto (2008) no que tange ao processo, temos na concepção literal de extensão um processo comunicacional vertical, do extensionista que transmite um conteúdo fechado para o agricultor, que pode inclusive assimilar o conhecimento, mas sem acomodar e reelaborar devido à inobservância aos seus saberes prévios, tornando-o um dependente técnico, cultural e comportamental dos agentes externos e reproduzidor da ordem econômica e social estabelecida. Por outro lado, o viés contemporâneo — malgrado a inexistência de campo associativo equivalente na análise semântica da palavra extensão que o sustenta — compreende um processo de comunicação circular, de quem compartilha e constrói algo na perspectiva do diálogo; tendo como ponto de partida a situação concreta, a realidade e o meio existencial; e por essência, a libertação dos seres humanos das amarras que os oprimem, pois a liberdade, para Freire (1987), é concebida como fonte que alimenta e atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar validade, eficiência, utilidade e eficácia na participação livre e crítica dos educandos.

Destarte, as comunicações assumem um papel de destaque no processo político e na política de extensão rural. Das comunicações empreendidas entre os *policymakers* e os diversos níveis de implementação às comunicações desenvolvidas junto às famílias destinatárias. Não

³ Merece destaque o fato de programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado em Extensão Rural oferecidos pela Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal Rural do Pernambuco e Universidade Federal de Santa Maria; Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, promovido pela Universidade Federal de Lavras), publicações acadêmicas, a atual política nacional (PNATER) e inclusive o tripé no qual estão assentadas as instituições de ensino superior (ensino, pesquisa e extensão) ainda fazerem uso do vocábulo. A despeito da crítica apresentada, a Tese empregará as expressões “extensão” para designar a política e “extensionista” para o profissional, quando o contexto assim o exigir, haja vista a institucionalização dos termos.

obstante o papel fundamental do planejamento e da alocação racional dos recursos físicos, humanos e financeiros para o êxito da política, é fundamental afirmar, por outro lado, que não seriam meios suficientemente capazes de garanti-lo. A apropriação das ideias e objetos que constituem as políticas submetem-se aos ruídos nas comunicações, e estes, aos padrões culturais e comportamentais dos sujeitos sociais envolvidos. Este corolário é aplicável às diversas formas de políticas econômicas e sociais. Todavia, neste trabalho nos ocuparemos em aplicar a assertiva às comunicações desenvolvidas na atual política de extensão rural brasileira, intitulada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER). Dos gestores aos “extensionistas” e entre esses e os agricultores familiares destinatários das ações. Sob a égide da descentralização, alavancada pela carta magna de 1988, a política será analisada sob o viés comunicacional, do nível federal para o estadual e deste para a realidade local dos municípios atendidos pelos 24 (vinte e quatro) Escritórios Locais (ESLOC) da Unidade Regional (UREGI) de Guaxupé, pertencentes à EMATER-MG. Localizados na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, encontram na cafeicultura de montanha uma atividade de grande expressão econômica na totalidade dos municípios acolhidos, destacando-se ainda, a baixa concentração fundiária e o elevado uso de mão-de-obra nas operações de cultivo, haja vista que o relevo acidentado dificulta as operações motomecanizadas.

Este recorte foi escolhido pela dificuldade técnica de se realizar o levantamento de campo em contorno geográfico mais amplo e pela proximidade geográfica e institucional do pesquisador com o público inquirido. Privilegiou-se maior ênfase regional, mesmo considerando que as formulações se prestam apenas ao contexto circunscrito, em relação a abrangência estadual ou nacional, onde as respostas obtidas provavelmente apresentariam baixa representatividade da totalidade, por mais bem-sucedido que fosse o processo de amostragem. Não se desconsidera, a despeito de não ser objeto de estudo desta tese, as substantivas variações regionais entre as diferentes formas de implementação da política e seu legado histórico.

Transitando entre a semântica e a práxis, esta tese pretende elucidar as interfaces entre a teoria e a prática da política. Da contenda semântica evidenciada nas ambiguidades não resolvidas no uso corrente do vocábulo extensão às suas implicações na práxis. Da práxis imbuída das vicissitudes da semântica. Da práxis transformadora da *doxa* e do saber mágico, através da dialogicidade, em *logos*. Neste contexto, a questão analítica que se coloca refere-se à interface entre a produção intelectual prevista na PNATER/PRONATER – consideradas as formas de intervenção do Estado e suas macrodefinições políticas – e material, através da análise do processo comunicacional estabelecido entre gestores e extensionistas e,

principalmente, entre os extensionistas e agricultores familiares atendidos pelos ESLOCs da UREGI Guaxupé, da EMATER – MG. Pretende-se compreender as consequências do embate semântico, nas diferentes acepções da extensão e das comunicações, sobre a práxis empreendida pelos atores da política. Assim, o trabalho empreende uma análise da política social dirigida ao processo comunicacional, resultante de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o Estado e sujeitos sociais em um determinado contexto histórico e contorno geográfico.

Da teoria da política à sua prática concreta, tomam-se por hipóteses, pelo lado do aparato e da cultura institucional, que a eficiência na diluição do processo decisório e das convergências intersetoriais; a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais; a rotina de trabalho e a cultura institucional são alicerces do processo comunicacional, haja vista a imprescindibilidade dos mesmos para que os processos inicialmente se estabeleçam. Pelo viés pedagógico, as diferentes visões de mundo, a formação acadêmica pregressa, os processos formativos iniciais e continuados, o conhecimento das nuances da política, a cultura democrática, as interconexões da lógica do saber-ser e do saber-saber com o saber-fazer, e, as percepções inter, multi e transdisciplinar dos profissionais e instituições envolvidos interferem diretamente na práxis dialógica. Partindo desses pressupostos, especificamente o trabalho pretende responder às seguintes questões:

- No que concerne à descentralização da política e suas implicações diretas sobre o processo comunicacional, quais mecanismos democráticos permitem a autonomia política, a diluição do poder decisório, o envolvimento da sociedade civil e a transferência das responsabilidades administrativas entre os níveis federal, estadual e local? Existem óbices ao êxito do processo?

- As ações empreendidas convergem em direção à defesa da articulação intersetorial como estratégia orientadora das intervenções públicas no campo social?

- A descentralização de recursos pela PNATER é suficiente para promover o alinhamento necessário entre os entes signatários sob o ponto de vista formal?

- Os mecanismos previstos de gestão compartilhada e *accountability* são funcionais?

- Os recursos humanos e materiais disponibilizados pela EMATER-MG são satisfatórios para que as dinâmicas se estabeleçam?

- Enquanto agência promotora do desenvolvimento rural, as necessárias funções burocráticas desempenhadas pelos extensionistas da UREGI Guaxupé interferem no tempo disponível para a atuação junto ao público alvo?

- De qual modo os gestores federais, estaduais, local e os extensionistas diretamente envolvidos nas dinâmicas compreendem as diretrizes comunicacionais da política e suas

responsabilidades sobre as mesmas? Sob qual intensidade as diretrizes da PNATER/PRONATER e MEXPAR influenciam a práxis?

- O uso corrente do vocábulo “extensão” para designar o processo, a instituição e a política interferem na ressignificação e internalização dos princípios e paradigmas da PNATER, do PRONATER e da MEXPAR?

- Os paradigmas comunicacionais oriundos da formação pregressa e das diferentes visões de mundo foram ressignificados pela formação inicial e continuada oferecida pela EMATER-MG? Foram suficientes para alterar o *ethos* extensionista e seu forte legado teleológico? A ANATER e o DATER deram o suporte necessário para a multiplicação de formadores?

- Os extensionistas responsáveis pelas dinâmicas sociais da política passaram a fazer uso das metodologias diferenciadas previstas na PRONATER e na MEXPAR

Frente aos pressupostos e objetivos manifestos, os procedimentos metodológicos foram selecionados para satisfazer a multiplicidade de sujeitos e a complexidade da arena política. Considerando a tipologia de Vergara (2007), esta investigação se classifica quanto aos fins em descritiva e explicativa. E quanto aos meios, como bibliográfica, documental e de campo. Quanto aos fins, a pesquisa se classifica como descritiva porque expõe características claras e bem delineadas de determinada população ou fenômeno, e por isso, compreende técnicas padronizadas e estruturadas de coletas de dados. Também é uma pesquisa explicativa porque busca tornar as ações estudadas em dados de fácil compreensão, justificando e explicando os seus principais motivos. Com relação ao meio, a pesquisa é bibliográfica uma vez que engloba o uso de materiais publicados e disponibilizados ao público em geral e documental porque compreende a análise de dados primários obtidos no Centro de Documentação e Memória da EMATER-MG e na UREGI Guaxupé. A dimensão bibliográfica se orientou pela abordagem predominante na literatura especializada em política social, comunicações e extensão rural, integrando estudos historiográficos, da comunicação dialógica, da práxis e do *ethos* extensionista. E a pesquisa documental permitiu a elucidação das lacunas, em particular da esfera local e regional de implementação. Nesta perspectiva, a investigação teórica, composta pelas dimensões bibliográfica e documental, objetivou: (a) analisar os condicionantes históricos e o legado das políticas prévias de extensão rural, no intuito de compreender as macrodefinições em cada período, especialmente os eventos decorrentes da PNATER; (b) investigar os traços constitutivos da política nacional e sua operacionalização na esfera local, para delimitar as atribuições e competências dos entes federados na provisão das políticas de extensão rural; (c) formular hipóteses e (d) apoiar a análise dos dados empíricos.

Ainda quanto ao meio, a pesquisa também é de campo porque se baseia na experiência que está sendo aplicada na investigação e é realizada exatamente no local onde são observados os fenômenos estudados. Neste ínterim, o levantamento de campo compreendeu a realização de entrevistas com dimensão semiestruturada, direcionadas aos gestores da política no âmbito federal (Diretor do DATER/SAF/Casa Civil e Diretor Administrativo da ANATER); na esfera estadual (Presidente da EMATER-MG⁴, Coordenador Técnico Estadual de Metodologia e Extensão Rural e Gerente da Divisão de Programas Especiais) e no âmbito regional (Gerente da UREGI Guaxupé), todas realizadas presencialmente em Brasília - DF, Belo Horizonte - MG e Guaxupé – MG, respectivamente, no ano de 2018⁵. As entrevistas abordaram, relativamente a competência de cada esfera, sobre aparato e cultura institucional; e principalmente sobre o viés pedagógico da PNATER e suas repercussões diretas sobre o processo comunicacional nas cercanias do embate entre a semântica e a práxis da extensão. Os roteiros das entrevistas nacionais encontram-se nos Apêndices 1 e 2; estaduais, 3 e 4; e o regional está disponível no Apêndice 5.

Na esfera local, questionários foram enviados por correio eletrônico aos 25 (vinte e cinco) extensionistas pertencentes aos 24 (vinte e quatro) ESLOCs vinculados à UREGI Guaxupé e respondidos pela totalidade, permitindo à pesquisa inferir sobre a população (e não sobre amostra). O questionário (Apêndice 6) engloba seis itens. No primeiro, os profissionais informaram dados de identificação: nome, escritório local, faixa etária, cargo, ano de ingresso na EMATER-MG e escolaridade.

Na segunda parte, intitulada “*Aparato e cultura Institucional*”, os profissionais responderam 15 (quinze) questões relacionadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais nos escritórios locais e sobre a rotina de trabalho e cultura institucional, atendendo a hipótese de que os recursos e as dinâmicas internas são imprescindíveis para que os processos inicialmente se estabeleçam.

Em “*PNATER/PRONATER*”, os extensionistas responderam 10 (dez) questões sobre suas opiniões e conhecimento sobre a atual Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Esta parte buscou compreender o alcance e a aderência dos profissionais à política.

⁴ O Presidente da EMATER-MG à época da entrevista, Sr. Glênio Martins de Lima Mariano, também ocupava a Vice-Presidência da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

⁵ Quando Bolsonaro assumiu a Presidência da República em 2019, todo o levantamento bibliográfico, documental e de campo já havia sido realizado. Em junho de 2019, mês em que esta Tese foi finalizada, a PNATER estava sob a responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Por este motivo, o alcance desta pesquisa limita-se ao ano de 2018.

Em “*MEXPAR*”, quarta parte do questionário, os responsáveis pelas dinâmicas da política na esfera local responderam 10 (dez) questões acerca das suas opiniões e conhecimento sobre a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvida pela EMATER/MG como guia metodológico de ação; documento presente na formação inicial e continuada dos agentes de ATER e que se fez necessário para o alinhamento com a política nacional. As questões abordam aspectos teóricos, metodológicos e técnicos da MEXPAR com o objetivo de delinear a dimensão e a magnitude dos elementos presentes na práxis empreendida.

Na quinta parte, “*Do embate semântico ao desafio da práxis*”, os profissionais de ATER manifestaram suas opiniões sobre 10 (dez) afirmações pertinentes ao processo comunicacional em suas atribuições profissionais. Tais afirmações foram distribuídas aleatoriamente, das quais cinco são coerentes à formulação política atual e cinco prosélicas ao legado das políticas prévias. Esta seção do questionário tem a finalidade de compreender a relação dialética entre agricultores, técnicos e agentes de ATER e a resignificação dos conhecimentos prévios dos profissionais como efeito da política.

Por fim, na sexta e última parte do questionário, intitulada “*Técnicas MEXPAR*”, os profissionais expressaram o grau de utilização das 20 (vinte) técnicas⁶ disponíveis na MEXPAR. O objetivo desta parte é permitir a análise da seleção das técnicas e recursos conforme a relevância na participação enquanto processo de prática social e socialização de ideias e experiências.

O questionário utilizou a escala numérica do Tipo Likert, com exceção da primeira e última parte. Esta escala permite aos respondentes cinco níveis diferentes de opinião em respostas fechadas para cada afirmação, com dois níveis de concordância, um nível de indiferença e dois níveis de discordância. Os dados coletados nas cinco últimas partes do questionário foram tabulados e, na sequência, submetidos a análise estatística descritiva nas medidas de tendência central, especificamente a mediana (M_d) e moda (M_0). Também foram apurados e apresentados a frequência absoluta (FABS) e a frequência relativa (F%) das observações.

⁶ Calendário sazonal, caminhada, caminhada transversal, descoberta técnica, dia de campo, diagnóstico participativo por campo, diagrama de Venn, eleição de prioridades, hierarquização por frequência, entrevista estruturada, entrevista semiestruturada, excursão, linha do tempo, mapeamento participativo, oficinas, painel de visualização, reunião problematizadora, semana especial, tempestade de ideias e unidades de experimentação. Ver Capítulo 4.

Atendendo aos objetivos propostos, este trabalho emprega técnicas da metodologia quantitativa e qualitativa aplicadas às Ciências Sociais. Por conseguinte, estruturou-se a metodologia da pesquisa com a técnica quantitativa para analisar as opiniões e o conhecimento dos extensionistas locais, responsáveis diretos pelas dinâmicas comunicacionais, sobre a questão analítica central e seus desdobramentos, através das dimensões já apresentadas do questionário. A dimensão qualitativa da pesquisa compreende a análise das entrevistas semiestruturadas, cujos discursos refletem a produção material da política, frente a produção intelectual objetivada na PNATER, no PRONATER e nos referenciais teóricos, metodológicos e técnicos da MEXPAR, utilizados como referencial de análise.

A estrutura da tese está dividida em cinco capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo, *Caridade, meritocracia e redistribuição: a tríade histórica da política social e da extensão rural*, apresenta a historiografia da institucionalidade política da extensão rural brasileira, destacando a similaridade com os eventos relacionados à evolução das políticas sociais desde seu nascedouro na Europa Ocidental. Apresenta a cronologia dos acontecimentos através de binômios propostos por Rodrigues (1997) que caracterizam as fases da extensão rural, a saber: humanismo-assistencialista, difusionismo produtivista e humanismo-crítico. Discute, ainda, os padrões de desenvolvimento frente aos modelos adotados de extensão rural e as interfaces entre as macrodefinições políticas e as orientações filosóficas oriundas das políticas públicas em cada fase. Também empreende uma busca teórica sobre as motivações geopolíticas e dos agentes privados para incorporar na agenda pública as políticas, programas e ações voltados ao desenvolvimento rural.

O segundo capítulo, *A Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária*, alude sobre o enfoque normativo e operacional da política. Compreende a análise do arcabouço legal, das fases e dos traços constitutivos da política e do programa sob o ponto de vista material, financeiro e da força de trabalho. Apresenta as responsabilidades dos entes signatários no sistema descentralizado de ATER, do DATER e ANATER à EMATER-MG, desta à UREGI Guaxupé, e da última aos ESLOCs.

O terceiro capítulo, *Comunicações rurais: do embate semântico ao desafio da práxis*, é dedicado ao estudo da semântica, da práxis e do embate semântico desinente do uso corrente do vocábulo extensão e suas implicações sobre a práxis, no qual as comunicações assumem centralidade. Este capítulo também alcança os referenciais teóricos de sustentação da MEXPAR, ou seja, a teoria do conhecimento de Jean Piaget, particularmente a epistemologia

genética; a didática do aprender a aprender de Pedro Demo; e, precipuamente, as formulações do principal indutor intelectual da política, Paulo Freire. Neste interim, o capítulo aborda sob a ótica freiriana, entre outros aspectos, os equívocos gnosiológicos e semânticos da extensão, a teoria dialógica e antidialógica da ação, a epistemologia, a dialética e a práxis. Apresenta as interconexões da semântica com a práxis e propõe a ruptura com o imperativo técnico, cedendo espaço ao pedagógico.

O quarto capítulo, *A nova pedagogia de ATER e a metodologia participativa*, desvela os pressupostos epistemológicos oriundos da Psicologia, através das concepções de aprendizagem behaviorista, que sustentam as formulações pretéritas e as correntes construtivista e histórico cultural, que sustentam a nova pedagogia de ATER. Com maior ênfase, o capítulo se concentra na expressão mineira da nova pedagogia, através da apresentação dos 3 (três) momentos didáticos e das 20 (vinte) técnicas previstas na Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR), cujos princípios e diretrizes se encontram alinhados com os pressupostos da PNATER.

O quinto e último capítulo, *Interfaces entre produção intelectual e material: os efeitos da PNATER/PRONATER em face da ação extensionista*, dimensão empírica da pesquisa, apresenta e analisa as conexões entre os referenciais de análise, assentados na produção intelectual da política através da PNATER, do PRONATER e da MEXPAR, e a produção material, observada por meio dos questionários dirigidos aos extensionistas locais no contorno geográfico dos municípios atendidos pela UREGI Guaxupé da EMATER-MG e pelas entrevistas realizadas com os gestores nacionais, estaduais e regional. Na análise, depreende-se sobre o embate semântico, isto é, as controvérsias associadas ao uso corrente do vocábulo “extensão” para designar o processo, a instituição e a política, e suas interconexões com o desafio da práxis, na perspectiva freiriana. Adicionalmente, investiga-se o aparato e a cultura institucional, designadamente a eficiência na diluição do processo decisório e das convergências intersetoriais; a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais e a rotina de trabalho, alicerces do processo comunicacional, haja vista a imprescindibilidade dos mesmos para que os processos inicialmente se estabeleçam. No viés mais relevante para esta Tese, examinam-se os fatores relacionados ao êxito do processo pedagógico, especialmente a compreensão das diretrizes comunicacionais; os efeitos do uso do vocábulo extensão para designar o processo, a instituição e a política; a validade dos processos de formação inicial e continuada para a ressignificação de saberes; a internalização dos princípios da nova pedagogia de ATER e à superação do ethos extensionista e seu forte legado teleológico.

CAPÍTULO 1

CARIDADE, MERITOCRACIA E REDISTRIBUIÇÃO: A TRÍADE HISTÓRICA DA POLÍTICA SOCIAL E DA EXTENSÃO RURAL

[...] os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem — que acompanha inevitavelmente o progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens — ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor (BOBBIO, 2004, p. 9)

No contexto das transformações estruturais observadas tardiamente em terras brasileiras na década de 1930, oriundas da transição do modelo primário exportador rumo à substituição das importações, recrudescer o capitalismo industrial e a intensificação da exploração da força de trabalho. Por consequência, ocorre a deterioração dos níveis de desigualdade social e as expressões da pobreza reverberam, demandando outrossim, a estruturação de mecanismos de amparo aos que estão à margem do sistema. Não cabe neste capítulo o detalhamento amíúde deste percurso histórico. Contudo, à guisa introdutória, cumpre tecer algumas considerações sobre as políticas sociais e as motivações do Estado para incorporá-las. Neste ínterim, a temática é a questão de fundo para que a política em estudo seja compreendida como tal, bem como para destacar as similitudes da evolução histórica das políticas sociais e da institucionalização da política de extensão rural no Brasil.

Vianna (2002) evidencia a falta de consenso da literatura especializada e os limites do conceito de política social, manifestamente vago. Para a autora, a bibliografia delimita o conceito nas sentenças: “ação governamental”, “com objetivos específicos” e “relacionados à proteção social”. Porém, chama a atenção para duas armadilhas, que ao serem desmontadas, permitem maior precisão conceitual: a primeira delas refere-se à “ação de governo”, visto que qualquer política pública pode ser criada sob distintos arranjos legais e institucionais, em diversos sistemas e regimes políticos, resultante de pressões sociais ou empreendidas por tecnocratas de gabinete. A segunda armadilha concerne a expressão “objetivos específicos”, onde mais uma vez urge a necessidade de qualificar os objetivos da ação governamental: se ocorre em condições autoritárias ou democráticas; ou se respondem a interesses amplos ou restritos da sociedade.

As questões levantadas por Bobbio (2004) na citação que inaugura este capítulo assumem especial relevância, pois aludem sobre as concepções da origem e alcance dos

direitos. O padrão de proteção social alçado pelo Estado, através do governo, a princípio pode estar associado a redistribuição de benefícios para enfrentar as desigualdades estruturais resultantes da relação capital e trabalho. Nessa ótica, a proteção social é contrapeso fundamental às ameaças sobre a liberdade e as indigências provenientes do progresso técnico e da dominação do homem sobre o homem e à natureza, como destaca o autor. Contudo, as armadilhas conceituais destacadas acima induzem a importantes reflexões sobre as motivações dos governos para a adoção de políticas, programas e ações de corte social, nem sempre voltados para o enfrentamento das desigualdades. Este movimento pendular resulta frequentemente na dificuldade de percepção de certas políticas como sociais, face aos reduzidos efeitos decorrentes da ineficácia da máquina administrativa ou pela reprodução do *status quo*.

A contribuição de Offe (1984) é demasiadamente pertinente para este trabalho⁷ na complexa tentativa de demarcar os interesses econômicos, sociais e geopolíticos envolvidos na formulação e implementação das políticas sociais. O autor propõe um modelo teórico interpretativo para explicar a seletividade classista das políticas, fundadas sob a antinomia funcional entre a acumulação capitalista e sua legitimação social, a qual o Estado busca incessantemente conciliar. A acumulação refere-se ao aparato legal do Estado que permite e impulsiona a acumulação privada e afasta ameaças potenciais que possam interferir no processo, manifestando-se através das políticas públicas, especialmente as macroeconômicas e setoriais, os gastos do governo e o aparato legal que sustenta a propriedade privada, a ordem vigente e as relações entre capital e trabalho. Por outro lado, a legitimação representa a necessidade do ordenamento político de ser aceito pela sociedade, para garantir base de apoio e a reprodução do sistema. A dialética presente nesta construção teórica converge com as possibilidades suscitadas por Faleiros (1986), para quem as políticas sociais ora são vistas como mecanismo de manutenção de força de trabalho, outrora conquistas dos trabalhadores; como arranjos do bloco no poder ou bloco governante; como doação das elites dominantes ou instrumentos de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão. Em síntese, as políticas sociais podem refletir ações *ex post* em resposta às demandas sociais através da pressão de atores, movimentos sociais e instituições envolvidas na dinâmica; ou corresponderem aos programas elaborados *ex ante* pela tecnocracia estatal.

Em seu percurso histórico as políticas sociais assumiram feições variáveis. Não obstante a diversidade de instrumentos e elementos, a análise da trajetória possibilita a configuração de tipologias sobre os sistemas de proteção social, assentes sobre diferentes

⁷ Rodrigues (1997) faz um amplo estudo sobre a seletividade das políticas públicas para a extensão rural brasileira.

perspectivas, apesar de se tratarem dos mesmos recortes. Fleury (1994) propõe um modelo relacionado a evolução da natureza da proteção social, composto pelas fases: assistência social, seguro social e seguridade social. Esping-Andersen, *apud* Fleury (1994), toma como critério a democratização social do capitalismo, sugerindo os modelos: conservador, liberal e social democrata. Neste trabalho, adotaremos a tipologia de Titmuss (1958), mais conhecida e usual, que leva em consideração a relação entre o público e o privado e o grau de redistribuição dos sistemas de proteção. Esta abordagem também compreende três fases, a saber: residual ou caritativa, meritocrático-particularista e institucional-redistributivo.

A primeira tentativa institucionalizada de proteção social, a fase residual ou caritativa na tipologia de Titmuss, teve origem na Europa Ocidental, na consolidação dos modernos Estados nacionais e na transição para o capitalismo. As mudanças estruturais demandaram esforços das administrações públicas que passaram a adotar ações de proteção social em resposta à visibilidade da pobreza, ocupando espaço até então exclusivo da Igreja Católica. As “Leis dos Pobres”, inicialmente criada na Inglaterra em 1601 e disseminada por outros países europeus, foram as respostas encontradas entre os séculos XVII e XIX, em tempos de monarquias absolutistas, para a pobreza que se tornou inconveniente pelo risco social que representava. Malgrado as diferenças marcantes entre elas, apresentavam em comum o amparo à indigência através da caridade compulsória, financiadas por fundos públicos, o “imposto dos pobres”, comumente recolhidos pelas municipalidades. Se por um lado os Estados, com intuito higienista, se mobilizaram para proteger a sociedade pelos “riscos” representados pela pobreza (doenças, furtos, degradação de costumes), através do recolhimento a asilos, complementação salarial e recrutamento para o trabalho; por outro, é mister considerar que o amparo aos indigentes, desde a idade média, é associado ao *ethos* cristão, em busca da bem-aventurança e da redenção dos pecados, coerente à purgação das iniquidades para salvação da alma por meio da obra (VIANNA, 2002; ALVES, 2015).

A segunda fase, denominada meritocrática-particularista, tem início na Alemanha no último quartil do século XIX, quando o Primeiro Ministro Otto Von Bismarck criou o primeiro seguro social da história⁸, posteriormente implantado em outros países da Europa e de outros continentes. A característica central do modelo, como o nome sugere, reside na estreita subordinação dos benefícios sociais ao desempenho do trabalhador, superando o modelo

⁸ Diferente do que ocorreu na Dinamarca, Suécia e Inglaterra, o seguro social instituído por Bismarck não resultou do jogo parlamentar. De forma autoritária, o objetivo era muito mais político do que social, pois estava centrado no enfrentamento ao movimento operário e aos partidos trabalhista e social democrata recém-chegados ao parlamento (VIANNA, 2002)

assistencialista. Dessa maneira, as políticas sociais visam garantir ganho proporcional ao obtido no trabalho. A preocupação hegemônica com a pobreza é substituída pela ênfase na objeção ao absenteísmo – por razão de doença, acidentes ou recusa ao assalariamento – e à ação dos sindicatos operários, contestadores do sistema capitalista (VIANNA, 2002; FLEURY, 1994).

A terceira fase, institucional-redistributiva, surge em resposta à complexa conjuntura da primeira metade do século XX, marcada pelo êxito da Revolução Russa de 1917; a crise econômica internacional do final da década de 1920; duas guerras mundiais e o avanço da teoria econômica, especialmente em Keynes, conformando o cenário deste novo modelo de proteção social, empregado por praticamente todos os países desenvolvidos após a segunda guerra. O relatório Beveridge⁹, transformado em lei em 1946 pelo parlamento inglês, constitui o marco inicial desta fase. A partir deste momento, os Estados passam a assumir a prerrogativa de produtores de políticas destinadas a garantir amplos direitos sociais a todos os cidadãos, conformando o que se convencionou denominar Estados de bem-estar social (*welfare states*), com feições variáveis entre os países, mas com noção ampla dos riscos sociais e ultrapassando a fronteira da pobreza e do assalariamento das fases anteriores. Nessa fase, a política social apresenta caráter manifestamente redistributivo, rompendo com a lógica compensatória e com o imperativo do mercado para transformar-se em ação alocativa e reguladora das imperfeições do sistema. Em consequência, a ideia de seguro dá lugar a seguridade social, que assume natureza universalista, voltado a cidadania (VIANNA, 2002; FLEURY, 1994).

Destaca-se desta breve explanação sobre a evolução das políticas sociais, as semelhanças com a historiografia da institucionalidade política da extensão rural brasileira. Nas seções seguintes, esse percurso será apresentado nos recortes temporais que a aproximam da evolução das políticas sociais. A periodização proposta por Rodrigues (1997) caracteriza esse processo evolutivo através de três binômios capazes de ressaltar o *modus operandi* e as concepções filosóficas dominantes em cada período: (1) humanismo-assistencialista; (2) difusionismo-produtivista; e (3) humanismo-crítico. Estágios com feições assemelhadas à caridade, meritocracia e redistribuição, respectivamente. Na última seção, apresenta-se um quadro comparativo da homogenia.

A trajetória descrita a seguir sobreleva-se pelos arranjos institucionais político, jurídico e dos modelos pedagógicos, dialeticamente interligados às macrodefinições inerentes a cada contexto histórico, singularizados ainda pelos interesses públicos e privados que

⁹ O relatório originou uma nova concepção de proteção social ao unificar todas as instâncias de gestão dos seguros sociais existentes, homogeneizar as prestações básicas, universalizar a cobertura para contemplar todos os indivíduos e ao prever o atendimento a todas as necessidades essenciais (Idem, 2002).

culminaram na criação da política em Minas Gerais. Pretende-se que a análise das feições históricas, em seus diversos matizes, conduza o leitor a compreensão das particularidades do cenário atual, especialmente dos traços constitutivos das comunicações empreendidas no mesmo território.

1.1. Humanismo-assistencialista: a face caritativa da extensão rural.

A institucionalidade política da extensão rural brasileira teve origem em 1948 no estado de Minas Gerais, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coincidindo com a entrada de serviços congêneres em toda América Latina. Delineou-se um serviço público de caráter paraestatal, através de parceria firmada entre o governo mineiro e uma associação missionária norte-americana, inaugurando assim a fase humanista-assistencialista, que perdurou até o ano de 1962 (RODRIGUES, 1997; RIBEIRO, 2000; DIAS *et al*, 2008). Este período também foi o embrião de uma ideologia modernizadora de amplitude global, consubstanciada pela evolução da química e da biologia aplicada à agropecuária. A “Revolução Verde”, como foi posteriormente denominado o período, consistiu na pesquisa e desenvolvimento de sistemas de produção agrícola para a incorporação de pacotes tecnológicos¹⁰ de suposta aplicação universal, que visavam o incremento da produtividade em distintas situações ecológicas. Seu marco histórico foi o acordo entre o Ministério da Agricultura do México e a Fundação Rockefeller, em 1943, visando o aumento da produtividade do milho, trigo e feijão.

Este marco desvela um personagem central para o objeto deste trabalho: Nelson Rockefeller, membro de uma tradicional família detentora de empresas dedicadas à exploração e comercialização do petróleo, fabricação de máquinas agrícolas, fertilizantes e produção de sementes. Rockefeller também foi um político influente¹¹, especialmente no Governo do Presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, quando atuou na concepção do programa *Point Four*, que recebeu esse nome por se tratar do quarto objetivo da política externa apresentado em seu discurso inaugural, em 20 de janeiro de 1949. O objetivo era conquistar

¹⁰ A expressão “pacote tecnológico”, recorrente na literatura para designar característica central do modelo, não designava uma simples metáfora. Dois pesquisadores mexicanos envolvidos com o melhoramento genético tiveram a ideia de reunir em um pacote as sementes e demais insumos necessários para o plantio de uma área conhecida. Logo estes pacotes passaram a ser produzidos pelos governos e vendidos em larga escala (MATOS, 2010).

¹¹ Nelson Rockefeller também foi Governador de Nova Iorque entre 1959 a 1973 e o 41º vice-presidente dos Estados Unidos da América, entre 1974 e 1977. Tentou algumas vezes, mas não conseguiu a indicação do Partido Republicano para Presidência (OLIVEIRA, 1999).

“corações e mentes” no mundo em desenvolvimento, durante a guerra fria, através de programas de assistência técnica (COLBY, DENNETT, 1998; OLIVEIRA, 1999).

As ações previstas no programa *Point Four*, antes de serem sistematizadas pelo governo Truman, já estavam no rol da *American International Association for Economic and Social Development*¹² (AIA)¹³, associação filantrópica fundada em 1946 por Rockefeller para promover assistência técnica em agricultura na Venezuela e no Brasil. Mais tarde, entre 1961 até sua extinção em 1968, a AIA passou a desenvolver atividades de pesquisa no cerrado e atuar no desenvolvimento e colonização, acompanhando o contexto da expansão territorial para o centro-oeste brasileiro. Em sua fundação, a AIA foi dividida em dois segmentos: um não lucrativo e outro lucrativo. Pouco mais tarde, em 1947, Rockefeller criou a *International Basic Economy Corporation*¹⁴ (IBEC), como braço lucrativo, deixando à AIA restrita as atividades filantrópicas (OLIVEIRA, 1999).

Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a IBEC os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a IBEC montou uma empresa de fumigação (COLBY, DENNETT, 1998, p. 251).

Sob a égide dessas concepções desenvolveram-se as primeiras ações da ACAR, importando as estratégias desenvolvidas pela AIA. Influenciado pelo modelo que seu avô John Davison Rockefeller implantou no sul e meio oeste americano, Rockefeller e seus colaboradores trouxeram ao Brasil a continuidade das ações desenvolvidas na Venezuela desde 1947, com a ação de duas organizações ao invés de uma (OLIVEIRA, 1999; PINTO, 2008). A AIA, braço filantrópico, assinou convênio trienal (1949-1951) com o Governador de Minas, no dia 6 de dezembro de 1948, pelo qual o estado pagaria à época um total de Cr\$ 4.500.000,00 (em três prestações) e a AIA igual quantia. Neste processo, o governo mineiro nomeara dois membros na Junta Administrativa e a AIA os outros três, inclusive o Diretor Crowford, permitindo assim o controle majoritário dos empréstimos concedidos a 8% de juros por um banco estatal aos mutuários da ACAR (ACAR-MG, 1950; COLBY, DENNETT, 1998).

Na prática, a adoção deste modelo de extensão rural pelos países latino-americanos impulsionou a estratégia de ampliação dos mercados para a comercialização de “insumos, máquinas e equipamentos produzidos pelas indústrias norte americanas, ao mesmo tempo em

¹² Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social, em tradução literal.

¹³ Por esse motivo, é um equívoco atribuir a ação de Nelson Rockefeller na Extensão Rural ao governo norte-americano.

¹⁴ Corporação Internacional de Economia Básica, em tradução literal.

que visava conter a expansão da influência do bloco de países socialistas na América Latina, no contexto da guerra fria” (DA ROS, 2012a, p. 26). A última preocupação é evidenciada na última frase do primeiro relatório anual da ACAR-MG, publicado em 1950: “Esta é uma das respostas da democracia aos perigos que ameaçam os povos amantes da liberdade” (ACAR-MG, 1950, p. 12).

Por outro lado, a criação da ACAR-MG em 1948 foi beneficiada por um cenário político favorável: o interregno do nacional desenvolvimentismo de Vargas, refratário ao intervencionismo. Em 1948, o Presidente era o General Eurico Gaspar Dutra, militar liberal-conservador, que ao contrário da maioria dos seus pares, era surpreendentemente pragmático em assuntos de política externa e grande aliado do governo americano em assuntos econômicos e na guerra fria. Apesar da ausência de registros na literatura da ação direta do Presidente nas ações extensionistas, os precursores da ACAR encontraram um grande aliado no Governador de Minas Gerais Milton Campos, político liberal da União Democrática Nacional (UDN), que rompera com Vargas em 1945 para apoiar o golpe do General Dutra (COLBY, DENNETT, 1998; OLIVEIRA, 1999).

Observa-se, portanto, uma miríade de motivações e circunstâncias favoráveis ao início do serviço de extensão rural brasileiro através da ACAR-MG. Na esfera pública, os interesses estadunidenses em promover o seu modelo de desenvolvimento rural na América Latina, em contraponto ao que consideravam uma ameaça comunista durante a guerra fria e, da parte brasileira, o reforço aos vínculos da política externa, fortalecidas durante a segunda guerra mundial. Na esfera privada, triunfaram os interesses econômicos estrangeiros e nacionais através da reprodução social e, em grande escala, o grupo Rockefeller, em suas ações lucrativas através do IBEC. Não se pode subestimar a importância da concepção de mundo dos magnatas, que através de suas práticas filantrópicas, buscavam polir sua imagem de marca e também a necessidade de desviar ou neutralizar as aspirações de outras camadas sociais. Os filantropos priorizavam ajudar as comunidades onde fosse possível obter os melhores resultados. Esse princípio foi fundamental para a ACAR, que tinha como princípio trabalhar com os mais capazes entre os pequenos agricultores (OLIVEIRA, 1999).

Do primeiro ano de funcionamento até meados da década de 1960, o papel da tecnologia era subjacente e o acréscimo da produção ocorria mediante expansão horizontal das fronteiras agrícolas. O enfoque implícito dado as tecnologias não foram óbices aos primórdios da difusão tecnológica:

Foi a ACAR que introduziu no meio rural mineiro os primeiros fertilizantes químicos e defensivos agrícolas, a vacina contra aftosa e o milho híbrido. Além de difundir a tecnologia, eles, inicialmente, tiveram também de comercializar esses produtos. As poucas casas comerciais existentes não tinham suporte financeiro para trabalhar nessa área, uma vez que estariam sujeitas a prejuízos. O comerciante arriscava-se a perder o estoque ou a vendê-lo muito lentamente, à medida que os técnicos de extensão conseguissem convencer os agricultores a usá-los, porque os agricultores não confiavam nesses produtos e não os compravam. Com o passar do tempo, já difundida a prática, a ACAR passou às casas comerciais a responsabilidade de fornecer aos agricultores defensivos e fertilizantes. E foi aí que a má fé desses comerciantes veio a dificultar o trabalho do Serviço de Extensão (SILVA, LIMA, 1984, p. 6)

As ações iniciais da ACAR, apesar de incipientes, promoveram mudanças culturais e comportamentais, particularmente no que diz respeito a adoção de tecnologias pelos pequenos produtores rurais, desempenhando importante função na gestão da agricultura tecnológica e suas vicissitudes.

Em sintonia com a experiência norte-americana de extensão rural, criou-se a base estrutural de um projeto de caráter político-pedagógico, que buscava através de ações assistencialistas de legitimação, ensinar os produtores a ajudar a si mesmos. Nessa lógica, o público preferencial era o pequeno agricultor e sua família e o planejamento das ações, entre extensionista e produtores, era vertical ascendente, partindo do diagnóstico da situação, seguida pela especificação de alternativas baseadas nos objetivos das famílias assistidas e por fim, na tomada de decisão, geralmente elaborada pelos extensionistas e operacionalizada pela família. As ações extensionistas caracterizaram-se pela comunicação informal entre os extensionistas, produtores e sua família e pela integralidade da ação educativa – das práticas agrícolas à economia doméstica – para elevação do bem-estar social. O financiamento das práticas agrícolas e domésticas ocorria pela oferta do crédito rural supervisionado (CRS)¹⁵, direcionado aos mais capazes entre os pequenos produtores rurais, parte central do modelo (RODRIGUES, 1997).

As atividades foram iniciadas em 1949 em quatro localidades mineiras: Pedro Leopoldo, Santa Luzia, Ubá e Curvelo. Os escritórios locais funcionavam em instalações modestas, com equipes paritárias formadas por um engenheiro agrônomo, uma moça treinada em economia doméstica e um (a) auxiliar de escritório. No início da década de 1950, cada equipe dispunha de um veículo *jeep* universal (Figura 1), importado diretamente da *Willy Overland Export Corporation of Toledo, Ohio, USA*.

¹⁵ O CRS, instituído em 1948 pela ACAR de Minas Gerais, foi uma modalidade de crédito direcionada a pequenos produtores rurais (minifundiários, arrendatários, parceiros e ocupantes) que, em função de não auferirem rendas suficientes para realizarem as práticas agrícolas e domésticas que aprendiam, não podiam se beneficiar plenamente do serviço de extensão (SOUZA, CAUME, 2008; RIBEIRO, 2000).

Figura 1. Jeep utilizado pela ACAR-MG no início da década de 1950.



Fonte: arquivo pessoal

Neste *jeep*, o agrônomo e a profissional de bem-estar social visitavam as propriedades rurais para cumprir diversas tarefas. A rotina compreendia o diagnóstico da realidade; organização de reuniões comunitárias para levantar os problemas e ajustar as soluções viáveis, fazer demonstrações práticas e palestras visando aumentar a renda das famílias, mostrar às donas de casa boas práticas domésticas para melhorar a qualidade de vida da família, identificar lideranças para facilitar a adoção das tecnologias pela comunidade e ajudar pequenos agricultores a conseguirem o financiamento bancário através de planos de empréstimos supervisionados (ACAR-MG 1950; OLINGER 1996). Também assumiam papel protagonista na articulação das forças políticas locais em conflito e para viabilizar a própria atividade, pois no início, algumas dificuldades foram encontradas para o desenvolvimento das funções e aceitação da comunidade, entre elas, a falta de receptividade, pois à época, era inconcebível para o senso comum uma mulher viajar diariamente num *jeep*, para a zona rural, junto com o técnico e só retornar à noite.

Nos anos iniciais, a presença causava estranhamento nas comunidades, pois muitos associavam os profissionais ao comunismo. Para superar a rejeição, foi necessário fazer trabalho de catequese, com o apoio de párocos e lideranças comunitárias. Em poucos anos, as próprias famílias e os políticos locais passaram a exigir a presença da moça (SILVA & LIMA, 1984). No mesmo sentido, outra importante dificuldade foi encontrar e manter supervisoras domésticas em função da grande resistência das famílias, por não apreciarem a vida que levariam suas filhas. Outro impedimento foi encontrar moças com conhecimentos de economia

doméstica. Com apoio da ACAR, a Universidade Rural de Minas Gerais (hoje, Universidade Federal de Viçosa) criou em 1952 o curso de Economia Doméstica (ACAR, 1953).

Destaca-se também nesse período a irrefutável separação dos papéis sexuais desempenhado pelos profissionais. Enquanto o extensionista agropecuário e o produtor rural associavam-se ao trabalho produtivo e à esfera pública, a extensionista de bem-estar social e a esposa do produtor, relacionavam-se ao trabalho reprodutivo e à esfera privada. Assim, as funções da “porta para fora” competiam ao universo masculino, quase exclusivamente e as da “porta para dentro”, às mulheres. A “horta” era o ponto de encontro, onde práticas agrícolas e de bem-estar social relacionadas à boa alimentação da família convergiam. Ademais, a divisão sexual do trabalho, marca incontestável da ação extensionista à época, resultou em demarcações de gênero, como ilustra a Figura 2.

Figura 2. Supervisores da ACAR em atividade



Fonte: ACAR, 1952, p. 7

O relato a seguir, presente no terceiro relatório anual da ACAR (1952) sobre as atividades desenvolvidas pelo escritório de Três Pontas, no Sul de Minas Gerais, exemplifica o cotidiano das atividades desenvolvidas à época pelos extensionistas agropecuários e de bem-estar social.

Antes das 8 da manhã, carregam o *jeep* com um equipamento de nivelamento de terreno, um pacote de sementes selecionadas, um pulverizador e material para ensinar melhorias no lar [...] Henrique acompanha Hilário ao curral onde lhe mostra como dar vermífugo aos porcos; depois passeia pela propriedade a fim de inspecionar as culturas e demonstrar como aplicar fertilizante nos cafeeiros, do monte de composto.

Eunice examina o novo fogão a lenha construído com o empréstimo e explica à D. Geralda, esposa de Hilário, a necessidade de ferver a água para beber. Ensina-lhe também como preparar vários pratos à base de leite para as crianças. Henrique e Eunice escolhem um local para a horta doméstica e prometem levar sementes, com instruções de plantio, quando a terra já estiver preparada. [...]. Por volta da 1 hora da tarde, após um almoço rápido na cidade, Henrique e Eunice chegam à escola rural, em Santana da Vargem, onde Eunice dá duas aulas mensais a um grupo de quinze senhoras e moças. Enquanto Eunice ensina noções de enfermagem, Henrique visita o Dr. Alcides Araújo, um não mutuário, a quem está orientando quanto ao plantio em curvas de nível, cuidado das laranjeiras e à instalação de luz, fossas sanitárias e hortas para seus empregados. Eunice encerra a aula, anuncia uma sessão de cinema para a noite de terça-feira, a ser realizada na escola, e acompanha duas moças pela estrada a fora até suas casas, a fim de inspecionar as hortas por elas plantadas há algumas semanas atrás. [...] ao mesmo tempo, Eunice e diversas senhoras e moças se reúnem ao redor da mesa da sala de jantar, a fim de discutir problemas relacionados com a saúde, saneamento e puericultura, ou vão à cozinha onde aprendem a preparar verduras e legumes. [...] (ACAR, 1952, p. 9).

As diretrizes do serviço de extensão rural pioneiro contemplavam a tarefa, o método e os instrumentos. A tarefa: melhorar o nível de vida rural em Minas Gerais. O método: ajudar a população rural a ajudar a si própria. Os instrumentos: crédito aos pequenos lavradores, assistência técnica e ensino coletivo, ministrado nas comunidades por um agrônomo e por uma supervisora doméstica (ACAR, 1952). A Tabela 1 mostra a evolução do quadro de pessoal e a paridade aproximada entre o número de extensionistas agropecuários e de bem-estar social.

Tabela 1. Evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (1956-1962)

Profissionais/ano	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
EAGRO	138	206	267	287	329	364	413
BES	127	179	214	233	245	262	304
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Total	265	385	481	520	574	626	717
EAGRO/BES	1,09	1,15	1,25	1,23	1,34	1,39	1,36
% Outros profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: adaptado de Rodrigues (1997, p. 136).

Notas:

EAGRO - Extensionista Agropecuário

BES – Extensionista de Bem-estar Social

Os resultados alcançados durante os três primeiros anos de trabalho causaram impressão tão favorável junto ao governo do estado, que em dezembro de 1951 o Governador Kubitschek assinou novo convênio com a ACAR para renovação e expansão das atividades durante 1952 a 1954, com orçamento mais que duplicado em relação à verba anterior, permitindo a ampliação do número de escritórios locais e de produtores atendidos pelo crédito rural supervisionado. Na oportunidade, o governo estadual concedeu valor superior ao pago

pela AIA, seguindo o plano originalmente traçado de transformar o programa em trabalho de responsabilidade do governo estadual, técnica e monetariamente, enquanto que a AIA gradativamente diminuiria seus custos para aplicar em outros empreendimentos semelhantes (ACAR-MG, 1951).

A criação da ACAR em Minas Gerais estimulou a multiplicação de associações congêneres em outras unidades da federação brasileira (Quadro 1), gerando a necessidade de uma estrutura capaz de coordenar e supervisionar as atividades das associações estaduais e também para promover o aporte de recursos federais e treinamento aos futuros extensionistas. Assim, surgiu em 1956, por iniciativa direta do então Presidente Kubitschek, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade de direito privado sem fins lucrativos, tratada na legislação como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (RIBEIRO, 2000).

Quadro 1. Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (1948-1974)

1948	ACAR-MG
1954	ANCAR (CE, PE, BA)
1955	ASCAR-RS, ANCAR (RN, PB)
1956	ABCAR, ACARESC
1958	ACAR-RJ
1957	ACAR-ES
1959	ACAR-GO, ACARPA
1962	Transformação dos programas estaduais da ANCAR em associações autônomas, a primeira em SE
1963	ANCARs: autonomia de RN, AL, MA e BA
1964	ANCARs: autonomia de PE, PB e CE
1965	ACAR-PA, ACAR-MT
1966	ANCAR-PI, ACAR-AM
1967	ACAR-DF
1968	ACAR-AC
1971	ACAR-RO
1972	ACAR-RR
1974	ACAR-AP

Fonte: Peixoto (2008, p. 19).

1.2. O difusionismo-produtivista: a meritocracia extensionista

Com a intensificação dos processos de inovação tecnológica no campo na segunda metade do século XX, destacando-se o acentuado desenvolvimento da motomecanização nos países desenvolvidos, configurou-se a revolução agrícola contemporânea. A partir de 1960,

surge a revolução verde como uma variante desprovida de motomecanização intensiva, porém da mesma maneira assentada no melhoramento genético das grandes culturas de exportação, na adoção de fertilizantes minerais de alta solubilidade, produtos fitossanitários e, ocasionalmente, no uso da irrigação e drenagem. Desse modo, a revolução verde representou a solução apropriada para expansão capitalista nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, com vastas áreas inexploradas e produtores descapitalizados. A paisagem rural se alterou na medida em que surgiram novos subsistemas regionais, intercalando indústrias à montante da produção agrícola, necessárias para o fornecimento dos meios de produção e à jusante, para estocar, transformar e comercializar os produtos. Em nenhum outro momento da história a produtividade agrícola, do trabalho e a rentabilidade cresceram tanto (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Nesse contexto histórico, o final do ano de 1962 simboliza uma virada de página para a extensão rural brasileira, a despeito das ações assistencialistas da AIA terem persistido de forma acanhada até 1968 no SIBER. Os avanços na base técnica da agricultura e os planos governamentais, a começar pelo Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-social (1963-1965)¹⁶, proposto pelo Ministro do Planejamento Furtado no governo do Presidente Goulart, estabeleceram diretrizes para aumentar a produção e a produtividade agropecuária. Por consequência, as instituições públicas e privadas envolvidas com ATER, financiadas pelo poder público, passaram a ser rigorosamente requeridas no cumprimento às diretrizes estabelecidas e a partir de então, as ações passaram a fazer parte de um planejamento global de desenvolvimento do país através de instrumentos sistematizados.

Inaugura-se então um novo modelo de extensão rural voltado à difusão tecnológica, financiadas pelo crédito rural orientado (CRO)¹⁷, cujos principais beneficiários foram médios e grandes produtores rurais. De cunho tecnicista, as estratégias de desenvolvimento e intervenção negligenciavam questões culturais, sociais ou ambientais, direcionando prioritariamente suas ações aos aspectos técnicos da produção, em prejuízo das práticas de bem-estar social (RODRIGUES, 1997). Na esfera comunicacional, a ATER passa a adotar mensagens persuasivas e indutoras de mudanças culturais e comportamentais. Ao mesmo tempo em que difundia as inovações no campo, surge nos meios de comunicação de massa a

¹⁶ O Plano Trienal foi uma tentativa de resposta política à disparada da inflação, que se encontrava em 1963 na taxa de 78,4%, à deterioração do comércio externo e ao baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

¹⁷ O CRO, modalidade de crédito característica no difusionismo produtivista, direcionava-se a modernização do processo produtivo através do uso intensivo de capital. Seus principais beneficiários foram médios e grandes empresários rurais, e em alguns casos, pequenos produtores com renda suficiente para garantir a capacidade de pagamento e disposição de aceitar e receber orientação para incremento da produtividade de seu empreendimento agrícola (SOUZA, CAUME, 2008).

afeição pela difusão das descobertas científicas oriundas do exterior, demandando tratamento adequado das informações e um discurso voltado para o esclarecimento dos conteúdos técnico-científicos. Logo, criou-se uma narrativa voltada a incutir caráter inquestionável as ideias importadas, favorecendo a adoção das inovações sem qualquer tipo de dúvida ou questionamento. O planejamento das atividades passa a ser vertical descendente, isto é, o diagnóstico, a eleição de prioridades e as decisões sobre o que fazer competiam aos extensionistas. A tecnologia cumpriu papel finalístico para aumentar a produtividade da terra e no trabalho.

Um traço marcante da mudança de orientação para modernizar a base técnica produtiva do setor agrícola acontece quando o número de contratos de crédito rural orientado supera pela primeira vez, em 1963, as operações com o crédito rural supervisionado. Outra marca incontestável foi a substituição das equipes casadas, formadas por um extensionista agropecuário e um extensionista doméstica, por equipes especializadas compostas por agrônomos, veterinários e técnicos em agropecuária, superando o localismo e o missionarismo em prol das questões estritamente econômicas. Também se evidencia significativa expansão do aparato institucional. A relação entre o número de extensionistas locais e o número de estabelecimentos agropecuários, partiu de 1/6.965 em 1960, para 1/2.203 em 1970 até chegar em 1/618 em 1980. O percentual de municípios brasileiros atendidos saltou de 10% em 1960 para 40,2% em 1970, chegando a 77,7% em 1980 (Idem, 1997). A Tabela 2 ilustra o crescimento do quadro de pessoal em relação ao período anterior e a quebra de paridade entre extensionistas agropecuários e de bem-estar social.

Tabela 2. Evolução do quadro de pessoal do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) (1963-1975)

Profissionais/ Ano	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
EAGRO	463	604	735	1026	1297	1394	1578	1703	2128	2747	3351	3485	4665
BES	327	387	509	709	858	844	848	836	806	872	887	818	887
Outros	18	17	22	21	28	49	43	63	81	130	121	165	179
Total	808	1008	1266	1756	2183	2287	2469	2602	3015	3749	4359	4468	5731
EAGRO/BES	1,42	1,56	1,44	1,45	1,51	1,65	1,86	2,04	2,64	3,15	3,78	4,26	5,26
% Outros profissionais	2,23	1,69	1,74	1,20	1,28	2,14	1,74	2,42	2,69	3,47	2,78	3,69	3,12

Fonte: adaptado de Rodrigues (1997, p. 136).

Notas:

EAGRO - Extensionista Agropecuário

BES – Extensionista de Bem-estar Social

Na esfera jurídico-institucional da transição de modelos, a Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962 criou a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com atribuições também voltadas à assistência técnica e extensão rural:

Art. 2º Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente (BRASIL, 1962).

Após o golpe civil-militar de 1964, as novas orientações foram aprofundadas e algumas modificações no aparato estatal foram realizadas para alçar o desenvolvimento rural aos moldes da modernização conservadora. Entre as políticas e ações, destacam-se a concepção do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965 e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974.

Com o advento do SNCR, através da Lei 4.829, de 05 de novembro de 1965, o Estado torna-se o principal agente promotor da modernização agrícola, estabelecendo um padrão de desenvolvimento alicerçado na agricultura patronal em detrimento ao grande contingente de pequenos agricultores. O artigo 1º da referida lei estabelece que “o crédito rural, [...] será distribuído e aplicado de acordo com a política de desenvolvimento da produção rural do país e tendo em vista o bem-estar do povo (BRASIL, 1965). No artigo 11, delimita as modalidades de operações, compostas pelo crédito rural corrente, destinado a produtores rurais de capacidade técnica e substância econômica reconhecidas; crédito rural orientado, como forma de crédito tecnificado com assistência técnica prestada pelo financiador diretamente ou através de entidade especializada em extensão rural. As outras possibilidades referem-se às cooperativas e aos projetos de colonização e reforma agrária, incipientes no período (Idem, 1965). A forte presença do Estado através da concessão de crédito a juros negativos impulsionou a formação dos complexos agroindustriais, bases do agronegócio contemporâneo (SOUZA; CAUME, 2008)

Poucos meses após a ruptura institucional, o Presidente Castello Branco promulgou a lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispôs sobre o Estatuto da Terra, um marco do ordenamento agrário brasileiro. A lei extinguiu a SUPRA e criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), com a finalidade de promover o desenvolvimento rural nos setores da colonização, da extensão rural e do cooperativismo e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a atribuição de prestar assistência técnica integral aos projetos de reforma agrária, em colaboração com os órgãos estaduais. Em 1966, o Decreto nº 58.382, de

10 de maio de 1966 atribuiu ao INDA a coordenação das atividades de extensão rural e a execução dos serviços à ABCAR e ACARs a ela filiadas. Em 1970, o Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970 extinguiu o IBRA, o INDA e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA) e criou o INCRA para assumir todas prerrogativas. Porém, não conseguiu desempenhar a contento a responsabilidade de coordenar a extensão rural brasileira (PEIXOTO, 2008). As sucessivas mudanças no aparato institucional do Estado dedicado à coordenação do sistema para atender as concepções de cada período, passa desde então a ser uma característica pronunciada na historiografia da extensão rural.

O malogro do INCRA e a expansão do modelo difusionista foram determinantes para a estatização do SIBER. Assim, a Lei nº 6.126, de 06 de novembro de 1974 autorizou o Poder Executivo a criar a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em substituição à ABCAR, com o intuito de integrar os órgãos estaduais, capacitar os extensionistas e apoiar financeiramente as instituições oficiais de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária. Porém, seu marco legal foi o Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975, que regulamentou o instrumento anterior. Com a progressiva estatização das ACARs pelos estados e com a criação de empresas e outras estruturas de assistência técnica e extensão rural, a maior parte denominadas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o SIBER transformou-se no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) (Idem, 2008).

1.3. O humanismo-crítico: a política redistributiva na extensão rural.

A década de 1980 ficou conhecida como a “década perdida” para os países da América Latina. No Brasil, a estagnação econômica — quando se verificou forte retração da produção industrial, hiperinflação e baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) — resultou em perda do poder de compra da população, aumento da dívida externa e um gigantesco déficit fiscal. Este período contrastou com a década de 1970, quando ocorreu o chamado “milagre econômico brasileiro”.

No plano político, grandes foram os reflexos gerados pela superação do período autoritário em 1985, entre elas, a reorganização dos movimentos sociais, inclusive do campo; o fortalecimento do movimento ambientalista e o ressurgimento do movimento da agricultura alternativa e suas vertentes (orgânica, natural, biológica e biodinâmica). Vários debates políticos e acadêmicos sobre agroecologia, reforma agrária e serviço público se multiplicaram e parte das demandas represadas por mais de duas décadas influenciaram a Constituição Federal

de 1988. O artigo 187 da Carta Magna, dedicado à política agrícola, alude à responsabilidade federal sobre a assistência técnica e extensão rural em seu quarto inciso.

Entre os extensionistas do SIBRATER era majoritária a percepção das consequências da modernização conservadora. Nesta época, para um considerável número de extensionistas, as ideias do educador Paulo Freire, escritas em seu exílio no Chile durante a reforma agrária que se iniciou em 1968, presentes em “Extensão ou comunicação?” (FREIRE, 2006), exerceram forte influência no questionamento da práxis extensionista. No livro, Freire promove análise semântica da palavra extensão, em seus sentidos de base e contextual, para propor a ruptura com o seu significado e sua substituição pelo termo comunicação. Para o autor, extensão significa estender conhecimentos e técnicas agrícolas a alguém que não as possui. Portanto, só teria sentido se considerássemos a educação como prática de domesticação, ou da dominação como invasão cultural¹⁸, em atitude contrária ao diálogo, base da educação libertadora.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e pode chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2006, p. 15).

Na ótica freiriana, a comunicação entre o agrônomo educador e os camponeses não deve se limitar a substituição acrítica dos conhecimentos empíricos pelas tecnologias, por maiores que sejam seus impactos sobre a produtividade. Em oposição aos “tradicionalistas” que defendem a manutenção do “*status quo*” e ao “messianismo tecnicista” caracterizado pela modernização mecânica das estruturas, o autor propõe a superação da simples assistência técnica, através da conscientização dos camponeses e da autoconscientização, para que procedimentos técnicos sejam oferecidos aos educandos como problemas que eles devem responder. Neste contexto, o agrônomo educador se insere com os camponeses na transformação da realidade através da dialogicidade, como sujeito com outros sujeitos, considerando sua bagagem cultural e as implicações sociais, técnicas e ambientais da ação.

Na efervescência política do cenário da redemocratização e com o esgotamento da orientação difusionista, esboçou-se no âmbito da EMBRATER e nos debates da sociedade civil, a adoção de um modelo de prática educativa fundamentado nos ideais de Freire, entretanto sem propor a ruptura com o termo vocábulo “extensão”. Reivindicava-se a promoção humana e integral das maiorias demográficas do campo, onde a relação, outrora vertical entre

¹⁸ Para Freire (2006), é a invasão, pelo extensionista, do espaço histórico-cultural responsável pela visão do mundo dos sujeitos, sobrepujando seu sistema de valores. Próprio do caráter antidialógico do termo “extensão”.

extensionistas e camponeses, se transformasse em relacionamento dialógico horizontal, com o protagonismo do produtor expresso em sua capacidade de problematizar a realidade e decidir.

No entanto, a resistência de setores fortalecidos no pós-redemocratização, o endividamento público e os objetivos do Ministério da Agricultura, focados na maior eficiência tecnológica para obtenção de safras recordes, criaram obstáculos as demandas dos movimentos sociais em ascensão. Seguindo as exigências dos organismos financeiros internacionais, a EMBRATER, em movimento ensaiado desde 1989 pelo Governo Sarney, na conhecida operação desmonte, sem êxito em função da pressão política e corporativa, foi extinta em ampla reforma administrativa conduzida em 15 de março de 1990, primeiro dia do Governo Collor, juntamente com outras estatais, sob a alegação de que suas ações não interferiam diretamente nas dinâmicas sociais por não ofertar serviços diretos aos agricultores (DA ROS, 2012a). Em resposta, as organizações estaduais de assistência técnica e extensão rural criaram, seis dias após, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER).

A partir da extinção da EMBRATER, a extensão rural brasileira passou por um período de vácuo institucional, caracterizado por sucessivas mudanças nos órgãos responsáveis pela coordenação central e no absenteísmo do governo federal em sua responsabilidade constitucional. Por consequência, ocorre desorganização em todo o sistema oficial nos estados, provocando fusões, extinções, mudanças de regime jurídico, sucateamento e, especialmente, a ausência de organicidade e articulação entre as instituições realizadoras do serviço. Embora a disposição constitucional estabeleça, o Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990, que dispôs sobre a organização e funcionamento dos órgãos subordinados à Presidência da República, abortou completamente da competência federal a assistência técnica e extensão rural. De forma contraditória, poucos dias após a Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990 restabeleceu a mesma entre as competências do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA) (PEIXOTO, 2008). O Quadro 2 apresenta as contínuas mudanças nos órgãos federais responsáveis pela coordenação central do Sistema Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural entre 1990 e 2003.

Quadro 2. Órgãos federais responsáveis pela coordenação da política de Extensão Rural (1990-2003).

Ano	Órgão com prerrogativa de estrutura central	Instrumento normativo	Observações
1990	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),	Decreto nº 99.616	A EMBRAPA criou secretaria específica para a nova função (Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural),

			porém não conseguiu cumprir o mesmo papel.
1993	Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) pertencente ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA)	Decreto nº 936	Reingresso na estrutura ministerial.
1994	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) pertencente ao MAARA.	Decreto nº 1.261	O Departamento foi criado especificamente para as ações de assistência técnica e extensão rural. As ações foram limitadas pela carência de recursos e pouca representatividade política dos setores executores.
1998	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) pertencente ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA).	Decreto nº 2.681	Foi criado um gabinete específico para a política fundiária, alterando a designação do ministério.
2000	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo (SARC), vinculada ao MAA.	Decreto nº 3.527	Foi criado dentro da secretaria, o Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER), a quem competia promover e acompanhar a operacionalização do SIBRATER

Fonte: Elaborado pelo autor com dados extraídos de Peixoto (2008)

As mudanças sucessivas na coordenação do sistema apontam para ausência deliberada do Estado na política de extensão rural. Entre os fatores fundamentais, a opção por um modelo de desenvolvimento praticado em resposta a crise do capitalismo mundial, favorecida pela crescente integração das economias e sociedades dos vários países, especialmente no que tange à produção de mercadorias e serviços, mercado financeiro e difusão de informações. O advento de novas tecnologias comunicacionais e de processamento de dados impulsionou essa integração, denominada “globalização”.

Seguindo o receituário inicialmente adotado pelo Presidente Reagan dos Estados Unidos e pela primeira ministra Thatcher do Reino Unido, na década de 1980, o governo do Presidente Cardoso aprofundou as ações iniciadas por Collor e adotou um modelo macroeconômico voltado a menor presença do Estado na economia para alcançar o equilíbrio fiscal. A confluência do Estado mínimo com o mercado soberano, adotado em vários países nas décadas de 1980 e 1990, ficou conhecida como “neoliberalismo”. Este modelo, cortou gastos do Estado, particularmente os sociais e transferiu ao setor privado e filantrópico muitas das suas atribuições, inclusive promovendo privatizações do patrimônio público. Essa nova roupagem do liberalismo alavancou a crise do Estado de bem-estar social através do enfraquecimento e menor presença do poder central.

A ascensão do ideário neoliberal trouxe consequências deletérias à política de ATER, fazendo com que diversas instituições estaduais passassem a depender quase exclusivamente dos míseros recursos próprios. Simultaneamente, ganhou ênfase a discussão sobre a execução de políticas e programas por organizações não governamentais (ONGs) e o crédito rural disponível aos produtores foi reduzido significativamente, prejudicando as ações de ATER que encontram no mesmo um recurso metodológico de trabalho fundamental. Contudo, é importante ressaltar que não ocorreu a completa extinção do crédito. Por um lado, os monocultivos voltados à exportação e industrialização encontraram fartas linhas de financiamento. Por outro, tendo em vista a ascensão da agricultura familiar como categoria socioprofissional, o governo do Presidente Cardoso criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (PEIXOTO, 2008). Já em seu primeiro desenho, o PRONAF forneceu crédito de investimento e custeio com forte subsídio, período de carência e elegibilidade exclusiva aos agricultores familiares.

Em 1º de janeiro de 2003 tomou posse o Presidente Lula, após campanha vitoriosa nas eleições de 2002. À esquerda no espectro ideológico em relação ao seu antecessor, sua eleição afetou as expectativas dos mercados, fazendo com que o risco Brasil, índice criado para representar o grau de risco de se investir no país em determinado momento, disparasse ao final de 2002. Ainda antes da posse, o candidato Lula se viu obrigado a editar a “Carta ao povo brasileiro”¹⁹ onde propôs um novo “contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.” Na prática, a carta representou um grande aceno aos mercados e foi o embrião da política de conciliação de classes que marcou os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na maior parte do seu primeiro mandato, manteve inalteradas as políticas macroeconômicas do governo anterior, fundadas no conhecido tripé composto pela política monetária (metas de inflação), câmbio flutuante e política fiscal (para gerar superávit primário). Após os ajustes realizados entre 2003-2005, surgiu dentro do governo uma nova proposta de política macroeconômica acompanhada de políticas assessórias (crédito, industrial *etc*) que formaram uma unidade coerente capaz de substituir as políticas neoliberais originais. Os autores dessa proposta a denominaram “neodesenvolvimentismo”. Em síntese, trata-se de uma política híbrida, que mescla as políticas macroeconômicas neoliberais com políticas de crédito, de estímulo ao consumo e assistência social. A adoção dessa via ficou mais evidente a partir de 2006 e caracterizou o governo até o encerramento do segundo mandato em 2010 (MORAIS,

¹⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

SAAD-FILHO, 2011). O mesmo caminho foi adotado pela sucessora, a Presidenta Rousseff, mas percalços de ordem política, nomeadamente o engajamento das elites derrotadas nas eleições e a visibilidade seletiva da corrupção, coadunaram para o agravamento da recessão, com a piora de vários indicadores econômicos, retroalimentando a crise política e culminando na perda de apoio no Congresso, mesmo após ter sido eleita com uma das maiores coalizões partidárias da história. O panorama não permitiu o alcance de indicadores tão bem-sucedidos quanto os obtidos pelo governo Lula, resultando em 2016 no impeachment da Presidenta, substituída pelo então Vice-presidente Temer.

Ainda em 2000, no governo Cardoso, a Medida Provisória nº 1.911-12, de 25 de novembro de 1999, transformou o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, criado para atenuar os conflitos no campo, em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar. Em seguida, o nome foi alterado por Medida Provisória para Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Por fim, outra Medida Provisória promulgada no mesmo ano adotou o nome que se estendeu durante os governos Lula e Dilma: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (PEIXOTO, 2008). Criou-se um ministério específico para a agricultura familiar, deixando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) exclusivo para o agronegócio. A preservação da separação de ministérios evidencia a estratégia de conciliação do governo Lula entre segmentos distintos da sociedade, pois ao mesmo tempo em que favoreceu o agronegócio, aperfeiçoou e criou um vasto portfólio de políticas voltadas aos agricultores familiares. Apesar do aumento significativo de recursos destinados ao Plano Safra da Agricultura Familiar, elaborado pelo MDA, e das diferenças abissais entre os subsídios nas taxas de juros e período de carência a favor dos agricultores familiares; continuaram desproporcionais o volume de recursos concedidos aos agricultores patronais previstos no Plano Agrícola e Pecuário, sob a responsabilidade do MAPA. A Tabela 3 ilustra a diferença.

Tabela 3. Evolução do orçamento destinado ao crédito rural para agricultura familiar e agricultura empresarial (em bilhões de reais)¹

Safra	Agricultura Familiar (A)	Agricultura empresarial (B)	B/A
2002/2003	2,30	20,00	8,70
2003/2004	3,50	27,15	7,76
2004/2005	4,60	39,45	8,58
2005/2006	6,40	44,35	6,93
2006/2007	7,10	50,00	7,04
2007/2008	8,10	56,00	6,91

2008/2009	10,40	65,00	6,25
2009/2010	12,60	92,50	7,34
2010/2011	13,30	100,00	7,52
2011/2012	15,30	107,20	7,01
2012/2013	18,60	115,00	6,18
2013/2014	22,30	136,00	6,10
2014/2015	24,10	156,10	6,48
2015/2016	28,90	187,70	6,49
2016/2017	30,00	185,00	6,17

¹Valores nominais. Os valores previstos em orçamento não coincidem com os valores liberados. **Fonte:** Plano safra da Agricultura Familiar (2002/2003-2016/2017) e Plano Agrícola e Pecuário (2002/2003-2016/2017).

Os recursos creditícios destinados aos agricultores patronais superaram os voltados à agricultura familiar em 610% a 870%. Paradoxalmente, os dados do Censo Agropecuário de 2006 mostram que o Valor Bruto de Produção (VBP) da agricultura patronal (R\$ 89 bilhões) superam o da agricultura familiar (R\$ 54 bilhões) em apenas 65%. Ao mesmo tempo, a agricultura familiar era a época responsável por 74,4% das pessoas ocupadas (12,3 milhões de pessoas), enquanto a agricultura patronal absorve 25,6% (4,2 milhões de pessoas) da força de trabalho.

Os esforços redistributivos ganharam ênfase e projeção após hiato de treze anos de ausência do Estado, através de uma política voltada a educação integral, libertadora e humanista. Através do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, foram transferidas as competências do MAPA, relativa à ATER, para o MDA. Versão preliminar tinha sido elaborada em 2001, resultante da Resolução nº 26, de 28 de novembro de 2001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS)²⁰, que aprovou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, no âmbito do MDA, dez anos depois do plano elaborado pela Embrapa, quando estava sob sua responsabilidade a coordenação do SIBRATER (PEIXOTO, 2008). Em maio de 2004 foi publicada a primeira versão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), após amplos debates com a sociedade civil, realizados em quatro oficinas regionais e uma nacional, durante o ano de 2003.

A PNATER orienta a adoção de novos enfoques metodológicos participativos, do paradigma tecnológico da agroecologia e da valorização do conhecimento nativo, também conceituado como tradicional ou local (DIAS *et al*, 2008). A PNATER também busca “apoiar

²⁰ A sigla foi alterada para CONDRAF por meio do Decreto 4.854, de 8 de outubro de 2003, que também dispôs sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento, depois alterado pelo Decreto 8.735, de 3 de maio de 2016 e, por fim, pelo Decreto 9.186, de 1 de novembro de 2017, atualmente em vigência.

ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (BRASIL, 2004a, p.8).

Nos três anos que sucederam a implementação da política, convênios e contratos foram firmados com centenas de entidades, com destaque para as 27 organizações públicas estaduais de ATER, baseadas nas diretrizes da PNATER. No período, diversos eventos de capacitação foram realizados e o orçamento federal destinado à extensão rural cresceu doze vezes (CAPORAL, RAMOS, 2006).

A Lei Federal 12.188, de 11 de janeiro de 2010, alterou o nome da política, que passou a ser denominada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e consolidou o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). O Capítulo 2 desta tese será dedicado à apresentação mais detalhada da política.

1.4. Política social e a política de extensão rural

Desde a criação da ACAR em 1948, a política de extensão rural passou por crises e reformas que acompanharam as transformações da ordem política-institucional brasileira e a modernização sociotécnica da agropecuária mundial, moldando os padrões do aparato estatal dedicado aos serviços de extensão. De maneira análoga ao sistema brasileiro de proteção social, a política de extensão rural brasileira transitou entre o público e o privado; entre a caridade, a meritocracia e a redistribuição; e entre a legitimação e a acumulação. O Quadro 3 descreve as características dos três modelos e as homogenias sugeridas.

Quadro 3. Modelos de extensão rural.

Características	Modelos de extensão rural		
	Humanismo-assistencialista	Difusionismo-produtivista	Humanismo-crítico
Analogia à escala de Titmuss	Residual ou caritativo	Meritocrático-particularista	Institucional-redistributivo
Seletividade da política (Offe)	Legitimação	Acumulação	Acumulação/Legitimação
Prevalência	1948-1962	1963-1984	1985-atual
Público preferencial	Pequenos agricultores	Médios e grandes agricultores	Pequenos agricultores
Unidade de trabalho	Família rural	Produtor Rural	Família rural
Orientação pedagógica	“Ensinar a fazer fazendo”	Difusionista	Dialógica, problematizadora

Papel do extensionista	Indutor de mudanças de comportamento	Elaboração de projetos de crédito	Catalizador de projetos sociais
Tipo de planejamento	Vertical ascendente	Vertical descendente	Circular
Papel da tecnologia	Subjacente	Finalístico	Essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio
Crédito rural	Supervisionado	Orientado	Orientado/PRONAF
Organização da população	Grupos separados de agricultores, donas de casa e jovens	Não se preocupa	Associativismo

Fonte: Adaptado de Rodrigues (1997, p. 122)

Em seu primeiro momento histórico, buscou atender os mais capazes entre os pequenos agricultores através de ações inicialmente financiadas e controladas por uma associação filantrópica norte-americana. A despeito das ações produtivas e de bem-estar social terem apresentado resultados econômicos e sociais imediatos, especialmente entre os mutuários, o alcance foi limitado e a pedagogia empreendida tornava o agricultor e a sua família tecnologicamente dependente dos extensionistas, visto que os saberes prévios sempre existentes não eram reconstruídos ou ressignificados criticamente, tão somente substituídos pelos conhecimentos dos extensionistas. As pronunciadas motivações geopolíticas e econômicas colaboram para o entendimento de que a ação legitimadora foi mobilizada para cumprir múltiplos propósitos, entre eles, proteger a sociedade contra o risco que representava o comunismo em tempos de guerra fria; para que os magnatas pudessem polir sua imagem de marca por intermédio da filantropia, numa controversa amálgama com a busca pela bem-aventurança e redenção dos pecados; e, não menos importante, com o objetivo de promover a expansão do capitalismo na América Latina e aumentar os lucros dos seus desbravadores. Analogamente as leis dos pobres, a caridade foi o remédio contra os riscos representados pela pobreza.

O difusionismo-produtivista refletiu a opção do Estado brasileiro pela modernização, para incrementar a produção agrícola e industrial e superar os fatores considerados como fonte de “atraso” no meio rural. Desse modo, o difusionismo foi alçado como estratégia pedagógica para promover o encurtamento do tempo que intermedeia o lançamento de uma inovação e sua adoção coletiva pelos agricultores e, por este motivo, o modelo depositou forte ênfase na comunicação de mensagens motivadoras e persuasivas. Pelas circunstâncias históricas e objetivos manifestos, o público preferencial passa a ser formado por médios e grandes

produtores rurais e, para isso, o aparato estatal dedicado a extensão rural se multiplica. Em semelhança a fase meritocrática-particularista das políticas sociais, os benefícios alcançados subordinaram-se ao desempenho do trabalho, neste caso, de uma camada majoritariamente formada pela elite rural, configurando assim a opção pela acumulação.

O último momento caracteriza-se por tentativas redistributivas ainda presentes de garantir amplos direitos sociais aos agricultores familiares através da política de extensão rural. Impulsionado pelas ideias de Freire, pela redemocratização e pela Constituição Federal de 1988, o humanismo-crítico atravessou desde o início da sua prevalência, vácuos institucionais e pressões sistemáticas para reorientar o Estado aos moldes difusionistas, malgrado esta orientação nunca tenha sido de fato superada. O auge do modelo foi alcançado com a edição da PNATER em 2004, através da dialógica problematizadora e do planejamento circular entre os agentes catalizadores e produtores rurais.

CAPÍTULO 2

A POLÍTICA E O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA

O capítulo anterior apresentou as bases da política em estudo no contexto da sua construção histórica, sobrelevando os padrões de desenvolvimento frente aos modelos adotados de extensão rural e as interfaces entre as macrodefinições políticas e as orientações filosóficas oriundas das políticas públicas nas fases delimitadas desde sua gênese institucional. Este capítulo versa sobre o enfoque normativo e operacional, compreendendo a análise das fases, do arcabouço legal e dos traços constitutivos da PNATER e do PRONATER sob o ponto de vista material, financeiro e da força de trabalho, incluindo as responsabilidades dos entes signatários na perspectiva da descentralização.

As políticas setoriais de ATER, em crise desde 1990 pela extinção da EMBRATER, ressurgiram com a PNATER em uma nova conjuntura política da qual fizeram parte atores sociais e políticos importantes, outrora excluídos no período da modernização conservadora. O malogro da ditadura civil-militar permitiu a criação e a reorganização de partidos políticos, centrais sindicais e Movimentos Sociais e Sindicais do Campo (MSC) que participaram ativamente da arena política frente as instituições decisórias vigentes no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, cujos direitos fundamentais expressos foram marcas de uma transição longa e negociada.

Importante ressaltar que diversas ações e acontecimentos precederam a formulação da atual política de ATER. O inciso IV do Art. 187 da Constituição Federal de 1988 versa sobre a ATER como componente da política agrícola brasileira, assentando na carta magna a obrigatoriedade do Estado com a mesma. Em 1990, após a extinção da EMBRATER no governo Collor, a ASBRAER foi criada no mesmo ano como organização autônoma, independente e sem fins lucrativos para manter ativa a integração e o intercâmbio das 27 (vinte e sete) entidades estaduais de ATER, tornando-se, ao longo dos anos, uma instituição fundamental nos processos que culminaram nas formulações presentes.

Durante o interregno neoliberal, período marcado pela hegemonia do mercado e redução do papel do Estado na prestação de serviços, a reorganização dos serviços de ATER ganhou ênfase e projeção a partir da convergência, segundo Da Ros (2012b), de importantes processos ocorridos durante o governo Cardoso (1995-2002). A criação e institucionalização do PRONAF em 1995 como política de crédito rural diferenciada, reconheceu os agricultores

familiares enquanto categoria socioprofissional e permitiu o estabelecimento das bases institucionais e financeiras de apoio aos serviços de ATER. Outro acontecimento que merece destaque foi a realização em 1997 do “Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão para a agricultura familiar”, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela ASBRAER. O evento foi precedido por seminários estaduais nas 27 (vinte e sete) unidades da federação com o objetivo de formular proposições para a construção de um novo sistema público de ATER com recorte exclusivo para agricultura familiar, distinto do que prevaleceu no Brasil nas décadas anteriores, proporcionando a elaboração de novos referenciais teóricos, metodológicos e organizacionais basilares para a PNATER, instituída anos após. O autor também destaca, apesar de constatar que poucas foram as iniciativas para materializar as diretrizes apreciadas, que o seminário representou rupturas com o passado, ao considerar:

1) a definição dos agricultores familiares como o público exclusivo das ações de ATER; 2) a definição dos serviços de ATER como serviços públicos oferecidos por instituições estatais e não estatais; 3) a afirmação de um modelo institucional calcado nos princípios da descentralização, do pluralismo institucional, da autonomia e da gratuidade; 4) a defesa do desenvolvimento rural sustentável; 5) o controle social da gestão pelos próprios beneficiários; 6) a organização dos agentes em redes de ATER; 6) ênfase na participação dos agricultores e suas organizações na definição das prioridades de ação das instituições de ATER; 7) a adoção de novos métodos de trabalho baseados no diálogo e na troca de conhecimentos com os agricultores (DA ROS, 2012b, p. 6 e 7).

O projeto LUMIAR, criado em 1997 para promover o desenvolvimento autônomo dos assentamentos, representou um importante laboratório para as elaborações correntes, na medida em que consistiu no primeiro projeto de ATER com abrangência nacional voltado exclusivamente aos assentamentos de reforma agrária e uma experiência pioneira de descentralização, ao permitir que os serviços fossem contratados pelas organizações dos próprios assentados frente às instituições públicas ou privadas credenciadas. Para Dias (2004), o projeto foi criado em conjuntura favorável a promoção da reforma agrária diante da opinião pública. As iniciativas governamentais que deram formato ao LUMIAR foram aceleradas com a repercussão internacional dos massacres de Corumbiara (1995) e Eldorado dos Carajás (1996), perpetrados pelas polícias de Rondônia e Pará em desastrosas ações de desocupação de terras, respectivamente, e fez com que o governo tomasse iniciativas concretas para incorporar a agenda da reforma agrária frente a pressão popular e para limitar a influência dos movimentos sociais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), de criar fatos políticos. O autor também destaca que o projeto foi encerrado subitamente no ano 2000 por denúncias relacionadas a desvios de recursos.

Outra iniciativa relevante do governo Cardoso foi a criação da Câmara Técnica de ATER no âmbito do CNDRS, cuja principal atribuição foi debater e aprovar uma proposta de política nacional de ATER para a agricultura familiar, originando a Resolução nº 26, de 28 de novembro de 2001, tendo por base o documento produzido pelo Seminário de ATER de 1997 e após amplas discussões nos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (DA ROS, 2012b). Não há registros sobre a formulação e implementação da política (BRASIL, 2016a). Entretanto, as bases principiológicas e metodológicas expressas na resolução (BRASIL, 2001a) nos permitem inferir que o acúmulo gerado foi imprescindível para a política atual nos seguintes aspectos, entre outros possíveis:

- (1) O processo de construção foi participativo, integrando movimentos sociais do campo, a representação das entidades de ATER, os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Sustentável, representantes dos agricultores familiares e do Governo Federal.
- (2) A missão pronunciada na resolução apresenta vários aspectos fundamentais da política atual, entre os quais, a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações, a previsão de processos educativos integrados às dinâmicas locais, o exercício pleno da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.
- (3) Prevê relações de parceria e corresponsabilidade entre todos os agentes do processo e a intercomplementaridade e respeito mútuo entre extensionistas e agricultores, deixando claro que estes devem ser considerados sujeitos conscientes do processo de desenvolvimento em todas as etapas do planejamento.
- (4) A inédita previsão do uso de metodologias participativas para intercâmbio e produção de conhecimentos em processos educativos dialéticos, partindo da compreensão construtivista para afirmação da vontade coletiva.
- (5) A articulação entre ATER e instituições de pesquisa prevista na perspectiva de romper com o paradigma da “ponte”, típico do difusionismo, época em que o serviço se dedicava à persuasão para convencer os agricultores do uso dos pacotes tecnológicos. Em lugar, sugere relação estreita com os órgãos de pesquisa, para que a ATER, em conjunto com os agricultores familiares e suas organizações, identifiquem linhas de pesquisa adequadas para as realidades locais e específicas da agricultura familiar, apresentando suas demandas às instituições de pesquisa e aos Conselhos Nacional e Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- (6) Compreende o espaço rural como algo mais amplo do que a área agrícola na definição das estratégias locais de desenvolvimento, considerando relações de equilíbrio entre as dimensões política, econômica, social, histórica, cultural e ambiental.
- (7) Estabelece o princípio da qualidade e gratuidade do serviço e define como público alvo os agricultores familiares²¹, suas famílias e organizações, bem como outros trabalhadores rurais.
- (8) A operacionalização da política parte da observação das diferenças regionais, permitindo a diversidade de experiências, integrando as organizações dos agricultores e promovendo a integração horizontal e vertical das organizações associativas dos agricultores familiares, tendo em vista a formação de escala para inserção competitiva nas cadeias produtivas. Também parte da integração dos diferentes executores da ATER para agricultura familiar, nos municípios, através da consolidação dos seus planos de trabalho ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).
- (9) Em seus princípios pedagógicos, considera os enfoques sistêmico e holístico e apresenta como diretrizes o uso dos métodos participativos na apreensão da realidade; integra toda a família no processo de tomada de decisões; incorpora os conceitos ecológicos e ambientais; apoia o associativismo; promove o planejamento produtivo dentro de uma lógica articulada dos vários setores inseridos no processo produtivo; promove o desenvolvimento rural sustentável aliando as discussões econômicas, sociais e ambientais; e dissemina as experiências exitosas dos agricultores.
- (10) Em seus aspectos conceituais, a resolução considera o planejamento com participação através do diagnóstico da realidade, da compreensão da organização social, da garantia da participação através do trabalho coletivo, de assegurar a comunicação através da expressão ao nível do interlocutor, de promover a discussão de resultados e a avaliação contínua dos processos. Também prevê a capacitação dos agricultores, dos técnicos e conselheiros.

²¹ A resolução emprega a definição legal de agricultor familiar, que compreende o proprietário, posseiro, assentado da reforma agrária, extrativista, parceiro, meeiro, arrendatário, colono, renteiro, ocupante, pescador artesanal, agregado, índio, acampado, ribeirinho, caçara e remanescente de quilombo, assalariados rurais e outros que se identifiquem como público beneficiário do PRONAF (BRASIL, 2001a)

(11) Por fim, a resolução indica os critérios e princípios para o credenciamento das entidades prestadoras de serviço de ATER, a ser realizado pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) a partir das indicações dos CMDRS, em moldes muito semelhantes aos atuais. Também considera um sistema de monitoria e avaliação da política.

Por outro lado, apesar das sólidas bases estabelecidas na resolução e nas outras relevantes ações apresentadas, a extinção da EMBRATER e, por conseguinte, do SIBRATER, resultou na considerável redução do aporte de recursos públicos federais e na quase inexistência de contratação de novos profissionais para a preservação da capacidade de prestação de serviços pelas ATERs entre a década de 1990 e início dos anos 2000, tornando as mesmas, a partir de então, dependentes dos recursos públicos estaduais e dos convênios com prefeituras, sindicatos, cooperativas *etc.* A EMATER-MG passou a cobrar por alguns serviços prestados e, em modelo que também predomina até a atualidade, consolidou o sistema de convênios no qual as prefeituras que demandam escritório local para seu município precisam financiar o aluguel ou cessão de prédio público, energia elétrica, água, telefonia, combustível para os veículos e funcionários administrativos. A tão propalada coesão sistêmica, marca indelével do SIBER e do SIBRATER, desagregou-se com a extinção do órgão cuja principal função principal era fomentar e integrar as ATERs, sobretudo através da capacitação de extensionistas e repasse de recursos de programas federais de apoio ao setor rural (DIAS, 2007).

As eleições presidenciais de 2002 e a assunção de Lula à Presidência da República em 2003 inauguraram uma nova quadra na história brasileira. A nova conjuntura política resultante, a consolidação do PRONAF e o acúmulo gerado nos debates que se estabeleceram por uma nova ATER, contribuíram significativamente para alavancar os referenciais que já estavam sendo demandados pelas organizações que vocalizavam novos paradigmas frente à institucionalidade governamental desde o início dos anos 1990.

Em decorrência, as agendas do combate à fome e a da segurança alimentar e nutricional receberam um grande impulso e espaço para institucionalização de seus princípios, especialmente após a criação no primeiro dia de governo do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), responsável pela formulação e implementação do projeto Fome Zero e seus diversos subprogramas. Partindo da premissa do direito humano à alimentação como direito fundamental e da percepção que sua universalização não ocorria pela escassez de demanda decorrente da discrepância entre os preços e o baixo poder aquisitivo de parcela substantiva da população, o Fome Zero implementou a articulação

de um conjunto de políticas que visavam combater as causas estruturais da fome, por um lado através da melhoria na renda, e por outro, do aumento da oferta de alimentos básicos oriundos preferencialmente da agricultura familiar. O projeto foi fundamental para incrementar e impulsionar o mercado dos agricultores familiares através das compras institucionais de alimentos para escolas, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas *etc*, ao mesmo tempo que potencializou a economia das localidades com presença de agricultores familiares e o atendimento das necessidades alimentares de uma parcela vulnerável e numericamente significativa da população e a geração de novos hábitos alimentares (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O Fome Zero assume grande relevância para o contexto deste trabalho, apesar da extinção do MESA pouco mais de um ano após sua criação e das críticas diversas recebidas pelo projeto, a partir do momento que representou o marco inicial de um amplo portfólio de políticas setoriais agrícolas, com especial destaque para o já mencionado fortalecimento do PRONAF, para a gênese do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e com a mudança em 2009 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), acompanhada da Lei nº 11.947 do mesmo ano, que determinou o emprego do percentual mínimo de 30% dos recursos federais destinados a aquisição de alimentos diretamente dos agricultores familiares. Ao destinar vultosos recursos para a categoria social, desencadeou transformações estruturais nos mercados institucionais e na dinâmica produtiva. Com o aumento progressivo dos recursos creditícios do PRONAF (a juros subsidiados e amplo período de carência) e através do aumento da demanda oriunda da ação governamental, consolidou-se na mesma época a opção pela reestruturação dos serviços de ATER para que as políticas funcionassem em simbiose. Mediante o tripé “crédito, formação de demanda e extensão rural”, configurou-se a opção do Estado brasileiro pelo desenvolvimento rural sustentável em oposição as noções pretéritas de desenvolvimento que partiam do determinismo econômico. Para Neves (2005), esta inovadora simbiose veio invertida em ordem de antecedência, pois o processo de desenvolvimento social e econômico, construído através do reconhecimento da agricultura familiar, só é possível se os mesmos puderem contar com o apoio da ATER. Entretanto, em um processo relativamente rápido, as orientações seguiram em linha de continuidade com os debates travados no Seminário de 1997 e incorporadas na totalidade pela Resolução 26/2001 da Câmara de ATER do CNDRS, inclusive com a presença de pessoas que participaram da elaboração das duas tarefas e que mais tarde vieram a integrar o governo Lula e colaborar com a formulação e implementação da primeira versão da PNATER.

2.1. As fases da PNATER

Visando superar o legado assistencialista, produtivista e o vácuo institucional que prevalecia à época, surge em 2004 uma nova política de ATER que se destaca por apresentar objetivos, diretrizes e orientações teórico-metodológicas profundamente distintas daquelas que vigoraram nas décadas anteriores, mas que ao mesmo tempo foi muito bem sucedida ao aproveitar o acúmulo gerado nas formulações pretéritas da sociedade civil organizada. Em seu processo de construção, experimentou fases delimitadas conforme a evolução do arcabouço legal e mecanismos de implementação. O Relatório nº 02/16 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, cujo objetivo foi apresentar avaliação da PNATER para os Senadores da Comissão, apresenta a política em duas fases: a primeira iniciada em 2003, logo após as prerrogativas da ATER serem transferidas do MAPA, onde estavam sob a guarda da EMBRAPA, para a SAF/MDA, por meio do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Antes mesmo da edição do Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004, que criou o DATER na estrutura da SAF, a PNATER começou a ser construída até chegar a sua primeira versão, então intitulada “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural”, lançada em maio de 2004. A segunda fase teve início a partir da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, quando a política passou a receber a denominação atual, “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária”, que perdura até os dias atuais. O mesmo instrumento, aprovado pelo Congresso Nacional, também consolidou em seu preâmbulo o “Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária” e, em capítulo dedicado, o estabeleceu como principal instrumento de implementação da PNATER.

Da Ros (2012b) desenvolve periodização semelhante, entretanto apresenta três fases ao invés de duas, adicionando uma fase preliminar em relação à proposta no relatório do Senado. Para o autor, a primeira fase compreende o intervalo entre 2003 e 2004 quando se estabeleceu o processo de formulação das bases teóricas, metodológicas e institucionais e quando a política de ATER foi transferida do MAPA para o MDA. A segunda fase abrange o período entre 2004 a 2009, quando esforços foram envidados na implementação das ações preconizadas, com início na primeira versão da PNATER, em maio de 2004. A terceira e última fase, que persiste até os dias atuais, teve início a partir da já mencionada Lei Federal em 2010, quando o novo arcabouço legal trouxe, entre outras alterações importantes, mudanças nos mecanismos de contratação dos serviços de ATER públicos e privados. Para fins didáticos, os acontecimentos serão apresentados seguindo esta periodização que permite destacar os eventos da formulação e da implementação da política separadamente.

2.1.1. Primeira fase: a gênese de uma nova ATER

As ações de ATER foram prometidas durante a campanha vitoriosa de 2002 que alçou Lula à Presidência da República em 2003. O documento *Vida Digna no Campo*²² definiu o projeto de Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de Segurança Alimentar do programa de governo da Coligação Lula Presidente. Nele, dedicou-se um item para o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Assentamentos de Reforma Agrária, onde se compromete com o fortalecimento da extensão rural e assistência técnica pública e gratuita.

Entretanto, as intervenções iniciais do governo caracterizaram inflexões programáticas em relação às campanhas desenvolvidas nos três pleitos anteriores e ao que era historicamente defendido pelo partido, uma vez que nomeou para os Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento e Comércio, três grandes proprietários do setor agroindustrial, que adotaram políticas de orientação neoliberal favoráveis ao agronegócio e às exportações agrícolas; ao mesmo tempo em que escolheu para secretarias e ministérios ligados às políticas sociais de segurança alimentar (MESA), reforma agrária (INCRA/MDA) e fortalecimento da agricultura familiar (SAF/MDA), nomes ligados ao PT (SABOURIN, 2007). Essas inflexões tornaram-se mais evidentes a partir do momento em que a defesa da complementariedade funcional entre o agronegócio e a agricultura familiar suprimiu a lógica concorrencial entre as modalidades. Atribui-se ao agronegócio a função econômica da geração de empregos, renda e superávit na balança comercial e a agricultura familiar teria outras funções que também passariam pelo econômico, mas que transcenderiam para os aspectos social, cultural, demográfico e ambiental (DA ROS, 2012b). Assim, o Estado conciliou dois modelos de desenvolvimento, um voltado para o determinismo econômico e outro assumindo sentido holístico, mas sem deixar de transparecer uma hierarquia funcional entre ambos, o que repercutiu diretamente sobre as dotações orçamentárias destinadas as políticas públicas frente aos interesses das corporações e da sociedade civil.

Por outro lado, assim que criado em 2004, o DATER foi composto majoritariamente por extensionistas da EMATER-RS, que no decorrer do Governo Dutra (PT) haviam dado nova face à instituição e à política de ATER no estado. A experiência serviu como modelo para inserção da proposta de “transição agroecológica”²³ na primeira versão da PNATER, reafirmando a crítica aos princípios da revolução verde e assentando um novo projeto político

²² Disponível em <http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/vidadignanocampo.pdf>

²³ Para Costabeber (1998), o processo de transição ecológica é caracterizado pela passagem do modelo de produção convencional a formas de produção mais sustentáveis a médio e longo prazo, através da ecologização da agricultura e da maior integração entre a Agronomia e a Ecologia.

capaz de buscar soluções mais compatíveis com as especificidades de cada agroecossistema e dos padrões culturais das pessoas envolvidas no seu manejo (DIAS, 2007). Do mesmo modo, a expertise acumulada contribuiu para o desenho do modelo de gestão que fortalecia as instituições públicas estaduais de ATER na política nacional, a despeito das críticas contundentes dos MSC que as consideravam conservadoras, em especial no que se refere as orientações teórico-metodológicas (DA ROS 2012b).

O marco legal inaugural dessa fase foi a edição do Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003, quando a competência relativa à assistência técnica e extensão rural foi transferida do MAPA para o MDA. Em seus cinco artigos, transferiu os direitos, as obrigações e os acervos técnico e patrimonial utilizados no desempenho das atividades e quatro cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS).

Estavam dadas as condições para a construção da política que se organizou de forma mais democrática e participativa que a versão formulada dois anos antes pelo CNDRS, mediante a articulação do Governo Federal com as lideranças representativas dos agricultores familiares e dos movimentos sociais camponeses. Em um primeiro momento, foi constituído um grupo de trabalho²⁴ para elaborar uma proposta provisória que serviu de base para as oficinas regionais realizadas em Belém, Curitiba, Campo Grande e Recife, preparatórias para a oficina nacional realizada em 24 e 25 de setembro de 2003 em Brasília, que aprovou o documento final (BRASIL, 2004a). Os debates se realizaram na perspectiva da participação efetiva, no qual as representações puderam, no sentido proposto por Bordenave (1992), fazer parte, tomar parte e ter parte, o que necessariamente significa a possibilidade de estarem presentes, o acesso e a intervenção direta nas decisões que orientam a ação e a legitimidade no grupo, respectivamente.

A observância a estes princípios na produção dos consensos conferiu legitimidade social e força política para a implementação das ações, cujo primeiro ato oficial foi a publicação do documento intitulado “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural”, em 25 de maio de 2004, pouco tempo após a edição do Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004, que criou o DATER na estrutura da SAF/MDA.

A versão final constitui uma compilação, empreendida pelo grupo de trabalho, das deliberações tomadas nas oficinas nacional e regionais de 2003, as quais foram intensamente influenciadas pelas formulações do Seminário de 1997, cujas resoluções se materializaram na Resolução nº26/2001 do CNDRS e pela experiência piloto do LUMIAR, como já afirmado. Em

²⁴ O grupo foi composto por Argileu Martins, Eros Marion Mussoi, Fani Mamede, Francisco Roberto Caporal, Guilherme de Freitas, Ewald Strauch, Hur Ben Corrêa da Silva, Inocêncio Gasparin, Joaquim Thomas, Márcia Muchagata, Nicolau Schaun, Roberta Maçada Lange e Romeu Padilha de Figueiredo (BRASIL, 2004a).

sua primeira versão, a PNATER representou um ato discricionário do DATER/SAF/MDA, na medida em que não se operou por decreto ou projeto de lei. Por este motivo, entre 2004 e 2007, o orçamento da PNATER ficou vinculado a linhas de ação dentro do PRONAF e, mais tarde, foi incluído no Plano Plurianual de 2008-2011, através de proposta elaborada pela plenária do CONDRAF que resultou na Resolução nº 62 de 05 de junho de 2007.

Em suas 22 (vinte e duas) páginas, o documento que passou a orientar a política de ATER está dividido em 9 (nove) partes, apresentadas resumidamente abaixo.

- (1) Na “introdução”, primeira parte do documento, apresenta a política em linhas gerais, os mecanismos participativos da elaboração, os objetivos e a população alvo.
- (2) Em “antecedentes”, sintetiza as experiências pregressas da extensão rural brasileira desde sua gênese institucional, destacando a organização do SIBER e do SIBRATER, sua extinção no Governo Collor até o resgate pelo MDA.
- (3) Na terceira parte esclarece os princípios e diretrizes que orientam a política nacional de ATER. Nos princípios, garante a gratuidade, quantidade e qualidade suficientes e estabelece como público alvo exclusivo da nova política os agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF. Aduz sob a promoção do desenvolvimento rural sustentável e a utilização de abordagens multidisciplinar e transdisciplinar através do estímulo à adoção de novos enfoques metodológicos participativos e no paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Estabelece um modelo de gestão democrática da política, tendo em vista a construção da cidadania e o controle social. Presume o desenvolvimento de processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais. Nas diretrizes, estabelece o apoio as ações múltiplas e articuladas de ATER, considerando a dimensão ambiental; a garantia à oferta permanente e contínua em todas as regiões rurais brasileiras; o apoio às ações destinadas à qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase na produção de alimentos básicos. Também sustenta: assegurar que as ações contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento; privilegiar os Conselhos como fóruns ativos e corresponsáveis pela gestão da Política Nacional de ATER, no âmbito municipal, estadual e federal; promover ações de capacitação dos membros dos

Conselhos ou Câmaras Técnicas de ATER; proporcionar relação de participação e gestão compartilhada; o desenvolvimento de ações que levem à conservação e recuperação dos recursos naturais dos agroecossistemas e à proteção dos ecossistemas e da biodiversidade; a viabilização de serviços de ATER que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, ONGs, entidades dos agricultores familiares e demais públicos da política; o estímulo a participação da ATER nos processos de geração de tecnologias e inovações organizacionais; orientar estratégias que permitam a construção e valorização de mercados locais e a inserção não subordinada dos agricultores e demais públicos da extensão no mercado globalizado; garantir que os planos e programas de ATER, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam construídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas; viabilizar ações de ATER dirigidas especificamente para a capacitação e orientação da juventude rural, de modo a assegurar o processo de sucessão; e o apoio às ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas.

(4) A quarta parte do documento, intitulada “o sistema descentralizado de ATER”, apresenta a missão, os objetivos, as orientações estratégicas e metodológicas da política. Estabelece que a política deve se organizar na forma de um sistema nacional descentralizado, com a participação de entidades estatais e não estatais, que se nortearão pelos princípios e diretrizes enunciados no documento, sob a coordenação do DATER/SAF/MDA. Os serviços públicos de ATER passam a assumir a missão e o objetivo geral de participar da promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na agricultura familiar e em suas organizações, envolvendo atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo *etc*, visando a qualidade de vida e a adoção dos princípios da agroecologia. Em seus objetivos específicos, presume uma amálgama de propósitos que em sua totalidade assumem sentido holístico, integrando melhoria da renda; segurança alimentar; da diversificação da produção; geração de novos postos de trabalho; equilíbrio ambiental; respeito aos valores socioculturais dos grupos envolvidos; inclusão social; fortalecimento da cidadania; produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica; construção

e adaptação de tecnologias de produção ambientalmente amigáveis; otimização do uso e manejo sustentável dos recursos naturais; conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas; construção e consolidação de formas associativas; fortalecimento das atuais articulações de serviços de ATER; sustentabilidade econômica e socioambiental; valorização do conhecimento e do saber local; e apoio ao resgate de saberes para servir de referencial para ações transformadoras da realidade. As orientações estratégicas convergem com os objetivos específicos, indicando os pressupostos que devem ser considerados pelos executores da política para atingir os mesmos. Nas orientações metodológicas estão assentados o caráter educativo e o uso das metodologias participativas como imperativos de ação, a serem concebidas em uma pedagogia construtivista e humanista, referenciadas na realidade e no conhecimento local, através de relação dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade.

(5) O quinto item elenca as entidades, instituições e organizações elegíveis para o sistema nacional descentralizado de ATER pública, com a previsão de participação da iniciativa privada e do terceiro setor na política após o credenciamento junto ao Fórum Nacional de Gestão da ATER Pública ou nos CEDRS/CEDRAF. Compreende as instituições públicas estatais de ATER; as empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público; os serviços de extensão pesqueira; as organizações dos agricultores familiares que atuam em ATER; as ONGS que atuam em ATER; as cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de ATER; estabelecimentos de ensino que executam atividades de ATER na sua área geoeducacional; as Casas Familiares Rurais (CFR), as Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades que atuem com a pedagogia da alternância²⁵ e que executem atividades de ATER; e redes e consórcios que tenham atividades de ATER.

(6) O sexto item dispõe sobre a gestão e coordenação do Sistema Nacional de ATER. Estabelece o DATER/SAF/MDA como estrutura central de coordenação da política e apresenta suas atribuições, previstas no Decreto nº 5.033/2004. Também designa as responsabilidades em nível nacional, estadual e municipal.

²⁵ A Pedagogia da Alternância é uma metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos. Como exemplo, as diversas EFAs no Brasil, partícipes de um amplo movimento internacional iniciado na França em 1935, onde os alunos desenvolvem atividades em tempos e lugares diferentes, geralmente alternando uma semana na escola e outra com a família, contudo mediados por complexa metodologia construtivista de ensino-aprendizagem.

(7) Em “recursos financeiros”, determina a responsabilidade do MDA, na esfera federal, de incluir no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento Geral da União (OGU) os recursos necessários para viabilizar as ações. Do mesmo modo, prevê o compartilhamento da responsabilidade financeira e de infraestrutura com estados e municípios. Em seguida, estabelece os requisitos básicos para credenciamento de entidades prestadoras de serviços, as quais deverão se credenciar junto ao DATER se tiverem base territorial e abrangência geográfica definida; adequação no dimensionamento da equipe técnica e de apoio para o trabalho a ser realizado, com exigência de registro nos conselhos profissionais e conhecimento nas áreas requeridas pelo projeto; assumir compromisso em utilizar os recursos exclusivamente para prestação de serviços aos beneficiários; incluir em suas diretrizes de trabalho as questões de gênero, geração, raça e etnia; comprometer-se com o uso e manejo ecológico dos recursos naturais; submeter-se aos mecanismos e procedimentos de acompanhamento, controle e avaliação das atividades contratadas e/ou conveniadas; renovar anualmente o credenciamento mediante avaliação e aprovação dos serviços prestados, compreendendo que a opinião dos beneficiários da política serão consideradas na escolha das entidades prestadoras. Também estipula os critérios para a alocação de recursos, inicialmente tornando compulsória a observância aos princípios, diretrizes, missão, objetivos, orientações estratégicas e metodológicas da PNATER. Exige a prestação de contas dos recursos recebidos e relatório técnico dos projetos apoiados e proíbe a terceirização dos serviços contratados. Determina a construção de indicadores para orientar a maior ou menor destinação dos recursos aos estados, entre eles, o número de agricultores familiares, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); renda líquida média do universo de agricultores familiares e percentual de estabelecimentos rurais caracterizados como de agricultura familiar.

(8) No item “capacitação para a transição”, apresenta como ponto de partida para a política um processo de capacitação sólido e massivo de extensionistas e assessores técnicos, referenciado nos princípios, diretrizes, missão, objetivos, orientações estratégicas e metodológicas da PNATER. Para garantir a abrangência, sugere um processo de formação de formadores e programas continuados de atualização profissional e nivelamento, privilegiando metodologias baseadas na pedagogia da alternância, envolvendo técnicos, agricultores e outros agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento rural.

(9) No último item, determina que o DATER deverá tomar as providências necessárias para a elaboração do PRONATER, principal instrumento organizativo da implementação da política, imediatamente após a promulgação da PNATER.

As formulações presentes no documento representaram o melhor cenário em que os consensos permitiram avançar, decorrentes de um processo de modificação na correlação de forças do qual as posições antes minoritárias passaram a ser adotadas como parâmetros de ação. Por um lado, consubstanciou os estudos contemporâneos da Sociologia Rural em sua crítica à modernização conservadora; no reconhecimento da agricultura familiar como categoria socioprofissional; ao considerar o “novo rural” como o ambiente onde também se fazem presentes atividades não agrícolas; ao ampliar categoricamente a noção dos beneficiários aos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT)²⁶ e a outros públicos que fazem parte da formação brasileira, tais como assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, aquicultores, povos da floresta e seringueiros; e ao observar recortes de gênero, geração, raça e etnia. A primeira versão da política também ousou ao sobrelevar o desenvolvimento rural sustentável como seu maior objetivo, sem olvidar das controvérsias associadas ao seu significado; ao sublimar o paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia; e ao estabelecer e tornar legitimamente compulsórias as metodologias participativas às organizações e entidades públicas, privadas e do terceiro setor que ensejem captação de recursos.

Por outro lado, foram construídos dois programas de ATER distintos, um deles comandado pelo INCRA, voltado especificamente para os assentamentos de reforma agrária, conhecido como Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) e outro direcionado aos agricultores familiares, a PNATER, cuja operacionalização ficou a cargo do DATER. A consolidação de dois programas ao invés de um ocorreu em um cenário onde o INCRA era coordenado por intelectuais ligados ao MST e a estrutura do DATER/SAF comportava a influência das EMATERs, ONGs e dos movimentos sindicais da agricultura familiar, designadamente CONTAG, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); sendo que as forças ligadas ao DATER/SAF participavam da composição do CONDRAF e o MST não.

²⁶ O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), define estes públicos como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

Ademais, a curta experiência do LUMIAR, considerada positiva entre os assentados e suas lideranças e as discordâncias com o formato organizacional, em que as entidades estaduais de ATER ganharam força, foram particularidades que contribuíram para a criação do programa de ATES. Principalmente porque os intelectuais próximos ao MST rejeitavam o uso das expressões “assistência técnica” e “extensão rural”, para eles, herança da revolução verde e do difusionismo; e por este motivo, argumentaram que seria necessária uma ruptura total com o passado, delimitando novos conceitos e metodologias. Desse modo surgiram dois programas diferentes quanto ao público atendido e, não obstante, operacionalização semelhante quanto aos princípios e diretrizes (DA ROS, 2012b).

2.1.2. Segunda fase: organização e estruturação do sistema descentralizado

Logo após a publicação da primeira versão da política, um conjunto de medidas foram tomadas no sentido de viabilizar o novo sistema de ATER descentralizado. A gestão deste sistema ficou inicialmente a cargo do CONDRAF, de composição paritária, composto por 19 (dezenove) representantes do governo federal e 19 (dezenove) membros de organizações e entidades da sociedade civil organizada, entre os quais, integrantes dos órgãos representativos da extensão rural e da agricultura familiar; conforme o disposto no Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003, vigente à época.

Antes disso, já havia sido criada a Câmara Técnica de Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa e Capacitação, por meio da Resolução nº 02, de 29 de maio de 2000, depois alterada pela Resolução nº 11 de 22 de fevereiro de 2001, do então CNDRS. Em síntese, as competências já estavam dadas antes mesmo da implementação e as atribuições do DATER/SAF foram complementares às do CONDRAF. Nos estados, os CEDRSs/CEDRAFs foram encarregados pelo credenciamento das organizações de ATER e aos CMDRSs foram atribuídas responsabilidades no acompanhamento e controle social das atividades executadas pelas entidades prestadoras de ATER.

Após a definição das competências, o DATER tomou as providências necessárias para a elaboração do PRONATER, conforme determinação da PNATER, com a finalidade precípua de estabelecer as diretrizes norteadoras das ações operacionais das organizações que prestaram serviços de ATER no Brasil. O programa acolhe, para o ano que foi elaborado (2005), o nivelamento conceitual com a política; as parcerias estabelecidas; a construção dos programas estaduais; a formação de agentes de ATER, agricultores familiares e de quadros para a ATER setorial (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aquicultores, extrativistas, jovens e mulheres trabalhadoras rurais) e a qualificação e ampliação dos serviços de ATER no

país. Contudo, ampla pesquisa e contatos realizados com o DATER pelo autor, permitem concluir que nenhuma outra versão foi elaborada até a presente data. Peixoto (2009) afirma que uma segunda versão chegou a ser cogitada durante a IX reunião do Comitê de ATER do CONDRAF, mas entre as resoluções do referido conselho disponíveis no sítio do conselho na internet, diga-se de passagem, atualizadas, não se encontra nenhum documento alusivo à outra versão posterior do PRONATER.

Esta versão foi publicada em 1º de março de 2005²⁷ integrando 4 (quatro) subprogramas: (1) formação de agentes de ATER, com o objetivo de formar agentes multiplicadores dos princípios e diretrizes da política para atuar nos estados na capacitação de técnicos e agricultores; (2) capacitação de agricultores familiares, com a finalidade de promover a capacitação de agricultores familiares, suas organizações e parceiros, destinando-se a apropriação de conhecimentos e tecnologias indispensáveis; (3) programas estaduais de ATER, como subprograma destinado à articulação com os setores estatais, de representação dos agricultores familiares e da sociedade civil organizada; e (4) ATER setorial, com o objetivo de estabelecer prioridades e propor mecanismos metodológicos apropriados à prestação de serviços de ATER para extrativistas, populações indígenas, quilombolas, mulheres, pescadores artesanais e aquicultores. Para cada subprograma e seus componentes, foram estabelecidas metas para o ano de 2005, conforme o Quadro 4.

Quadro 4. Subprogramas do PRONATER e suas metas.

Subprograma/Componentes	Metas
Formação de agentes de ATER (quadros técnicos e agentes)	- Elaborar e disponibilizar 10 documentos temáticos de interesse dos eixos norteadores da PNATER, com conteúdos básicos para subsidiar a capacitação de técnicos; - Integrar 200 estudantes das ciências agrárias e áreas correlatas (níveis superior e médio) na formação de agentes de ATER, com o sentido de aumentar a oferta de pessoal especializado na área. - Apoiar a formação de 5.400 técnicos de ATER para ampliação e qualificação dos conhecimentos sobre a base conceitual agroecológica estabelecida pela PNATER. - Capacitar 540 técnicos em metodologias participativas e agroecologia. - Ampliar ações de capacitação, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, na ação conjunta PRONAF Florestal, realizando a contratação de 5 projetos para capacitação de técnicos e agentes de ATER em atividades florestais no bioma cerrado. - Apoiar a formação de 150 agentes de ATER em nível de especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável. - Apoiar a formação de 40 agentes que desenvolvem ações junto a comunidades de quilombolas. - Apoiar a formação de 40 articuladores do crédito rural na agricultura familiar.

²⁷ Disponível em http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/nap/orientacoes/09_mda_programa_nacional_de_assistencia_tecnica_e_extensao_rural.pdf

		- Apoiar a formação de 40 agentes de extensão para atuar junto a populações indígenas, fundamentados nos preceitos da antropologia, garantindo a adaptação às diferenças étnicas e ao conhecimento tradicional. - Apoiar 10 eventos de caráter regional, estadual e/ou nacional que visem à construção e socialização de conhecimentos em agroecologia. - Apoiar intercâmbios de 270 técnicos e 270 agricultores para a troca de experiências e conhecimentos por meio de visitas a projetos que sejam referência em agroecologia. - Promover 10 cursos sobre produção ecológica, para 400 técnicos. - Promover e apoiar 10 eventos de capacitação e elaboração de projetos sobre atividades florestais — manejo florestal de uso múltiplo e sistemas agroflorestais.
	Capacitação de agricultores familiares	- Apoiar a capacitação de 67 mil agricultores familiares, a partir de projetos de capacitação desenvolvidos nos estados.
	Programas estaduais de ATER	- Apoiar a elaboração e implementação de 27 programas estaduais de ATER. - Apoiar ações articuladas em 95 territórios, visando à construção de redes de ATER. - Apoiar programas de ATER com o atendimento de 1,6 milhão de beneficiários, durante o ano de 2005, em parceria com os estados e municípios. - Estabelecer convênios nos 27 estados, junto às entidades estatais e não-estatais, para ofertar serviços de ATER, priorizando a alocação de recursos nas regiões Nordeste e Norte.
ATER setorial	Extrativistas	- Apoiar ações de assistência técnica e extensão rural a 10 mil agricultores familiares, em atividades florestais, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. - Apoiar a criação de uma rede de intercâmbio, divulgação e troca de informações entre as entidades e agentes de ATER que atuam na região Norte.
	Indígenas	- Criar um cadastro das organizações e técnicos que trabalham com prestação de serviços de ATER para populações indígenas, com o objetivo de estabelecer redes para prestação de serviços, em parceria com o Programa para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA. - Apoiar 6 projetos de ATER em terras indígenas, em parceria com o Programa para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA.
	Quilombolas	- Apoiar ações de ATER para 100 comunidades quilombolas, em parceria com o Programa para Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA.
	Mulheres	- Desenvolver ações de assistência técnica e extensão rural para 40 mil mulheres, em parceria com o Programa para Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do MDA.
	Pescadores artesanais e aquicultores	- Apoiar ações de ATER em atividades pesqueiras para 20 mil pescadores e pescadoras artesanais e suas organizações. - Apoiar uma rede de extensionistas pesqueiros para troca de informações e experiências.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados disponíveis em Brasil (2005)

Outros importantes pressupostos do PRONATER foram as recomendações para as organizações de ATER pública, destinadas ao acolhimento de novos compromissos junto aos beneficiários. Nesta parte, o PRONATER estabeleceu os fundamentos a serem adotados pelas prestadoras de serviços de ATER públicas, assumidos como “termos de referência” para convênios, contratos, chamadas de projetos, pesquisa e capacitação celebrados com o MDA, no intuito de assegurar a prestação de serviços que atendam aos princípios e diretrizes da

PNATER. Nas recomendações, foram apreciados os fundamentos: institucional e organizacional; programático; metodológico; para o perfil e o papel dos extensionistas e agentes; e para a formação e capacitação.

No fundamento institucional e organizacional, referente as características das organizações públicas de ATER, foram consideradas as (a) diretrizes programáticas, (b) sistema de administração e gestão, (c) política de pessoal e (d) modelo operativo. As diretrizes programáticas determinam a observância às diretrizes do PRONATER. O sistema de administração e gestão dispõe sobre mecanismos de controle social e descentralização do processo decisório, através da participação dos beneficiários na definição, gestão, monitoramento e avaliação dos serviços prestados; e o estabelecimento de processos administrativos horizontais, flexíveis, complexos e interinstitucionais. A política de pessoal define a contratação de profissionais nas formações que garantam a multidisciplinaridade das ações, a ascensão funcional dos profissionais com base no desempenho e processos de capacitação continuados nas abordagens do PRONATER. Por fim, o modelo operativo propõe as organizações de ATER públicas a atuação em rede com outras organizações de ATER e de agricultores familiares; a complementaridade entre as organizações; a integração com os conselhos municipais, territoriais e estaduais de agricultura familiar ou de desenvolvimento sustentável; e a elaboração, implementação e gestão do programa de ATER de forma integrada ao Programa Estadual.

O fundamento programático determina a promoção de temas e conteúdos que atendam às diretrizes do programa, entre eles, a transição agroecológica; a articulação pesquisa-extensão-ensino-agricultores; a redução das desigualdades econômicas e sociais e valorização da cidadania; a criação de oportunidades e boas condições de trabalho; o incentivo à organização e participação das comunidades; a incorporação transversal das dimensões de gênero, geração, raça e etnia; e o respeito à cultura local. Também explicita a importância do trabalho em rede e sua natureza democrática, aberta e emancipatória.

O fundamento metodológico designa que os métodos de extensão rural, individuais, grupais e de massa²⁸, devem ser desenvolvidos de forma a garantir o poder de interlocução dos beneficiários quanto aos objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação dos resultados; em um processo coletivo pautado na corresponsabilidade; potencializando as habilidades e capacidades dos beneficiários para atuarem com autonomia, prevendo ainda que a ação extensionista se

²⁸ Ver Capítulo 4.

desenvolva a partir de diagnóstico e eleição de prioridades com a participação do público alvo da política.

Nos fundamentos para o perfil e o papel dos extensionistas e agentes, descreve o perfil dos profissionais como aqueles que conjugam habilidades para o planejamento participativo; visão holística e sistêmica; capacidade de análise e síntese; capacidade de liderança, respeitando as formas individuais e coletivas; conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e instrumentos de fortalecimento da agricultura familiar; sensibilidade ao trabalho com os agricultores familiares; conhecimento e sensibilidade às questões de etnia, gênero, raça e geração, como elementos fundamentais para a promoção da igualdade; e valorização do conhecimento dos agricultores, com perfil aberto a mudanças relativas a conceitos, tecnologias e percepção da realidade, a partir da ação em conjunto. Quanto ao papel, estabelece que os extensionistas devem atuar como facilitadores do acesso ao conhecimento, recursos e para que participem das instâncias organizativas e de poder; que coloquem seus conhecimentos à disposição, buscando a adaptação dos conhecimentos e tecnologias; e que articulem as diversas fontes de conhecimento para torná-los mais acessíveis aos agricultores.

Por fim, nos fundamentos para a formação e capacitação, determina a formação para a transição dos agentes de ATER nos estados, levando em consideração os conceitos fundamentais da PNATER e a capacitação de agricultores familiares, com o uso das metodologias participativas.

A despeito dessas elaborações, disponíveis no primeiro anexo do documento, receberem o título “recomendações para ATER pública”, o uso de verbos no modo imperativo reforça mais uma vez o uso da compulsoriedade legítima pelo Estado, aplicada as 27 (vinte e sete) organizações estaduais de ATER pública que demandarem recursos do programa, na medida em que esta foi conferida em um amplo processo democrático e participativo que contou em sua construção com a presença da sociedade civil organizada.

Em relação ao financiamento das ações de ATER, Pettan (2010) relata que, entre os anos de 2004 a 2009, os recursos para as atividades de capacitação, assistência técnica e infraestrutura foram originários do governo federal, definidos no OGU e operados pelo DATER/SAF/MDA em sua quase totalidade; e da contrapartida das instituições prestadoras. Em 2003, antes da PNATER, os recursos federais destinados a ATER derivavam de fontes difusas e descontinuadas, particularmente do MDA, Ministério do Meio Ambiente (MMA), INCRA e emendas parlamentares.

Os repasses as instituições credenciadas ocorreram por intermédio de dois instrumentos, os “contratos” e os “convênios”. Os contratos, regidos pela Lei 8.666 de 21 de

junho de 1993²⁹, constituem mecanismos de repasse de um órgão do governo federal para as instituições executoras credenciadas, tendo a Caixa Econômica Federal (CEF) como intermediária, responsável por controlar a liberação e aplicação dos recursos. Por sua vez, os convênios, regidos à época pela Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), estabelecem procedimentos de repasse direto entre o governo e as entidades executoras, sem intermediários (PETTAN, 2010). Enquanto os contratos eram instituídos entre o DATER/SAF/MDA e particulares, tais como ONGs, associações, cooperativas *etc*; os convênios eram firmados entre o governo federal e as empresas públicas de ATER.

Os contratos e convênios foram instrumentalizados por meio dos “termos de referência”, cuja finalidade era a de estabelecer os termos da parceria com as entidades que atuavam de forma articuladas às Redes Temáticas de ATER e “chamadas de projeto”, dirigidas as entidades não organizadas em rede e com atuação pontual em localidades específicas. No último caso, os projetos foram selecionados por concorrência pública, mediante a análise de uma Câmara Técnica composta por profissionais de áreas diversas do conhecimento, oriundos de diversas regiões do Brasil (DA ROS, 2012b). As Redes Temáticas³⁰, criadas em 2007 no âmbito do MDA, têm como objetivo a integração das instituições de ATER na perspectiva da cooperação, visando harmonizar, a partir de uma visão sistêmica, as temáticas primordiais da agricultura familiar para a promoção da convergência entre as políticas voltadas ao desenvolvimento rural (SILVA, 2013).

2.1.3. Terceira fase: mudança de rumos

Os mecanismos de gestão e financiamento previstos na política apresentaram limitações que não demoraram muito para serem percebidas. Por um lado, o modelo vigente oferecia como vantagens a flexibilidade no acolhimento de públicos específicos (quilombolas, indígenas, mulheres, jovens *etc*) e o planejamento plurianual, oriundo da previsão que a Câmara Temática de ATER do CONDRAF submetia ao PPA, que minorava a possibilidade de descontinuidade dos serviços por falta de recursos. Por outro, os processos burocráticos exigidos pela legislação na prestação de contas; o quadro enxuto de servidores no DATER para a gestão e fiscalização dos contratos e convênios; a carência de institucionalidade e integração

²⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

³⁰ Foram criadas 13 (treze) redes temáticas, organizadas a partir dos seguintes temas: agroecologia, agroindústria, mulheres rurais, populações indígenas, biodiesel, comercialização, diversificação na agricultura familiar fumicultora, formação de agentes de ATER, Leite, metodologias participativas, produtos e mercados diferenciados e turismo rural (DA ROS, 2012b).

das entidades executoras, óbices para a internalização dos princípios e diretrizes da PNATER; e o aumento das exigências dos órgãos de fiscalização e controle, particularmente do Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público Federal (MPF), quanto aos convênios celebrados entre o MDA e particulares; representaram dificuldades que motivaram os gestores do DATER a pensar instrumentos mais ágeis e propor novos rumos.

Nesse contexto, surgiu a Lei Federal nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, após tramitar em regime de urgência no Congresso Nacional como Projeto de Lei (PL) nº 5.665, lançado em 03 de agosto de 2009. Entre outras inovações substanciais, instituiu a Lei Geral de ATER por meio de ação legislativa, doravante denominada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária; consolidou em seu preâmbulo e dedicou um capítulo ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária e promoveu um acréscimo no Art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, para incluir a contratação das instituições ou organizações prestadoras de serviços de ATER no rol das desobrigadas dos processos licitatórios. Desse modo, as licitações foram substituídas pelas chamadas públicas, que estabelecem os critérios de seleção, prazo de vigência, número de beneficiários a serem atendidos por lote, número de beneficiários atendidos por técnico, composição mínima da equipe executora e o valor dos serviços, calculado por meio de um sistema parametrizado de construção de custos.

A Lei Geral de ATER sustenta quase a integralidade dos princípios, objetivos e público beneficiário da versão antecessora (que a propósito nunca existiu por força de lei), haja vista que foi motivada pelo estabelecimento de mecanismos de financiamento mais ágeis e que aliviassem a pressão dos órgãos de fiscalização e controle. Como a mudança não tinha relação com o conteúdo da PNATER de 2003, era de se esperar que as formulações originárias não fossem alteradas.

Os princípios da nova lei de ATER constam em seu Art. 3º:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente; II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural; III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública; IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis; V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010, Art. 3º)

Os objetivos da política estão no Art. 4º:

I - promover o desenvolvimento rural sustentável; II - apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais; III - aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais; IV - promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários; V - assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas; VI - desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade; VII - construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional; VIII - aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção; IX - apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; X - promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; XI - promover a integração da ATER com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e XII - contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro (BRASIL, 2010, Art. 4º).

O público beneficiário está elencado nos dois incisos do Art. 5º:

I - os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; e II - nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela Lei (BRASIL, 2010, Art. 5º).

Desse modo, permaneceram quase inalterados os fundamentos basilares que compreendem, entre outros, o desenvolvimento rural sustentável; o princípio da gratuidade, qualidade e acessibilidade; a previsão do uso das metodologias participativas; o apoio à organização social; relações equânimes de gênero, geração, raça e etnia. Contudo, uma importante alteração e modificações no processo de implementação trouxeram a lume novas inflexões programáticas, entre elas, a exclusão das expressões “agroecologia” e “transição agroecológica”.

Caporal (2011), em artigo de opinião elaborado a partir do que denomina “observação participante não planejada”³¹, esclarece que o processo coordenado pelo MDA a partir de 2009 para a criação da lei, optou por excluir a transição agroecológica presente na versão anterior,

³¹ Francisco Roberto Caporal, atualmente Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, exerceu o cargo de Coordenador Geral de ATER e Educação, simultaneamente ao de Diretor Substituto do DATER, entre 2004-2010. Antes disso, ocupou o cargo de Diretor Técnico da EMATER-RS, de 1999 a 2002, época em que ocorreram transformações estruturais na instituição e na política de ATER no estado.

de maneira que somente pela intervenção da sociedade civil viria a ser incluído no texto durante o processo de tramitação na Câmara dos Deputados uma sugestão minimamente orientada para o campo, com a inserção do quarto inciso do Art. 3: “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”. Para comprovar a duvidosa eficácia — constatação reforçada pelo uso da palavra “preferencial” no dispositivo que dá margens a sua não efetivação — cita um estudo feito por Diniz, Lima e Almeida (2011) revelando que das primeiras 148 (cento e quarenta e oito) chamadas de projetos após a promulgação da lei, apenas 28 (vinte e oito) apresentam a transição agroecológica como uma das linhas de ação. O autor aponta ainda outras inconsistências da Lei Geral de ATER:

- (1) A PNATER de 2003 acolheu sugestões de um conjunto de mais de 100 (cem) entidades e 500 (quinhentas) pessoas que garantiram sua legitimidade sociopolítica, valendo-se do acúmulo gerado em anos de debate. O processo que culminou na elaboração do Projeto de Lei nº 5.665/2009, mais tarde transformado na Lei nº 12.188, teve participação quase nula da sociedade civil.
- (2) Conforme o Art. 8º da lei, a proposta contendo as diretrizes do PRONATER devem ser encaminhadas pelo MDA para compor o PPA, tendo por base as deliberações de conferência nacional, realizada sob a coordenação do CONDRAF. O Decreto nº 7.215, que regulamenta a Lei Geral de ATER, estabelece que a primeira conferência poderia, excepcionalmente, ser realizada até o mês de abril de 2011, sem prejuízo da imediata execução do PRONATER, pois como o PPA tem duração de 4 (quatro anos), as conferências deveriam ser realizadas observando o mesmo intervalo. Porém, em data em que o artigo não alcançou, as etapas preparatórias da I Conferência Nacional de ATER (CNATER) aconteceram apenas no primeiro trimestre de 2012 e a etapa nacional, entre 23 e 26 de abril de 2012, perdendo a oportunidade de influenciar no PPA de 2012-2015 e trazendo insegurança jurídica para as chamadas e contratados.
- (3) Quanto as metodologias participativas, infere que a despeito de sua previsão legal no terceiro inciso do Art. 3º, as chamadas de projetos são insuficientes e/ou inibidoras das mesmas, na medida em que estão endereçadas para a análise quantitativa de resultados, incapazes da análise subjetiva de processos tão complexos que pressupõem articulação com as comunidades rurais, adesão livre e democrática dos participantes e tempo de maturação.
- (4) Sobre a continuidade do serviço de ATER, prevista no Art. 2º da Lei, compreende que os contratos oriundos das chamadas públicas, embora possam ser

prorrogados, apresentam prazo inicial de um ano. Assim, limitações orçamentárias poderiam inviabilizar o cumprimento do dispositivo, de modo em que os mesmos ficariam dependentes de renovação ou de terem projetos aprovados em novas chamadas, nas mesmas áreas, com o mesmo público e com os mesmos extensionistas. Na versão anterior da política, os serviços preservavam maior continuidade porque os projetos eram elaborados com a comunidade. Como a nova lei estabelece contratação por prazo determinado e caso o DATER não defina determinada área como prioritária das entidades executoras, o serviço é descontinuado.

(5) No que diz respeito aos salários pagos aos profissionais, esclarece que os critérios utilizados para o cálculo dos custos dos novos contratos, ao considerarem o valor de salários e benefícios tomando como base o Salário Mínimo Profissional (SMP), criaram a possibilidade de duplicidade de recursos para o pagamento dos extensionistas das ATERs que já recebem seus vencimentos como servidores estaduais.

(6) Compreende o regresso ao modelo economicista nas chamadas realizadas a partir de 2010, implicando também nas prestadoras de serviços não estatais. Tal entendimento fica evidenciado a partir do momento que as chamadas começaram a ser direcionadas a cadeias produtivas, como a do leite, ao invés de se concentrar na lógica da reprodução da agricultura familiar, diversificada em sua essência.

(7) Em relação as capacitações, o autor descreve que nenhuma chamada havia sido realizada com este objetivo. E mesmo no caso de uma entidade direcionar recursos para pagar a capacitação, elas não terão tempo de executar, pois todas as atividades são pré-programadas. Esta lógica torna-se ainda mais preocupante no caso das entidades que só contratam profissionais após o resultado da concorrência.

(8) Em análise às 148 (cento e quarenta e oito) primeiras chamadas do projeto, o autor infere que ações sociais como as de alimentação, saúde, nutrição *etc*, características da extensão rural, foram obstaculizadas, haja vista que as mesmas estão focadas em ações específicas.

(9) O autor também esclarece que o modelo de chamadas públicas favorece as empresas estatais e as ONGs de maior parte, na medida em que as mesmas já contam em seus quadros as equipes dedicadas aos serviços administrativos e de limpeza, não inclusos na matriz de cálculo do MDA para pagamento dos serviços prestados.

(10) Por fim, menciona a possibilidade de ruptura nas bases sociais das organizações representativas dos agricultores familiares, tais como CONTAG, FETRAF, MPA e

outras, em decorrência do modelo de chamadas, quando estas demandarem recursos para atuar em ATER. Como as chamadas de projeto circunscrevem as áreas de atuação, nem sempre será possível que as entidades atuem com suas bases sociais, ainda que disputem nos territórios que apresente a maior concentração das mesmas.

Em síntese, o conjunto de observações do autor convergem para a percepção de um paradoxo entre as bases que permaneceram ancoradas nas metodologias participativas, em clara incompatibilidade com as abordagens reducionistas, verticalizadas e unidirecionais da modernização conservadora; e a emergência da noção economicista das chamadas públicas, orientadas por aspectos quantitativos ineptos para a condução de processos pedagógicos democráticos e participativos, por inibir todos os pressupostos que o sustentam. A ruptura com o processo de construção que originou a primeira versão com ampla participação da sociedade civil organizada, em nome de um pragmatismo direcionado a mudança de foco, do controle burocrático de contratos e convênios e, em responder demandas dos órgãos de fiscalização e controle; para se concentrar na fiscalização e avaliação da execução de metas quantitativas, previamente definidas nos editais chamadas públicas destinados a escolha da melhor “técnica”, aliados a não previsão inicial de capacitação e ao direcionamento às cadeias produtivas, suscitam questionamentos acerca da validade das formulações e reais objetivos.

Não obstante, é importante destacar os esforços para a promoção de ações harmonizadoras entre o sistema de chamadas públicas e os princípios, objetivos e público beneficiário, particularmente após o ano de 2012. O Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), também conhecida como “Brasil Agroecológico”, com o “objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população” (BRASIL, 2012, Art. 1º) e estabeleceu o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) como instrumento onde são assentadas as bases para a promoção, consolidação e aperfeiçoamento da política de agroecologia e produção orgânica, também integrando o PPA do quadriênio equivalente.

O PLANAPO do quadriênio 2016-2019 engloba 6 (seis) eixos estratégicos, entre eles, o eixo do conhecimento. Neste sentido, a PNAPO se articulou de modo direto com a PNATER, a se julgar pelas chamadas públicas lançadas nas modalidades ATER Agroecologia e ATER Sustentabilidade que atenderam mais de 100.000 (cem mil) famílias e na modalidade ATER Extrativista, mais de 26.000 (vinte e seis mil) famílias entre o ano de 2003 e 2016, com sua

retomada em 2012 (BRASIL, 2016b). Dessa maneira, as políticas foram interconectadas por agendas comuns e finalidades recíprocas, quando a agroecologia passou a ter papel fundamental na configuração de diversas políticas públicas.

Diversas chamadas públicas foram direcionadas para recortes distintos do que se concebe como cadeia produtiva. O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), destinado ao semiárido brasileiro, é uma experiência piloto do MDA e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), pertencente a Organização das Nações Unidas (ONU), de combate à pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, através do fortalecimento da estruturação produtiva, das formas de convivência com os biomas e com a deficiência hídrica das unidades familiares. Apenas em 2018, foram realizadas 2 (duas) chamadas, subdivididas em lotes que abrangeram municípios dos 11 (onze) estados com regiões semiáridas. Outro exemplo importante são as chamadas destinadas ao programa ATER MAIS GESTÃO, dirigidas a contratação de prestadores de serviços de ATER para atender empreendimentos coletivos da agricultura familiar, especialmente as cooperativas e associações de agricultores.

Indubitavelmente, o fato histórico mais importante para a PNATER após a promulgação da Lei Geral de ATER foi a criação da ANATER. Em movimento ensaiado desde 2005, com a participação de entidades e organizações como a ASBRAER, MDA, Federação dos Trabalhadores da Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER), CONTAG, organizações de agricultores familiares, acadêmicos e técnicos do setor rural; chega ao Congresso Nacional, através da subcomissão de Agricultura Familiar, Extensão Rural e Energias Renováveis da Câmara dos Deputados, uma proposta para a criação de uma entidade nacional para coordenar a ATER no Brasil. Em 2012, a Comissão de Agricultura aprova a proposta do Deputado Federal José Silva Soares, profissional de carreira da EMATER-MG, de sugerir à Presidência da República a criação da ANATER. Em 2013, o projeto foi aprovado pela Câmara e pelo Senado e se transformou na Lei Federal nº 12.897 de 18 de dezembro de 2013, mais tarde regulamentada pelo Decreto nº 8.252 de 26 de maio de 2014, que definiram suas competências, público, órgãos de direção e estrutura operacional. Porém, a despeito de ter sido regulamentada em 2014, apenas em 20 de abril de 2016 foi firmado o Contrato de Gestão entre a ANATER e a União. Entre 2016 e 2017, a partir do contrato de gestão, a ANATER iniciou o processo de contratação da equipe técnica³², de estruturação interna, as primeiras

³² No Relatório Anual de Avaliação da SEAD de 2017, consta que o corpo de funcionários da ANATER era constituído de 37 (trinta e sete) funcionários, ante os 130 (cento e trinta) previstos inicialmente.

parcerias e execução de projetos. Em 2018 foram realizadas as primeiras chamadas públicas sob sua coordenação.

2.2. O sistema descentralizado de ATER

A reorganização dos serviços de ATER, alicerçada em mecanismos de descentralização de políticas sociais, atingiu seu apogeu com a reestruturação do SIBRATER a partir de 2003. Não obstante, torna-se necessário apreciar sumariamente alguns entendimentos e concepções que cercam o tema, com o fim de estabelecer linhas divisórias para as controvérsias que o envolvem e os encadeamentos com a política em tela.

Em estudo bibliográfico, Guinmarães (2002) apresenta de forma esquemática as principais vertentes e linhas de abordagem da literatura especializada. Destaca que o estudo da descentralização está presente em vários campos disciplinares. Segundo a autora, o enfoque das ciências políticas está voltado para a autonomia política dos entes subnacionais, destinando-se ao recrudescimento da democracia. As ciências econômicas compreendem a descentralização como o mecanismo de transferência de responsabilidades públicas para o setor privado. Na sociologia, estuda-se o conceito na perspectiva da autorização da sociedade civil, tendo por fim a promoção da cidadania. Por sua vez, a administração pública a concebe como mecanismo de diluição do poder decisório e de gestão, por meio da transferência de responsabilidades, do nível nacional para o regional e o local.

A autora também sustenta que os debates sobre a descentralização se fundamentam em dois pilares: o jurídico e o político institucional. Na esfera jurídica são tratadas as ideias de desconcentração e delegação de funções, ou a descontinuidade dos vínculos hierárquicos preexistentes, ou seja, relaciona-se a ideia das competências exclusivas e a inexistência da intervenção de outra instância.

De outro modo, no fundamento político-institucional, a descentralização é compreendida como o desmembramento do poder público, com a transferência de poderes do centro para a periferia. Neste caso, comporta três dimensões: administrativa, social e política. A dimensão administrativa engloba a transferência de competências entre os entes, tendo em vista a maior eficácia na gestão pública, manifesta pela supressão das mediações burocráticas e maior proximidade com o cidadão beneficiário de uma determinada política. A dimensão social simboliza a participação cidadã na gestão através da transferência de parte das competências e funções, da administração pública para a sociedade civil, como estratégia de qualificação da coletividade para decidir sobre problemas da gestão local, por meio de mecanismos institucionais que permitam a expressão das suas vontades e também a fiscalização

e controle dos serviços públicos. Por fim, na dimensão política, corresponde a estratégia para o compartilhamento do poder político do Estado, do centro para a periferia, com o intuito de democratizar o poder, ampliar a cidadania e melhorar a gestão pública.

As percepções sobre as virtudes da descentralização foram quase consensuais entre correntes de diferentes orientações ideológicas. Enquanto aquelas situadas à esquerda do espectro político miravam as potencialidades da democratização das relações políticas, os grupos à direita o impulsionaram na perspectiva da reforma do Estado, em curso desde os anos 1980, pautando-se pelos processos de desconcentração, diminuição do tamanho dos aparatos estatais e privatização (DRAIBE, 1990; ARRETCHE, 1996). Entretanto, a visão otimista do processo de descentralização precisa ser relativizada na hipótese da inexistência de organização política da sociedade civil e de bases que sustentem sua participação efetiva, pois nesta circunstância passam a predominar os interesses dos poderes locais tradicionalmente estabelecidos. Estes geralmente atuam em causa própria, ocupando os espaços de participação política em benefício próprio (ARRETCHE, 1996).

No caso específico do sistema descentralizado de ATER, há de se considerar que antes do vácuo institucional (1990-2003), preexistiram sistemas descentralizados, o SIBER (1956-1974) e o SIBRATER (1974-1990), cujas características foram moldadas pelos referenciais globais e setoriais de políticas públicas vigentes. Essa precondição é relevante, na medida em que as orientações filosóficas, metodológicas e os arranjos institucionais prévios influenciaram na conformação do novo sistema. Do mesmo modo, foram substanciais as transformações oriundas da Lei Geral de ATER, em 2010, em relação aos referenciais políticos construídos desde 2001 e implementados a partir de 2003, na medida em que manteve o pilar jurídico da descentralização, mas se afastou das dimensões social e política do fundamento político-institucional.

O sistema descentralizado de ATER compreende esforços das esferas federal, estadual, regional e local. Na sequência, serão apresentadas as atribuições dos entes públicos signatários da política brasileira de ATER no segundo semestre de 2018, haja vista as mudanças na estrutura ministerial decorrentes da ruptura institucional de 2016 que resultaram na extinção do MDA. Ademais, os entes subnacionais serão anunciados de acordo com a abrangência geográfica desta Tese.

2.2.1. Esfera federal

No âmbito federal, participam os órgãos responsáveis pela gestão do SIBRATER, cujas atribuições são complementares, a saber: (1) Departamento de Assistência Técnica e

Extensão Rural (DATER), ligado à Subsecretaria de Agricultura Familiar, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)/Casa Civil; (2) Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER); e (3) Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF).

As atribuições do DATER foram redefinidas pelo artigo 43 do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, que aprovou a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da Casa Civil da Presidência da República, decorrentes da reforma ministerial que extinguiu o MDA. Em suma, suas novas competências foram direcionadas para o estímulo, articulação, formulação e fomento, tendo em vista que as ações mais robustas de implementação foram transferidas à ANATER, mormente a partir de 2018, quando esta passou a coordenar as chamadas públicas. Cumpre ao DATER analisar e emitir parecer sobre o Plano Anual de Trabalho, o orçamento-programa e o relatório anual de execução do contrato de gestão da ANATER; a elaboração da proposta de contrato de gestão da ANATER e do programa de trabalho e supervisionar a sua execução.

A ANATER foi instituída pelo Decreto nº 8.252, de 26 de maio de 2014, como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de serviço social autônomo. Em sua estrutura diretiva dispõe de Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e três diretores executivos; Conselho de Administração, formado por onze membros; Conselho Fiscal, composto por três membros e de um Conselho Assessor Nacional³³, cujos membros não são remunerados, constituído por 36 (trinta e seis) membros titulares, cada qual com um suplente, representantes de órgãos governamentais, de Bancos de Desenvolvimento, dos MSCs, dos PCTs, de entidades ligadas à extensão rural, entre outros representantes da sociedade civil organizada.

As prerrogativas da ANATER são essencialmente executivas, compostas, entre outras, pelo estabelecimento de normas e procedimentos de credenciamento e acreditação de entidades públicas e privadas prestadoras de serviços de ATER; promoção de programas e ações de caráter continuado, para a qualificação dos profissionais de ATER; contratação de serviços de ATER; colaboração com as unidades da federação para criação, implantação e operação de serviços de ATER; e o monitoramento e avaliação dos resultados dos prestadores de serviços de ATER com quem mantenha contratos ou convênios.

³³ Em maio de 2016, Patrus Ananias, então Ministro do MDA, deu posse aos membros do Conselho Assessor Nacional. Em função da ruptura institucional, os conselheiros não chegaram a se reunir e até a presente data, nenhuma outra composição foi nomeada.

Criado em 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), órgão colegiado partícipe da estrutura básica da SEAD, surge na lógica dos conselhos instituídos pela Constituição Federal, com a finalidade de promover a participação da sociedade na definição de prioridades, bem como na formulação e implementação de políticas públicas ativas e em seu acompanhamento e controle social; permitindo a inserção de novos temas e atores sociais na agenda política. É um espaço de harmonização e articulação entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil organizada para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, reforma agrária e agricultura familiar.

O Decreto nº 4.854, de 8 de outubro de 2003 institui o novo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, agora sob a sigla CONDRAF, para incorporar as iniciais das principais políticas públicas sob a responsabilidade da SEAD (Reforma Agrária e Agricultura Familiar). O Decreto nº 9.186, de 1º de novembro de 2017, atualmente em vigência, estabelece a composição do Conselho, que permanece paritária, contando com 44 (quarenta e quatro) membros, sendo que destes, 22 (vinte e dois) representam órgãos do governo e 22 (vinte e dois) da sociedade civil organizada. Também determinou a estrutura de funcionamento do CONDRAF, composta pelas instâncias: Plenário, Presidência, Secretaria Executiva, Comitês Permanentes e Grupos Temáticos.

Entre os Comitês Permanentes, criou-se em 2004 no âmbito do CONDRAF, o Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, em substituição à Câmara Técnica de Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa e Capacitação, do então CNDRS, com atribuições voltadas, entre outras previstas, para o apoio à implementação da PNATER; formulação e proposição de diretrizes e políticas complementares ao desenvolvimento rural; estudar e propor alterações nas políticas públicas federais para o fortalecimento da ATER; articular-se com o Fórum Nacional de ATER (FONATER), para levar ao CONDRAF as iniciativas e proposições daquele fórum e do DATER; sugerir diretrizes para aplicação dos recursos orçamentários; solicitar informações necessárias aos órgãos gestores da ATER nacional e dos órgãos executores para o desempenho das atribuições; e manter o CONDRAF informado sobre as atividades e resultados do Comitê (BRASIL, 2004c).

Em resumo, no âmbito federal, o DATER assume o papel de elo governamental na articulação, formulação e fomento; a ANATER encarrega-se das prerrogativas centrais da implementação; e o CONDRAF, especialmente através do seu Comitê Permanente de ATER, é o elo da sociedade civil para a formulação, articulação e controle social.

Cabe ainda destacar o quadro de profissionais de ATER, distribuídos pelas regiões brasileiras. No documento “Propostas para a Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil”,

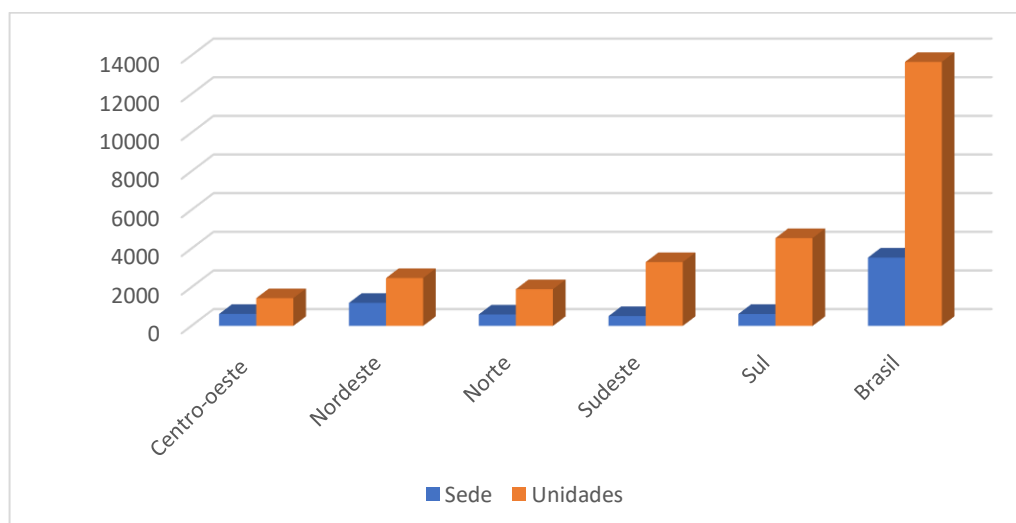
elaborado em 2018 pela ASBRAER, consta que os órgãos estaduais de ATER brasileiros dispõem de um quadro permanente de 11.265 extensionistas, entre os quais, 58% possuem nível superior e 42% são profissionais com formação de nível médio na área de ciências agrárias. Dentre os que possuem nível superior 30% possuem especialização, 11,3% mestrado e 1,5% doutorado. A Tabela 4 e o Gráfico 1 demonstram a distribuição e o percentual de profissionais que trabalham nas sedes dos órgãos de extensão e nas unidades.

Tabela 4. Servidores alocados nas sedes e nas unidades de serviços de ATER

Regiões	Sede	Unidades	% Sede	% Unidades	Total
Centro-oeste	621	1436	30,19%	69,81%	2057
Nordeste	1193	2477	32,51%	67,49%	3670
Norte	593	1902	23,77%	76,23%	2495
Sudeste	511	3303	13,40%	86,60%	3814
Sul	619	4546	11,98%	88,02%	5165
Brasil	3537	13664	20,56%	79,44%	17201

Fonte: ASBRAER, 2018, p. 9

Gráfico 1. Servidores alocados nas sedes e nas unidades de serviços de ATER



Fonte: ASBRAER, 2018, p. 9

Observa-se que do contingente de 17.201 (dezessete mil duzentos e um) profissionais; 20,56% trabalham nas sedes e 79,4% na rede de atendimento, sendo o Nordeste a região que concentra o maior percentual lotado nas sedes e a região Sul, a menor concentração. Considerando o quadro permanente de extensionistas, depreende-se que os mesmos representam 65% do total de servidores. O quadro ainda é complementado com 1.258 (um mil duzentos e cinquenta e oito) profissionais temporários.

2.2.2. Esfera estadual

As organizações e entidades estaduais credenciadas ao SIBRATER estão atualmente presentes nas 27 (vinte e sete) unidades da federação. No período do vácuo institucional e, em alguns casos, até recentemente, muitos estados optaram, em função da ausência do governo federal, da crise fiscal e das reorientações político-ideológicas no plano estadual, pela fusão do serviço de extensão com outras ações na mesma organização, tais como a pesquisa agropecuária, defesa sanitária animal e vegetal, regularização fundiária e infraestrutura hídrica (Quadro 5). Enquanto algumas forçosamente tiveram que diversificar os seus serviços para assegurar a sua própria sobrevivência, outras, na década de 1990, chegaram até mesmo a serem extintas. O mapa da Figura 3 e o Quadro 5 demonstram as organizações responsáveis pela ATER no plano estadual.

Figura 3. Organizações públicas estaduais de ATER



Fonte: Elaborada pelo autor após consulta aos sítios na internet das 27 (vinte e sete) entidades estaduais.

Quadro 5. Organizações públicas estaduais de ATER

Região	UF	Sigla	Nome	Áreas de atuação
Norte	TO	RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural de Tocantins	ATER
	AP	RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá	ATER
	AC	EMATER-AC	Empresa de Assistência Técnica Extrativista Rural do Acre	ATER
	RR	DATER-RR	Secretaria de Estado de Agricultura de Roraima – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER
	PA	EMATER-PA	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará	ATER
	RO	EMATER-RO	Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia	ATER
	AM	IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas	ATER
Nordeste	RN	EMATER-RN	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte	ATER
	AL	EMATER-AL	Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas	ATER e pesquisa
	BA	BAHIATER	Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER
	PB	EMPAER	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária	ATER, pesquisa e regularização fundiária
	PE	IPA	Instituto Agrônomo de Pernambuco	ATER, pesquisa e infraestrutura hídrica
	SE	EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe	ATER, pesquisa, defesa sanitária e regularização fundiária
	MA	AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão	ATER e pesquisa
	CE	EMATERCE-CE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará	ATER
	PI	EMATER-PI	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí	ATER
Sudeste	ES	INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER e pesquisa
	SP	CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral	ATER
	RJ	EMATER-RJ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro	ATER
	MG	EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais	ATER
Centro-oeste	MT	EMPAER	Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural S. A.	ATER e pesquisa
	GO	EMATER-GO	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária	ATER e pesquisa
	DF	EMATER-DF	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal	ATER

	MS	AGRAER	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural	ATER e pesquisa
Sul	PR	EMATER-PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER
	SC	EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	ATER e pesquisa
	RS	EMATER-RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural	ATER

Fonte: Elaborada pelo autor após consulta aos sítios na internet das 27 entidades estaduais.

A EMATER-MG é a maior empresa pública de ATER do Brasil, além de ser a pioneira, considerando que sua origem é a herança da ACAR-MG. No ano de 2017, estava presente em 93% dos municípios do estado, totalizando mais de 400.000 (quatrocentos mil) agricultores atendidos e cerca de 1,3 milhão de atendimentos (EMATER-MG, 2018a).

É uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, atuando sob a forma de sociedade limitada. Foi instituída pela Lei Estadual 6.704 de 28 de novembro de 1975 e atualmente está vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais.

O Decreto 47.567, de 19 de fevereiro de 2018, do estado de Minas Gerais, estabelece os objetivos sociais da empresa em seu 3º Artigo:

I – constituir-se no principal instrumento de execução das atividades de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Estado de Minas Gerais, atuando principalmente junto a população econômica e socialmente vulnerável, em especial no meio rural, e fortalecendo a segurança alimentar estratégica do Estado; II – contribuir para a disponibilidade de soluções que satisfaçam as necessidades do produtor rural e demais clientes, tendo como referência a qualidade de vida da sociedade mineira e, por perspectiva, o fortalecimento do setor agrícola para o desenvolvimento do Estado; III – colaborar com as unidades da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, instituições federais, estaduais e municipais, na formulação e execução das políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental do setor agrícola; IV – planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, visando construir e difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica, social e ambiental, para melhoria da produção, produtividade e rentabilidade agrícola, com conservação dos recursos naturais renováveis e a melhoria das condições de vida da sociedade; V – planejar, gerir, fiscalizar e executar projetos de logística em infraestrutura rural e de engenharia voltados ao desenvolvimento social e econômico do meio rural no Estado; VI – promover, planejar, coordenar e executar projetos de cooperação regional e internacional de assistência técnica e extensão rural, de acordo com programas e políticas de ação dos governos estadual e federal (MINAS GERAIS, 2018, Art. 3º)

Assim como as demais empresas públicas estaduais, a EMATER-MG tem prioridade na captação de recursos da PNATER, havendo apenas que submeter o plano de trabalho, sem a necessidade de disputar os editais de chamada pública da ANATER. Dos recursos financeiros disponíveis, 60% são direcionados para as entidades públicas e 40% para as privadas, conforme

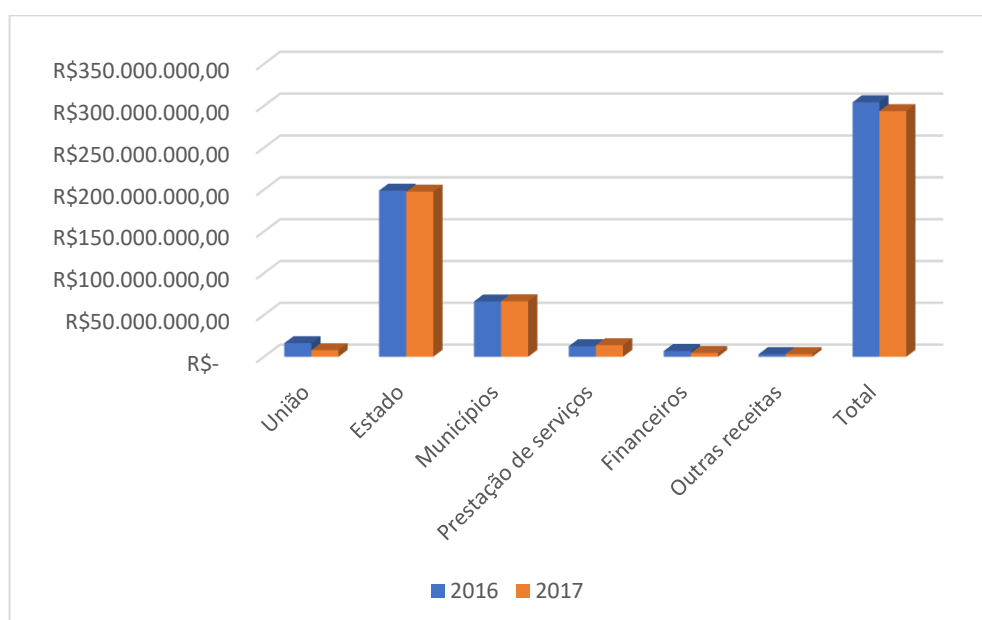
contrato de gestão celebrado entre a União e a ANATER. Ainda assim, conforme o Relatório Financeiro e Contábil de 2017 da EMATER-MG, os recursos descentralizados pela União através do PNATER, representaram somente 5,37% e 2,69% do total de receitas, nos anos de 2016 e 2017, respectivamente, por consequência da grave crise financeira que assola o país desde o período, que resultaram em contingenciamentos orçamentários. Também resultou no decréscimo do valor nominal dos repasses estaduais no biênio, haja vista que Minas Gerais foi um dos estados mais afetados, contudo, sem deixar de representar dois terços da receita total. A Tabela 4 demonstra a composição absoluta (em reais) e relativa das fontes de receita da EMATER-MG, nos anos de 2016 e 2017. Na sequência, o Gráfico 1 ilustra os números absolutos.

Tabela 5. Fontes de receita da EMATER-MG

Fontes de receita	2016	%	2017	%
União	16.348.488,00	5,37%	7.889.313,00	2,69%
Estado	198.824.488,00	65,33%	197.644.734,00	67,29%
Municípios	66.246.955,00	21,77%	66.431.815,00	22,62%
Prestação de serviços	12.780.420,00	4,20%	13.910.790,00	4,74%
Financeiros	6.933.782,00	2,28%	4.598.511,00	1,57%
Outras receitas	3.190.558,00	1,05%	3.235.808,00	1,10%
Total	304.324.691,00	100,00%	293.710.971,00	100,00%

Fonte: EMATER-MG, 2018b

Gráfico 2. Fontes de receita da EMATER-MG

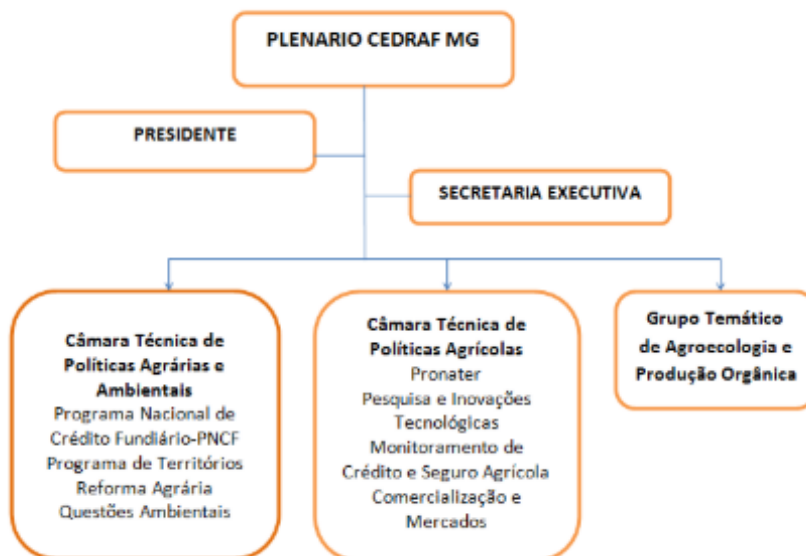


Fonte: EMATER-MG, 2018b

Ainda no plano estadual, assume especial relevância para a PNATER o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais, criado em 2001 com a sigla CEDRS-MG e reformulado em 2012 pelo Decreto 45.962 de 07 de maio de 2012³⁴, quando a sigla foi substituída para CEDRAF-MG, na mesma lógica de inserir as iniciais da reforma agrária e agricultura familiar. O Conselho tem por objetivo articular os diversos níveis de governo e as organizações da sociedade civil, tendo em vista a proposição, a análise e o monitoramento das políticas públicas e ações inerentes ao universo da agricultura familiar, reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais, somando esforços na promoção do desenvolvimento sustentável. Entre suas atribuições, cumpre ao CEDRAF-MG a elaboração e o acompanhamento do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (PEDRS).

Em sua estrutura, possui o Plenário como instância superior, de caráter consultivo e deliberativo, de composição paritária, dos quais 15 (quinze) membros são representantes do governo e igual número são representantes da sociedade civil; secretaria executiva e 3 (três) Câmaras Técnicas, entre elas, a Câmara Técnica de Políticas Agrícolas (Figura 4).

Figura 4. Organograma do CEDRAF-MG



Fonte: <http://www.agricultura.mg.gov.br/institucional/20-conteudo/conselhos/81-cedraf-mg>

A Câmara Técnica de Políticas Agrícolas tem por objetivo manifestar-se consultivamente ao Plenário sobre matérias inerentes a ATER, pesquisa agropecuária, crédito rural e seguro agrícola, comercialização e acesso aos mercados para a agricultura familiar,

³⁴ Disponível em <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=45962&ano=2012&tipo=DEC>>

assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. No contexto da PNATER, cabe à Câmara analisar os pedidos de credenciamento de entidades executoras de ATER, em cumprimento ao Regulamento de Credenciamento da ANATER³⁵ e submeter seus pareceres ao Plenário do CONDRAF-MG. O credenciamento é compulsório para todas as instituições que prestam serviços de ATER e pretendem captar recursos do PNATER, seja ela pública ou privada, com ou sem fins lucrativos. O processo de cadastramento *online* é realizado no Sistema Informatizado de ATER (SIATER), disponível em um sítio da SEAD que até a presente data ainda utiliza o domínio do MDA³⁶. Após o deferimento pelo CEDRAF, o credenciamento tem validade 3 (três) anos.

2.2.3. Esfera regional

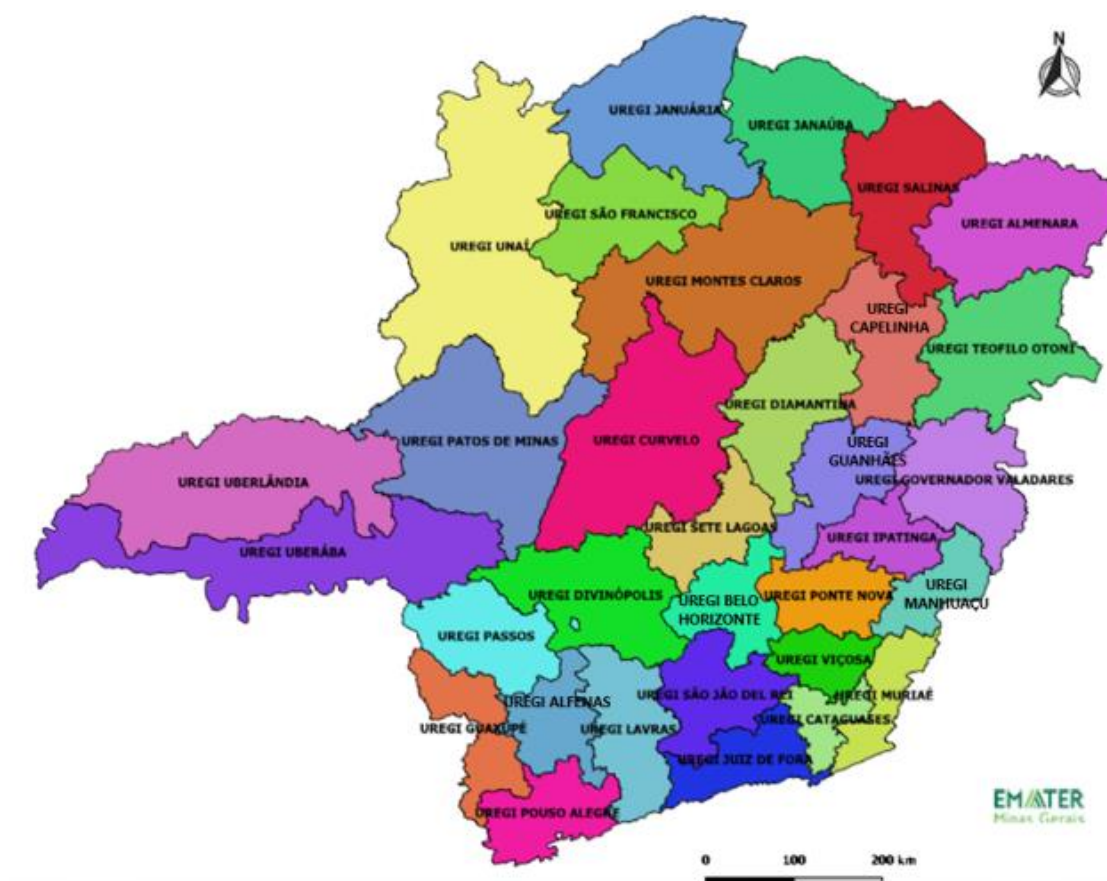
Para conciliar os aspectos técnicos, geográficos, político-sociais, ambientais, econômicos e de gestão, que viabilizem a eficácia nos resultados, a EMATER-MG dispõe em sua estrutura de Unidades Regionais (UREGI), com abrangência flexível em número de municípios, agrupados num conjunto de Escritórios Locais (ESLOC), cada qual localizado em um município. São órgãos de supervisão e acompanhamento, cujas atribuições, segundo o Art. 36 do Regulamento Geral da EMATER-MG, estão voltadas para:

- I – Implementar, executar e acompanhar o Plano de Ação, de sua área de atuação; II – Apresentar, observado o prazo fixado, contribuições representativas das demandas regionais e locais para serem discutidas no processo de elaboração do Plano de Negócios do ano subsequente; III – Celebrar instrumentos jurídicos com os Municípios e outras instituições, para viabilizar a implantação e a manutenção das atividades da Empresa em sua área de atuação; IV – Identificar no âmbito da sua área de atuação programas e recursos que possam ser viabilizados e canalizados para o desenvolvimento do meio rural; V – Participar e interagir, proativamente, na formulação e implementação dos programas municipais de desenvolvimento regional e municipal; VI – Representar a Empresa em eventos e atos correlatos; VII – Colaborar com as demais unidades da Empresa em assuntos de sua competência; VIII – Exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas por qualquer membro da Diretoria Executiva (EMATER-MG, 2018c).

O mapa da Figura 5 apresenta a localização das 32 (trinta e duas) UREGIs da EMATER-MG:

³⁵ Disponível em <http://www.anater.org/ascom/legado/docs/Regulamento-de-Credenciamento.pdf>

³⁶ Disponível em <http://siater.mda.gov.br/sys/siater/login/index>

Figura 5. Localização das UREGIs da EMATER-MG

Fonte: Adaptado de EMATER-MG, 2017, p. 7

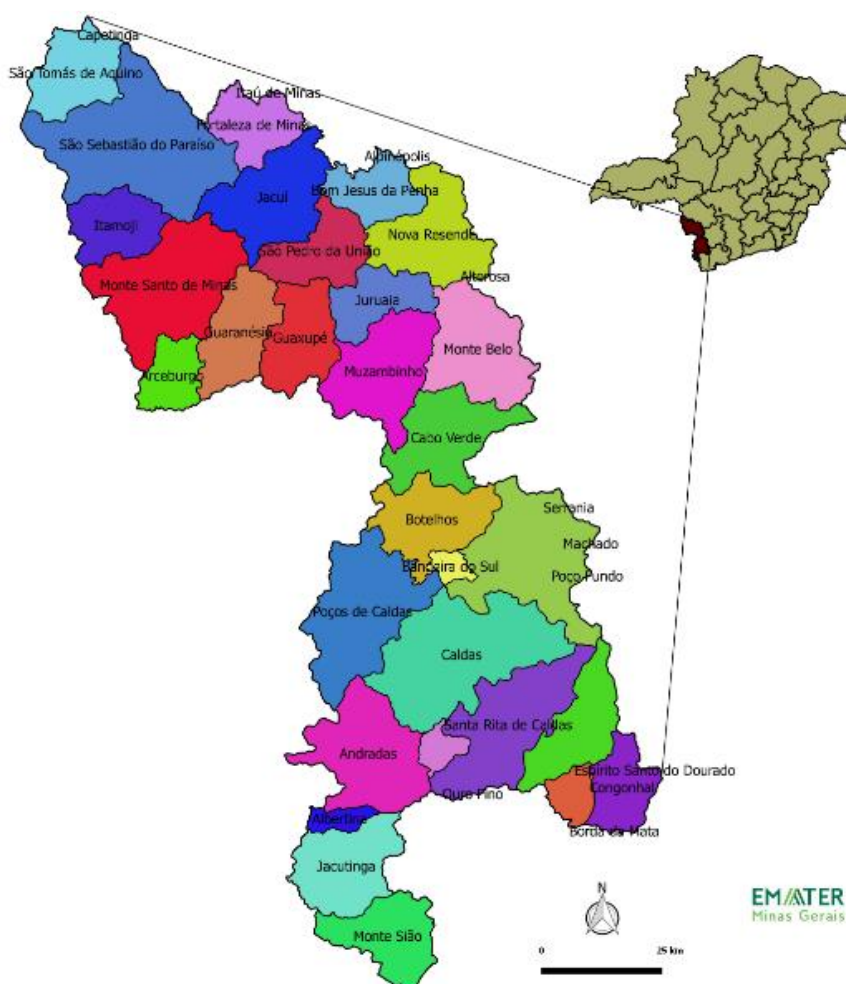
2.2.4. Esfera local

A UREGI Guaxupé, localizada na mesorregião Sul e Sudoeste de Minas, é formada por uma sede, localizada no município de Guaxupé, e 24 (vinte e quatro) escritórios locais (ESLOCs), localizadas nos seguintes municípios: Andradas, Arceburgo, Bom Jesus da Penha, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Congonhal, Guaranésia, Guaxupé (compartilha a sede com a UREGI), Itamogi, Jacuí, Jacutinga, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino e Senador José Bento.

No segundo semestre de 2018, a UREGI Guaxupé contava com 26 (vinte e seis) profissionais, dos quais, 24 (vinte e quatro) extensionistas, 1 (um) Coordenador Técnico Regional de Bovinocultura e 1 (um) Gerente Regional. Entre os extensionistas, 7 (sete) são Extensionistas Agropecuários 1 (nível técnico); 15 (quinze) são Extensionistas Agropecuários 2 (nível superior) e 2 (duas) são Extensionistas de Bem-estar Social II (nível superior). A notória defasagem do quadro de profissionais é explicada pela ausência de concursos públicos para a contratação de novos profissionais, pois as últimas investidas na carreira ocorreram como

consequência do certame realizado no longínquo ano de 2004. O edital publicado em 2015 foi suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), sob a alegação de inexistência de uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) instituindo o quadro de pessoal e vagas da empresa, o que foi solucionado em 2017, com a aprovação do Projeto de Lei 4.851/2017, de autoria do executivo. A despeito das provas terem sido realizadas em setembro de 2018, até a presente data, os provimentos ainda não foram realizados. Por consequência, 4 (quatro) ESLOCS (Bom Jesus da Penha, Itamogi, Guaranésia e Senador José Bento) não possuem profissionais fixos, demandando, outrossim, o desdobramento de alguns profissionais para atendê-los. Ainda quanto ao quadro funcional, a UREGI Guaxupé é a única do estado a possuir apenas um Coordenador Técnico. O mapa da Figura 6 apresenta a localização da UREGI no estado de Minas Gerais e, em destaque, os ESLOCs e municípios atendidos.

Figura 6. ESLOCs e municípios da UREGI Guaxupé.



Fonte: Imagem cedida pela UREGI Guaxupé.

Os ESLOCs são as unidades operacionais, responsáveis pela execução do Plano de Ação em sua área de abrangência. Suas atribuições constam no Art. 39 do Regulamento Geral da EMATER-MG:

I - Implementar e supervisionar, o Plano de Negócios, em sua área de atuação; II – Apresentar, observado o prazo fixado, contribuições representativas das demandas locais para serem discutidas no processo de elaboração do Plano de Negócio do ano subsequente; III - Atender os produtores rurais e outros clientes da Empresa, de acordo com as normas e instruções estabelecidas; IV - Contribuir na concepção e implementação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural; V – Apresentar, inclusive mediante protocolo, ao município, anualmente, o Relatório Anual de Trabalho do Escritório Local; VI - Executar as atividades administrativas e de apoio operacional, necessárias ao bom andamento das atividades do Escritório, respeitadas as diretrizes emanadas da administração da Empresa; VII - Representar a Empresa em eventos e atos correlatos; VIII - Colaborar com as demais unidades da Empresa em assuntos de sua competência; IX - Exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Unidade Regional (EMATER, 2018c).

Entre outras questões que serão objeto de considerações posteriores, cabe destacar as atribuições de duas instituições imprescindíveis para as ações da EMATER-MG na esfera local: as prefeituras e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

As prefeituras são importantes na medida em que os ESLOCs só estão presentes nos municípios conveniados, que por sua vez se comprometem por meio de contrapartidas variáveis para atender ao percentual de até 20% do valor do convênio ou contrato, através dos seguintes instrumentos, entre outros possíveis: cota do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); cessão em comodato de bens necessários; funcionários de apoio; e salas e instalações apropriadas. Por sua vez, a EMATER-MG participa com funcionários, veículos, combustível, equipamentos e assume o compromisso de atender gratuitamente os agricultores familiares, participar de programas de preservação ambiental e uso racional de recursos naturais, fornecer dados sobre a realidade do município assistido, participar na elaboração, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Rural, assessorar a Prefeitura na definição de instrumentos e estratégias de apoio ao desenvolvimento rural, *etc.*

Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) são fundamentais para permitir a participação dos agricultores, na esfera local, na definição de prioridades das ações que contribuam para o desenvolvimento rural do município e o controle social. A Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR), guia metodológico da ação extensionista em Minas Gerais, orienta que a organização da ação e gestão social, ou seja, o exercício do planejamento coletivo, ocorra no CMDRS, precipuamente a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS).

2.3. A PNATER em números

Nesta seção, apresentam-se dados relativos à execução financeira e física da PNATER desde sua origem, com o intuito de asseverar sua abrangência. Cumpre ressaltar a complexidade da tarefa, haja vista que as informações solicitadas à ANATER não foram atendidas, os indicadores da ASBRAER em seu sítio na internet estão indisponíveis e, especialmente como também identificou Brasil (2016), em acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 21 da Lei Geral de ATER, os dados e informações contidos no sistema eletrônico SIATER deveriam estar plenamente acessíveis a qualquer cidadão por meio da internet, algo que não se concretizou até a atualidade. Desse modo, em alguns casos, os dados foram obtidos em fontes secundárias.

2.3.1. Execução financeira

Os recursos financeiros descentralizados pela PNATER são direcionados às entidades executoras para prestação de serviço nas propriedades rurais e em suas organizações econômicas; para capacitação de gestores, técnicos, conselheiros e agricultores familiares; e para melhoria da infraestrutura física, no caso específico das entidades estaduais de ATER. Os montantes são disponibilizados mediante contrapartidas das entidades executoras, conforme o estabelecido pelo instrumento de contrato, convênio ou chamada pública.

A Tabela 6 apresenta a evolução dos importes realizados pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2013, haja vista que as informações pertinentes aos anos de 2014 a 2018 (Tabela 7) foram coletadas no portal da transparência do governo federal de maneira mais detalhada.

Tabela 6. Despesas da União com ATER (2003-2013), em milhões de reais

Ano	Orçamento autorizado	Orçamento executado	Valor pago	Executado/ autorizado (%)
2001*		2		
2002*		3		
2003*		18		
2004*		47		
2005*		58		
2006	204	195	117	96
2007	241	227	59	94
2008	585	346	83	59
2009	543	405	127	75
2010	669	359	90	54
2011	445	358	64	80
2012	722	629	69	87
2013	851	543	64	64

Fonte: *Pettan, 2010, p. 204; Brasil, 2016, p. 40.

Os anos de 2001 e 2002 foram os únicos com dotação orçamentária federal específica para ATER durante o governo Cardoso. Em 2003, primeiro ano do Governo Lula e que precedeu a primeira versão da PNATER, esforços foram envidados pelo MDA para realizar as oficinas regionais em Belém, Curitiba, Campo Grande e Recife, preparatórias para a oficina nacional realizada em Brasília no mesmo ano. Entre 2004 e 2007, os recursos foram previstos dentro de linhas de ação dentro do PRONAF e, a começar pelo PPA 2008-2011, cuja proposta de inclusão foi elaborada pelo plenário do CONDRAF, passaram a ser incluídos programas e ações³⁷ específicos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Entre 2001 e 2005 os dados foram extraídos de Pettan (2010), onde apenas os valores executados estão disponíveis. O autor observa que após a retomada do financiamento em 2004, todas as unidades da federação melhoraram sua infraestrutura e muitas delas contrataram novos profissionais. O efeito foi observado com destaque pela EMATER-MG, pois foi neste ano a realização do último concurso público anterior ao de 2018, após mais de uma década de ausência do Governo Federal. Observa-se na Tabela 7 as despesas da União com a política de ATER entre 2014 e 2018.

Tabela 7. Despesas da União com ATER (2004-2018), em reais

Ano	Orçamento inicial	Orçamento atualizado	Valor empenhado	Valor liquidado	Valor pago	RAP*
2014	986.595.248,00	974.856.676,00	657.031.585,75	107.276.542,08	85.156.654,51	146.705.848,30
2015	986.674.585,00	962.734.474,00	475.228.203,05	123.676.560,58	93.951.793,02	314.611.564,77
2016	490.282.696,00	450.539.498,00	442.678.229,29	200.657.563,49	184.978.196,13	350.957.721,10
2017	355.423.610,00	314.610.842,00	251.758.456,34	180.103.869,56	174.701.654,21	194.873.826,39
2018	205.086.779,00	227.280.553,00	212.862.757,50	91.787.635,05	89.451.175,53	85.388.561,78

Fonte: Portal da Transparência

Notas: RAP*: Restos a pagar.

Empenhado/atualizado %: 2014 = 67,40%; 2015 = 49,36%; 2016 = 98,26%; 2017 = 80,02%; e 2018 = 93,66%

A interpretação das Tabelas 6 e 7, demanda o conhecimento prévio de alguns conceitos inerentes ao universo do OGU, presentes no glossário do portal da transparência³⁸. O orçamento autorizado (Tabela 6) corresponde ao orçamento atualizado (Tabela 7). É composto pelo

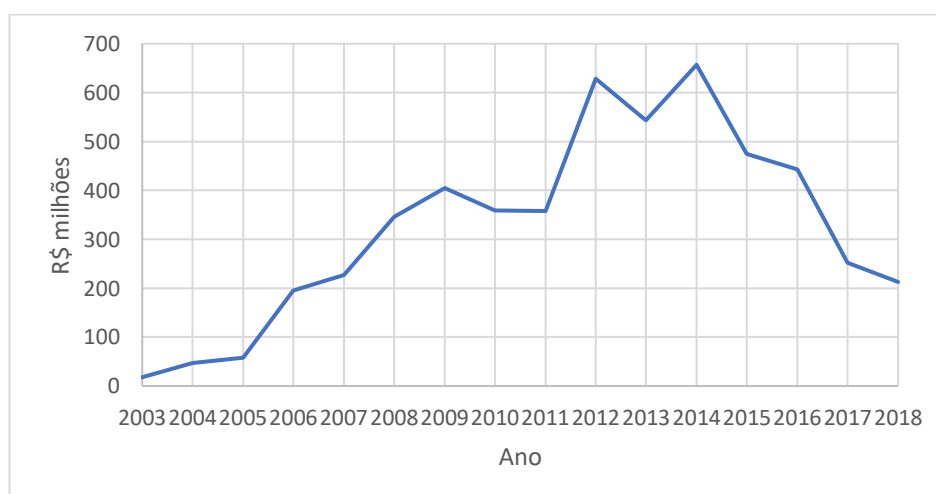
³⁷ Os programas orçamentários correspondem ao conjunto de projetos e/ou atividades que identificam as ações a serem realizadas pelas unidades orçamentárias. Por sua vez, as ações representam o conjunto de operações, cujos produtos contribuem para os objetivos do programa governamental. Entre 2008 e 2011, as dotações orçamentárias da PNATER ocorriam principalmente às expensas do Programa 1427: “assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar”. A partir de 2012, sob a vigência de um novo PPA, o código do programa passa a ser 2012, “agricultura familiar”.

³⁸ Disponível em < <http://transparencia.gov.br/glossario> >

orçamento inicial, previsto na LOA e dos créditos adicionais realizados durante o exercício (emendas parlamentares, por exemplo), deduzidos dos créditos contingenciados, cuja liberação está condicionada ao ingresso de receita. O orçamento executado (Tabela 6) equipara-se ao valor empenhado (Tabela 7), resultante da fase de empenho, primeiro estágio da ordenação de despesa. Significa, neste caso, a reserva de dotação orçamentária autorizada para o pagamento dos serviços. No processo orçamentário, o valor liquidado retrata o segundo estágio da execução da despesa, quando se verifica o direito adquirido pelo credor, após a comprovação da prestação do serviço e do direito ao crédito até o reconhecimento da despesa. O valor pago é o último estágio da execução da despesa, quando o valor é efetivamente entregue ao credor. Por fim, restos a pagar representam as despesas empenhadas e não pagas até o último dia do ano, englobando as já liquidadas e as não liquidadas.

Em suma, os recursos efetivamente empregados na PNATER correspondem aos dados das colunas “orçamento executado” da Tabela 6 e “valor empenhado” da Tabela 7. Como a Tabela 6 não apresenta os valores de “restos a pagar”, cria-se uma falsa percepção ao observar o montante de valores pagos. Os percentuais mais baixos de execução em relação ao orçamento autorizado ocorreram nos anos de 2008, 2010 e 2015 e os mais altos em 2006, 2007, 2016 e 2018. Nos dois últimos casos, segundo dados de entrevista realizada com o Diretor Administrativo da ANATER para esta tese, em virtude da ANATER ter concentrado esforços para liquidar os passivos das chamadas públicas nos primeiros anos de sua existência. O Gráfico 3 apresenta a evolução orçamentária, cujo trajetória de crescimento quase constante é interrompida a partir de 2015, em consequência da grave crise política e fiscal brasileira.

Gráfico 3. Evolução orçamentária dos valores empenhados na PNATER (2003-2018)



Fonte: Tabelas 6 e 7.

Para efeito comparativo, considerando o orçamento de todas as entidades estaduais previstos nas respectivas LOAs em 2018, de R\$ 2,85 bilhões (ASBRAER, 2018, p. 7), e o valor empenhado pela PNATER no mesmo ano (Tabela 7), temos que o último representa 7,46% do orçamento de ATER dos estados. Ainda com a ressalva que 40% dos recursos disponibilizados para PNATER são destinados as chamadas públicas para organizações privadas, do terceiro setor e representativas dos agricultores familiares.

2.3.2. Execução física

A despeito da primeira versão da PNATER ter sido lançada em maio de 2004, apenas em fevereiro de 2006 foi instituída a comissão de análise destinada a examinar e apresentar propostas ao DATER sobre a homologação do credenciamento, seis meses após a publicação da Portaria Conjunta MDA/INCRA nº, 10, de 11 de agosto de 2005, que dispôs sobre as competências dos CEDRS ou similares no credenciamento das entidades executoras (BRASIL, 2016).

Nesses quase dois anos necessários para o início das atividades, o que pode indicar um suposto atraso, constituiu uma estratégia cujo eixo principal foi a multiplicação das bases principiológicas e metodológicas da política, através da disseminação do conhecimento. Segundo Pettan (2010), no decorrer do primeiro semestre de 2004, seminários promovidos pelo DATER foram realizados em todos os estados da federação com o intuito de divulgar a política e para propor a cada ente, sem determinar prazos em respeito as dinâmicas de cada estado, a elaboração do Plano Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (PEATER) e a busca pela cooperação entre as diferentes entidades tendo em vista a formação de futuras redes. Em Minas Gerais, este processo resultou na publicação da MEXPAR, em março de 2006.

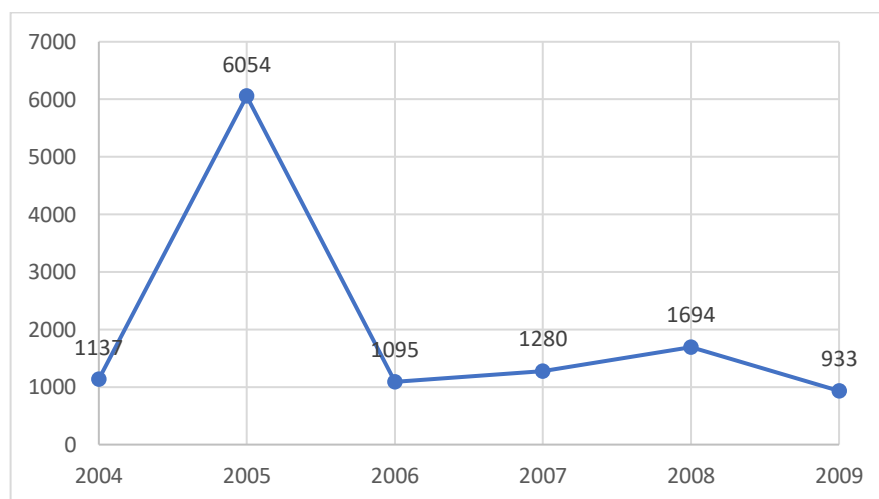
O autor também enumera as atividades formativas que aconteceram neste biênio preparatório, através de formação direta, executada pelo DATER; ou por formação indireta, executada em parceria com outras instituições. No ano de 2004 foram 8 (oito) oficinas de nivelamento conceitual destinadas a agentes de ATER de organizações governamentais e não governamentais que atuariam depois como multiplicadores das bases conceituais da política, capacitando 270 (duzentos e setenta) extensionistas de todas as unidades da federação; convênios com escolas agrotécnicas e universidades, num total de 10 (dez) instituições de ensino, qualificando 200 (duzentos) estudantes, com bolsas para estágios de fim de curso e, para os recém-formados atuarem junto a entidades de ATER por dois anos; acordos com Universidades e financiamento de 4 cursos de Especialização em Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, capacitando 140 (cento e quarenta) participantes; cursos de curta

duração para 200 (duzentos) agentes para atuação em ATER setorial (indígenas, extrativistas, quilombolas e pescadores artesanais); apoio ao II Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Porto Alegre em novembro de 2004, com mais de 3.500 participantes; oferta de cursos de curta duração, com a participação de 873 extensionistas; e videoconferência, transmitida do auditório da Sede da Embrapa, para todas as unidades descentralizadas daquela instituição em novembro de 2004 (PETTAN, 2010, p. 206-207).

Em 2005, as atividades de formação compreenderam 135 (cento e trinta e cinco) oficinas de nivelamento conceitual com a participação de mais de 5.000 (cinco mil) extensionistas; dois cursos de curta duração para agentes de ATER que atuam com plantas medicinais; curso de 40 horas para agentes de ATER que atuam em saúde no meio rural; apoio a I Semana de Agroecologia do Estado do Maranhão, em abril de 2005, cuja realização representou um marco das ações articuladas de instituições e técnicos daquele estado para a atuação na transição agroecológica; 24 (vinte e quatro) cursos de curta duração, com a participação de 1.193 extensionistas; parceria com diversas Universidades; e 3 (três) cursos de Especialização em “Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável”, formando cerca de 140 Especialistas, todos Agentes de ATER pertencentes a organizações governamentais e não governamentais (PETTAN, 2010, p. 207).

O Gráfico 4 ilustra o quantitativo de agentes de ATER formados diretamente pelo DATER, não compreendendo as atividades que ocorreram em parceria com outras instituições e os processos formativos realizados com agricultores familiares e outros públicos, no período entre 2003 e 2009.

Gráfico 4. Número de agentes de ATER formados diretamente pelo DATER (2003-2009)



Fonte: Planejamento DATER 2013-2014: Balanço de 10 anos da PNATER.

A Tabela 8 apresenta o público de agricultores (agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados por programas de reforma agrária, aquicultores e extrativistas) e não agricultores (mulheres, jovens, extensionistas, agentes de ATER, gestores, conselheiros e alunos e professores das EFAs) atendidos pela PNATER desde sua gestação em 2003 até 2009, último ano de implementação da primeira versão da política. De modo que as parcerias eram realizadas através de contratos e convênios, sem distinção em lotes, os dados apresentados compreendem a totalidade dos beneficiários das entidades governamentais e não governamentais pactuadas.

Tabela 8. Público beneficiado pela PNATER (2003-2009)

Ano	Agricultores atendidos	Não agricultores atendidos	Total
2003	504.019	27.660	531.679
2004	308.199	27.337	335.536
2005	372.670	22.383	395.053
2006	1.043.868	55.520	1.099.388
2007	1.128.325	87.689	1.216.014
2008	4.800.779	251.231	5.052.010
2009	6.719.207	441.544	7.160.751
Total	14.877.067	913.364	15.790.431
%	94%	6%	100%

Fonte: PETTAN, 2010, p. 231

Observa-se acentuado crescimento em 2006, ano da efetiva implementação. Também se percebe o aumento constante no número de beneficiários, que pode ser explicado pela progressiva adesão das entidades e pela evolução orçamentária constante no período.

Por fim, a Tabela 9 apresenta dados extraídos dos Relatórios de Gestão de 2010 a 2015 da SAF/MDA e de 2016 a 2017 da SEAD/Casa Civil, acerca da execução física da PNATER. Por apresentarem sistematizações diferentes ano após ano, com critérios e estruturas distintas, optou-se por apresentar os indicadores: organizações econômicas da agricultura familiar atendidas por ATER em atividades de gestão registradas no SIATER, famílias beneficiárias de ATER e formação e capacitação de agentes de ATER. Importante ressaltar que, em decorrência da lógica das chamadas públicas iniciada em 2010, o público beneficiário considerado passa a ser o número atendido pelos lotes definidos nos editais e não mais a totalidade de atendimentos realizados pelo contratado.

Tabela 9. Execução física da PNATER (2010-2017)

Ano	Ações	Organizações econômicas da agricultura familiar atendidas por ATER em atividades de gestão registradas no SIATER	Famílias beneficiárias de ATER	Formação e Capacitação de Agentes de ATER
2010	Previsto		851.712	5.000
	Realizado		445.547	17.182
2011	Previsto		177.070	9.000
	Realizado		230.130	7.000
2012	Previsto		423.042	10.081
	Realizado		663.266	2.022
2013	Previsto	3000*	1.500.000*	37.500*
	Realizado	392	408.270	10.309
2014	Previsto	**	430.025	1.650
	Realizado	618	279.467	4.090
2015	Previsto	477	470.000	***
	Realizado	450	344.159	***
2016	Previsto	1000	850.000	***
	Realizado	111	277.078	***
2017	Previsto	34	132.000	***
	Realizado	34	138.747	***

Fonte: Relatórios de Gestão SAF/MDA (2010-2015); Relatórios de Gestão SEAD/Casa Civil (2016-2017)

Notas:

* Previsão 2012-2015

** Informação não disponível

*** Os relatórios de gestão não apontam atividades de capacitação

Os resultados apontam forte oscilação entre os anos nesta fase nos três indicadores, especialmente após 2015, período em que os relatórios não reportam atividades de formação e capacitação e quando o atendimento ao público beneficiário priorizou o passivo das chamadas realizadas, especialmente no acompanhamento e gestão de instrumentos previamente firmados. Três fatores foram decisivos para os resultados insatisfatórios: os esforços envidados para a consolidação da ANATER, da contratação de funcionários à criação de rotinas administrativas; a crise financeira, política e institucional do período, que repercutiu nas dotações orçamentárias e na substituição do Conselho de Administração e Diretoria Executiva da ANATER e dos gestores do DATER, resultando em descontinuidade; e a transição das atribuições do DATER para a ANATER.

CAPÍTULO 3

COMUNICAÇÕES RURAIS: DO EMBATE SEMÂNTICO AO DESAFIO DA PRÁXIS

Um signo é uma coisa que, além da espécie ingerida pelos sentidos, faz vir ao pensamento, por si mesma, qualquer outra coisa. Santo Agostinho [s.d.]

Os capítulos anteriores versaram sobre a construção histórica e os traços constitutivos da política em tela. Ocupa-se neste com a questão analítica central, do embate semântico desinente do uso corrente do vocábulo extensão e suas implicações sobre a práxis, do qual as comunicações assumem centralidade. Este capítulo também alcança as contribuições dos autores basilares para a nova pedagogia de ATER, especialmente aqueles que fundamentam a MEXPAR: a teoria do conhecimento de Jean Piaget, particularmente a epistemologia genética; a didática do aprender a aprender de Pedro Demo; e, precipuamente, as formulações do principal indutor intelectual da política, o patrono da educação brasileira Paulo Freire.

A princípio, cabe destacar características das formulações pedagógicas pretéritas, especialmente da difusão tecnológica, fundamental para o triunfo da revolução verde e cujos paradigmas foram alicerçados em um processo histórico, representando óbices, na contemporaneidade, à internalização e ressignificação dos saberes e práticas transformadoras previstas nos instrumentos da PNATER. Trata-se de um modelo baseado no paradigma sujeito-objeto, fundado na relação vertical, de dominação, cuja realidade a ser aprendida (não apreendida) ocorre entre aquele que sabe mais e ensina, e aquele que sabe menos, aprende e faz. Ou, visto sob outra perspectiva, entre aquele que supostamente sabe mais, pois revestido está do capital simbólico concedido pela academia e pelo Estado e aquele que acha que sabe menos, porque assim foi condicionada a idealização da sua autoimagem. Esta vertente encontra-se em oposição ao paradigma sujeito-sujeito que se tenta construir, baseado na autonomia, em relações dialógicas e dialéticas, democráticas, participativas e cooperativas, na construção de saberes próprios e na mudança da realidade.

No cenário da revolução verde, as inovações tecnológicas exerceram papel fundamental em seu triunfo. Entretanto, não seriam meios suficientemente capazes de garanti-lo, haja vista que a apropriação coletiva das ideias e objetos que constituem as inovações submete-se às possibilidades de adoção ou rejeição, e estas, a padrões culturais e comportamentais. Bordenave (1985) infere que o desenvolvimento, na perspectiva difusionista, acontece através da introdução de novas ideias de eficiência produtiva para que os produtores as adotem. Se os mais aptos o fizerem rapidamente, as inovações serão apropriadas por outros

e, por fim, até pelos agricultores mais resistentes. Para o autor, no modelo difusionista ocorre o encurtamento do tempo que intermedeia o lançamento de uma inovação e sua adoção coletiva pelos agricultores e, por este motivo, o modelo deposita forte ênfase na comunicação utilizando mensagens motivadoras e persuasivas. Por conseguinte, Santos e Mendonça (2016) compreendem que o processo de difusão tecnológica demanda três componentes indissociáveis: (1) os antecedentes, relacionado ao diagnóstico das variáveis que indicam a possibilidade de adoção da tecnologia difundida; (2) o agente de mudanças, no caso específico o extensionista rural; e (3) adoção, quando as tecnologias são incorporadas. Caso uma das fases não fosse desempenhada conforme desejado, o plano era refeito e o processo reiniciado.

Na epistemologia das comunicações, a difusão de inovações integra uma das perspectivas mais estudadas, já que o conceito e seu domínio se misturam com o próprio processo da comunicação humana. *Diffusion of innovations*, de Rogers (2003), constitui um dos principais referenciais sobre difusão da informação e comunicação, a despeito das críticas recebidas por sua abordagem funcionalista não dar conta dos impactos da difusão sobre os efeitos sociais na comunicação de massa. No entanto, o autor contribui na medida em que define “inovação” com o rigor necessário, ao refletir sobre a mesma como “ideia, prática, ou objeto que é percebido como novo por um indivíduo ou outra unidade de adoção” (tradução livre) (ROGERS, 2003, p.12). Em suma, considera a inovação como algo não apenas tecnológico, atribuindo valor não somente para a originalidade da ideia, mas também para seu impacto social, já que uma novidade, não sendo abalizada como nova, tem suas propriedades inovadoras praticamente anuladas.

Quanto ao método, Rogers (2003, p. 5) define a difusão como “[...] o processo pelo qual uma inovação é comunicada por certos canais durante um certo tempo, dentre os membros de um sistema social” (tradução livre). Assim, destaca a imprescindibilidade do canal de comunicação e de mensagens adequadas para sensibilizar os indivíduos em relação às inovações tecnológicas. Em síntese, o processo envolve uma fonte que transmite a mensagem através de um determinado canal por onde transita até o receptor. Desse modo, o êxito do difusionismo é resultante da comunicação como processo desencadeador de contato entre os membros de um sistema social e as inovações. A essência do processo de difusão é a interação humana na qual uma pessoa comunica uma nova ideia a outra pessoa. Em seu nível mais elementar de conceituação, a difusão consiste em (1) uma nova ideia; (2) do indivíduo A que conhece a inovação, e (3) do indivíduo B que ainda nada sabe sobre a inovação” (Idem, p. 3).

Desse modo, o difusionismo incorpora uma das dimensões tangíveis das comunicações abordadas por Lima (2001). Para o autor, a expressão carrega consigo ambiguidades não

resolvidas em sua ação implícita, podendo significar a ação de transmitir, de forma unidirecional; ou de compartilhar, tornando comum ou participativo. Assim, “a ação de tornar comum a muitos”, pode ser resultado tanto de uma transmissão como de um compartilhamento, que são polos opostos da ação de comunicar. Para que se transmita algo é preciso que se admita que esse algo possa ser apropriado e em seguida “transmitido” a outro. Quando se compartilha, ao contrário, o que ocorre é uma coparticipação, uma comunhão, um encontro (LIMA, 2001, p. 24-25). Na dialética suscitada, temos que as comunicações podem ser utilizadas para manipulação, de quem transmite um conteúdo fechado; ou participação, de quem compartilha na perspectiva do diálogo.

A celeridade requerida pelo difusionismo, os objetivos explícitos e métodos empregados pelos atores e instituições que o alavancaram, demandaram o emprego do primeiro viés. Os ganhos de produtividade agropecuária obtidos na revolução verde, alicerçados sobre a difusão tecnológica e na ação do Estado, foram inegáveis. Não obstante, os métodos persuasivos de indução do receptor pelo emissor tornaram o produtor rural e sua família dependentes técnicos, culturais e comportamentais dos agentes externos, haja vista que o modelo atua nas sensações, com o uso sutil ou consistente de pressão psicológica e sociológica, e até mesmo sobre o subconsciente do receptor que incorpora todo o sentido desejado pela fonte. E ao mesmo tempo, a busca pela obtenção de condutas ou comportamentos predefinidos, do extensionista que transmite um conteúdo fechado para o agricultor – que pode inclusive assimilar o conhecimento, mas sem acomodar e reelaborar devido à inobservância aos seus saberes prévios – favorece a reprodução da ordem econômica e social estabelecida.

Essas ações premeditadas e antidemocráticas, que trazem ilusão de liberdade de escolha ao receptor, encontram na crítica de Freire (2006) sobre a ação antidialógica do extensionista uma instigante reflexão sobre “invasão cultural”. Para o autor, toda invasão pressupõe sujeitos e espaços histórico-culturais que invadem e outros que são invadidos, onde se firmam sistemas de valores por meio de relações autoritárias, expressas em posições antagônicas, em relações invasores-invadidos, nas quais os invasores agem e os invadidos têm a ilusão de que agem, acreditam agir, mas não o fazem e somente respondem passivamente à manipulação daquele que invade. Nesse sentido, é fundamental para o invasor privar de significado a cultura invadida, fragmentar suas características e substituí-la por subprodutos da cultura invasora.

Desse modo se estabeleceram as bases pedagógicas que alavancaram a revolução verde no Brasil, com maior ênfase no período da ditadura civil-militar, entre as décadas de 1960 e 1970. Contudo, gestadas desde 1943, quando ocorreu o acordo entre o Ministério da

Agricultura do México e a Fundação Rockefeller, visando o aumento da produtividade do milho, trigo e feijão (MATOS, 2010) e pouco mais tarde, quando os mesmos atores, através da AIA, criaram a ACAR-MG em 1948, importante laboratório para o difusionismo na medida em que promoveram mudanças culturais e comportamentais, particularmente no que diz respeito a adoção de tecnologias pelos pequenos produtores rurais.

As narrativas do difusionismo foram bem-sucedidas em seus propósitos e suas vicissitudes reverberam na contemporaneidade brasileira. Por um lado, sob a insígnia do combate à fome e da “modernidade” contra o “atraso”, a hegemonia do capital no rural brasileiro, impulsionada pelas políticas públicas da modernização conservadora, aumentou substancialmente a concentração da propriedade da terra e renda, proporcionou forte êxodo rural e o aumento das desigualdades inter-regionais, criando obstáculos à reprodução socioeconômica dos agricultores familiares e gerando uma massa de desempregados e subempregados no campo. Por outro, consolidou um amplo e complexo sistema cultural no rural brasileiro, alcançando em tempos atuais, entre muitas outras possibilidades: (1) os currículos dos cursos de Ciências Agrárias, de forte vertente tecnocrática, voltados para o agronegócio e seus métodos; (2) a subversão aos princípios Rochdaleanos³⁹ nas cooperativas de produção agropecuária, cuja doutrina preconiza a colaboração e a associação de pessoas com os mesmos interesses para obter benefícios comuns em suas atividades econômicas, em regime de solidariedade, cooperação e auxílio mútuo, mas que no rural brasileiro mais se assemelham a grandes corporações privadas que oferecem poucos benefícios aos agricultores, seus proprietários legais e legítimos, o que mina sua credibilidade junto aos mesmos e fortalece o individualismo e a incredulidade nas organizações rurais associativas; (3) a assistência técnica “gratuita” oferecida pelas multinacionais de insumos, voltadas exclusivamente para venda de seus pacotes milagrosos, de sua exclusiva propriedade, adotando uma ética própria que contraria inclusive os princípios da agricultura tecnológica; (4) os esforços da pesquisa privada (e muitas vezes da pesquisa pública), voltados para o desenvolvimento de produtos que acentuam a dependência tecnológica, como por exemplo, os fertilizantes minerais de alta solubilidade, o melhoramento genético voltado para a produção de sementes e animais híbridos, os transgênicos etc.; (5) a opção pela monocultura motomecanizada voltada à exportação de commodities, com pouca capacidade de geração de empregos e com produtos de baixo valor

³⁹ Diz-se dos princípios inicialmente estabelecidos pela primeira cooperativa da história, a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”, fundada em 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester (Inglaterra) e pouco alterados até então. São eles: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação; e interesse pela comunidade.

agregado; e (6) a internalização dos princípios da revolução verde e da difusão tecnológica por agentes estatais, paraestatais e privados de ATER, que insuflados por todo um sistema cultural, em suas crenças, moral, lei e costumes; apresentam rejeição político-ideológica e/ou dificuldades da ressignificação de suas práticas e saberes para a inversão de paradigmas proposta pela nova política de ATER, especialmente porque os mesmos fogem a lógica cartesiana dos pacotes tecnológicos a qual estão habituados.

Em suma, a difusão de inovações encontrou terreno fértil em um país cuja formação esteve vigorosamente assentada em bases agrárias e onde a agricultura sempre expressou grande importância para economia e reprodução do poder político. Resultante da sua hegemonia, o uso do vocábulo “extensão” auferiu vigorosa carga simbólica, transportando valores do grupo ao qual a representação material pertence originalmente para a ação pública, transmutando o domínio do significante de “extensão”, para o âmbito do significado, entre os que forçam a ambiguidade lexical⁴⁰ para legitimá-lo, atenuando seu alcance; e dos que se aproveitam das suas propriedades conotativas como instrumento de dominação.

Aqueles que reivindicam a ambiguidade compreendem a “extensão rural” como algo que pode significar, por um lado, entrega e transmissão; e por outro, um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza. É na segunda possibilidade que se apoiam para referendar a expressão no domínio público, na maior parte das vezes sem evitar atos falhos decorrentes da internalização do conceito. De outro modo, existem os que promovem mensagens persuasivas e indutoras de mudanças culturais e comportamentais, valendo-se de pressão psicológica e sociológica, constantemente subliminar, para comercializar produtos e serviços apresentados como solução inequívoca. Neste caso, a extensão e/ou assistência técnica representam a ação de levar ou transmitir soluções para problemas identificados pelo “extensionista” e resolvidos por ele mesmo, em manifesta relação de dominação.

O uso corrente do vocábulo “extensão” para designar os serviços de educação não formal e de caráter continuado no meio rural foi importado, tal qual os modelos pedagógicos que predominaram no Brasil desde sua origem institucional e que tampouco deixaram de coexistir na atualidade. Peixoto (2008) observa que a produção acadêmica estrangeira não promove distinção entre os termos assistência técnica e extensão rural. Em inglês, o termo mais usado é *agricultural extension* (extensão agrícola), mas também são utilizados *rural extension* (extensão rural) ou *agricultural advisory service* (serviço de consultoria agrícola).

⁴⁰ Diz-se que estamos perante um caso de ambiguidade lexical sempre que uma palavra autorize pelo menos duas interpretações num dado contexto.

Não apenas na produção brasileira, mas também em sua institucionalidade política e prática concreta, encontramos a diferenciação entre as expressões. Isso se torna evidente na medida em que ambas se encontram presentes na designação da maior parcela das organizações estaduais e na própria política em tela. Desse modo, a extensão é considerada um processo “educativo” que tem por finalidade “levar” aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre a agricultura, pecuária e economia doméstica, visando modificar hábitos e atitudes da família. Ou compreendida como ação educativa de “comunicação” de conhecimentos de qualquer natureza, sejam eles técnicos ou não. Por sua vez, a assistência técnica é diferente da extensão por não possuir caráter educativo, propondo-se somente a elucidação e resolução de problemas específicos e imediatos por ação exclusiva do extensionista, geralmente aqueles que demandam conhecimento científico. Em geral, as instituições defendem esta disjunção, partindo do pressuposto que os agricultores e suas famílias não possuem conhecimentos técnicos específicos para realizar algumas tarefas, como por exemplo, a recomendação de adubação e calagem, a prescrição de produtos fitossanitários ou medicamentos veterinários *etc*; e sua indissociabilidade, para que a ação “educativa” ocorra paralelamente a realização monocrática do extensionista.

3.1. A semântica e a práxis da extensão.

Ao longo de décadas de construção e enraizamento, a “extensão” passou a ser o signo linguístico indivisível capaz de nomear o processo, a instituição e a política. Entretanto, seu uso corrente foi alvo de elevada apreciação no livro “Extensão ou Comunicação” (FREIRE, 2006), escritas no exílio do autor no Chile e durante a proximidade experimentada com os camponeses no decurso da reforma agrária iniciada em 1968 naquele país, e inicialmente publicada em 1969, pelo *Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária*, em Santiago de Chile. Este livro representa o marco teórico fundamental do pensamento crítico em relação as metodologias a serem consideradas pelo indivíduo responsável por ações transformadoras da realidade através da prática educativa, no espaço agrário brasileiro. As elaborações assumiram o lugar de maior destaque entre aqueles que desde a década de 1980 reivindicam novos paradigmas frente a institucionalidade e, segundo Lima (2001), a única oportunidade em que Freire discutiu conceitualmente a noção de comunicação.

3.1.1. A semântica

Às investigações e seu repertório teórico no domínio da semântica, somam-se outras contribuições do campo da semiologia⁴¹, também observadas pelo autor, com o intuito de esclarecer conceitos linguísticos importantes para a análise que se pretende construir, a despeito da abordagem estruturalista, criticada por seu cientificismo expresso na incorporação de conceitos e métodos das ciências duras, particularmente da matemática, articulados aos princípios da linguística.

“Extensão” é uma palavra, e logo, faz parte do universo dos signos, da mesma maneira que qualquer objeto, som ou palavra capaz de representar outra coisa. Os signos são essenciais a vida moderna, haja vista que deles dependemos para interagir com o meio no qual estamos inseridos. Na classificação de Schaff (1968), os signos podem ser naturais, como as nuvens carregadas e a fumaça, que indicam chuva e fogo, respectivamente; substitutivos, como a maquete de um edifício, a planta de uma casa, o retrato de uma pessoa, símbolos (bandeiras de um país, a suástica ou a estrela de Davi *etc.*); ou linguísticos, como a palavra em análise, que diferentemente dos signos naturais ou substitutivos, são artificiais.

Saussure (2006) apresenta um primeiro elemento dos signos linguísticos chamado significante, caracterizado não por sua natureza material, mas pela imagem acústica, a impressão psíquica do som, que pode desencadear outro fenômeno psicosemiológico, o significado, segundo elemento constituinte do signo. Para o autor, cada unidade linguística é uma coisa dupla, constituída da união de dois termos indissociáveis, ambos psíquicos e unidos em nosso cérebro. Dessa maneira, o signo linguístico não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Não se trata aqui do som material, ou algo estritamente físico, mas a impressão psíquica que este som representa, o testemunho dos nossos sentidos.

Por representarem signos artificiais, as palavras mantêm uma relação arbitrária entre o signo (significante + significado) com o seu referente na realidade, a se julgar pela relação convencional e imotivada entre ambos. A título de exemplo, podemos citar o significante “extensão” e o significado mental diretamente associado. Não existiria nenhuma razão ou motivação maior para que a palavra em si esteja associada, entre outros, ao ato ou efeito de estender, a dimensão de algo ou a um ramal telefônico; a não ser pelas convenções estabelecidas coletivamente. Isso também explica porque diferentes línguas utilizam significantes diferentes para designar o mesmo conceito (*extension*, *extensión* ou *erweiterung*; em inglês, espanhol e

⁴¹ Semiologia é a ciência ou discurso que estuda os sistemas de signos. O termo semiologia, criado por Saussure, foi utilizado na Europa durante algum tempo, ao passo que o mundo anglo-saxónico preferiu a designação semiótica, a partir dos estudos de Peirce.

alemão, respectivamente). A Figura 7 representa o signo linguístico de Saussure, composto pelo conceito (significado) e imagem acústica (significante)

:

Figura 7. Representação do signo linguístico de Saussure



Fonte: Saussure, 2006, p. 80.

Para Barthes (2006, p. 43), "o plano dos significantes constitui o plano de expressão e o dos significados o plano de conteúdo". Assim, o significado corresponde à representação psíquica de algo e não o algo em si. Para facilitar a compreensão, o autor toma como exemplo a figura de uma "bola". O significado da palavra "bola" não é o objeto "bola", mas a representação gráfica do objeto, sua imagem psíquica, que pode ser percebida de diferentes formas, de acordo com as diferenças culturais individuais. Barthes (2006, p. 47) afirma que "vários corpos de significados podem coexistir num mesmo indivíduo, determinando, em cada um, leituras mais ou menos profundas". Em outras palavras, o significante corresponde ao elemento mediador, a representação física do signo, sonora e/ou imagética, se comportando como gerador ou materializador da figura do objeto, o significado, resultante da formação da imagem na mente de um indivíduo quando ele entra em contato com o significante. Por fim, o autor define como "significação" o ato de unir o significante ao significado, em ação cujo produto final é o signo. A Figura 8 ilustra os significantes e significados, correspondentes as imagens acústicas e conceitos, respectivamente.

Além dos estudos da semiologia alicerçados sob a lógica da linguística estrutural, cujo precursor foi Saussure, importa precipuamente para a análise deste trabalho os desígnios da semântica, divisão da linguística que estuda o significado das palavras, frases e textos de uma língua. A semântica também estuda a denotação, propriedade que possui uma palavra de limitar-se a seu próprio conceito, de trazer apenas o significado original ou literal; e a

conotação, particularidade da palavra de ampliar-se em seu campo semântico, dentro de um contexto, originando mais de uma interpretação.

Figura 8. Significante, significado e seus correspondentes



Fonte: Silva (2003, p. 4)

É neste ponto que Freire (2006) inicia a publicação, submetendo o vocábulo “extensão” a uma análise de denotação e conotação, ressaltando, sob este ponto de vista, que as palavras possuem um “sentido de base” e um “sentido contextual”. Acrescenta, citando Pierre Guiraud, que os sentidos potenciais ou virtuais da palavra, dependem do contexto em que ela se encontra. Para avaliar a assertiva, apresenta vários contextos onde é utilizada:

Este escritório tem três metros de extensão. A cor tem como essência a extensão do corpo. A extensão do termo extensão foi um dos temas analisados na semana de estudos. A palavra estrutura que, por sua etimologia, se ligou inicialmente ao arquitetônico, sofreu uma extensão significativa e passou a ser empregada em economia, linguística, psicologia, antropologia, sociologia, *etc.* Pedro é agrônomo e trabalha em extensão (FREIRE, 2006, p. 19).

O autor volta suas atenções para a análise sintática do último contexto, “Pedro é agrônomo e trabalha em extensão”, onde o uso da palavra extensão indica a ação de estender, assumindo a regência de verbo transitivo relativo⁴², isto é, exigindo dois complementos (objeto direto e indireto) para compor seu sentido. Por conseguinte, o verbo precisa de dupla complementação, ganhando o contorno “estender algo a”; pois quem estende, estende alguma coisa (objeto direto) a alguém (objeto indireto).

⁴² Os verbos transitivos relativos são observados quando há a possibilidade do verbo de ser acompanhado por qualquer preposição e na impossibilidade de substituir o complemento preposicionado pelo pronome pessoal átono “lhe” (BECHARA, 2003).

Na análise, depreende o atributo agrícola da “extensão”, ao passo que Pedro é agrônomo. Portanto, exerce profissionalmente uma ação de extensão na realidade agrária — a qual só existe em razão da existência humana — de quem estende algo a alguém. E a ação de estender, dentro do contexto enunciado, há de ser compreendida como a ação do extensionista agrícola, que busca estender seus conhecimentos e suas técnicas. Assim, não faria sentido utilizar a palavra extensão, na hipótese dos extensionistas atuarem diretamente sobre as dinâmicas ou desafios a serem enfrentados. Só faz sentido porque a extensão acontece no domínio do humano e não do natural, entre o extensionista e os camponeses mediatizados por sua realidade, o que se traduz na extensão dos conhecimentos e técnicas do primeiro para que os últimos possam modificar o mundo em que estão.

O autor também afirma que a extensão não faz sentido sob o ponto de vista humanista. Para alicerçar o entendimento, recorre aos postulados de Trier, em sua teoria dos “campos linguísticos” e a concepção de “campos associativos” de Bally, discípulo de Saussure.

Para Lopes (1981), a teoria dos campos linguísticos (ou das palavras) de Trier, observa que as unidades léxicas⁴³ de uma língua se permitem reunir em grupos estruturados de tal modo que cada unidade só pode ser definida pelo lugar que ocupa em relação as demais, ou seja, as palavras se agrupam em campos semânticos. Dito de outra forma, os sentidos organizados linguisticamente se ajustam como peças de quebra cabeças, sem deixar espaços vazios, abrangendo todo o campo da realidade. Contudo, a teoria apresenta o inconveniente de presumir divisões intransponíveis nas línguas, haja vista que os subsistemas de um campo semântico podem ser divididos em novos sub-subsistemas, formando campos associativos resultantes da produção de figuras de linguagem como as metonímias⁴⁴ e as metáforas⁴⁵. Assim, Bally, discípulo de Saussure, da mesma forma apoiado na dimensão estrutural das línguas, propôs a noção de campos associativos, em que, dentro de cada unidade estrutural, se estabelecem relações associativas que se desdobram entre os campos significativos dos vários termos.

Freire (2006), ancorado nos pressupostos de Bally, sugere a análise dos campos associativos da palavra extensão (Quadro 6):

⁴³ O léxico corresponde ao conjunto de palavras existente em um determinado idioma (língua).

⁴⁴ Metonímia é figura de linguagem em que há o emprego do sentido figurado da palavra. Acontece quando há substituição lógica de uma palavra por outra semelhante, mas mantendo uma relação de proximidade entre o sentido de um termo e o sentido do termo que o substitui. Exemplos: Gosto de ler Machado de Assis (= Gosto de ler os livros de Machado de Assis); comi um prato de macarrão! (= Comi todo o macarrão que estava no prato).

⁴⁵ Metáfora é uma figura de linguagem em que se usa uma palavra ou uma expressão em um sentido que não é muito comum, revelando uma relação de semelhança entre dois termos.

Quadro 6. Campos associativos da extensão

Extensão	Transmissão
	Sujeito ativo (o que estende)
	Conteúdo (que é escolhido por quem estende)
	Recipiente (do conteúdo)
	Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extramuros)
	Messianismo (por parte de quem estende)
	Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
	Inferioridade (dos que recebem)
	Mecanicismo (na ação de quem estende)
	Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem)

Fonte: Freire (2006, p. 22)

Os pressupostos da “extensão”, depreendidos da análise de seus campos associativos, estão ancorados nas teorias clássicas da comunicação, herdeiras dos primeiros estudos estadunidenses na primeira metade do Século XX e partícipes da escola funcionalista (ou *mass communication research*), marcadas por uma concepção transmissiva, o paradigma informacional. Nesse modelo, os indivíduos assumem, de acordo com sua posição no processo, o papel de emissores, cuja função é a de produzir, codificar e emitir mensagens; ou receptores, com a função de receber, decodificar e consumir (FRANÇA, 2006). Desse modo, a extensão ocorre na lógica da transmissão, onde o emissor é o extensionista, sujeito ativo, em posição de superioridade, que escolhe o conteúdo a ser transmitido e estende seus conhecimentos; em um processo mecânico de entrega de algo que é levado por um sujeito que se encontra atrás do muro, àqueles que se encontram além do muro; os agricultores, sujeitos passivos, em posição de inferioridade, recipientes do conteúdo.

No mesmo sentido, Freire (2006, p; 22) infere sobre a explícita relação hierárquica entre extensionistas e agricultores, ou, entre aqueles que precisam ir “até a outra parte do mundo, considerada inferior, para, à sua maneira, normalizá-la. Para fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo”. Daí surge a reificação, a necessidade de “transformar em coisa” ou “dar caráter de coisa” ao homem, denegando seus conhecimentos, sua capacidade de ação, reflexão e de transformação do mundo. Por outro lado, depreende sobre os que buscam um significado educativo para a extensão, advertindo que seu campo associativo não permite a prática educativa libertadora e, por este motivo, não se pode aceitar que seu trabalho seja rotulado por um conceito que nega ao agrônomo o direito de ser um educador-educando.

Àqueles que reclamam do purismo linguístico da análise e assentem sobre a utilização da palavra, alegando não ser a mesma capaz de afetar a essência do fazer extensionista, o autor pondera sobre a força operacional dos conceitos, de modo que não se percebam em contradição quando consideram válidas as formulações que descortinam processos de persuasão e aceitação de propaganda, por melhores que sejam as intenções do “professor”. Desse modo, a persuasão para aceitação de propaganda não é compatível com a educação, pois esta só é autêntica quando se estabelece como processo de busca dos homens, uns com os outros, de ser mais, e quando assumida como prática de liberdade.

Em suma, para Freire (2006), o trabalho do agrônomo como educador nega a persuasão, sempre “domesticadora” dos agricultores passivos como um papel em branco da sua propaganda, e se coloca através da problematização da situação concreta e objetiva, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela, ou seja, o educador que atua com (e não por) outros homens sobre a realidade que os mediatiza para transformar o mundo.

Assim, também não cabe ao agrônomo educador o papel de “mediador” do processo, algo comum no vocabulário corrente para designar uma versão atenuada da extensão como processo educativo. Mediar significa o ato de servir de intermediário entre pessoas ou grupos. Nas religiões, é a ação de interceder junto a uma divindade para conseguir sua proteção. No mundo jurídico, é o procedimento que busca a resolução de litígios de maneira amigável através da utilização de intermediários entre as partes conflitantes. A mediação, como o autor coloca repetidas vezes em seus livros, é fruto da realidade objetiva, da natureza concreta que impõe os desafios a serem superados, isto é, as pessoas são mediatizadas pelo mundo. Ao se comportar como mediador, seria o sistema de valores do “extensionista” o ponto de partida do diagnóstico, especificação de alternativas e ação concreta na realidade.

Em oposição aos que reivindicam a educação baseada em conteúdo, na trilha do imediatismo, Freire propõe uma educação enquanto processo de construção permanente, no qual as pessoas se educam mutuamente, através do diálogo. Por conseguinte, cumpre ao agrônomo educador que se recusa à persuasão, à propaganda e demais práticas domesticadoras, a superação da extensão enquanto conceito e práxis, conferindo às comunicações, em sua aceção dialógica, o locus legítimo da ação emancipadora.

3.1.2. A práxis

A práxis para Aristóteles, que a consagrou como termo filosófico, se caracteriza “pela vida enquanto atividade, pelo agir como movimento próprio de determinado ser vivo e que constitui para ele seu existir” (SILVEIRA, 2001, p. 20). Nessa perspectiva, a práxis designa as

ações intransitivas e morais que perfazem um sentido completo e pleno, a partir do qual o homem age por impulso do conhecimento da vontade, antecipando-se ao bem respectivo, na direção do qual, enquanto ser da razão mediado pela linguagem (*logos*), ele se move (Id., 2001).

Mais tarde, o conceito foi aprofundado pela filosofia marxista, nos estudos sobre o funcionamento da sociedade capitalista, notadamente nos esforços de elaboração do materialismo histórico e dialético, quando Marx e Engels criaram o seu sistema de compreensão da vida e prática humana e das relações dos homens entre si e com a natureza. Nas “Teses sobre Feuerbach”, escritas por Marx em 1845 e publicada por Engels apenas em 1888, como apêndice à edição em livro de “Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Alemã Clássica”, Marx desenvolve seu conceito de práxis em sua crítica ao materialismo contemplativo de Feuerbach, cujos postulados recorriam ao idealismo para explicar todos os fenômenos e atos sociais. As teses filosóficas compreendem onze notas curtas, discorrendo sobre a práxis como o enlace entre atividade da consciência e atividade sobre o real, isto é, entre teoria e prática. E na elevação do ideal para o real, a prática não é entendida como ação subjetiva, mas sim como atividade material, objetiva, social, histórica e transformadora (MARX, 1888). Em outras palavras, observa-se um enriquecimento da teoria pela práxis, haja vista que para Marx a práxis é ação orientada pela teoria, pois a mesma parte das necessidades práticas do homem social para a interpretação do mundo e também como guia para sua transformação. Por conseguinte, para Marx e outros autores marxianos, a práxis não é mera prática elaborada pela consciência. É a atividade material do homem social e o princípio pedagógico fundamental, pela qual se produz historicamente a unidade entre o homem e o mundo, entre a matéria e o espírito, entre a teoria e a prática, entre o sujeito e o objeto (PIO; CARVALHO; MENDES, 2015).

Convém ressaltar que a prática, enquanto alicerce da teoria, não ocorre de modo direto e imediato. São elementos interligados e interdependentes que se complementam através da práxis, onde o sentido de uma só existe na relação com a outra. Por um lado, a prática sem a teoria, destituída de reflexão filosófica, reflete em ações mecânicas desprovidas de cientificidade. Por outro, a teoria sem o substrato da prática transformadora resulta em um idealismo abstrato. Não se concebe uma práxis teórica e tão pouco uma práxis prática, mas sim a prática retroalimentada pela teoria e vice-versa, numa espiral constante, formadora da práxis autêntica. No mesmo sentido, elabora Freire (1996, p. 25): “A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade”.

Importa diretamente para esta Tese a compreensão freiriana da práxis, baseada precipuamente na reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sua

construção teórica não se limita a prática educativa, mas para qualquer tipo de prática e, por este motivo, em diversas publicações o autor faz referências a sua interpretação do homem e de sua relação com os outros homens e com o mundo. E ao fazê-lo, em alguns de seus trabalhos, o autor promove uma diferenciação entre os homens e os animais.

A diferença fundamental entre o animal, cuja atividade não vai além da mera produção, e o homem, que cria o domínio da cultura e da história através da sua ação no mundo, é que apenas o último é um ser de práxis. O homem, em sua permanente relação com a realidade, produz não apenas bens materiais, coisas sensíveis e objetos, mas também instituições sociais, ideologias, arte, religiões, ciência e tecnologia (FREIRE, 1970, p. 167-168).

Em “Educação como prática de Liberdade”, Freire (1967, p. 39-41) estabelece um retrato mais completo da distinção, onde os animais são seres de contato que se adaptam ao mundo e os homens são seres de relação que interagem com o mundo por meio da práxis, lançando-se em um domínio que lhe é exclusivo, o da história e da cultura.

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. Faz tudo isso com a certeza de quem usa uma ferramenta, com a consciência de quem está diante de algo que o desafia. Nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade. E há também uma nota presente de criticidade. A captação que faz dos dados objetivos de sua realidade, como dos laços que prendem um dado a outro, ou um fato a outro, é naturalmente crítica, por isso, reflexiva e não reflexa, como seria na esfera dos contatos. Ademais, é o homem, e somente ele, capaz de transcender. A sua transcendência, acrescente-se, não é um dado apenas de sua qualidade “espiritual” [...] Não há historicidade do gato pela incapacidade de emergir do tempo, de discernir e transcender, que o faz afogado num tempo totalmente unidimensional — um hoje constante, de que não tem consciência. O homem existe [...] no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se. Na medida, porém, em que faz esta emersão do tempo, libertando-se de sua unidimensionalidade, discernindo-a, suas relações com o mundo se impregnam de um sentido consequente. [...] Não se reduzindo tão somente a uma das dimensões de que participa — a natural e a cultural — da primeira, pelo seu aspecto biológico, da segunda, pelo seu poder criador, o homem pode ser eminentemente interferidor. Sua ingerência, senão quando destorcida e acidentalmente, não lhe permite ser um simples espectador, a quem não fosse lícito interferir sobre a realidade para modificá-la. Herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se às condições de seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo, lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo — o da História e o da Cultura.

A passagem também esclarece a opção muito comum na obra do autor de afirmar que os homens não são objetos, mas sujeitos criativos, capazes de transcender, algo que não pode ser creditado apenas a espiritualidade ou a metafísica. Como sujeito em relação com o mundo, as relações entre os homens ocorrem por meio da comunicação, cuja apropriação pode ser

tomada na perspectiva da reificação, em sistemas sociais opressivos que o desumanizam; ou no viés ontológico⁴⁶, que é a de ser sujeito, consciente de si mesmo e que interage com o mundo e com outros homens.

Assim, as comunicações podem ser apropriadas nos paradigmas da reificação ou ontológico; da dominação ou como prática libertadora; sob a insígnia do objeto ou do sujeito; em práticas deformadoras ou formadoras; desumanizadoras ou humanizadoras; entre exploradores e explorados. Em síntese, através da relação dialética entre opressores e oprimidos, os partícipes da sociedade de classes. O livro “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1987), considerado o livro mais importante do autor⁴⁷, traz à lume a questão desta relação dialética entre opressores e oprimidos e de como é necessária uma práxis que possa orientar uma ação visando à superação dessas contradições. Em quatros capítulos, o autor desenvolve marcas indeléveis da sua práxis: (1) justificativa da pedagogia do oprimido; (2) a concepção bancária de educação como instrumento da opressão; (3) a dialogicidade – essência da educação como prática de liberdade; e (4) teoria da ação antidialógica.

O primeiro capítulo, “*Justificativa da Pedagogia do Oprimido*”, é dedicado à análise dialética da sociedade de classes, entre opressor e oprimido e a discussão da práxis da liberdade. O autor apresenta o processo de desumanização provocada pelo opressor, sob a ótica não apenas do que tem sua humanidade roubada, o que faz com que sejam (ou se sintam) menos; mas também dos que a roubam, na distorção da vocação de ser mais. Também analisa a imposição do opressor, a tal ponto que o oprimido precise do seu usurpador. Nesse ponto, Freire compreende que a busca pela humanidade roubada dos oprimidos não deve ser construída pela opressão aos opressores, mas pela restauração da humanidade em ambos. Ao reconhecer a humanização como uma questão central da história da humanidade e a desumanização como realidade histórica e ontológica, passa a reivindicar a liberdade como a luta pela humanização dos oprimidos, o que deve ocorrer por intermédio da ação social e coletiva, isto é, a consciência e a transformação do “eu” deve ocorrer em sociedade. Para Freire (1987, p. 29), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Ressalta ainda que a ação libertadora dos oprimidos tem de ser cultural, de modo que lutem como homens e não como coisas a qual foram reduzidos na relação de opressão em que

⁴⁶ Ontologia é a parte da metafísica, ramo da filosofia, que trata da natureza, realidade e existência dos entes. A ontologia trata do ser enquanto ser, isto é, do ser concebido como portador de uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres objeto de seu estudo.

⁴⁷ Em levantamento realizado em 2016 pelo Professor Associado da *London School of Economics*, Elliott Green, baseada em informações da plataforma Google Scholar, Pedagogia do Oprimido foi o terceiro livro mais citado no mundo na área de Ciências Humanas. Fonte: <https://www.paulofreire.org/noticias/463-paulo-freire-%C3%A9-o-terceiro-pensador-mais-citado-em-trabalhos-pelo-mundo>

se encontram destruídos. Este processo de libertação, denominado pelo autor como a pedagogia do oprimido, compreende dois estágios. No primeiro, os oprimidos desvelam o mundo da opressão e comprometem-se, na práxis, com sua transformação. No segundo, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens na busca permanente da libertação.

No segundo capítulo, *“A concepção bancária de educação como instrumento da opressão”*, uma das suas contribuições mais conhecidas nos circuitos acadêmicos, Freire se dedica ao estudo de duas concepções antagônicas de educação: a bancária e a problematizadora. A educação na perspectiva bancária corresponde a uma das características comuns da sociedade opressora, a partir da qual conhecimentos são depositados aos educandos de maneira que fiquem limitados aos conteúdos que lhe são impostos, sem que haja diálogo ou possibilidade dos mesmos de interferirem em seu percurso de aprendizagem. Dessa maneira, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1987, p. 33). A educação bancária transforma a consciência do aluno em um pensar mecânico, em outras palavras, em sentir como se a realidade social fosse algo exterior a ele, como se essa não o afetasse. “Na concepção bancária, predominam relações narradoras, dissertadoras. A educação torna-se um ato de depositar (como nos bancos); o saber é uma doação, dos que se julgam sábios, aos que nada sabem” (GADOTTI, 2004, p. 69).

Por outro lado, a educação problematizadora busca o desenvolvimento da consciência do sujeito no mundo e uma troca contínua de saberes entre educadores e educandos, para que os últimos não se limitem a repetição mecânica dos conhecimentos transmitidos pelos primeiros. A educação problematizadora reflete na busca da humanização e da liberdade e, por este motivo, está assentada no diálogo, através do qual se estabelecem diversos itinerários comunicativos para que o educando se torne sujeito da própria história, no qual os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação. Na educação problematizadora, rompe-se com a dicotomia entre educador e educando, pois ambos são sujeitos cognoscentes, que ensinam e aprendem.

Em suma, enquanto a concepção bancária se nega ao diálogo como essência da educação e, logo, se faz antidialógica, a educação problematizadora se faz dialógica e em situação gnosiológica, isto é, se estabelece através de sujeitos cognoscentes, educadores e educandos. Nas palavras de Freire (1987, p. 39), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. O Quadro 7 apresenta um comparativo das duas concepções:

Quadro 7. Educação bancária versus educação problematizadora

Educação bancária	Educação problematizadora
Dominação	Liberdade
Individual	Coletiva
Antidialógica	Dialógica
Transmissão	Conscientização
Competição	Participação
Reprodução social	Mudança social
Métodos centrados no professor-instrutor	Professor e alunos são sujeitos cognoscentes
Age “para”	Age “com”
Acesso à conteúdos	Apropriação do conhecimento
Objeto	Sujeito

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Freire (1987).

Em “*A dialogicidade – essência da educação como prática de liberdade*”, Freire explora uma categoria de análise fundamental da sua obra. E sua análise é construída tomando como ponto de partida o fundamento da práxis da educação problematizadora e sua relação com o diálogo. Segundo o autor, a palavra, elemento primordial e constitutivo do diálogo, quando não revestida de autenticidade, isto é, desprovida de ação, de maneira que não possa transformar a realidade, sacrifica também a reflexão, resultando em “palavreria” e “verbalismo”. Ao contrário, ao se excluir a ação destituída de reflexão, a palavra se converte em “ativismo”, negando também o sentido da verdadeira práxis. Ambas as formas inautênticas de existir geram formas adulteradas de reflexão e ação. Freire defende o diálogo no amor e como um direito de todos, e não como privilégio dos opressores. Através da palavra, o diálogo assume a capacidade de transformar o mundo e os homens e de libertar os oprimidos de sua condição de opressão. “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens.” (1987, p. 45).

Neste capítulo descreve ainda um importante elemento do seu método, a utilização de temas geradores para fomentar o diálogo e a aprendizagem, os quais, na perspectiva problematizadora, devem sempre partir da realidade e do convívio social do povo que se quer ensinar. Em oposição a concepção bancária, baseada em conteúdos pré-estabelecidos, propõe a coleta e a investigação das temáticas que partam da historicidade dos educandos, para que os mesmos se estabeleçam como propulsores de novos diálogos e itinerários formativos.

O último capítulo, “*Teoria da ação antidialógica*”, trata do estudo das teorias antidialógica e dialógica como matrizes antagônicas da ação cultural, servindo a opressão e a libertação, respectivamente. O sistema antidialógico compreende quatro elementos imbricados para garantir a dominação: a conquista, dividir para manter a opressão, a manipulação e a invasão cultural. No primeiro elemento, a conquista, o autor pondera que, o antidialógico, dominador e reificador do seu contrário, utiliza diversas formas para conquistá-lo, pois a conquista é sua necessidade, mais do que um desejo.

Todo ato de conquista implica num sujeito que conquista e num objeto conquistado. o sujeito da conquista determina suas finalidades ao objeto conquistado, que passa, por isto mesmo, a ser algo possuído pelo conquistador. Este, por sua vez, imprime sua forma ao conquistado que, introjetando-o, se faz um ser ambíguo. Um ser [...] “hospedeiro” do outro. (1987, p. 78).

O segundo elemento é dividir para manter a opressão, tendo em vista que a união das massas é um sinal de perigo para os opressores.

O que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles, através de uma gama variada de métodos e processos. Desde os métodos repressivos da burocracia estatal, à sua disposição, até as formas de ação cultural por meio das quais manejam as massas populares, dando-lhes a impressão de que os ajudam (1987, p. 80).

A manipulação é o instrumento utilizado pelos opressores para controlar e conquistar as massas populares oprimidas para realização dos seus objetivos. Tal como a conquista, a qual serve, busca anestesiar as massas para que não pensem. Assim, as massas com menor conhecimento político são mais facilmente enganadas por pessoas que a compreendem melhor, que usam isso a seu favor em sua estratégia de dominação.

Por último, a invasão cultural, já abordada nesta Tese, é o instrumento da conquista opressora através do qual a minoria dominante impõe sua visão de mundo para que todos se guiem por ela. Da mesma maneira que a divisão e manipulação, também serve à conquista. “Neste sentido, a invasão cultural, indiscutivelmente alienante, realizada maciamente ou não, é sempre uma violência ao ser da cultura invadida, que perde sua originalidade ou se vê ameaçado de perdê-la” (1987, p. 86).

Na sequência, Freire apresenta os elementos da ação dialógica, no qual cada uma das elaborações guarda relação direta de oposição aos postulados antidialógicos (Quadro 8): a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural; frente à conquista, dividir para manter a opressão, a manipulação e a invasão cultural, respectivamente.

Quadro 8. Teorias da ação em Paulo Freire

Teoria da ação antidialógica	Teoria da ação dialógica
Conquista	Colaboração
Dividir para manter a opressão	União
Manipulação	Organização
Invasão cultural	Síntese cultural

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações disponíveis em Freire (1987)

A “colaboração” no diálogo parte da compreensão do outro e do respeito a sua culturalidade, quando os homens passam a viver em comunhão. O princípio da “união” diz respeito a necessidade da organização da massa oprimida para que a mesma tenha força transformadora na realidade. Por sua vez, a “organização” das massas populares em classes é o método pelo qual a liderança revolucionária, com a ressalva do autor sobre a óbvia recusa ao vocativo da expressão por parte dos opressores, “instaura o aprendizado da pronúncia do mundo, aprendizado verdadeiro, por isto, dialógico” (1987, p. 103). Por fim, a síntese cultural se alicerça na compreensão de que toda ação cultural é sempre sistematizada e deliberada, consciente ou inconscientemente, no sentido da modificação da estrutura social, ora para mantê-la, ora para transformá-la. Os atores que se empenham neste sentido, se negam a cumprir o papel de invasores. Não se dedicam as atitudes de ensinar, transmitir ou entregar. Se integram com os demais homens, também atores da ação, na superação de todas as expressões culturais alienantes e alienadas.

3.1.3. A semântica e a práxis

Retoma-se a preocupação que intitula esta Tese. Articulando as duas subseções predecessoras, busca-se delinear o embate semântico, isto é, as controvérsias associadas ao uso corrente do vocábulo “extensão” para designar o processo, a instituição e a política; em suas interconexões com a práxis, na perspectiva freiriana, do sujeito que age/reflete e ao refletir age, ou, em outras palavras, do sujeito que vai da teoria à prática e de sua prática chega a nova teoria.

Inicialmente convém recobrar e enfatizar as impropriedades da extensão “no” e “além do” percurso de Freire (2006) na linguística, da qual a semântica é uma das divisões, e sob a práxis empreendida. E somar uma advertência acerca do uso da palavra comunicação em seu lugar, algo que fica explícito quando mergulhamos na obra do autor e seus discípulos da comunicação dialógica. Busca-se refutar os argumentos daqueles que forçam, consciente ou inconscientemente, a ambiguidade lexical da extensão para legitimá-la e atenuar seus efeitos,

com o objetivo de promover uma suposta extensão rural educativa, articulada implicitamente. E desvelar as intenções dos que se aproveitam das suas propriedades conotativas como instrumento de dominação, de maneira explícita.

Na primeira subseção deste capítulo, vimos que os signos linguísticos são formados por um conceito e uma imagem acústica, representando o significante e o significado, respectivamente. Não se trata, nesta divisão de Saussure (2006), da junção de uma coisa e uma palavra. A língua não é uma lista de termos correspondentes a uma lista de coisas, algo que colocaria sempre as ideias em um nível anterior ao das palavras. Não é o som material ou algo puramente físico, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá, o testemunho dos nossos sentidos.

Compreendendo a natureza psíquica das imagens acústicas, temos que os significados se diferenciam entre os sujeitos, pela capacidade individual de internalização e ressignificação moral, histórica e cultural. Assim, as hegemonias conceituais ocorrem por intermédio de um amplo sistema cultural, capaz de incutir nas pessoas caráter inquestionável as ideias propagadas por aqueles que são beneficiários da sua disseminação.

A noção de hegemonia foi criada pela tradição marxista para refletir sobre as diversas configurações sociais que se apresentavam à época. A noção mais elaborada é a de Gramsci, malgrado suas origens terem sido estabelecidas na social democracia russa e em Lênin. Rejeitando toda visão determinista e mecanicista da relação entre estrutura (relações sociais de produção) e superestrutura (ideias, costumes, comportamentos morais, vontade humana), Gramsci propõe uma nova relação entre ambas, tentando se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas das sociedades avançadas. Nessa lógica, propõe um novo encadeamento, no qual a sociedade civil adquire centralidade, do mesmo modo que a ideologia constitutiva das relações sociais (ALVES, 2010).

Partindo da lógica gramsciana, depreende-se que as forças hegemônicas (elites econômicas e intelectuais) impõem forte ascendência sob as formas em que os conceitos são internalizados e ressignificados pelas pessoas, através da gênese e disseminação das ideologias que se fazem dominantes no seio da sociedade. Na teoria antidialógica da ação, de Freire (1987), vimos que os opressores se valem da conquista, divisão para manter a opressão, manipulação e invasão cultural na consecução dos seus objetivos. É elementar que o autor não se ocupa com a tarefa de revelar um engendrado sistema planetário de dominação ou uma nova ordem mundial organizada para sistematização de métodos de opressão. Parte da observação empírica da necessidade dos conquistadores de imprimir sua forma aos conquistados, de criar cisões

entre os oprimidos para enfraquecê-los, de negar-lhes conhecimentos libertadores e de impor sua visão de mundo para que todos se guiem por ela.

Referências não faltam na história brasileira. No interregno compreendido entre as cinco primeiras décadas da colonização, entre os ciclos econômicos do pau brasil e o início do *plantation* de cana-de-açúcar, quase nenhuma atenção era dada aos espaços escolares. O tema só ganhou alguma projeção com a chegada da Companhia de Jesus, em 1549. Em 1555, uma grande escola foi construída para instruir os meninos índios em leitura, escrita e bons costumes. E este modelo perdurou por mais de 200 (duzentos) anos. Educar para os Jesuítas era sinônimo de catequizar (MACHADO, 2019). Nota-se nesta passagem da nossa história todos os traços constitutivos da teoria antidialógica. Da conquista, que muito contribuiu para o domínio do poder colonial; da divisão entre os que tinham ou não acesso aos ensinamentos; da manipulação, através de ensinamentos restritos à literatura e à retórica, limitado ao sistema de valores dos conquistadores, e da invasão cultural, através da usurpação do espaço histórico-cultural dos índios e pela substituição dos seus componentes pelos elementos culturais invasores.

É deste ponto que retomamos as impropriedades da extensão. Àqueles que buscam um novo significado, arvorando uma abrangência e um contexto que não lhe pertence, Freire (2006) adverte sobre a força operacional dos conceitos. Em razão de serem psíquicos, apresentam a propriedade de originar contradições inerentes ao processo de internalização e ressignificação. A internalização (ou interiorização), segundo Vygotsky (2001), é o processo cuja essência é a existência da reconstituição, no nível individual, de funções originárias do nível social. A ressignificação é a capacidade de atribuir novos significados a significados preexistentes, através da mudança de sua visão de mundo. Em ambos os processos, há forte influência das interações sociais e do ambiente e, por este motivo, são também desencadeadores de ações contraditórias no plano individual, manifestas em atitudes, estereótipos e preconceitos.

Assim, tomamos por conjectura o Engenheiro Agrônomo que durante sua graduação frequentou as aulas da disciplina Extensão Rural. Ainda nesta suposição, imaginemos que a disciplina tenha transcorrido sob os fundamentos da práxis freiriana. Após a formatura, ingressou na ATER de seu estado mediante aprovação em concurso público, ocasião em que os mesmos saberes foram avaliados. Participou das atividades de formação inicial e continuada para o serviço, nos desígnios da PNATER. Agora profissional, sua práxis é a sua história e sua cultura, a síntese dos estímulos desinentes do seu encontro com o mundo e com as outras pessoas. Sua práxis será resultante da internalização e ressignificação dos conceitos, que não existem isoladamente. São conceitos que se articulam com outros conceitos originando novos significados. O profissional de “extensão rural”, também recebeu desde sua infância e em

grande escala, estímulos de outras técnicas, ciências e vivências, e logo, em seu contexto, foi submetido à hegemonia conceitual dos opressores, sempre transvestida de verdade incontestável. Por dever do ofício, empreenderá esforços pela “extensão educativa”, porque a empresa em que trabalha atua em extensão ou rejeitará esta possibilidade, por ter internalizado e ressignificado que a tarefa não é possível no domínio humanista. Ele é um extensionista e a política social que implementa é uma política de extensão rural. A sua fala está situada no plano conceitual. E a operação dos conceitos é resultante da sua capacidade de imprimir significados.

Por conseguinte, se a operacionalização conceitual ocorrer sob a perspectiva libertadora, não lhe caberá outra opção além de rejeitar a “extensão educativa” como rótulo da sua práxis. Esse lugar comum não lhe pertence, pois afora suas impropriedades linguísticas comprovadas pela análise da estrutura, da sintática e da semântica; escolher este caminho significaria, no plano individual de significação, a adoção de dois roteiros simultâneos e antagônicos: o de quem estende conhecimentos sobre práticas agrícolas e/ou de bem-estar social e o de quem educa através do diálogo. Entretanto, por se tratarem de duas formas inconciliáveis, pois quem estende, transmite e quem transmite, invade; por outro lado, quem dialoga o faz compartilhando, tornando comum e participativo; depreende-se que a única possibilidade é a adoção de um dos dois itinerários, mesmo que isso decorra de ação inconsciente, o que geralmente acontece. Nesta lógica, se enveredar pela primeira e sua prática se alicerçar no paradigma informacional, na separação de polo emissor e receptor, reivindicará a extensão educativa como rótulo purificador da sua ação e/ou por apreensão irrefletida do conceito. Se sua conduta é baseada na práxis, na indissociabilidade entre reflexão e ação, lhe cumpre o dever inadiável de lutar contra a “extensão educativa” enquanto processo, instituição e política, haja vista que sua coexistência nas políticas públicas resulta na internalização e ressignificação dos processos que levam a adoção de ações contraditórias por seus colegas, opostas aos princípios e diretrizes norteadores da educação libertadora, pois somam ao portfólio um significante inconciliável que reforça as ações que combate.

Esta tarefa não se limita a simples substituição de significantes, da extensão pela comunicação. Até mesmo porque, como já assentado neste trabalho, o vocábulo “comunicação” carrega consigo ambiguidades não resolvidas em sua ação implícita, podendo representar a ação de transmitir ou de compartilhar. A palavra “comunicação” tem a sua etimologia no substantivo latino *communicationem*, e sua tradução literal seria algo como “tornar comum”, porém sua raiz é o adjetivo *communis*, que significa “pertencer a todos ou a muitos” (LIMA, 2001, p. 24). Dessa maneira, o viés transmissivo/unidirecional da ambiguidade aqui suscitada deriva da apropriação da comunicação para representar as práticas antidialógicas sustentadas pelas

formas behavioristas da educação, pela mídia de massa e em vários outros segmentos da sociedade, quando seu uso é oportuno para os conquistadores. Em suma, enquanto se comprova inapropriado reivindicar outros campos associativos para a extensão, é adequado postular a comunicação em suas raízes léxicas que refletem na prática dialógica. Contudo, a tarefa se faz maior do que o reconhecimento da categoria comunicação e sua desambiguação, algo que já seria muito efetivo. A tarefa demanda esforços no sentido de alavancar políticas públicas de comunicação rural com foco na dialogicidade e na práxis, mas que também tenham capilaridade para interferir na hegemonia dos conceitos, nas universidades, centros de pesquisa e nas instituições públicas de ATER.

Por fim, aqueles que usufruem explicitamente das propriedades conotativas e autoproclamadas da extensão como instrumento de dominação, também provocam outros embates semânticos com implicações diretas sobre a práxis, por meio de narrativas que garantem aos operadores a consecução de seus objetivos. Ainda sob a lógica da hegemonia conceitual, a observação empírica nos traz alguns exemplos para o contexto deste trabalho, sem prejuízos de muitos outros existentes:

- (1) A temática “desenvolvimento” é objeto de acaloradas divergências teóricas acerca de seu escopo e abrangência, particularmente porque seu uso foi moldado ao longo da história frente as finalidades imediatas dos seus operadores. Para Esteva (2000), o uso da expressão desenvolvimento pela maioria das pessoas significa exatamente o contrário daquilo que elas querem dizer, pois o senso comum realça os aspectos estritamente relacionados ao crescimento econômico. Para o autor, a expressão foi indevidamente apropriada, especialmente no fim da segunda guerra mundial, quando os Estados Unidos despontavam como uma potência ao centro do mundo e precisavam deixar clara essa posição para consolidar essa hegemonia e torná-la perene. A origem do imbróglio está situada no uso distorcido da metáfora que decorre da linguagem coloquial, onde o desenvolvimento compreende o processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou organismo, para que esse alcance sua forma plena. Tal metáfora foi apropriada para sublimar suas reais finalidades e, mais tarde, seu programa. Em síntese, o “desenvolvimento” pode servir à lógica excludente do determinismo econômico, partindo da conotação com as expressões crescimento, evolução, maturação, modernização; ou partir de uma visão holística, de compreensão multiforme, acolhendo as dimensões econômica, social, política, ambiental, demográfica *etc.*

- (2) No que se refere ao “desenvolvimento rural”, Navarro (2001) o define como o conjunto de ações previamente articuladas, especialmente pelo estado nacional e níveis subnacionais, para induzir mudanças em um ambiente rural (não necessariamente agrícola)⁴⁸, visando melhorar o bem-estar social das populações rurais. Entretanto, articulando a mesma lógica da alínea anterior, o agronegócio imprime seu conceito de desenvolvimento rural como o da modernidade versus o atraso, na perspectiva economicista, ancorado em indicadores macroeconômicos. Entrega o discurso do combate à fome e geração de empregos, mas a concentração de terras decorrente impõe êxodo rural, pobreza no campo e aumento das desigualdades sociais e inter-regionais.
- (3) Ainda na mesma constelação semântica, talvez o caso mais emblemático seja o da miríade de atores que reivindicam o “desenvolvimento rural sustentável”. Existem vários enfoques neste debate que não cabem neste trabalho. Porém, cumpre destacar que o embate se situa em duas dimensões do saber científico: natureza e sociedade. Empresas multinacionais de insumos agropecuários e seus profissionais técnicos, que supreendentemente acumulam as funções de assistência técnica e venda, promovem as virtudes de tecnologias e produtos em nome do “desenvolvimento rural sustentável”. Tal como os transgênicos, plantas geneticamente modificadas para apresentar alguma característica que não estava presente na planta convencional. Em sua linha de raciocínio meticulosamente planejada, contribuem para a sustentabilidade na medida em que a inserção de genes aumenta a resistência a insetos, o que proporciona a redução do uso de inseticidas; ou quando a transgenia aumenta a resistência da planta ao uso de herbicidas. Mas não se importam ou fazem uso de pesquisas encomendadas para refutar os impactos ambientais decorrentes: desequilíbrio populacional; impactos sobre o banco de germoplasma; riscos não definidos à saúde humana oriundos da modificação genética e dos resíduos dos agrotóxicos aos quais passaram a ser resistentes *etc.*
- (4) Na mesma linha, existe uma pronunciada disputa acerca do conceito a ser utilizado para definir os “produtos fitossanitários”, utilizados nas lavouras para controlar

⁴⁸ Graziano; Del Grossi; Campanhola (2005) utilizam a expressão “novo rural” para caracterizar as modificações estruturais das relações urbano-rurais percebidas nas duas últimas décadas do século XX. Para os autores, o novo rural é o ambiente onde se fazem presentes atividades não agrícolas, decorrentes das necessidades dos seus habitantes, além da agropecuária baseada em commodities e fortemente ligada às agroindústrias e de um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

pragas, doenças e plantas “daninhas”. O agronegócio emprega a expressão “defensivo” agrícola, uma espécie de eufemismo utilizado para referendar o seu papel na defesa das plantas cultivadas, mas que desconsidera a resistência adquirida através da seleção genética dos organismos que pretende combater e seus efeitos sobre o equilíbrio populacional e a saúde humana. Por outro lado, os movimentos agroecológicos preferem a designação “agrotóxico” para evidenciar seu papel e finalidade. E em relação as plantas “daninhas”, que recebem este nome por causarem “danos” às plantações, o termo agroecológico mais apropriado é o de plantas ou ervas espontâneas, pois as plantas invasoras são as espécies cultivadas pelo homem, nas áreas antropizadas.⁴⁹

3.2. Os princípios teóricos da MEXPAR

Nesta seção, empreende-se esforços no sentido de apresentar os autores basilares para a nova pedagogia de ATER da EMATER-MG, especialmente aqueles que fundamentam a MEXPAR: a teoria do conhecimento de Jean Piaget, particularmente a epistemologia genética; a didática do aprender a aprender de Pedro Demo; e, precipuamente, as formulações do principal indutor intelectual da política, o patrono da educação brasileira Paulo Freire. Às contribuições presentes, substratos para a dimensão empírica e de análise desta Tese, também se somarão a discussão da metodologia e das técnicas, presentes no próximo capítulo. Inicialmente, cumpre destacar uma advertência ao leitor sobre parte das formulações presentes aqui e no próximo capítulo. A MEXPAR e as metodologias análogas dos outros entes federados, ao mesmo tempo que se organizam em pressupostos dialógicos e participativos, também, paradoxalmente, reivindicam a extensão rural como processo educativo. Isso se deve, como já colocado, ao alto grau de institucionalização do termo e também aos referenciais políticos locais. Por conseguinte, algumas abordagens, em respeito à verossimilhança, serão mantidas quando o contexto assim o exigir, malgrado as objeções colocadas por Freire e seus discípulos da comunicação dialógica, pela própria MEXPAR e por este autor. Cabe ainda ressaltar que os órgãos estaduais de ATER assumiram a tarefa de elaborar seu PEATER, com o objetivo de promover o alinhamento filosófico e metodológico necessário com a PNATER, à época da sua formulação. E este é um dos motivos objetivos da sua formulação.

⁴⁹ Área onde há ocupação do homem, exercendo atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente. A antropização é a transformação que exerce o ser humano tanto sobre o meio ambiente, como sobre o biótopo ou a biomassa.

Em Minas Gerais, a EMATER-MG constituiu em 2004 uma equipe multidisciplinar, com profissionais de diversas funções e de todas as regiões do estado para refletir e reelaborar a metodologia da ação extensionista frente a nova realidade. A partir da experiência refletida, da leitura de mundo dos sujeitos envolvidos, da análise crítica e coletiva da realidade e da participação ativa dos atores sociais envolvidos; ações foram tomadas para edificar uma práxis transformadora, baseada na reciprocidade do ensinar, aprender, pesquisar e socializar; considerando que todo conhecimento é uma produção social e que, portanto, se encontra num constante processo de elaboração, reformulação e validação. Desde sua publicação, em março de 2006, a MEXPAR passou a ser a referência teórica, metodológica e técnica da ação extensionista em Minas Gerais; compartilhada nos processos formativos iniciais para os técnicos ingressantes, e em formação continuada, através de cursos, encontros técnicos e oficinas de formação metodológica (RUAS *et al*, 2006). A MEXPAR assumiu grande projeção entre as entidades estaduais congêneres, de tal maneira que os princípios e sua metodologia de construção foram também socializados com profissionais de outras unidades da federação, a saber, Alagoas, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Paraná (CARVALHO; SOARES; SILVA, 2008).

No processo de elaboração, identificou-se a necessidade da sistematização de um arcabouço teórico, através da síntese da contribuição de autores cujos elementos são importantes para a reflexão da ação educativa, com o intuito de alicerçar a prática extensionista e contribuir para a ação continuamente refletida, coerente aos princípios do desenvolvimento sustentável (RUAS *et al*, 2006).

Na sequência, apresentam-se as teorias previstas na MEXPAR (RUAS *et al*, 2006), acrescidas de ponderações e de outros itinerários, quando estes foram necessários e os respectivos papéis que elas representam na ação pedagógica.

3.2.1. Jean Piaget e a epistemologia genética

Piaget foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, precursor da visão construtivista, difundida principalmente a partir da epistemologia genética, teoria do conhecimento baseada no estudo da gênese psicológica do pensamento humano. A epistemologia genética está essencialmente fundamentada na compreensão da inteligência e nos processos de construção do conhecimento, com o objetivo de responder não só como os homens, sozinhos ou em conjunto, constroem conhecimentos, mas também, por quais processos e por que etapas eles conseguem fazer isso.

A epistemologia (do grego *episteme*: conhecimento certo, ciência; *logos*: discurso, estudo) é o ramo da filosofia que se ocupa do estudo crítico dos princípios, hipóteses e dos resultados das diversas ciências, com o intuito de estabelecer seus fundamentos lógicos, seu valor e sua importância objetiva. Por sua vez, a genética, foi assim designada no contexto da teoria, como *gênese*, no sentido de origem. Portanto, a epistemologia genética parte do reconhecimento de que todo saber tem uma origem.

A teoria de Piaget compreende uma matriz explicativa dos mecanismos em que cada indivíduo elabora seus saberes, partindo do princípio que cada um estabelece uma relação de troca com o meio em um sistema de relações vivenciadas e significativas. Essas trocas ocorrem através do processo de equilibração, resultantes do saber prévio, desequilíbrio, assimilação, acomodação e saber reelaborado, em uma espiral constante (Figura 9), na medida em que no processo de construção de conhecimentos não há começo nem um fim. Essa espiral funciona ininterruptamente se algo não interferir em seu movimento.

Figura 9. A espiral do conhecimento de Jean Piaget



Fonte: RUAS *et al* (2006, p. 26)

Não existe, para Piaget, um novo saber sem que exista um saber preexistente, ponto de partida para assimilação e transformação destes saberes em outros mais elaborados. Em outras palavras, ninguém nunca será um recipiente vazio, pronto para ser preenchido por novos saberes. Um bebê, ao nascer, agarra, chora, suga, se movimenta, entre outras ações; em virtude dos seus **saberes prévios**.

Considerar a existência dos saberes prévios dos agricultores e da sua família é condição estrutural do trabalho do profissional da extensão, pois não importa quem sabe mais e quem sabe menos, até mesmo porque, se existe esta distinção, haverá o saber mais em saberes diferentes do que o outro sabe, que por sua vez, saberá mais de outros tipos de saberes. Exemplificando, se o extensionista sabe operar os coeficientes técnicos da nutrição das plantas e o agricultor pouco ou nada sabe, e nada lhe impede de apreender; pode o agricultor saber mais sobre as respostas da planta aos estímulos nutricionais, por meio da observação. Pode o agricultor saber mais sobre o nome vulgar das árvores e das plantas espontâneas, do efeito das fases da lua, de como potencializar os recursos da natureza ao seu favor, de como fazer a adubação da qual o técnico sabe tão bem manejar coeficientes. E também, nada impede, muito pelo contrário, de que o extensionista aprenda e apreenda com o agricultor. Entretanto, também é preciso cuidado especial para não dicotomizar os saberes prévios em teóricos e empíricos/práticos, entre os profissionais e agricultores, respectivamente, haja vista que em nossa era informacional, este hiato diminui progressivamente. Há os agricultores e seus filhos que buscam formação técnica e superior, como também há os técnicos de origem rural. Há os agricultores autodidatas, como também há os técnicos que não possuindo as habilidades do domínio da prática, buscam e apreendem. E, principalmente, há, e deveria haver mais, o encontro de sujeitos cognoscentes mediatizados pelo mundo, na busca permanente do aperfeiçoamento da práxis.

Os saberes prévios podem encontrar, em determinados momentos, uma situação de equilíbrio, isto é, quando estes são suficientes para enfrentar as demandas da realidade, ou dito de outra maneira, para resolver os problemas. Este equilíbrio é temporário, na medida em que sempre nos defrontamos com um mundo em transformação, das pessoas e das coisas ao nosso redor. Ademais, estes saberes prévios só respondem as situações com as quais ela já lidou. Quando estes saberes se tornam incapazes de lidar com novas situações, ocorre o **desequilíbrio**. Impulsionado por fatores maturacionais, experiência ativa e pelas interações sociais, através do psiquismo, o desequilíbrio é acionado quando qualquer coisa fora do sujeito se modifica, quando o mundo exterior ou interior passa a exigir novas respostas para novos dilemas.

Entretanto, o desequilíbrio não se concebe tão somente pela necessidade de agir. Mas pela motivação para a aprendizagem oriunda da necessidade de agir. Pode o agricultor em seu universo de descapitalização não encontrar forças para reagir, pois é sempre mais confortável evitar aquilo que nos desequilibra. Por outro lado, existem situações que não permitem alternativas de escolha e o desequilíbrio se impõe, como por exemplo as decorrentes do nosso convívio social e das nossas necessidades básicas como a fome, sede, frio, sono e afeto. Desse

modo, a articulação dos domínios cognitivo, afetivo e psicomotor, isto é, do saber-sentir-agir; é o momento onde podemos perceber as teias de afetividade e as relações de cada indivíduo com o objeto cognoscível. É neste ponto que, o profissional, considerando o desequilíbrio como o motor do processo de equilibração, em comunhão com o agricultor, refletem sobre a necessidade de aprender algo. Na perspectiva da invasão cultural, esta tarefa seria cumprida pela propaganda das virtudes de um produto ou serviço frente as necessidades do produtor. No viés dialógico, fomentar o desequilíbrio implica em provocar a atitude da reflexão do sujeito ativo, que autonomamente perceberá se aquilo que sabe, pensa e faz é suficiente para solucionar seus problemas, para que em um próximo estágio ele compreenda o quê, por quê, para quê e como se aprende.

A **assimilação** e a **acomodação** são processos simultâneos, porém distintos. A assimilação é o processo cognitivo através do qual o sujeito integra um novo saber aos seus esquemas preexistentes, não implicando em mudança de saberes, mas garantindo os conteúdos para que ocorra. A acomodação é o processo de confrontação dos saberes assimilados com os saberes prévios, isto é, a reelaboração do saber prévio. É o momento de decidir sobre qual saber manter, descartar ou alterar.

Em muitos casos, os saberes assimilados não são acomodados porque são incompatíveis com os saberes prévios. Embora alguns comportamentos expressem mais um processo do que o outro, qualquer novo comportamento será sempre a soma dos dois. Em resumo, pode o agricultor assimilar a técnica, ou seja, aprender o conteúdo; mas sem acomodar, ou sem apreender a técnica; pois no diálogo psíquico dos elementos constitutivos do novo conhecimento com os saberes prévios, portanto já consolidados, os fundamentos desta técnica contrariam o sistema de valores, que apesar de sólido, não é imutável. Pode também o agricultor assimilar mais uma técnica do que acomodá-la. Neste caso, isso significa que o agricultor aprendeu a técnica, mas não a apreendeu suficientemente, ou seja, não a submeteu tão intensamente à sua psiquê, o que leva a condução de processos mecânicos e irrefletidos, quando a ação não vem acompanhada da reflexão correspondente.

Os processos simultâneos de assimilação e acomodação refletem na construção de um **saber reelaborado**, que de forma alguma pode ser considerado um final, o que nos destina a compreensão da espiral da equilibração como algo incessante. Neste ponto, se atinge um equilíbrio provisório, pois este saber reelaborado torna-se um novo saber prévio que a qualquer instante pode ser desequilibrado. Isso nos leva a percepção de que inexiste um estado de conhecimento estável, mas que sabemos algo em função do que sabíamos antes.

Compreender o desequilíbrio como a fonte do saber reelaborado e como algo exclusivo de quem aprende, é fundamental para estabelecer o agricultor como sujeito ativo da sua própria experiência como aprendiz. Ademais, quanto mais desequilíbrio ocorrer, mais saberes serão reelaborados, o que desencadeará, por sua vez, ainda mais desequilíbrios.

3.2.2. Pedro Demo e a didática do aprender a aprender

As contribuições de Pedro Demo⁵⁰ para a MEXPAR estão relacionadas a sua didática do aprender a aprender, fundada sob dois elementos fundamentais: o alcance da educação enquanto processo e a participação efetiva da sociedade civil para interferir na dinâmica das políticas públicas. Enquanto processo, o autor reporta ao desafio de aprender como condição evolucionária, em um transcurso que nunca termina, porque não há um fim propriamente dito ou um produto pronto e acabado da aprendizagem. Nesta ótica, aprender coincide com viver, através de procedimentos que se renovam constantemente.

Aprender a aprender exige autoria de quem aprende para que este construa sua própria história de forma autônoma e não se transforme em mero objeto de seus opressores. A metodologia crítica de Demo está ancorada na pesquisa, através da qual os indivíduos, assumindo o papel de sujeitos históricos, tornam-se capazes de pensar, avaliar, criticar e criar; através da constante reconstrução do conhecimento, alcançada pelas interações do sujeito com o mundo e com outros sujeitos. Para qualificar a intervenção na realidade, a produção do saber decorre da formação da consciência crítica e da reformulação dos saberes, através da ação investigativa e questionadora, em um processo participativo onde os sujeitos sociais, através do diálogo, interpretam, sistematizam e definem suas estratégias de intervenção.

As formulações do autor enveredam para a inserção crítica e efetiva da sociedade civil para interferir na dinâmica das políticas públicas, na medida em que considera a participação como uma condição para a conquista, de algo que precisa ser cotidianamente reconquistado, e não como uma dádiva, concessão ou algo inato do sujeito. Assim, para a educação cumprir seu papel fundamental na promoção da cidadania, precisa superar o mero ensinar e aprender, baseado na absorção de conhecimentos pelo indivíduo receptivo e domesticado, condição em que a participação política não encontra ambiente favorável, para alcançar novas metodologias ativas e interativas na construção de saberes socialmente referenciados e emancipatórios.

No contexto da prática educativa “extensionista”, a didática do aprender a aprender busca a politização dos agricultores através da sua inserção crítica, criativa e ética na sociedade

⁵⁰ Professor titular aposentado e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB).

e de sua participação com outros sujeitos, em comunhão. Para isso, os grupos devem ser estruturados com respeito as identidades culturais, de gênero, geracionais e étnicas, garantindo sua representatividade, legitimidade e a integração as dinâmicas locais.

Esta tarefa está prevista na MEXPAR, a julgar pela previsão da estruturação e fortalecimento dos CMDRS e das demais formas associativas dos agricultores. Não é uma tarefa simples, pois no ambiente rural prevalece a incredulidade nessas instituições, explicada pela apropriação das suas virtudes pelos opressores, gerando o individualismo dos agricultores, que por sua vez gera ainda mais descrédito. Romper este círculo vicioso é tarefa imperiosa que só se constrói autonomamente. Quando se derrota um projeto, é preciso colocar outro no lugar. Então, não faz sentido combater as mazelas dessas organizações e colocar em seu lugar outra tutelada pelo extensionista e sua ATER. Cumpre aos profissionais o dever de fomentar a inserção crítica dos agricultores em organizações autogestionadas pelos agricultores e suas famílias.

3.2.3. Paulo Freire e a ação educativa

A MEXPAR dedica o maior número de linhas do seu breve referencial teórico a um apanhado da obra de Freire aplicado ao seu contexto pedagógico. Discorre sobre a intencionalidade da educação, a qual, para o autor, nunca é neutra. Afinal, não existe vácuo no processo educativo por ser este um ato político resultante da relação dialética entre liberdade e dominação. Se não se educa pela liberdade e para transformação, o espaço permanece ocupado pela visão de mundo dos opressores. Também aborda a perspectiva da educação bancária, já assentada neste capítulo, e a compreensão de que o homem, enquanto criador e transformador, é sujeito da ação da formação da consciência individual e coletiva. Neste íterim, mostra a importância do resgate da memória socialmente construída nos grupos sociais como ponto de partida do engajamento criativo e transformador, pois é preciso saber o que fomos e o que somos para saber o que queremos ser.

Algumas categorias da obra do autor são destacadas no aporte teórico da MEXPAR:

- (1) Respeito ao outro: parte da crença profunda que Freire sempre revelou acerca da pessoa humana e da capacidade de educar-se como sujeito histórico. Do respeito aos saberes, cultura e sistema de valores que devem ser acolhidos e respeitados; pois desse princípio se garante a autonomia e a dignidade dos sujeitos. Da sensibilidade com as diversidades de todos os matizes, sejam elas étnicas, geracionais, culturais, sociais *etc.*

- (2) A natureza do homem: o autor parte do pressuposto que a inconclusão do homem o leva a busca pelo conhecimento. E a educação torna-se mais autêntica na medida em que o ímpeto ontológico de criar se desenvolve. E assim o homem se constrói enquanto sujeito da própria educação.
- (3) Coerência absoluta entre teoria e prática: nesta categoria a MEXPAR desenvolve a práxis do autor, já apresentada neste capítulo. Compreende a indissociabilidade entre a teoria e a prática, fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica, visão de mundo e ação transformadora. Neste ponto, a MEXPAR também aborda sumariamente a compreensão da natureza da consciência para Freire, cujas formulações, ampliadas a seguir, foram originalmente apresentadas em seu primeiro livro publicado “Educação como Prática de Liberdade” (FREIRE, 1967) e cujos pressupostos foram retomados em outros livros, como “Pedagogia do Oprimido” (FREIRE, 1987) e “Extensão ou Comunicação?” (FREIRE, 2006). Para o autor, a natureza da consciência compreende três diferentes níveis que correspondem à ação humana no mundo: (a) a **consciência intransitiva** é o primeiro e mais elementar nível da consciência, quando o indivíduo está imerso em sua realidade, mas sem capacidade de objetivá-la, isto é, quando o mesmo compreende seus problemas pessoais e sociais de forma superficial, biológica e não histórica; (b) **consciência transitiva ingênua** é um nível pouco mais elevado que o anterior. Ocorre quando o indivíduo já compreende as contradições sociais, mas ainda se move no limite do conformismo e das explicações simplificadoras da realidade, já apresentando uma apreensão, apesar de limitada, dos impactos da ação humana. Neste nível de consciência, resultante da massificação, do fatalismo, da impossibilidade ante os fatos, da acomodação, ajustamento e adaptação; o indivíduo ainda não é capaz do pensamento autônomo e percebe a realidade como um poder superior que o domina de fora para dentro; e (c) **consciência crítica**, nível mais elevado de consciência, quando o indivíduo interpreta os problemas de forma autônoma e se eleva a capacidade de se engajar social e politicamente em prol da mudança. Ocorre quando consegue apreender a realidade, a causalidade e perceber os preconceitos que deformam sua interpretação do mundo. Desse modo, cumpre ao profissional estimular, se estimular e permitir ser estimulado ao aprimoramento da consciência humana, sob a égide da educação libertadora, através da reflexão/ação/reflexão, para oportunizar à ambos a evolução da leitura superficial e não objetivada da realidade, baseada no senso comum (consciência

intransitiva e transitiva ingênua), para a consciência crítica que reflete na prática social transformadora, permitindo, outrossim, o domínio teórico da prática e a prática refletida pela teoria, que dá origem a novas teorias e práticas mais refletidas.

- (4) Postura investigativa: a prática educativa deve estimular a curiosidade crítica, pois o exercício de pensar, indagar-se e indagar, duvidar, experimentar hipóteses de ação, de programar e não apenas seguir os programas propostos ou impostos, ou a procura insistente pela razão de ser dos fatos; permite ao sujeito a capacidade de avaliar, comparar, escolher, decidir e, finalmente, transformar o mundo.
- (5) Dialogicidade: categoria central da obra de Freire, também já abordada neste capítulo, a dialogicidade pressupõe a equidade e a reciprocidade dos sujeitos cognoscentes no falar, ouvir, ensinar e aprender. Implica em ouvir paciente e criticamente, mesmo que precise falar a ele. Significa romper com o paradigma informacional, dos emissores codificadores para os receptores decodificadores da mensagem, polos opostos da ação de comunicar.
- (6) Aprendizagem: o autor compreende, desde o início da sua trajetória profissional⁵¹, que a aprendizagem significativa e transformadora só acontece quando o objeto do conhecimento faz sentido para nossa vida, quando oriunda das experiências concretas, pois é mais importante aprender a pensar do que acumular conhecimentos. A assertiva do autor, do mesmo modo que para a educação escolar formal, é fundamental para a prática educativa no ambiente rural, tendo em vista que as condições objetivas para a apreensão do conhecimento em qualquer ambiente de aprendizagem, ou a geração do desequilíbrio nas palavras de Piaget, só ocorrem de forma significativa quando os sujeitos cognoscentes encontram-se mediatizados pelo mundo. Em outras palavras, são os desafios concretos as melhores fontes de desequilíbrio. É por este motivo que as aulas expositivas, baseadas no falar-ditar e na escolha do repertório e do itinerário pelo mestre; ou as palestras sobre tecnologias e produtos aos agricultores passivos, quando estes nada representam para seu universo, são estratégias malsucedidas na obtenção de

⁵¹ Em 1963, Paulo Freire implementou um projeto de alfabetização para 380 (trezentos e oitenta) trabalhadores, conhecido como as “40 horas de Angicos”, em alusão à duração do curso e a cidade do Rio Grande do Norte onde aconteceu, respectivamente. O método era baseado nas experiências de vida das pessoas. Ao invés de buscar a alfabetização pelo tradicional método fônico, Freire propôs a utilização de “palavras geradoras”, oriundas da realidade do sujeito. A partir da decodificação fonética dessas palavras, ia se construindo novas palavras e ampliando o repertório. Outro aspecto fundamental do método era a precedência da leitura do mundo sobre a formação das palavras.

aprendizagem significativa, pois estão restritas a simples assimilação, não alcançando níveis mais elevados de acomodação na gênese de saberes reelaborados.

- (7) Educação: como já enunciado, para o autor, a educação não é neutra. Muito além de um pensamento político-pedagógico, é uma constatação do domínio da lógica. Pois mesmo nos níveis mais preliminares da consciência, algum sistema de valores ocupa lugar na tomada de decisões do indivíduo. Pode ser um sistema superficial, puramente biológico e não histórico, reativo as demandas imediatas impostas pelo ambiente e relações interpessoais; pode estar imerso no conformismo e no fatalismo, acolhedor da realidade como algo imutável; ou ainda, no nível mais elevado, pode ser um sistema autônomo, capaz de perceber os preconceitos deformadores da interpretação do mundo. Desse modo, ou a consciência estará a serviço do imobilismo, buscando uma permanência possível e amistosa nas estruturas injustas; ou da inserção crítica transformadora.
- (8) Educador: na ótica freiriana, o educador é o organizador da aprendizagem, que a orienta e dá sentido. Porém, na perspectiva da “dodiscência”, isto é, da mutualidade inseparável entre educador e educando, do educador que caminha “com” e não que caminha “para”, quando ensinar e aprender é o cotidiano do educador e do educando.
- (9) Dialética: tema central da filosofia, a dialética é considerada como o modo de pensar as contradições da realidade ou a maneira de compreender a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. Para Freire, o mundo não é, está sendo. Assim, nosso papel no mundo não é só o de constatar o que ocorre, como objeto da história, mas o de intervir, como sujeitos que não se adaptam, que estão presentes para mudar a realidade. Cumpre ao sujeito revisitar o passado, à luz do que está acontecendo no presente, para construir o futuro em nome daquilo que ainda não é, pois a história é uma possibilidade e não uma determinação. A compreensão dialética da realidade também fundamenta o conhecimento como processo de construção permanente e de superação constante, haja vista que o saber superado já é uma ignorância e não há saber nem ignorância absoluta.

As categorias acolhidas pela MEXPAR compreendem aspectos fundamentais da vasta obra de Freire para a ação educativa no meio rural. Entretanto, cabe destacar a omissão explícita

à premissa basilar da principal publicação dedicada ao universo da política em tela, “*Extensão ou comunicação?*” (FREIRE, 2006), desinente do embate semântico oriundo da apropriação inoportuna do vocábulo “extensão”, em uma tentativa infrutífera de conciliar sua denotação com a prática educativa e com os postulados do autor. Por ser o substrato fundamental do livro que alçou o autor como seu principal indutor intelectual, depreende-se que a omissão não é fortuita. É uma opção deliberada, resultante de um processo inconcluso de maturação política. Por um lado, busca fazer diferente, mas em razão da forte institucionalidade que só pode ser explicada pela construção histórica do conceito, mira o futuro transformado, sem romper com o passado assistencialista e difusionista. Por outro, como já assentado neste capítulo, não se trata de mera ambiguidade, ou de algo restrito ao terminológico. Mas de algo que, ao ser internalizado e ressignificado, frente aos estímulos oriundos das interações dos sujeitos com o mundo e com os outros sujeitos, induz à lógica dos roteiros inconciliáveis, o de quem estende conhecimentos e o de quem educa através do diálogo, reforçando ações as quais combate através dos princípios e diretrizes assentados na PNATER e na própria MEXPAR.

Do mesmo modo, algumas proposições importantes do autor para o universo da MEXPAR só reverberam de maneira implícita na publicação. É elementar que se trata de uma coletânea de preceitos fundamentais para a inserção crítica dos profissionais no domínio da práxis e uma distinção política e institucional em relação as suas formas pretéritas, no entanto, sem a pretensão de constituir um arcabouço. As categorias presentes na MEXPAR elucidam um quadro geral, atribuindo o papel da educação e do educador; o alcance da aprendizagem; sua práxis ontológica, o método dialógico e sua compreensão dialética. Contudo, assume especial relevância ressaltar o “o que fazer” além do “o que não fazer” e dos princípios que regem “o que fazer”.

Neste sentido, Freire (2006) empreende esforços para responder à questão: qual é o papel do agrônomo educador? Já ressaltamos “o que não fazer”, quando reportamos sobre o papel do profissional não se limitar meramente à substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas, especialmente porque seria uma tarefa impossível de ser realizada sem repercutir em outras dimensões da existência dos homens e também porque, como já afirmado, não existe uma educação neutra. Aceitar tal premissa e reduzir o papel à técnica incidiria em negligenciar as outras dimensões intervenientes na realidade, tais como as sociais, culturais, ambientais *etc.*; do mesmo modo que seria impossível se pautar pela neutralidade, pois sendo esta inexistente, não existe vácuo, o espaço é ocupado pelas ideias dos opressores.

Freire (2006) indica um itinerário formativo baseado essencialmente na relação dialógica e considerando a educação como uma situação gnosiológica, isto é, como o momento

de ensino e aprendizagem do conhecimento já existente e o momento de trabalhar a produção do conhecimento ainda não existente, através da prática da didática e da pesquisa, tanto de forma individual (autorreflexão) ou compartilhada (aprendizagem coletiva).

Não obstante, a primeira tarefa do agrônomo educador é a definição do conteúdo programático, através da relação solidária e problematizadora em torno do objeto cognoscível. Ou seja, o ponto de partida não é escolha de um ou outro polo dialógico, isoladamente. Se o conteúdo for definido exclusivamente pelo agrônomo, este incorrerá na já mencionada invasão cultural. Afinal, muitas vezes o que é problema real para o profissional, não é para os camponeses e vice-versa. Será a partir do conhecimento dos dois polos dialógicos que se definirá o conteúdo programático, conjugando os temas os quais, educador e educando, como sujeitos cognoscentes, exercerão a cognoscibilidade. Assim, os temas geradores são captados da visão do mundo dos camponeses, estudados, colocados em um quadro científico e devolvidos como problemáticas a serem decifradas por meio de pesquisa. Para cumprir esta tarefa é necessária uma metodologia, a qual, na ótica do autor, deve ser preferencialmente dialógico-problematizadora e conscientizadora.

Esta metodologia implica em uma pesquisa educativo-gnosiológica para aprofundar a compreensão da realidade. Como o conteúdo parte da relação dos camponeses com o mundo, este vai se aprofundando na medida em que o mundo vai se desvelando. Os círculos de pesquisa formados se especializam e transcendem para círculos de cultura, que por sua vez demandam novas pesquisas em outros temas geradores. A relação dialética com o objeto cognoscível dá origem a uma dinâmica que supera a consciência transitiva ingênua e a lógica transmissiva, através não apenas da busca por novos conhecimentos, mas também da apropriação de novos procedimentos. Entretanto, para que seja bem-sucedida, a metodologia deve partir do nível em que os agricultores se encontram. E não daquele que o agrônomo, ou outro profissional envolvido, julgue que ele deveria estar. A partir do momento em que, os camponeses desafiados a refletir sobre o como e o porquê da sua condição atual e sobre como e o porquê podem substituir seus procedimentos técnicos, significa que estão sendo efetivamente capacitados.

A partir do momento que o grupo de camponeses em uma determinada região está verdadeiramente disposto a participar da capacitação técnica dentro do universo temático já definido, a tarefa passa a ser a codificação dos temas para constituir a estrutura do programa de ação e suas unidades e subunidades programáticas. As codificações são representações da realidade, isto é, de situações que fazem parte do cotidiano dos camponeses. Em suma, significa identificar as situações onde procedimentos menos eficientes estejam sendo utilizados ou que estejam, aparentemente dissociadas da boa técnica. Na codificação, os sujeitos cognoscentes

intencionados ao objeto cognoscível, ou seja, à situação existencial, buscam dialogicamente a compreensão do seu significado. Neste ponto, não cabe ao educador narrar aos camponeses o seu saber daquela realidade. Ao contrário, sua tarefa é utilizar esta realidade existencial para desafiar os camponeses para que cada vez mais se aprofundem na significação do conteúdo temático ao qual estão expostos, pois esta situação é vivida pelos camponeses que antes não a admiravam ou a admiravam de forma distante.

Após a codificação, surge a tarefa da decodificação como o momento dialético da retomada do poder de refletir sobre a realidade, denominada por Freire (2006, p. 90) como a “admiração da admiração” que se transforma em “readmiração”, momento em que os camponeses se reconhecem enquanto sujeitos transformadores do mundo. Cita o exemplo dos camponeses, que antes de passar por esta etapa de ressignificação, empreendiam a tarefa de cortar árvores e transformá-las em tábuas para construir mesas e cadeiras como algo pouco além de um trabalho físico. E que a partir da “readmiração”, estes atos ganham a nova e verdadeira significação da práxis, pois, segundo o autor, as mesas e cadeiras não serão mais percebidos apenas pela sua representação material, mas sim como algo que é oriundo do seu trabalho. E este reconhecimento é fundamental para que se aprenda a fazer melhor.

Partindo deste pressuposto, Freire (2006) propõe quatro momentos para a tarefa da decodificação, sem que haja necessariamente uma separação rígida entre eles. O primeiro é o momento em que os camponeses se dispõem a descrição dos elementos da codificação, isto é, das partes constituintes do seu todo, logo após a necessária conscientização e a aprendizagem sobre este todo. No segundo momento, ocorre a ruptura com a totalidade admirada, etapa descritiva em que o sujeito se comporta como ente interno a esta realidade e desta forma passa a percebê-la como algo que pode modificar. No terceiro momento, o sujeito com outros sujeitos se empenha a análise da totalidade codificada, quando se torna capaz de perceber a situação como uma estrutura na qual os elementos guardam relação solidária. Desse modo, passa a rejeitar as explicações fatalistas e focalistas da realidade. Por fim, o quarto momento da decodificação ocorre quando o sujeito consegue promover a análise crítica da codificação. Esta análise, cujo conteúdo expressa a própria realidade sob o ponto de vista dos sujeitos cognoscentes, permite realizar a crítica que incide sobre esta. Em síntese, os quatro momentos da decodificação compreendem a análise do todo; a ruptura com o todo; a percepção do todo como estrutura e a dialética presente entre o agora e o antes; e, a capacidade de agir criticamente sobre a realidade que “está sendo”, mas que “não é”. Todos esses momentos fazem parte de um processo de conscientização que permitem a inserção crítica dos camponeses sobre a realidade.

CAPÍTULO 4

A NOVA PEDAGOGIA DE ATER E A METODOLOGIA PARTICIPATIVA

Este capítulo se dedica a apresentação da nova pedagogia de ATER, especialmente às elaborações da Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável (MEXPAR), também se prestando, tal como o capítulo anterior, como substrato teórico às análises empreendidas na dimensão empírica desta Tese. Neste ínterim, busca elucidar os 3 (três) momentos didáticos da metodologia e as 20 (vinte) técnicas previstas como recursos instrumentais e facilitadores da ação.

A princípio, cumpre destacar que as metodologias pretéritas, cujo ápice foi alcançado no difusionismo; e as presentes, alavancadas nos princípios e diretrizes da PNATER, partem de concepções de aprendizagem que subsidiam suas práticas pedagógicas. O estudo dessas concepções contraditórias entre si teve origem na produção do conhecimento no campo de estudo da Psicologia e desveladas através da elucidação dos pressupostos epistemológicos das correntes no interior das quais foram elaboradas.

As práticas da extensão rural difusionista encontraram seu suporte teórico na corrente epistemológica behaviorista, cujo noção de aprendizagem, segundo Giusta (1985), emergiu das investigações empiristas em Psicologia, isto é, partindo do pressuposto que todo conhecimento advém da experiência. Por conseguinte, considera a primazia do objeto e o sujeito como tábula rasa, onde as impressões do mundo são obtidas pelos órgãos sensoriais e associadas umas às outras para originar o conhecimento. Aproximando-se do positivismo, o objetivo dos behavioristas sempre esteve voltado para a construção de uma psicologia científica, em bases materialistas que lhe oportunizariam a mesma objetividade das ciências da natureza.

No enfoque behaviorista, a aprendizagem é a “mudança de comportamento resultante do treino ou da experiência” (GIUSTA, 1985, p. 22). Assim, toma como método o condicionamento, que reverbera no encontro do extensionista com o agricultor como domesticação, por meio da qual o último responde aos estímulos do primeiro, readaptando seu comportamento. Para Caporal e Ramos (2006), é com suporte nesta teoria que o difusionismo utiliza técnicas como a carta circular, a visita, a reunião, as unidades de observação e demonstração, os dias de campo *etc.*, para convencer os agricultores a adotar tecnologias. Ainda segundo os autores, é por este motivo que são comuns os relatos de agentes de ATER, professores e pesquisadores sobre a resistência dos agricultores à “incorporação de tecnologias”, malgrado na maioria das vezes pela inconsciência de que esta possa ser uma

resposta dos mesmos à domesticação e as próprias metodologias persuasivas e indutoras de mudanças comportamentais.

Em termos diametralmente antagônicos ao behaviorismo, a nova pedagogia de ATER, assentada na PNATER, está fundada sob as correntes epistemológicas construtivista e histórico cultural da Psicologia. O construtivismo de Piaget, já abordado no capítulo anterior quando se apresentou sua epistemologia genética, compreende o estudo da formação e do desenvolvimento do conhecimento. Para Piaget (1976, prefácio) "[...] o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas". Tal afirmação não deixa dúvidas sobre a recusa do autor aos postulados behavioristas e sobre sua compreensão da história evolutiva, originária da interação do homem com seu ambiente, significando com isso uma relação de interdependência entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscível.

Entretanto, apesar do interesse de Piaget de enfatizar a unidade do sujeito com o mundo através do enfoque direcionado à formação dos instrumentos de pensamento, ele não se preocupou em qualificar o intercâmbio do sujeito com os outros sujeitos, isto é, sua obra convergiu para a lógica formal dos construtos do pensamento, mas negligenciou a lógica dialética (GIUSTA, 1985). Para enriquecimento desta compreensão, a teoria histórico cultural de Vygotsky fundamenta que o desenvolvimento está alicerçado sobre o plano das interações humanas. Para o autor, há uma interdependência entre o contexto cultural, o homem e seu desenvolvimento, uma vez que o mesmo ocorre do interpessoal para o intrapsíquico. Assim, o desenvolvimento cognitivo oriundo das relações interpessoais precede a internalização individual e isto significa que o desenvolvimento primeiro se dá exteriormente para depois ocorrer efetivamente no indivíduo (VYGOTSKY, 2001).

Outra contribuição importante de Vygotsky para o contexto deste trabalho também se refere ao processo de aprendizagem. Trata-se do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), estágio no qual o aluno consegue fazer sozinho ou com a ajuda dos colegas mais avançados o que antes só fazia com o suporte do professor. Na perspectiva do autor, a colaboração não anula, mas destaca a participação criadora e induz ao desenvolvimento intelectual, a capacidade de discernimento, de tomar iniciativa e de fazer sozinho o que antes só fazia acompanhado; se transformando assim em excelente instrumento de aferição da eficácia do processo de ensino aprendizagem e para possibilitar fazer hoje o que antes não conseguia fazer (Id., 2001).

Em resumo, enquanto Piaget concentra seus estudos na interação dos sujeitos com o objeto, em sua preocupação epistemológica; Vygotsky destaca as interações dos sujeitos com outros sujeitos, em sua preocupação dialética. Não cabe neste trabalho a análise mais apurada das interconexões e das controvérsias teóricas entre os autores e as correntes epistemológicas que fundaram. Entretanto, a convergência das duas vertentes colabora para a construção e aplicação da metodologia e das técnicas, na medida em que as mesmas almejam a práxis dialógica, cujas bases são simultaneamente epistemológicas e crítico-dialéticas.

A nova pedagogia de ATER busca sua inspiração no construtivismo de Piaget quando considera que o agricultor é dotado de conhecimentos históricos e culturais que o inserem no mundo do saber. Conhecimentos que devem ser considerados e valorizados como componentes essenciais da promoção do desenvolvimento rural em sua acepção holística. Por conseguinte, a metodologia e as técnicas se apropriam do construtivismo como estratégia desencadeadora do desequilíbrio, na ação de estimular a reflexão geral sobre a natureza, etapas e limites do conhecimento, particularmente nas relações que se estabelecem entre os dois polos do processo cognitivo: o sujeito indagativo e o objeto inerte. Sustentadas pelo construtivismo, a metodologia e as técnicas permitem a motivação para a aprendizagem oriunda da necessidade de agir.

Por sua vez, a influência da corrente histórico cultural, cujo principal expoente foi Vygotsky, se estabelece a partir da necessária complementação da compreensão dialética, através da conscientização para compreensão da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação, permitindo ao sujeito a capacidade de perceber que sua presença no mundo não serve apenas para constatar o que ocorre, mas para transformar a realidade que o cerca. Também colabora para alçar a participação e as formas de organização social como estratégias fundamentais, haja vista que as formas associativas permitem, além dos ganhos técnicos, humanos e conceituais proporcionados pela ZDP; benefícios de ordem econômica oriundos da economia de escala e maior poder de mercado. Por considerar que a aprendizagem significativa é decorrente das interações do sujeito com outros sujeitos, o escopo da metodologia e das técnicas trazem a previsão de atividades coletivas, oportunidades em que os sujeitos aprimoram seus esquemas pré-existentes de conhecimento pelo contato com outros sujeitos aprimorados.

4.1. Definições e classificações

Outro viés fundamental para o contexto deste trabalho é a necessária desambiguação entre os vocábulos metodologia, método, técnicas e meios; conceitos utilizados no cotidiano da pedagogia de ATER, mas que algumas vezes são equivocadamente apropriados de forma

intercambiável nos manuais pedagógicos das entidades estaduais e na produção acadêmica em extensão rural.

A palavra **metodologia** tem sua etimologia derivada da junção dos vocábulos gregos “*meta*” (para além de), “*odos*” (caminho) e “*logos*” (estudo). Expressa o estudo e a sistematização dos métodos; a explicação minuciosa e detalhada das ações a serem desenvolvidas; o embasamento filosófico; um modo concreto de delimitar o projeto e a adequação dos meios aos fins. O **método**, palavra originária do grego “*méthodos*” (caminho para chegar a um fim), compreende o modo de proceder, ou, o processo de ensino propriamente dito (LOPES, 2016). Em alguns manuais pedagógicos de ATER, como a própria MEXPAR, os recursos facilitadores da ação utilizados pelos profissionais são denominados de **técnicas**, no mesmo significado de método. Técnica, do grego “*téchnē*” (arte, técnica ou ofício), diz respeito a arte ou maneira de realizar uma ação ou conjunto de ações ou o conjunto de procedimentos cujo objetivo é obter determinado resultado. Em síntese, a metodologia é um conjunto de métodos (ou técnicas) selecionados e ordenados para a produção do conhecimento.

Lopes (2016), na publicação que apresenta a metodologia de ação da EMATER-PR, propõe uma classificação para os métodos de ATER em função do alcance (individuais, grupais e de massa); efeito (motivacional e ensinamento técnico) e uso (simples e complexo). Empreende-se, na sequência, uma nova proposta de classificação, mantendo as categorias da autora, incluindo modificações ao rol dos efeitos e acrescentando um novo grupo, relacionado a dialogicidade potencial dos métodos ou técnicas. Esta classificação estará presente na última seção deste capítulo, pertinente as técnicas da MEXPAR.

Quanto ao alcance os métodos de extensão rural são classificados em individuais, grupais ou de massa, em função do número de participantes envolvidos. Se as ações são destinadas ao indivíduo, ao grupo ou a grandes públicos, respectivamente. Para Peixoto (2008) são exemplos de métodos individuais: visita técnica, contato pessoal e unidade de observação (experimento na propriedade rural); grupais: reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial e propriedade demonstrativa; e de massa: exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha.

As principais vantagens dos métodos individuais encontram-se com as potencialidades do ensino individual-individualizado, ao permitir aos sujeitos interlocutores da didascência a melhor compreensão dos signos utilizados, o estabelecimento de laços afetivos e de confiança e o melhor discernimento do profissional acerca do nível em que os camponeses se encontram na importante tarefa de levantar os temas geradores. É elementar que essas possibilidades só

são verificadas quando os sujeitos estão cointencionados. Por outro lado, os métodos individuais apresentam menor capilaridade, ao anular a aprendizagem decorrente da interação dos sujeitos com outros sujeitos, por intermédio da ZDP. E também apresentam maior custo, haja vista que demandam maior tempo e número de profissionais para que sejam utilizados com frequência.

Os métodos grupais aumentam a capilaridade da política pública com menores custos, potencializam a ZDP, facilitam a descoberta e a formação de lideranças comunitárias, incentivam o associativismo e a cooperação, e fortalecem a autodeterminação das comunidades para que suas forças vivas construam a autonomia e a independência necessária frente aos desafios da realidade que a cerca. Por outro lado, dificulta a percepção do indivíduo em relação ao todo, isto é, a identificação e a motivação da parcela do público alvo que faz parte do processo, mas não toma parte, aumentando assim o hiato entre os que foram ou não empoderados pelo processo educativo.

Os métodos de massa carregam consigo forte potencial antidialógico, na medida em que são mais demonstrativos do que facilitadores da atitude comunicacional e polifônica. Geralmente são aplicados ao contexto da difusão de inovações tecnológicas através de feiras, exposições, concursos *etc.* Entretanto, podem ser úteis ao serem conjugados com outras técnicas, uma vez que aumentam o portfólio de experiências dos camponeses quando estes descobrem novas possibilidades não pertencentes ao seu ambiente. E ao mesmo tempo, nada impede, malgrado as dificuldades inerentes, que sejam utilizados dialogicamente. Inclusive os textos escritos para alcançar grandes públicos, especialmente quando fazem uso das potencialidades da *internet*, podem servir ao propósito dialógico quando as interfaces empregadas permitem a intervenção de todos os participantes, e até mesmo a orquestração dos percursos de aprendizagem.

Quanto ao efeito, Lopes (2016) sugere, sem detalhar suas opções, que os métodos podem ser motivacionais ou para ensinamentos técnicos. Por ser a motivação o impulso que faz com que as pessoas ajam para atingir seus objetivos, não faz sentido o separar como categoria, pois todos os métodos, para serem bem-sucedidos, devem considerá-lo como premissa. Do mesmo modo, parece desarrazoado suscitar métodos para ensinamento técnico, a julgar pelo fato de que todos eles envolvem aprendizagem em um ambiente, como em qualquer outro, onde a dimensão técnica não está dissociada das demais. Por conseguinte, propõe-se uma nova maneira de caracterizar os efeitos dos métodos, através dos três momentos constituintes da metodologia, a saber, conhecimento da realidade, organização da ação e gestão social, e execução da ação e acompanhamento; não obstante alguns deles sirvam para mais de um dos

propósitos elencados. Nesta sugestão, temos os métodos diagnósticos e os organizacionais e de execução da ação. A opção pela condensação dos dois últimos momentos da metodologia em uma categoria única explica-se pela inexistência, nas metodologias participativas, de métodos exclusivamente voltados para a execução das atividades sem reflexão prévia da ação. São diagnósticos os métodos utilizados para descortinar o passado e o presente para planejar o futuro, acompanhados de uma necessária dinâmica de sistematização de dados, de cunho individual ou coletivo. São exemplos: as entrevistas estruturadas, entrevistas semiestruturadas e o calendário sazonal. Por sua vez, os métodos organizacionais e de execução da ação são aqueles utilizados para análise e seleção das alternativas advindas do diagnóstico, geralmente estabelecidas coletivamente, quando se discute, delibera e implanta as ações necessárias. Constituem exemplos de métodos organizacionais e de execução: diagrama de Venn, eleição de prioridades, hierarquização por frequência e a tempestade de ideias.

Em relação ao uso, as técnicas podem ser simples ou complexas. As simples são aquelas utilizadas isoladamente, isto é, quando não se apoiam em outras técnicas para sua consecução. A caminhada e as entrevistas são exemplos de técnicas simples. As técnicas complexas são aquelas que preveem a combinação com outras técnicas. As oficinas e as semanas especiais são ótimos exemplos, pois além da sua duração estendida, a multidisciplinaridade exigida na sua realização pressupõe o uso de técnicas combinadas.

Apresenta-se, no âmbito deste trabalho, uma nova sugestão de classificação, relacionada a dialogicidade potencial das técnicas. Antes, é importante uma ressalva sobre a potencialidade, neste caso definida como algo suscetível de existir ou acontecer. Uma técnica potencialmente antidialógica como o dia de campo, pode ser orientada por princípios dialógicos em sua realização, apesar de ser incomum pelo tempo e propósito implícito, se os responsáveis se empenharem na realização de dinâmicas comunicacionais cujos pressupostos estejam voltados para equidade e reciprocidade dos sujeitos no falar, ouvir, ensinar e aprender. De outra maneira, as cartas circulares, correspondências utilizadas nas décadas anteriores com informações técnicas aos produtores e que não estão mais previstas na MEXPAR, não conseguiriam, por total incompatibilidade, apresentar qualquer traço de dialogicidade. Ainda, podemos considerar a possibilidade de técnicas potencialmente dialógicas, mas que por sua realização falha, repercutem como antidialógicas.

Assim, considerando as ressalvas, sugerimos três níveis ordinais para esta nova classificação orientada pelos pressupostos de cada método: (1) técnicas potencialmente dialógicas, quando preveem momentos de reflexão para a ação e a ação refletida e momentos para a sistematização. Em geral, as técnicas com maior potencial dialógico são complexas e de

maior duração, como por exemplo as oficinas, as semanas especiais e o diagnóstico rural participativo (DRP)⁵², este último, não elencado na MEXPAR. Em outros casos, as técnicas são simples e de menor duração, mas apresentam potencial para compor esta categoria, como por exemplo, calendário sazonal, descoberta técnica, diagnóstico participativo por campo, tempestade de ideias *etc.* (2) As técnicas de dialogicidade potencial relativa são aquelas cujos pressupostos não preveem momentos de sistematização das observações e descobertas coletivas, mas que podem ser apropriadas dialética e epistemologicamente conforme sua realização. São técnicas que geralmente objetivam um olhar multidimensional sobre a própria história ou possibilitar o acúmulo de novas experiências. Encontram-se nesta categoria diversas técnicas utilizadas na ATER, mas na MEXPAR, salvo melhor entendimento, a caminhada, caminhada transversal, excursão e a descoberta técnica são os melhores exemplos. (3) Por fim, as técnicas antidialógicas são aquelas cujos instrumentos previstos não objetivam ou representam óbices a interação entre os sujeitos. No primeiro caso, as entrevistas estruturadas e semiestruturadas, geralmente individuais, tem seu escopo voltado para a conversa, e não para o diálogo. Não por isso deixam de ser fundamentais, haja vista que permitem a configuração de um banco de dados essencial para a formulação das políticas públicas e das ações das entidades de ATER. Outras técnicas, como o dia de campo, representam óbices ao diálogo na medida em que, as estações que o compõe, são demonstrativas de tecnologias, geralmente iniciadas por uma exposição e seguidas por um momento para o público “tirar dúvidas”. Ainda neste capítulo, apresenta-se o dia de campo segundo a MEXPAR, cujos procedimentos previstos estão voltados para mitigar seu caráter antidialógico.

Os métodos ou técnicas não devem ser confundidos com os **meios ou veículos** utilizados no processo comunicacional (PEIXOTO, 2008), também denominados recursos didáticos, importantes ferramentas do processo ensino-aprendizagem e cotidianamente utilizados pelos profissionais de ATER. Esses recursos são classificados em visuais, auditivos e audiovisuais, conforme o órgão sensorial pelo qual a mensagem é captada. Os visuais são aqueles que estimulam os órgãos da visão (quadro-negro, flanelógrafo, imanógrafo, quadros, cartazes, gravuras, fotografias); os auditivos se dirigem especificamente à audição (rádio, discos, fitas magnéticas); e, os audiovisuais, são os que estimulam, ao mesmo tempo, a visão e

⁵² “O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Embora originariamente tenham sido concebidas para zonas rurais, muitas das técnicas do DRP podem ser utilizadas igualmente em comunidades urbanas” (VERDEJO, 2006, p. 12).

a audição (dispositivos e diafilmes com som, cinema sonoro, televisão). Estes, por sua vez, estão subdivididos em elementos ou códigos e materiais ou veículos, sendo que os últimos são os recursos que transportam os primeiros.

O Quadro 9 apresenta a classificação brasileira dos recursos audiovisuais, proposto por Parra (1972), que apesar de sustentar exemplos anacrônicos de materiais ou veículos, ainda é bastante atual quanto aos elementos ou códigos.

Quadro 9. Classificação brasileira dos recursos audiovisuais

Recursos visuais Elementos ou códigos - códigos digitais escritos - códigos analógicos: icônicos, esquemáticos e abstrato-emocionais Materiais ou veículos Álbum seriado, cartazes, diafilmes, diagramas, diapositivos, espécimes, exposição, filmes, flanelógrafo, fotografias, gráficos, gravuras, imantógrafo, mapas, modelos, mural didático, museus, objetos, quadro de giz, quadros, transparências	Recursos auditivos Elementos ou códigos - códigos digitais orais - códigos analógicos orais Materiais ou veículos Aparelho de som Discos Fitas k7 CDs Rádio
Recursos audiovisuais Diapositivos e diafilmes com som Cinema sonoro Televisão Videocassete Programas para computadores com som	

Fonte: Adaptado de Parra (1972, p. 32)

Entre os recursos visuais, os códigos digitais escritos são os símbolos que expressam imediatamente a mensagem, sem necessitar de análise e interpretação, bastando a leitura, e, ao mesmo tempo, os que não conservam relação direta com os objetos simbolizados, como é o caso dos signos linguísticos. Os códigos analógicos implicam em semelhança com os objetos simbolizados, como os signos naturais e substitutivos. Por sua vez, os códigos analógicos podem ser icônicos, esquemáticos e abstrato-emocionais. Os códigos icônicos são as representações realísticas de objetos, pessoas, animais *etc.*, como é o caso das fotografias, ilustrações, desenhos *etc.* Os esquemáticos mantêm relação com o objeto simbolizado por meio da associação mental. Neste grupo encontram-se os gráficos, mapas, plantas baixas *etc.* Os códigos abstratos-emocionais compreendem as formas irregulares e indefinidas que simbolizam com significado codificado, como por exemplo, a arte abstrata ou o gestual (PARRA, 1972).

Os elementos ou códigos dos recursos auditivos também podem ser digitais ou analógicos. Os digitais compreendem o uso da palavra para transmitir mensagens e os analógicos utilizam elementos não verbais, como a música (Idem, 1972).

4.2. A metodologia

Sob a luz dos princípios e diretrizes da PNATER, a “Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável” (MEXPAR) (Ruas *et al*, 2006) foi instituída como uma nova pedagogia de ATER, assentando, em sua denominação, sua conformação enquanto “metodologia participativa” e o objetivo maior a ser alcançado, voltado para o “desenvolvimento sustentável”. Como metodologia participativa, prevê um instrumental facilitador das ações que envolvem a organização social. E quanto ao objetivo, orienta processos que buscam conciliar o manejo racional dos recursos naturais com a produção agrícola, a inclusão socioeconômica e política dos agricultores, o respeito a visão de mundo de todos os sujeitos envolvidos e as questões de gênero, étnicas e geracionais.

Os pressupostos da MEXPAR estão voltados para superar o *ethos* teleológico, evidenciado na preocupação exclusiva com os fins, não importam os meios; erigindo a práxis profissional do sujeito que deixa de ser uma simples “ponte” entre a pesquisa e o produtor, e adquire o posicionamento de pesquisador, desempenhando o papel de sujeito ativo do desenvolvimento de capacidades, passando a enxergar o ser humano como fundamental para as transformações do meio. A participação passa a ser o novo *ethos* que se persegue, como prática social dialética e epistemológica. Como prática dialética, induz a certeza motivadora do inacabado, do vir a ser, das verdades relativas e da necessidade de um diálogo permanente entre os atores. No viés epistemológico, traz a percepção de que todo conhecimento é uma produção social, demandando, outrossim, um constante processo de elaboração, reformulação e validação

Frente aos novos referenciais de política pública, a elaboração da MEXPAR promoveu uma releitura da realidade para edificar novos paradigmas voltados a conquista da autonomia pelos agricultores, para que os mesmos assumam o protagonismo do processo de desenvolvimento. Neste ínterim, a metodologia foi estruturada em três momentos didáticos distintos, porém interdependentes e complementares, para orientar a ação do profissional: conhecimento da realidade; organização da ação e gestão social; execução da ação e acompanhamento (Figura 10).

O primeiro compreende o **conhecimento da realidade**, momento em que, através da aproximação e do estabelecimento de relações afetivas, cumpre-se a tarefa da elaboração coletiva de um resgate histórico-social da comunidade. É a fase diagnóstica da metodologia, a

organização do ponto de partida e dos objetivos que se pretendem alcançar, quando se conhece a realidade do campo e seus sujeitos, e quando os sujeitos do campo conhecem o profissional, a EMATER-MG, o projeto e as políticas públicas existentes. Os esforços coletivos empreendidos no diagnóstico devem se concentrar na compreensão da história de vida das pessoas, como elas vivem e produzem, o que elas pensam sobre suas condições de vida, inclusive nos aspectos não relacionados a esfera produtiva como saúde, educação, habitação, cultura, lazer, meio ambiente *etc.* e sobre temáticas transversais como gênero, geração e etnia. É a partir deste conhecimento socialmente construído que a comunidade terá os elementos necessários para estabelecer estratégias em prol do futuro desejado. Neste processo é importante que inclusive o profissional desvele sua própria história, contribuindo assim para que a comunidade o perceba como sujeito com outros sujeitos e abandone paulatinamente a visão estereotipada de superioridade. Este primeiro momento compreende três passos: informações sobre a realidade local, quando se promove a coleta de informações e dados secundários junto a pessoas e instituições como Prefeitura Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), INCRA, Fundação João Pinheiro, registros estatísticos, mapas, na própria EMATER-MG, dentre outros; aproximação e sensibilização da comunidade, através de um processo recíproco de interação e conhecimento entre o profissional e a comunidade, lideranças locais, representantes de instituições governamentais, ONGs, organizações e movimentos sociais; e, realização do diagnóstico participativo por campo de desenvolvimento, quando acontece o contato inicial com os agricultores e demais atores sociais para estimular a manifestação das suas crenças, sonhos, visão de mundo, e as potencialidades e problemas da sua realidade; e quando se promove esforços para sistematização dessas informações, categorizadas preferencialmente nos diversos campos do desenvolvimento sustentável, a saber, econômico, social, cultural, ambiental e político.

No segundo momento, promove-se a **organização da ação e gestão social**, quando se estabelecem coletivamente as alternativas de ação frente as opções sistematizadas no diagnóstico participativo por campo. É o momento do planejamento, quando se analisa a viabilidade econômica, social, cultural, política e ambiental das propostas destacadas no diagnóstico e quando se empreende a análise das ações necessárias e possíveis de implementação. Também nesta fase ocorre a identificação dos parceiros e dos grupos de interesse, para que cada grupo se estruture em torno das alternativas selecionadas na análise de viabilidade e construam referenciais para a elaboração dos projetos. Outra característica importante deste segundo momento da MEXPAR é a opção pelos CMDRS como fórum legítimo da política pública. Por conseguinte, a organização da ação e gestão social compreende

quatro passos: estruturação dos grupos de interesse, quando se organiza os grupos de agricultores com interesses comuns; organização dos CMDRS como espaço privilegiado para a formulação de políticas públicas e o exercício da gestão e controle social; negociação e elaboração de projetos e programas de desenvolvimento sustentável, através da decisão dos grupos de interesse acerca dos projetos a serem implementados; e, estruturação e elaboração do PMDRS como instrumento de gestão e da construção coletiva.

Figura 10. Momentos da MEXPAR



Fonte: Ruas et al (2006, p. 42)

Os momentos anteriores preconizaram o diagnóstico e o planejamento das ações. No terceiro momento empreende-se a **execução da ação e acompanhamento**, quando se concretiza as ações planejadas e se promove o acompanhamento, avaliação e gestão social dos projetos. Compreende três passos: execução do projeto, a ação propriamente dita; formação/capacitação dos atores sociais, para desenvolver as habilidades e competências dos participantes; e, acompanhamento e avaliação de projetos e programas, para permitir a análise crítica e participativa dos resultados, além de possibilitar identificar as dificuldades e necessidades de reorientação das ações, caso necessário. Na análise dos resultados, consideram-se os impactos sociais, políticos, econômicos, técnicos, ambientais e culturais; os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos; as atividades realizadas e o grau de participação e

comprometimento dos atores sociais envolvidos; a possibilidade de reestruturar os projetos em andamento e identificar oportunidades para novos projetos; e a transparência do processo, através da utilização de meios de comunicação para divulgar os resultados alcançados.

O Quadro 10 apresenta uma síntese explicativa dos momentos e passos da metodologia, também abrangendo o detalhamento dos procedimentos necessários.

Quadro 10. Síntese do processo metodológico: momentos, passos e procedimentos

Momentos	Passos	Procedimentos
1º momento: conhecimento da realidade	1) Informações sobre a realidade local - Coleta de informação e dados sobre a realidade local: comunidades, município, região, território.	- Realizar o levantamento dos dados secundários referentes às comunidades e assentamentos rurais, município, região, território. Fontes: Prefeitura Municipal, IBGE, INCRA, Fundação João Pinheiro, registros estatísticos, mapas, realidade municipal/EMATER-MG, dentre outros; - Identificar instituições e pessoas que detêm conhecimentos e informações que resgatem aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos e ambientais; - Registrar as informações obtidas para subsidiar os momentos e passos posteriores. Técnicas sugeridas: entrevista semiestruturada e reunião.
	2) Aproximação e sensibilização - Estabelecer um processo recíproco de interação e conhecimento entre o extensionista e a comunidade, lideranças locais, representantes de instituições governamentais, ONGs, organizações e movimentos sociais.	- Estabelecer aproximação com os agricultores familiares, suas diversas organizações, poder público e outros atores sociais, com o objetivo de apresentar e discutir a proposta de trabalho na perspectiva da construção coletiva do processo de desenvolvimento rural sustentável. - Registrar as informações obtidas para subsidiar os momentos e passos posteriores. Técnicas sugeridas: entrevista semiestruturada, reunião e encontro.
	3) Realização do diagnóstico participativo por campo de desenvolvimento - Assegurar a participação dos agricultores e agricultoras familiares e demais atores sociais, e estimular a manifestação das suas crenças, seus sonhos, sua visão de mundo, suas potencialidades, seus problemas; - Observar, confrontar, correlacionar problemas e potencialidades nos diversos campos do desenvolvimento sustentável – econômico, social, cultural, ambiental e político.	1. Levantamento de dados junto com a comunidade: - Resgatar com as famílias sua história, seu modo de vida e sua visão de mundo e identificar as expectativas em relação ao futuro desejado; - Utilizar as informações para a construção do perfil da comunidade, junto com as famílias. 2. Identificação e sistematização dos problemas, necessidades e potencialidades: - Identificar com os agricultores e agricultoras familiares e suas organizações representativas os principais problemas, necessidades e potencialidades na perspectiva do aprofundamento e compreensão da realidade e das possibilidades de mudanças; - Organizar e sistematizar as informações obtidas, agrupando-as por campo específico (econômico, social, cultural, político e ambiental), buscando compreender a correlação que existe entre eles. 3. Seleção dos problemas, necessidades e potencialidades: - Discutir com os agricultores e agricultoras familiares quais problemas, necessidades e potencialidades serão selecionados para uma análise mais detalhada, adotando como critério a relevância ou poder de influência que cada problema, necessidade ou potencialidade exerce sobre os demais. 4. Interpretação analítica e hierarquização dos problemas, necessidades e potencialidades:

		- Interpretar analiticamente as necessidades e os problemas quanto as suas causas e consequências, ou seja, buscar a compreensão dos “porquês” dos problemas e as possíveis alternativas de ação; - Pensar a possibilidade de transformar as potencialidades em ações; - Elencar os problemas/necessidades e potencialidades em ordem de importância. 5. Análise de viabilidade das alternativas de ação: - Fazer um estudo de viabilidade das alternativas de ação sob o ponto de vista social, econômico (financeiro, mercadológico e tecnológico), ambiental, cultural e político (organização, articulação, negociação <i>etc.</i>), visando a identificação de oportunidades de intervenção; - Promover o intercâmbio de informações entre agricultores, agricultoras, extensionistas e demais atores sociais na realização da análise de viabilidade, atentando para as relações de custo-benefício dos empreendimentos; - Definir as alternativas que melhor respondam aos desafios diagnosticados. Técnicas sugeridas: visita, entrevista estruturada, entrevista semiestruturada, encontro, reunião problematizadora, tempestade de ideias, painel de visualização, linha do tempo, caminhada, caminhada transversal, mapeamento participativo, diagnóstico participativo por campo de desenvolvimento, eleição de prioridades e hierarquização por frequência.
2º momento: organização da ação e gestão social	1) Estruturação dos grupos de interesse: - Organização dos grupos de agricultores e agricultoras com interesses comuns; - Estimular as relações de gênero e geração na estruturação dos grupos.	- Identificar os projetos possíveis de serem implementados a partir das alternativas de ação selecionadas no diagnóstico participativo por campo; - Identificar os grupos de interesse em cada projeto, garantindo, na sua formação, a diversificação do perfil e da experiência dos participantes, a divisão de responsabilidades, a inclusão das mulheres, jovens e idosos, bem como a questão étnica. Técnicas sugeridas: reunião, painel de visualização.
	2) Organização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); - A organização dos CMDRS constitui o aprimoramento do processo de organização civil – envolve as comunidades rurais e segmentos representativos do município num projeto mais amplo de desenvolvimento rural sustentável; - O CMDRS constitui espaço privilegiado para a formulação de políticas públicas e o exercício da gestão e controle social; - Oportuniza a articulação entre a sociedade civil organizada e o poder público local (executivo, legislativo, órgãos e instituições governamentais).	- Dialogar com o Prefeito Municipal, secretários e vereadores, sobre a importância e necessidade da formação do CMDRS; - Organizar, com a participação dos agricultores familiares, representantes de organizações e instituições governamentais (Prefeitura e Câmara de Vereadores) e não governamentais (associações, sindicatos, movimentos sociais, igrejas), eventos para debater e propor a construção de uma proposta de desenvolvimento municipal sustentável e a formação do CMDRS; - Criar o CMDRS por meio de lei municipal – elaborada e aprovada pela Câmara Municipal e sancionada pelo executivo; - Promover a capacitação dos conselheiros no processo de gestão social de políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Técnicas sugeridas: reunião, oficina, seminário.
	3) Negociação e elaboração de projetos e programas de desenvolvimento sustentável:	- Identificação de parcerias com organizações, instituições governamentais e não governamentais e com empresas que atuam no município, região e território, com o propósito de agregar pessoas e instituições na discussão e implementação

3º momento: execução da ação e acompanhamento	- Definir com os grupos de interesse os projetos a serem implementados e suas abrangências: coletivo, comunitário, municipal ou territorial; - Envolver os parceiros potenciais para cada projeto ou programa e negociar a sua participação nas ações a serem implementadas; - Fortalecer entre os participantes visão de conjunto e a compreensão do projeto na perspectiva do desenvolvimento sustentável.	de ações que tenham o foco do desenvolvimento rural sustentável; - Estruturação e negociação com os grupos de interesse das ações relativas aos projetos; - Elaboração de projetos negociados – constitui a parte operacional e possibilita visualização das ações planejadas e negociadas e o horizonte temporal; - Os projetos devem apresentar os seguintes pontos básicos: ações, objetivos, justificativas, meta, local, prazo, recursos, parcerias e responsáveis; - Definição dos projetos que serão contemplados no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). Técnicas sugeridas: reunião, oficina, seminário.
	4) Estruturação e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS). - O PMDRS é um instrumento de gestão, resultado de uma construção coletiva, que orienta os diversos investimentos e contribui para facilitar o processo de controle social do desenvolvimento rural sustentável. Ele representa o norte estratégico do município ou da região, território; - O PMDRS é o resultado de uma construção coletiva, de acordos construídos no processo de organização e planejamento.	- Resgatar os dados registrados nos momentos e passos anteriores, dando especial atenção a forma com que as pessoas percebem o município hoje e a visão de futuro desejado. Deve ressaltar seus problemas, necessidades, potencialidades e utilizá-los como subsídio ao debate sobre a proposta de desenvolvimento rural sustentável para o município; - Buscar a convergência dos projetos comunitários para programas com abrangência municipal; - Elaborar o PMDRS contemplando os seguintes aspectos: breve retrospectiva histórica do município; dados sobre a realidade municipal: educação, saúde, infraestrutura, produção, meio ambiente, questão agrária etc.; diagnóstico da realidade (comunidades/município); programas e projetos para o médio prazo; programas e projetos para o 1º ano; plano de gestão dos programas e projetos. - Promover a capacitação dos conselheiros com o objetivo de oportunizar o debate sobre o conceito de desenvolvimento, a participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas e qualifica-los para a elaboração do PMDRS. Orientá-los também quanto a necessidade de estabelecer parcerias com as instituições presentes no município e com outros conselhos existentes na região ou estado. Técnicas sugeridas: reunião, oficina, seminário, calendário sazonal.
	1) Execução do projeto - Execução das atividades programadas no projeto; - Oportuniza aos participantes a materialização da experiência do planejamento; - Contribui para o desenvolvimento de habilidades de gestão e replanejamento.	- Discutir com os participantes mecanismos que favoreçam a execução das ações negociadas, dando maior agilidade as etapas previstas no planejamento, considerando as condições objetivas no momento da implementação do projeto; - Extensionistas e agricultores e agricultoras familiares devem assumir sempre uma atitude de pesquisa na execução de todas as etapas dos projetos, “aprendendo a aprender” com as experiências vivenciadas pelos grupos, transformando-as em conhecimento e ação. Técnicas sugeridas: reunião, oficina, excursão, dia de campo, unidade de investigação, descoberta técnica, calendário sazonal; semana especial.
	2) Formação/capacitação dos atores sociais - É um processo pedagógico relacionado a construção do conhecimento que proporciona desenvolver habilidades e competências;	- Identificar entre os participantes dos projetos as necessidades e oportunidades de qualificação para o aperfeiçoamento das habilidades e competências; - Negociar com os participantes os conteúdos básicos e a metodologia para os eventos de formação/capacitação; - Promover a formação/capacitação dos participantes (agricultores e agricultoras familiares e demais atores

	- O processo de formação/capacitação é definido de forma participativa entre os integrantes do projeto, que identificam as necessidades de qualificação (conteúdo).	sociais) de acordo com a especificidade dos projetos e sua convergência com o desenvolvimento rural sustentável. Técnicas sugeridas: oficina, encontro, seminário, excursão, dia de campo, unidade de investigação, descoberta técnica, calendário sazonal.
	3) Acompanhamento e avaliação dos projetos e programas: - Constitui uma ação permanente ao longo da implementação dos projetos e programas e orienta-se por uma análise crítica e participativa dos resultados – parciais e final – em função dos objetivos definidos; - Possibilita identificar as dificuldades e necessidades de mudanças de estratégias, na perspectiva do aprimoramento dos projetos, inclusive com a reorientação das ações, se necessário.	- Construir de forma participativa mecanismos e critérios de acompanhamento e avaliação dos projetos, programas e do PMDRS; - Garantir o caráter processual do processo de acompanhamento e avaliação; - Divulgar e socializar periodicamente as informações de cada projeto/programa/PMDRS; - Registrar os avanços alcançados no processo de organização e participação dos diferentes grupos de interesse; - Registrar todos os resultados parciais para fundamentar as análises e tomadas de decisão dos participantes em todas as fases da implementação dos projetos e programas; - Identificar a necessidade de mudanças e reprogramação de novas estratégias de ação nos projetos, programas e no plano, e encaminhar, com o grupo, novos procedimentos. Técnicas sugeridas: reunião, oficina, encontro, excursão.

Fonte: Ruas *et al* (2006, p. 46-53)

Os momentos, passos e procedimentos previstos na MEXPAR denotam a preocupação dos seus formuladores com enfoques das políticas públicas, na medida em que pressupõe o estabelecimento dos grupos de interesse; o reconhecimento dos CMDRS como arena social, lócus onde a política pública é encarada a partir da iniciativa dos empreendedores políticos convencidos de que há um problema a ser solucionado; e por contemplarem todas as fases do ciclo da política, cuja delimitação é variável entre diversos autores, mas que geralmente abrangem a percepção e definição de problemas; formação da agenda decisória; formulação de programas e projetos; implementação das políticas; monitoramento e avaliação das ações planejadas (RAEDER, 2014).

O conhecimento da realidade, primeiro momento da metodologia, corresponde a percepção e definição de problemas, quando alguns deles são percebidos como mais prioritários e passíveis de resolução pelo sistema político; e a formação da agenda decisória, a partir do momento que determinado conjunto de problemas passam a ser encarados como relevantes pelos atores envolvidos com a política. O segundo momento, organização da ação e gestão social; harmoniza-se com a fase da formulação de programas e projetos do ciclo das políticas, haja vista que é nesta oportunidade que se estabelecem as alternativas de ação frente aos problemas diagnosticados. Por fim, a execução da ação e acompanhamento da MEXPAR abrange as fases da implementação das políticas e do monitoramento e avaliação das ações

planejadas, pois é o momento da concretização das ações planejadas e do acompanhamento, avaliação e gestão social dos projetos.

4.3. As técnicas

As técnicas (ou métodos) são os recursos facilitadores da ação, previstos na MEXPAR para sistematizar o debate, possibilitar o planejamento e a gestão social dos programas e projetos, viabilizar a participação e o alcance do objetivo maior, voltado para o desenvolvimento rural sustentável. Em outras palavras, são as ações realizadas para operacionalizar a metodologia. Por este motivo, são dependentes dos referenciais teóricos que a sustentam, pois uma mesma técnica pode servir aos propósitos behavioristas, quando apropriadas para o condicionamento, através da indução à mudança de comportamento resultante do treino ou da experiência; ou construtivista e histórico cultural, enquanto amparadas pelas bases epistemológica e dialética, respectivamente. Desse modo, como já assentado neste capítulo, até mesmo as técnicas cujos pressupostos são potencialmente dialógicos, podem servir ao propósito transmissivo; e, as técnicas antidialógicas ou de dialogicidade relativa, podem servir aos desígnios da didascência. A MEXPAR, fundada sobre os referenciais teóricos de Piaget, Demo e Freire, deixa claro, a todo instante, sua opção pela participação enquanto conquista, pelo trabalho criativo, pela dialogicidade e pelas práticas sustentáveis de agricultura.

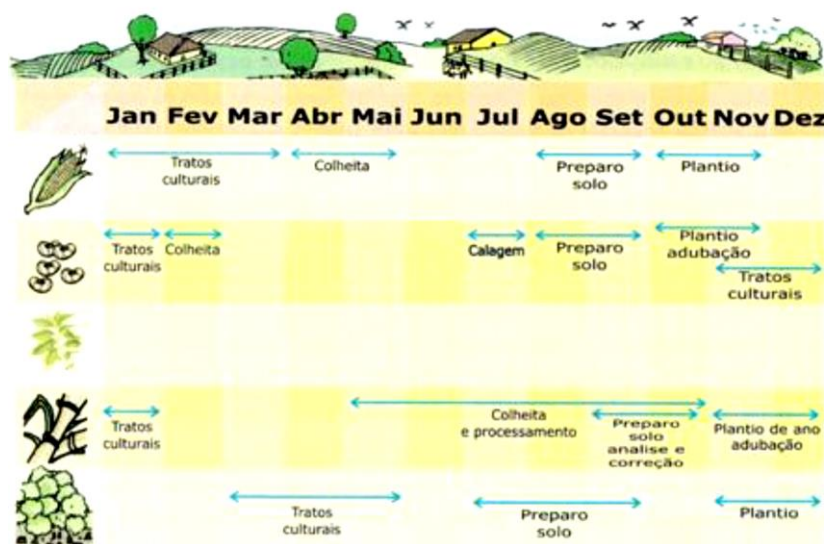
Na aplicação das técnicas, os profissionais de ATER assumem a tarefa de facilitadores ou moderadores, cabendo aos mesmos a integração das pessoas ao grupo; favorecer o diálogo através da capacidade de administrar conflitos e divergência de opiniões, naturais e bem-vindas no processo de construção coletiva, mas que demanda cuidados para que não se perca o foco da discussão; e, possibilitar as condições materiais e organizacionais para que as discussões se estabeleçam de forma produtiva e acolhedora. Por conseguinte, algumas habilidades são necessárias para o moderador, entre as quais, a adoção de postura receptiva e afetiva visando a obtenção das condições favoráveis ao diálogo e reflexão; sensibilidade para ouvir; respeito pelos participantes; capacidade de sistematização e teorização dos conhecimentos; postura democrática e flexível.

O Quadro 11 e seus subitens apresentam uma síntese das 20 (vinte) técnicas previstas na MEXPAR. Na descrição, apresenta-se a técnica, seus objetivos e o contexto da aplicação. Nos procedimentos, elucida-se a preparação e a execução, destacando o papel didático do moderador, a participação ativa da comunidade e o exercício de sistematização e avaliação das informações.

Quadro 11. Técnicas previstas na MEXPAR**Quadro 11.1.** Calendário sazonal

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Consiste na construção participativa de um calendário, através do qual se procede a sistematização das principais atividades e eventos desenvolvidos pelos produtores e pela comunidade ao longo do ano, com o objetivo de permitir a visualização e a compreensão das dinâmicas envolvidas e a percepção da frequência em que ocorrem, inclusive o período de pico que demandam maior concentração de esforços, facilitando assim o planejamento, a organização e a tomada de decisões.	Na preparação, agendar reunião com os participantes e definir o método de sistematização, o local adequado e o material necessário, buscando garantir a representatividade da comunidade ou grupo. Iniciar a execução explicando a técnica e seus objetivos. Definir com o grupo as atividades ou eventos a serem discutidos, conforme o interesse do grupo, tomando o cuidado para não selecionar um número elevado que venha a dificultar o aprofundamento. Na sequência, definir com os participantes a distribuição das atividades no calendário ao longo dos 12 meses do ano, começando em qualquer mês, dependendo da atividade ou evento que inicialmente pretendam visualizar. Neste caso, é importante adequar o ordenamento de tempo à lógica da comunidade, que pode optar pelo primeiro mês do ano ou o primeiro mês do ciclo das chuvas. O calendário (Figura 11) pode ser desenhado em um quadro negro ou branco, em uma folha grande de papel ou no chão, com os períodos definidos pelo grupo. Nas discussões, o moderador formulará questões e registrará as manifestações acerca das atividades desenvolvidas no período de plantio, de outros tratos culturais e de outros eventos importantes, mês a mês. Importante registrar os meses ou períodos de maior ou menor demanda de mão-de-obra, disponibilidade de renda e de outros aspectos que a comunidade julgar relevante. Ao final, analisar com o grupo e registrar as informações obtidas, no intuito de colaborar com a organização do trabalho através da identificação da sazonalidade das atividades, das demandas, dificuldades e potencialidades de implementação de ações, programas e projetos.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Figura 11. Calendário sazonal

Fonte: Ruas et al (2006, p. 57).

Quadro 11.2. Caminhada

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Na caminhada, percorre-se um determinado trecho da comunidade, de uma propriedade ou assentamento para identificar e discutir as percepções diversas das características espaciais, do agroecossistema, as formas de ocupação da terra e o modo de vida das pessoas; com o objetivo de estimular os participantes a adotar uma postura investigativa, por meio da reflexão, diálogo e da criatividade, para que os mesmos encontrem alternativas de ação e as potencialidades que vão sendo desveladas. Esta técnica é empregada como auxiliar na elaboração de diagnósticos participativos e levantamento de informações.	Na fase de preparação, decidir com o grupo o trajeto que garanta a melhor representatividade do que se quer observar, permitindo assim a elaboração de um roteiro que compreenda a localização e as vias de acesso, as questões ambientais e a estrutura fundiária. Se o trajeto definido pelo grupo for muito extenso, programar mais de uma caminhada. Na execução, o moderador inicialmente reunirá o grupo para explicar o objetivo, os procedimentos e a divisão das responsabilidades dos participantes (anotações, desenhos e esquemas dos aspectos observados). Durante a caminhada, procurar identificar os detalhes e particularidades no trajeto selecionado. Ao final, reunir os participantes para sistematizar as informações; registrar a síntese; elaborar o croqui da área percorrida; e, promover o debate, partindo da correlação entre os aspectos observados nos diversos campos do desenvolvimento sustentável com os problemas, dificuldades, potencialidades e alternativas de ação que atendam a realidade identificada.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.3. Caminhada transversal

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Técnica semelhante à caminhada, onde os participantes percorrem um trecho do ponto mais alto para o ponto mais baixo da propriedade, comunidade ou assentamento; analisando, discutindo e construindo um diagrama de seção transversal à medida que vão caminhando. Durante a caminhada são registradas as principais características topográficas e do solo, suas diferentes formas de uso (cobertura florestal, culturas, pastagens, problemas relacionados e potencialidades de desenvolvimento), com o objetivo de possibilitar a análise das principais características do ambiente e as dinâmicas de mudança, na perspectiva de discutir e buscar alternativas ambientalmente sustentáveis.	Durante a preparação, identificar pessoas na comunidade que tenham informações sobre a área a ser percorrida e definir com os participantes o percurso que represente a maior diversidade de informações que for possível. Na execução, começar o percurso registrando as informações pertinentes, especialmente as mudanças ocorridas, sempre de acordo com as denominações utilizadas pelos participantes. Durante a caminhada, parar algumas vezes e conversar com as pessoas encontradas no caminho. Ao final, reunir os participantes para sistematizar as observações através de um diagrama (Figura 12) que represente o relevo da área percorrida e denominando suas diferentes seções. O moderador deverá propor o debate e registrar no diagrama as principais observações sobre o uso e a situação dos recursos naturais em cada seção, especialmente no que se refere à posse da terra, vegetação, uso e características do solo, o porquê das culturas e vegetação são diferentes entre as seções e sobre quem trabalha e se beneficia dos recursos naturais.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Figura 12. Caminhada transversal

Tipo de solo	Argiloso arenoso	Argiloso, muitas pedras	Arenoso, argiloso	Arenoso, argiloso	Argiloso arenoso	Argiloso arenoso
Culturas	Cará, feijão, milho mangueira	Feijão, milho, um pouco de mangueira	mangueiras	Cará, batata feijão	feijão congo feijão milho	Cará, batata feijão cebola citros, milho, goiaba
Posse de terra	Vários donos	Vários donos	Vários donos	1 dono	1 dono	1 dono
Pecuária	Cabra, vaca, porco	Cabras, vacas, galinhas, porcos burros	Cabras, galinhas, porcos burros			
Água e saneamento	Levada, depósito, chafariz tanque	2 chafarizes 2 latrinas	Chafariz	Levada	Levada	Chafariz, lar depósito
Problemas chaves		Falta de água e erosão	Falta de água de rega	... da terra	Falta de água	

Fonte: Ruas et al (2006, p. 63).

Quadro 11.4. Descoberta técnica

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Técnica baseada na experimentação de atividades agropecuárias ou sociais, com o objetivo de estimular o potencial investigativo e permitir a reflexão, descoberta e desenvolvimento de novos conhecimentos através da complementaridade de saberes entre o moderador e demais participantes. É aplicável em situações que exigem a ressignificação de um conhecimento construído pelo grupo ou para comprovar a aplicabilidade de uma determinada inovação tecnológica identificada pelo grupo como fundamenta. Também possibilita também a identificação e avaliação de problemas e dificuldades na operacionalização de uma prática.	A preparação consiste em reunir os participantes para o planejamento das atividades, onde se decidirá sobre o tema; época e local de realização; divisão de responsabilidades; conteúdos técnicos a serem priorizados; materiais e equipamentos a serem utilizados; procedimentos de segurança, quando estes forem necessários; e sobre a divulgação. A escolha do local é feita em razão da experimentação que se pretende realizar, podendo ser em sala, galpão, residência, cozinha experimental, propriedades rurais, dentre outros. Na execução, o moderador tomará como ponto de partida a experiência pregressa dos participantes, as potencialidades locais, a capacidade econômica, os valores socioculturais, a preservação ambiental e os princípios agroecológicos de produção. Deste ponto, começará a desenvolver as ações inerentes a experimentação e ao diálogo, explorando o porquê desta ou daquela atitude que os produtores decidirem confirmar ou modificar. É recomendável a utilização de recursos visuais, priorizando sempre os objetos reais, como uma planta ou um animal, ao invés da ilustração correspondente. Ao final, deve-se promover, em conjunto com o grupo, a avaliação dos resultados tanto do ponto de vista técnico, como do ponto de vista da organização, apropriação de conhecimentos e participação do grupo. Neste momento deve ser construída uma agenda de compromissos tendo em vista os objetivos e resultados do evento.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.5. Dia de campo

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
O dia de campo é uma técnica que permite a abordagem simultânea de aspectos teóricos e práticos de alguns temas pertencentes a uma temática geral escolhida. Geralmente é realizado em uma propriedade rural, onde algumas práticas ou tecnologias já estejam sendo aplicadas, para permitir aos participantes a observação, discussão e análise. Tem como objetivo promover a integração entre os agricultores de diferentes comunidades ou municípios, através da troca de experiências, oportunizando a realização de comparações, divulgação de práticas e tecnologias e tirar dúvidas relacionadas a determinados temas. É aplicável as áreas agropecuária e social, quando se percebem oportunidades relacionadas as necessidades dos produtores. Para proporcionar o caráter participativo e o melhor aproveitamento dos conteúdos, é recomendável não exceder o número de 100 (cem) participantes.	Na preparação, eleger uma comissão organizadora do evento, composta pelos agricultores, profissionais de ATER e outros colaboradores, responsável pela elaboração do plano de ação que contemplará as funções dos membros na organização, execução e os respectivos prazos. Todas as decisões sobre o plano são tomadas em reunião prévia com os interessados. Os organizadores do dia de campo também deverão prever, com a devida antecedência, as estações, isto é, os locais onde cada tema é apresentado; a estimativa de público para que as providências necessárias sejam tomadas; definir local de fácil acesso e as práticas e tecnologias a serem apresentadas, que devem ser consonantes às condições socioeconômicas dos agricultores e ambientalmente sustentáveis. Ainda durante a preparação, os organizadores deverão providenciar os convites aos agricultores e a outros atores sociais vinculados a dinâmica das políticas públicas do meio rural; definir os responsáveis pelas apresentações dos temas nas estações; providenciar lanches ou refeições, cafezinho e água; escolher pessoas para a recepção dos participantes e guias para conduzir os grupos até a estação inicial; e orientar o percurso para as estações seguintes. As estações devem estar dispostas em uma sequência lógica, em número de 3 (três) a 5 (cinco) para que a técnica não se prolongue demasiadamente, e com distanciamento adequado entre elas para que uma não atrapalhe a outra. A primeira estação pode ser dedicada para dar boas-vindas aos participantes e as orientações sobre o funcionamento da rotação. Em todas as estações, cabe ao moderador fazer uma apresentação dialogada sobre o assunto, acompanhada de demonstrações práticas, depoimentos e experiências, com o apoio de recursos audiovisuais. Na execução do dia de campo, encaminhar os participantes ao local de inscrição para que recebam o crachá (cujo subgrupo estará identificado geralmente pela cor), material para anotações e orientações. Nesse local são formados os subgrupos, preferencialmente menores que 20 participantes, que irão percorrer as estações e a apresentação ao guia responsável, que orientará o percurso dali por diante. Ocorrerá um rodízio, previamente combinado, dos subgrupos entre as estações, para otimizar o tempo e facilitar a aprendizagem. Por este motivo, recomenda-se que cada estação não ultrapasse o tempo entre 20 a 30 minutos, incluindo o tempo para tirar dúvidas. Assim, quando um subgrupo sai de uma estação, segue para a próxima até chegar à última. E as estações anteriores serão ocupadas por outros subgrupos. Recomenda-se, ao final, utilizar algum instrumento para avaliar o dia de campo, com o objetivo de avaliar os pontos positivos e negativos e utilizar o acúmulo gerado pelo mesmo na próxima oportunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.6. Diagnóstico participativo por campo

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Consiste num conjunto de procedimentos metodológicos, direcionados ao diagnóstico coletivo da realidade, incluindo os problemas, necessidades e potencialidades da comunidade, município ou território. Objetiva facilitar a interpretação da realidade, através da sistematização dos problemas e necessidades comuns, tendo em vista possíveis encaminhamentos de solução e aproveitamento das potencialidades. É aplicável ao contexto do processo de planejamento participativo.	A preparação compreende a organização de um local adequado e a seleção do material necessário. Para a execução, inicialmente se realiza uma reunião preparatória com o intuito de debater e deliberar sobre a necessidade de realização do diagnóstico e as formas de realização. Na oportunidade, pode-se negociar com o grupo a utilização de técnicas auxiliares para a realização do diagnóstico, por exemplo, entrevista semiestruturada, caminhada, mapeamento participativo, entre outras. Em seguida, o moderador preencherá a matriz do diagnóstico participativo por campo (Quadro 11.6.1) com as informações apresentadas pelos participantes acerca dos aspectos gerais da realidade, sistematizando no instrumento os problemas, necessidades e potencialidades, por campo de interesse (econômico, social, cultural, político e ambiental) e depois promovendo a eleição de prioridades por meio da técnica de eleição ou hierarquização por frequência. Realizar a interpretação analítica dos problemas selecionados utilizando a técnica da reunião problematizadora, exercitando com o grupo o questionamento, o confronto e a associação de ideias. Por fim, utilizar a matriz de interpretação analítica (Quadro 11.6.2) para registrar o consenso do grupo. As alternativas de ação legitimadas pelo grupo, para cada um dos problemas, necessidades e potencialidades, permitirão a negociação dos projetos a serem implementados.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.6.1. Matriz do diagnóstico participativo por campo

PROBLEMAS E NECESSIDADES POR CAMPO				
ECONÔMICO	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL

POTENCIALIDADES POR CAMPO				
ECONÔMICO	SOCIAL	CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL

Fonte: Ruas et al (2006, p. 79).

Quadro 11.6.2. Matriz de interpretação analítica

MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA			
PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	ALTERNATIVAS DE AÇÃO
Pouca renda com a produção de café.	- Terra insuficiente para ampliação do plantio de café. - Baixa produtividade da lavoura. - Desconhecimento de alternativas que contribuam para	- Venda da mão-de-obra familiar fora da região. - Descapitalização dos agricultores. - Pouco investimento na atividade.	- Arrendamento de um terreno para produção coletiva de café. - Capacitação para produção e manejo agroecológico. - Instalação de um viveiro de mudas.

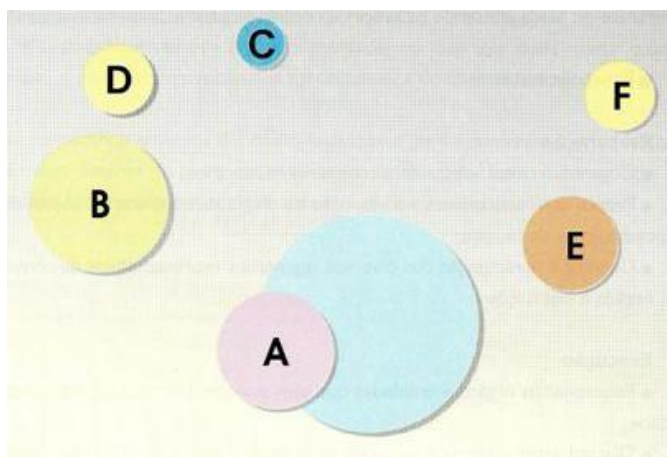
	melhorar a qualidade do café produzido, - Pouca experiência no beneficiamento do produto.		- Implantação de uma unidade coletiva de beneficiamento de café. - Capacitação em produção/beneficiamento e gestão da unidade coletiva.
--	--	--	--

Fonte: Ruas et al (2006, p. 79).

Quadro 11.7. Diagrama de Venn

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
O diagrama de Venn é técnica onde se constrói uma representação gráfica que possibilita visualizar o relacionamento da comunidade com as instituições. Seu objetivo é permitir a visualização do grau de importância e proximidade que a comunidade atribui aos órgãos e entidades que direta e indiretamente estão envolvidas com ela, com o intuito de fortalecer as parcerias no processo de planejamento participativo. Aplica-se ao contexto da elaboração de diagnósticos participativos, para avaliar a participação das instituições e a possibilidade de estabelecer futuras parcerias.	A preparação compreende a organização de um local adequado, a seleção do material necessário e a explicação da técnica aos participantes. O primeiro passo da execução é relacionar os órgãos e entidades que têm atuação direta ou indireta na comunidade, garantindo a participação de todos os presentes. Em seguida, discutir com o grupo o papel de cada instituição e sua forma de atuação na comunidade e município. Solicitar aos participantes que escrevam o nome de cada instituição em círculos de tamanho variado, de papel ou desenhados no chão. Quanto maior for a importância dada para a instituição pelos participantes, maior o círculo, quanto menor a importância, menor o círculo. No centro de um painel, colocar o círculo de maior tamanho que representa a comunidade. Solicitar aos participantes que coloquem os círculos com o nome das instituições posicionando-os mais ou menos próximos da comunidade, sendo que quanto menor for a distância, maior é a proximidade. Quando o diagrama estiver pronto, debater com os participantes a situação identificada, buscando compreender melhor as relações das instituições com a comunidade, suas formas de atuação e os pontos fortes e fracos, enquanto parceiras na execução dos projetos de interesse da comunidade. No debate, a disposição inicialmente estabelecida poderá mudar a partir da percepção dos participantes e do consenso do grupo. O diagrama da Figura 13, mostra a entidade B como muito importante para a comunidade, mas distante do ponto de vista de sua atuação. Por outro lado, o órgão A, classificado como muito importante, tem maior proximidade com a comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Figura 13. Diagrama de Venn

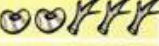
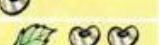
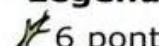
Fonte: Ruas et al (2006, p. 81).

Quadro 11.8. Eleição de prioridade

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Consiste na análise e organização, por ordem de importância, das necessidades, problemas e potencialidades levantadas por grupos, comunidades, municípios, territórios. Seu objetivo é a determinação das prioridades a partir da negociação coletiva e do conhecimento das diferentes percepções das pessoas em relação aos problemas e necessidades. É aplicável ao processo de realização do diagnóstico participativo.	Na preparação, providenciar local adequado e os materiais necessários. Na execução, listar os problemas ou potencialidades em fichas e afixá-las em um painel, que pode ser um quadro, parede ou o chão. Realizar votação entre os participantes utilizando símbolos, por exemplo, figuras geométricas, pedras, sementes, folhas, galhos. Construir com o grupo os critérios a serem adotados e proceder a votação de todos os itens, colocando o símbolo correspondente por ordem de importância. Tabular os dados obtidos, registrar os resultados finais e analisar os resultados com o grupo. No exemplo da Figura 14, a água foi o problema ou potencialidade mais relevante para os participantes.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Figura 14. Painel da eleição de prioridade

Problemas Potencialidades	Pontos	Resultados	Classificação
Café em coco	  	$9+20+18=47$	2º
Água	  	$9+20+24=53$	1º
Associativismo	 	$6+10=16$	4º
Solo enfraquecido	  	$3+30+6=39$	3º
Legenda			
 3 pontos  6 pontos  10 pontos			

Fonte: Ruas et al (2006, p. 85).

Quadro 11.9. Hierarquização por frequência

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
A hierarquização por frequência também é uma técnica adotada para promover análise comparativa entre os principais problemas ou potencialidades identificados em uma localidade, os quais são confrontados entre si, aos pares, e hierarquizados de acordo com a frequência de repetição, por meio de uma matriz. Seu objetivo é classificar os problemas ou potencialidades segundo uma ordem de relevância estabelecida pelos participantes, a partir da frequência em que são apresentados. É aplicada na hierarquização de problemas e potencialidades no processo de construção do diagnóstico participativo.	Na preparação, organizar o local adequado, selecionar o material necessário e relacionar, com os participantes, todos os problemas e potencialidades identificados Na fase de execução, inicialmente deve-se apresentar aos participantes o objetivo e os procedimentos da hierarquização. Na sequência, desenhar a matriz, colocando em pares, na horizontal e na vertical, as fichas com os problemas ou potencialidades. Iniciar o processo de escolha confrontando os pares de problemas ou potencialidades, marcando a opção do grupo, por votação ou consenso, em cada uma das células que se cruzam, conforme o Quadro 11.9.1. Ao final, somar a quantidade de votos que cada problema ou potencialidade recebeu, verificar a frequência de cada um e fazer a classificação em ordem decrescente, conforme a pontuação recebida (Quadro 11.9.2). Discutir o resultado da hierarquização com os participantes para definir alternativas de ação.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.9.1. Matriz de hierarquização por frequência

PROBLEMAS	Estradas precárias	Dificuldade de comercialização do leite	Água insuficiente para consumo	Degradação do meio ambiente	Associação desativada
Estradas precárias		Dificuldade de comercialização do leite	Água insuficiente para consumo	Degradação do meio ambiente	Associação desativada
Dificuldade de comercialização do leite			Água insuficiente para consumo	Degradação do meio ambiente	Dificuldade de comercialização do leite
Água insuficiente para consumo				Água insuficiente para consumo	Água insuficiente para consumo
Degradação do meio ambiente					Degradação do meio ambiente
Associação desativada					

Fonte: Ruas et al (2006, p. 89).

Quadro 11.9.2. Resultados de hierarquização por frequência

Problemas	Frequência	Classificação
Estradas precárias	0	5°
Dificuldade de comercialização do leite	2	3°
Água insuficiente para consumo	4	1°

Degradação do meio ambiente	3	2º
Associação desativada	1	4º

Fonte: Ruas et al (2006, p. 89).

Quadro 11.10. Entrevista estruturada

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
É uma técnica utilizada para pesquisa social, cujo principal instrumento é um questionário previamente elaborado para registrar informações de uma entrevista dirigida. Tem como objetivo a obtenção de dados primários e secundários sobre aspectos da realidade do indivíduo, comunidade, município e/ou território, visando complementar informações de outras fontes. Permite a utilização de dados quantitativos para subsidiar a construção do diagnóstico.	Na preparação, selecionar a área de abrangência e o universo a ser pesquisado, que podem ser todas as famílias ou uma amostragem. Elabora-se o questionário que deve seguir alguns critérios, entre eles, ser resumido e simples para facilitar as entrevistas e a sistematização dos dados; garantir a qualidade e a quantidade das informações; deve conter questões relativas a composição das famílias, ocupação da força de trabalho e emigração, acesso à terra, estrutura de produção, comercialização e renda, meio ambiente e organização social; deve conter perguntas objetivas e que não sejam tendenciosas ou indutivas. Recomenda-se aplicar o questionário previamente para validá-lo, entrevistando algumas famílias da comunidade para promover os ajustes necessários. Organizar a comissão encarregada pela pesquisa em cada localidade a ser pesquisada, capacitar os entrevistadores para realizar o pré-teste e as entrevistas e reproduzir os questionários em quantidade necessária. Durante a execução, os entrevistadores devem apresentar-se e expor os objetivos da entrevista. Os entrevistadores devem manter com os entrevistados uma relação de diálogo e de confiança, evitando entrevistas demoradas e cansativas. Recomenda-se realizar as perguntas de forma ordenada, das mais simples as mais complexas e esgotar cada questão antes de seguir adiante. Após a conclusão das entrevistas, ocorre a sistematização das respostas obtidas. A análise dos resultados deve ser compartilhada com a comunidade, visando ampliar o conhecimento da realidade local e a construção de estratégias de intervenção sobre ela.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.11. Entrevista semiestruturada

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
É uma modalidade de entrevista voltada para a obtenção de dados qualitativos. Com aspecto informal, é realizada a partir de um roteiro de questões previamente elaboradas com os tópicos e informações que se desejam levantar. Ao longo da entrevista, podem ser abordadas outras questões consideradas também relevantes, que não foram previamente definidas, mas que foram suscitadas pelas respostas	A preparação consiste na seleção dos entrevistados, assegurando a representatividade do universo pesquisado, e a construção do roteiro da entrevista, o qual, recomenda-se não ultrapassar o máximo de 10 temas ou questões, destacando em cada um, de forma clara e resumida, os pontos fundamentais que se pretende esclarecer. Os temas não são perguntas, para não caracterizar a mecânica de uma entrevista formal e fazem parte de um roteiro que deve ser flexível, podendo ser constantemente adaptado. São tópicos de um diálogo, que podem abranger, entre outros temas, dados referentes a realidade, como ocupação da força de trabalho,

apresentadas. Seu objetivo é o de levantar informações gerais ou específicas relacionadas as famílias dos agricultores familiares, comunidades, município ou território; aplicável ao contexto da construção do diagnóstico participativo. A entrevista semiestruturada pode ser realizada individual ou coletivamente.	fluxo migratório, acesso à terra, estrutura da produção, comercialização e renda, meio ambiente e organização dos agricultores. Na execução, inicialmente o entrevistador deve explicar com clareza o objetivo e os critérios de seleção dos entrevistados. Deve valorizar as pessoas e o que elas dizem, criando um clima de confiança e informalidade, evitando demonstrar impaciência, aborrecimento ou desprezo frente as respostas. Deve ser hábil para interromper o(s) entrevistado(s), apenas quando necessária a mudança de foco; para fazer as perguntas com clareza; e, para solicitar o aprofundamento dos comentários mais relevantes. Nas entrevistas em grupo, incentivar a participação do maior número de pessoas, evitando que algumas delas monopolizem a entrevista e que outras não falem nada. Promover as anotações durante ou imediatamente após a entrevista. Se houver mais de um entrevistador, um deles deve fazer as anotações. Ou, se os entrevistados concordarem, pode-se fazer uso de gravadores ou filmadoras. Após a entrevista, promove-se a sistematização das informações e a análise dos resultados, preferencialmente elaborada com o grupo. As informações obtidas na entrevista devem ser comparadas com outras fontes secundárias ou com resultados de outras técnicas utilizadas para o mesmo fim.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.12. Excursão

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
A excursão é uma visita planejada de um grupo de pessoas a um determinado local, com a finalidade de conhecer outros grupos com experiências bem-sucedidas, em diferentes fases de implementação. Seu objetivo é promover o intercâmbio de experiências, conhecimentos e informações entre os grupos de agricultores familiares, gestores e atores sociais que tenham afinidade com o tema. É aplicada para subsidiar os grupos de interesse e os grupos gestores com informações e conhecimentos necessários a negociação, implementação e gestão de programas e projetos, tendo como referência uma experiência vivenciada por outro grupo, em condições semelhantes.	Na fase preparatória, identificam-se experiências convergentes com as necessidades do grupo representativo da comunidade e se estabelece um primeiro contato com o grupo a ser visitado, para averiguar o andamento da experiência e a negociar com o grupo anfitrião a data da visita e as providências necessárias. Apresentar ao grupo interessado em realizar a excursão as experiências identificadas e as condições da visitação. Discutir com os participantes da excursão o objetivo e os procedimentos necessários para a sua realização, incluindo o dia, horário de saída e retorno, despesas com alimentação, deslocamento, hospedagem, alternativas de deslocamento <i>etc.</i> Elaborar a programação da excursão com o grupo, ressaltando os pontos mais importantes e que merecem ser priorizados durante a visita. Na execução, é importante que os participantes assumam o compromisso de realizar uma observação detalhada sobre o tema da visita e, posteriormente, socializar essas informações com os demais componentes do grupo e da comunidade que não participaram da excursão. Estimular o grupo a adotar uma postura receptiva para conhecer a experiência, explorando todos os seus detalhes: ver, ouvir, perguntar e conhecer o que o grupo anfitrião deseja mostrar ou explicar. Fazer registros escritos das observações feitas durante a visita. Ao final da visita, analisar

	com os participantes, os resultados obtidos com a excursão em função dos objetivos definidos previamente.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.13. Linha do tempo

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
É uma técnica que permite o resgate da história dos indivíduos e das suas comunidades, a partir do qual as pessoas recordam o passado e refletem sobre fatos, acontecimentos, valores e atitudes por elas consideradas importantes e que tem relação com a realidade atual. A linha do tempo permite aos participantes uma nova leitura dos acontecimentos passados, atribuindo-lhes um novo significado no presente. Tem como objetivo permitir a reflexão sobre a história para compreender as influências do passado sobre o presente, possibilitando a tomada de decisões sobre o futuro, de forma consciente e responsável. É aplicável ao contexto da realização do diagnóstico participativo e em situações que demandam a compreensão do grupo sobre questões atuais, mas cujas determinações encontram-se no passado.	Na preparação, providenciar o local, o material necessário e buscar a representatividade da comunidade ou grupo, garantindo a participação de homens, mulheres, jovens, idosos, representantes de grupos como remanescentes de quilombos, indígenas, pescadores, assentados <i>etc.</i> A execução consiste em registrar a evolução desse processo, traçando uma linha horizontal com divisões que representem vários períodos sequenciais e crescentes, a partir de uma data de referência definida pelos participantes. Após o registro dos eventos na linha do tempo, o moderador propõe o debate sobre as interfaces do passado com o presente, para permitir a intervenção na realidade que incidirá sobre o futuro.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.14. Mapeamento participativo

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
O mapeamento participativo é uma técnica que consiste na representação gráfica de um território, município, comunidade ou microbacia hidrográfica; retratando a realidade por meio de desenhos e símbolos, demonstrando, entre outros aspectos, as formas de ocupação humana, o uso dos recursos naturais, os serviços de infraestrutura, as relações sociais e as atividades econômicas. Objetiva a socialização de conhecimentos e informações sobre a realidade local e a construção coletiva de processos de intervenção sobre a mesma, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. É utilizada para retratar a percepção que as pessoas têm da sua realidade no passado e no presente, e	Na preparação, organiza-se o local e os materiais necessários. Na execução, inicialmente o moderador discute com os participantes sobre o objetivo e os procedimentos, encorajando os mesmos a produzirem mapas da forma e com o material que desejarem. Para produzir o mapa, orienta-se quanto a disposição dos participantes, de modo que todos possam ter boa visão e fácil acesso ao que estão construindo. Também é importante que o moderador estimule a criatividade, a experiência e as habilidades do grupo na utilização dos materiais colocados à disposição. Orientar os participantes a elaboração de três mapas com o máximo de detalhes possíveis: do passado, do presente e do futuro desejado. Para isso deve-se garantir a representatividade, para que as identidades reflitam na leitura do momento histórico. Após a elaboração dos mapas, refletir com o grupo sobre como era a comunidade ou o município há 50, 20 ou 10 anos atrás? Quais as principais características do modelo de desenvolvimento que vem sendo praticado na comunidade, no

realizar projeções sobre o futuro desejado. À medida que as pessoas vão desenhando o mapa, se estabelece um processo de discussão no qual vão surgindo novas ideias e percepções que só a construção coletiva pode proporcionar.	município ou no território? E como as pessoas pensam o futuro da comunidade, município ou território daqui a 5, 10, 20 anos? Ao final, cada grupo apresenta em plenária o mapa elaborado e acata sugestões complementares dos demais participante. Em seguida, os participantes discutem, a partir das diferentes percepções dos grupos, os aspectos referentes aos campos do processo de desenvolvimento sustentável: social, econômico, ambiental, cultural e político.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.15. Oficinas

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
É uma técnica complexa e de longa duração que consiste em uma reunião de trabalho envolvendo grupos de pessoas que se dispõem a tratar de questões de interesse comum. Nas oficinas, os participantes discutem problemas e potencialidades, trocam experiências e propõem alternativas de soluções condizentes com a realidade. Seu objetivo é o de promover, buscando o consenso entre as opiniões, o aprofundamento de conceitos básicos e questões que constituem a referência para ações, programas e projetos em desenvolvimento ou que se encontram em fase de planejamento, para permitir o encaminhamento das ações definidas pelo grupo. É utilizada para discussão e hierarquização dos problemas e potencialidades diagnosticados pelo grupo e identificação de possíveis soluções para os problemas, através de ações de curto e médio prazo. Os resultados das oficinas constituem subsídios para elaboração de projetos e programas.	Na preparação da oficina, definir previamente com a comunidade os objetivos; a agenda; os temas; o período; a apresentação de experiências, se for o caso; o horário; o local; os materiais necessários; e, a infraestrutura de alimentação e pernoite, de acordo com a disponibilidade de recursos e dos participantes. Garantir a representatividade de gênero, geração, etnia e níveis diferenciados de acúmulo prévio, entre participantes da oficina; Na fase de execução, iniciar a técnica esclarecendo aos participantes o objetivo da oficina e sua metodologia. Definir com o grupo os resultados esperados e o acordo de convivência. Elegar uma equipe de colaboradores para cada dia, incluindo minimamente um coordenador e um relator. Empregar técnicas ou recursos didáticos que facilitem aos participantes a problematização e elaboração de conclusões sobre os temas tratados. Enriquecer o diálogo e a problematização com a associação de ideias, buscando sempre a relação dos problemas entre si. Buscar o entendimento dos participantes sobre as causas e consequências dos problemas, evidenciando os porquês e buscando a raiz dos problemas. O moderador deverá atuar para envolver todo o grupo no debate, através de questionamentos que estimulem a manifestação de opiniões e a confrontação harmoniosa das ideias, para alcançar a reflexão coletiva sobre os problemas coletivamente identificados. Ao final da oficina, elaborar uma agenda de compromissos firmados pelos participantes e uma avaliação sobre o evento, confrontando os objetivos inicialmente definidos com os resultados alcançados.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.16. Painel de visualização

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Esta técnica consiste na construção de um painel, estruturado a partir de fichas de cores e tamanhos variados, que permite a visualização dos temas previamente definidos. Tem por objetivo contribuir para a capacidade das pessoas de formular ideias	A fase preparatória compreende a escolha de um local que permita a disposição dos participantes em formato de semicírculo, para facilitar a discussão e a seleção dos materiais e equipamentos necessários. Na execução, inicialmente discutir os objetivos e os procedimentos da técnica com os participantes. Iniciar a

e de fomentar o trabalho participativo, criativo e ágil na sistematização dos resultados. É aplicável aos processos participativos de planejamento, gestão, capacitação e formação.	discussão do tema com perguntas-chaves e registrar as ideias dos participantes em fichas: Escrever cada ideia em uma ficha, de forma clara, concisa e direta, evitando termos genéricos. Cada participante pode escrever quantas fichas quiser, contudo, é importante recomendar que escrevam com letra de forma ou utilizem desenhos. Em seguida, cada participante colocará suas fichas no painel. O moderador deverá agrupar as fichas por ideias afins, em comum acordo com os participantes, podendo, inclusive, substituir ou produzir uma nova ficha que expresse melhor a ideia do grupo. Quando o painel estiver construído, iniciar a discussão temática e elaborar a sistematização das ideias consensuais. De acordo com as especificidades do grupo, são negociadas as ações propostas e os encaminhamentos necessários.
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.17. Reunião problematizadora

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
A reunião problematizadora é uma técnica que permite desenvolver um processo de reflexão a partir de questionamentos, confrontos e associações de ideias. Tem o objetivo de oportunizar a reflexão sobre a realidade social na perspectiva da compreensão dos fenômenos implicados nessa realidade, visando sua transformação. É aplicada como instrumento auxiliar no processo de construção do diagnóstico participativo.	Na fase de preparação da técnica, definir previamente com a comunidade os objetivos, a agenda, os temas, a data, o horário e o local da reunião, considerando a disponibilidade dos participantes; e definir os materiais e recursos didáticos necessários de acordo com a infraestrutura e o espaço físico do local. Também é importante buscar a representatividade dos diversos segmentos da comunidade; Na fase de execução, inicialmente o moderador deve esclarecer aos participantes o objetivo da reunião e a dinâmica a ser utilizada. Em seguida, realizar a problematização por meio do diálogo, que deve ser permeado pela associação de ideias, relacionando os problemas entre si. Qualquer ideia pode ser o ponto de partida para o aprofundamento, desde que se trabalhe a sua inter-relação no contexto em que está inserida. Entre outros exemplos possíveis, o debate pode se estabelecer sobre produção, mercado, preço, política agrícola e políticas públicas. O moderador deverá conduzir a reunião de forma que garanta o aprofundamento dos temas, o confronto harmonioso entre as diferentes percepções e o entendimento das inter-relações causais dos problemas. Durante esse processo de conhecimento da realidade, os participantes começam, através da análise crítica dos fenômenos, a descobrir as causas e consequências de cada problema e possíveis alternativas de soluções. Recomenda-se ao moderador envolver o maior número possível de pessoas, assegurando a representatividade; evitar a monopolização do debate por poucos; estimular a postura investigativa; evitar as perguntas indutivas e manter uma postura não destacada e observadora, falando apenas o essencial e necessário. Sua fala deve ser a de provocar o questionamento, o confronto e a associação de ideias. Em caso de opiniões conflitantes, registrar e propor ao grupo uma investigação mais detalhada sobre o tema em questão. Não havendo consenso, a questão em debate deverá

	ser retomada em outra oportunidade. Assegurar que um dos participantes atue como relator, registrando o debate e dos encaminhamentos propostos. Ao final da reunião deve-se proceder a uma avaliação, registrada pelo relator, confrontando os objetivos previamente definidos com os resultados obtidos e os pontos fracos e fortes da reunião. O grupo também deve construir uma agenda de compromissos e definir os temas a serem tratados em um próximo encontro.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.18. Semana especial

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
É uma técnica complexa e de longa duração onde se realizam atividades coletivas ligadas a uma temática principal, onde são utilizados um conjunto de técnicas, como reunião, painel de visualização, mapeamento participativo, excursão, demonstração técnica, entre outras; para abordar questões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais de interesse de uma comunidade. Seu objetivo é estimular a comunidade, município ou território a refletir sobre temas que afetam significativamente a vida das pessoas, promovendo debates e apresentação de propostas. É realizada quando se deseja dar destaque especial a um tema específico e envolver um número maior de pessoas no debate, tomada de consciência e formulação de propostas.	Na preparação, decidir com os participantes, sobre os temas, época de realização, os conteúdos a serem priorizados, local do evento e a divulgação junto ao público. Eleger uma comissão organizadora das atividades, composta por agricultores e agricultoras familiares, profissionais de ATER e outros colaboradores, os quais serão responsáveis pela elaboração de um plano de ação, visando a melhor organização do trabalho, e por definir os papéis de cada um de seus membros. A matriz de planejamento do Quadro 11.18.1 pode ser utilizada para este fim. Deve compor a matriz as atividades a serem desenvolvidas, observando-se as ações preparatórias, de execução e acertos finais; dispostas em ordem cronológica e registrados de maneira clara e objetiva, O plano deve conter as responsabilidades dos envolvidos e prazos, definidos em reunião, junto com o grupo participante. Na execução da semana especial, deve-se assegurar a participação diversificada de público, garantindo a participação de agricultores e agricultoras familiares, jovens, idosos, crianças, professores, políticos, técnicos de outras instituições e outros atores sociais, dependendo do tema. Ao final, avaliar com os participantes os impactos produzidos pela semana especial e as propostas apresentadas.

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.18.1. Matriz de planejamento da semana especial

O QUE FAZER	COM QUEM	QUANDO	RESPONSÁVEL	OBS.

Fonte: Ruas et al (2006, p. 120)

Quadro 11.19. Tempestade de ideias

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
Técnica utilizada em reuniões com grupos, para se obter informações de forma rápida,	Na fase preparatória, escolher local adequado que permita aos participantes ficarem acomodados em semicírculos, para

acerca de um tema em questão. Tem como objetivo incentivar a livre manifestação de ideias e a criatividade do grupo, facilitando o processo de reflexão e discussão sobre um tema específico. Pode ser aplicada como ponto de partida de um debate e orientada por uma pergunta-chave.	favorecer a interação das pessoas no grupo. Providenciar os materiais e equipamentos necessários. Na execução, o moderador deverá contribuir para criar um ambiente favorável a participação de todos na discussão. Inicialmente, formulará uma pergunta-chave sobre o tema de interesse que desperte a curiosidade dos participantes, estabelecendo, assim, um ponto de partida comum para reflexão. Escrever a pergunta-chave numa ficha maior e afixá-la no topo de um quadro ou painel, para que seja facilmente visualizada pelo grupo. Incentivar o grupo a refletir sobre a pergunta. Solicitar aos participantes que apresentem suas ideias, através de palavras-chaves ou frases curtas registradas em fichas. Registrar apenas uma ideia por ficha.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

Quadro 11.20. Unidade de experimentação

DESCRIÇÃO	PROCEDIMENTOS
É uma técnica que permite aos participantes construir ou reconstruir conhecimentos que fundamentam uma tecnologia ou uma prática agropecuária ou social. Tem por objetivo permitir aos agricultores o conhecimento de outras técnicas, para que possam avaliar seus resultados econômicos, sociais e ambientais, refletindo sobre as vantagens de seus resultados quando comparados com as tecnologias utilizadas anteriormente. É utilizada para a experimentação de práticas convergentes com os interesses e necessidades dos participantes e ajustáveis aos propósitos do planejamento do grupo ou comunidade.	A fase preparatória compreende a montagem da unidade de experimentação, cujas tecnologias ou práticas a serem testadas serão definidas pelos participantes. Na definição, deve-se considerar a conservação e preservação do meio ambiente, o aumento da renda e/ou redução dos custos de produção e a melhoria das condições de saúde e de bem-estar dos envolvidos. O local de instalação deve permitir boa visibilidade, podendo ser a propriedade de um dos agricultores ou agricultoras do grupo ou espaços comunitários. A priori, o moderador junto aos participantes, devem debater as fases e objetivos da unidade de experimentação e as responsabilidades de todos os envolvidos. Recomenda-se que as tecnologias e práticas a serem utilizadas considerem as potencialidades locais, o ecossistema, a capacidade econômica, os valores socioculturais, a tradição dos participantes, etc. Deve ser uma prática cujos insumos e serviços necessários à sua instalação e condução sejam acessíveis e compatíveis com a realidade dos agricultores e agricultoras familiares. Durante toda a execução, a postura do moderador deve ser a de estimular a troca de saberes, na qual as tecnologias ou práticas utilizadas funcionam como um ensaio voltado a experimentação algo novo que proporcionará a construção de um novo saber. Para comprovar a viabilidade econômica e financeira, elaborar junto aos participantes a contabilidade das atividades para que se possam analisar custos e receitas. A condução da unidade é tarefa dos participantes, sendo o moderador o facilitador do processo de socialização de informações e conhecimentos, análise dos resultados e das oportunidades de sua aplicação. Para isso, deve-se garantir a divisão de responsabilidades entre os participantes, a fim de que se estabeleça a cogestão no grupo. A apropriação do conhecimento se dá em todo o processo da experimentação e facilita a decisão de cada um de adotar, de forma total ou parcial, a tecnologia apropriada, conforme suas próprias condições. As

	diversas ações a serem desenvolvidas durante o ciclo da unidade de experimentação deverão orientar-se por um plano de ação, construído com o grupo, de acordo com as especificidades do assunto e passível de reprogramação conforme necessidades que porventura venham a surgir no decorrer da sua implantação. Ao final do ciclo, deve-se proceder, em conjunto com o grupo, a avaliação dos resultados técnicos, financeiros e organizacionais; e seus reflexos para o desenvolvimento sustentável.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor através das informações extraídas de Ruas et al (2006).

As técnicas da MEXPAR apresentam traços que caracterizam uma forte unidade, malgrado as diferentes aplicações, por partirem dos mesmos referenciais teóricos e metodológicos. Os objetivos estão assentados em bases epistemológicas e dialéticas, na construção da práxis baseada na reflexão/ação/reflexão e na percepção de que as condições vigentes são mutáveis através da ação humana. Neste íterim, propõem alcançar todos os campos do processo de desenvolvimento sustentável, isto é, os planos social, econômico, ambiental, cultural e político. Nas etapas preparatórias e na execução, preveem a coletivização das decisões e ações, debates em que se estimula a confrontação harmoniosa de opiniões, divisão de tarefas, sistematização e avaliação dos resultados; onde o moderador atua como facilitador do processo de socialização de informações e conhecimentos, análise dos resultados e das oportunidades, falando menos e escutando mais. Reforçando esta unidade, o conjunto das técnicas previstas exercitam as três áreas do processo de aprendizagem: a cognitiva, relacionada a formulação de conceitos e tomada de consciência; a afetiva, ou a predisposição a aprendizagem a partir dos interesses; e a psicomotora, pertinente ao desenvolvimento de habilidades.

Por fim, também fica evidente no processo de resignificação metodológica que originou a MEXPAR, a preocupação dos formuladores em sobrelevar a dialogicidade das técnicas, inclusive as de menor potencialidade. daquelas que por suas características intrínsecas e pelo forte legado do contexto de aplicação, serviam a propósitos antagônicos aos previstos na PNATER, mas que reformuladas, passaram a prever a equidade e a reciprocidade dos sujeitos cognoscentes no falar, ouvir, ensinar e aprender.

CAPÍTULO 5

INTERFACES ENTRE PRODUÇÃO INTELECTUAL E MATERIAL: OS EFEITOS DA PNATER/PRONATER EM FACE DA AÇÃO EXTENSIONISTA

Neste último capítulo, busca-se apresentar e analisar as interfaces entre a produção intelectual da política, assentada na PNATER, no PRONATER e na MEXPAR, e a produção material, objetivada no contorno geográfico dos municípios atendidos pela UREGI Guaxupé da EMATER-MG; especialmente no referente ao embate semântico, isto é, as controvérsias associadas ao uso corrente do vocábulo “extensão” para designar o processo, a instituição e a política, e suas interconexões com o desafio da práxis, na perspectiva freiriana, do sujeito que age/reflete e ao refletir age, ou, em outras palavras, do sujeito que vai da teoria à prática e de sua prática chega a nova teoria. Em suma, empreende-se a análise do processo comunicacional, confrontando os aspectos normativos, sobretudo pedagógicos da política, não consonantes com sua própria denominação, vis-à-vis as opiniões, o conhecimento e as ações dos gestores nacionais, estaduais, regional e dos extensionistas. Adicionalmente, investiga-se na esfera local, por um lado, o aparato e a cultura institucional, designadamente a eficiência na diluição do processo decisório e das convergências intersetoriais; a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais e a rotina de trabalho, alicerces do processo comunicacional, haja vista a imprescindibilidade dos mesmos para que os processos inicialmente se estabeleçam. Por outro, mais relevante para esta Tese, a compreensão dos fatores intervenientes no êxito do processo pedagógico, especialmente as diferentes visões de mundo, a formação acadêmica pregressa, os processos formativos iniciais e continuados, o conhecimento das nuances da política, a cultura democrática, as interconexões da lógica do saber-ser e do saber-saber com o saber-fazer, e, as percepções inter, multi e transdisciplinar dos profissionais e instituições envolvidos.

Neste íterim, a primeira seção deste capítulo apresenta e analisa a esfera local, para qual questionários foram enviados por correio eletrônico aos 25 (vinte e cinco) extensionistas pertencentes aos 24 (vinte e quatro) ESLOCs vinculados à UREGI Guaxupé e respondidos pela totalidade, permitindo à pesquisa inferir sobre a população (e não sobre amostra). A cada item do questionário será dedicada uma subseção.

A segunda seção divide-se em duas para alcançar as opiniões, o conhecimento e as ações dos gestores nacionais, estaduais e regional sobre os dois grupos de hipóteses criados para subsidiar a análise pertinente ao objetivo deste trabalho: sob o viés do aparato e da cultura

institucional, fundamentais para que os processos inicialmente se estabeleçam e na perspectiva pedagógica e comunicacional, diretamente pertinentes à práxis dialógica. As informações foram coletadas em entrevistas semiestruturadas que abordaram, relativamente a competência de cada ente, sobre as questões suscitadas, tendo em vista o embate entre a semântica e a práxis da extensão.

5.1. A PNATER e os extensionistas rurais

O questionário aplicado nesta pesquisa e respondido pela totalidade dos extensionistas locais no segundo semestre de 2018 foi elaborado levando-se em consideração as dimensões previstas na questão analítica central e nas específicas e examinado, precipuamente, a partir do referencial teórico da política nas esferas federal e estadual. Neste íterim, foi organizado em seis partes. A primeira delas foi dedicada à informação dos dados gerais de identificação: nome, escritório local, faixa etária, cargo, ano de ingresso na EMATER-MG e escolaridade.

Na segunda parte, intitulada “*Aparato e cultura Institucional*”, os profissionais responderam 15 (quinze) questões relacionadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais nos escritórios locais e sobre a rotina de trabalho e a cultura institucional, atendendo a hipótese de que os recursos e as dinâmicas internas são imprescindíveis para que os processos inicialmente se estabeleçam.

Em “*PNATER/PRONATER*”, terceira parte do questionário, os extensionistas responderam 10 (dez) questões sobre suas opiniões e conhecimento sobre a atual Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Esta parte buscou compreender a importância e a compreensão dos profissionais sobre a política e também sobre seu alcance

Em “*MEXPAR*”, quarta parte do questionário, os responsáveis pelas dinâmicas da política na esfera local responderam 10 (dez) questões acerca das suas convicções e entendimento sobre a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável, desenvolvida pela EMATER-MG como guia metodológico de ação; documento presente na formação inicial e continuada dos agentes de ATER e que se fez necessário para o alinhamento com a política nacional. As questões abordam aspectos teóricos, metodológicos e técnicos da MEXPAR com o objetivo de delinear a dimensão e a magnitude dos elementos presentes sob a práxis empreendida.

Na quinta parte, “*Do embate semântico ao desafio da práxis*”, os profissionais de ATER manifestaram opiniões sobre 10 (dez) afirmações inerentes à metodologia e ao processo comunicacional em suas atribuições profissionais. Tais afirmações foram distribuídas

aleatoriamente, das quais cinco são coerentes a formulação política atual e cinco são partidárias ao legado das políticas prévias. Esta seção do questionário tem a finalidade de permitir a análise da ressignificação e internalização dos conhecimentos prévios dos profissionais como efeito da política, no que tange aos processos metodológico e comunicacional e os efeitos da possível introjeção das formulações pretéritas e do sistema de valores dos opressores.

Os tópicos “*Aparato e cultura institucional*” (parte 2), “*PNATER/PRONATER*” (parte 3), “*MEXPAR*” (parte 4) e “*Do embate semântico ao desafio da práxis*” (parte 5) utilizam a escala numérica do Tipo Likert, permitindo cinco níveis diferentes de opinião em respostas fechadas para cada afirmação, com dois níveis de concordância, um nível de indiferença e dois níveis de discordância, conforme a Tabela 10.

Tabela 10. Níveis de opinião em uma Escala Likert de cinco níveis

Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Indiferente ou não sei responder	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
1	2	3	4	5

Fonte: elaborada pelo autor.

Nesta escala os respondentes se posicionam de acordo com uma medida de concordância atribuída ao item, permitindo a avaliação quantitativa das afirmações presentes no questionário. Para Costa (2011), a maior vantagem da escala Likert é sua facilidade de manuseio, pois é acessível ao pesquisado emitir um grau de concordância sobre uma afirmação qualquer. Ainda segundo o autor, a confirmação de consistência psicométrica nas métricas que utilizaram esta escala contribui positivamente para sua aplicação nas mais diversas pesquisas. Desse modo, trata-se de uma técnica adequada aos estudos descritivos como o proposto para essa pesquisa, permitindo o conhecimento direto da realidade, com economia e rapidez no processo de pesquisa e quantificação dos dados obtidos.

Por fim, na sexta e última parte do questionário, intitulada “Técnicas MEXPAR”, os profissionais expressaram o grau em que utilizam as 20 (vinte) técnicas previstas na MEXPAR. O objetivo desta parte é permitir a análise da seleção das técnicas pelos extensionistas, conforme sua complexidade e pertinência enquanto processo de prática social e socialização de ideias e experiências.

Os dados coletados nas cinco últimas partes do questionário foram tabulados e, na sequência, submetidos a análise estatística descritiva nas medidas de tendência central, especificamente a mediana (M_d) e moda (M_0). Também foram apurados e apresentados a

frequência absoluta (FABS) e a frequência relativa (F%) das observações. Entre as medidas de tendência central, a “média” não representaria métrica relevante para a interpretação dos dados obtidos pela escala Likert, pois em um caso hipotético, onde metade dos respondentes apresentassem “concordância total” com a afirmação e a outra metade “discordância total”, a média resultaria no escore intermediário, equivalente à “indiferença” ou “não sabe responder”. Da mesma forma, as medidas de dispersão (variância, desvio padrão e coeficiente de variação), recursos estatísticos fundamentais para expressar o quanto um conjunto de dados se desvia da média, trariam resultados inapropriados para esta pesquisa, haja vista que os seus cálculos são desdobramentos da média aritmética. Entretanto, a “moda” e a “mediana” constituem métricas mais interessantes para apoiar a análise das respostas. A “moda” corresponde ao valor mais frequentemente observado, isto é, a resposta que se mostra mais presentes em um conjunto de dados de uma sequência. E a “mediana” é o valor que separa a metade maior e a metade menor de uma amostra, população ou distribuição de probabilidade. Em outras palavras, a mediana representa o valor do meio de um conjunto de dados. Por sua vez, a FABS registra o número total de observações em um conjunto de dados e a F% equivale ao percentual de representação da observação em relação ao número total de observações.

5.1.1. Os extensionistas locais

Conforme já apresentado no Capítulo 2 desta Tese, a UREGI Guaxupé, sediada no município homônimo, é o órgão da EMATER-MG responsável pela gestão e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos 24 (vinte e quatro) ESLOCs, localizados na mesorregião Sul e Sudoeste do estado de Minas Gerais. O Quadro 12 apresenta a relação dos 26 (vinte e seis) profissionais de extensão em exercício no segundo semestre de 2018, os cargos ocupados, o ano de ingresso na EMATER-MG e a escolaridade.

Quadro 12. ESLOCs e extensionistas da UREGI Guaxupé

ESLOC	Extensionista	Cargo	Ano de ingresso na EMATER	Escolaridade
Andradas	Maria Neuza de Carvalho	EAGRO2	1988	Lato sensu
Arceburgo	Antônio Carlos Andrielli	EAGRO1	1998	Técnico
Cabo Verde	Sandra de Fátima da Silva	BES2	1995	Lato sensu
Caldas	Deny Alves Alvarenga	EAGRO2	1994	Mestre
Campestre	Emerso Adriano Silva	EAGRO2	1994	Graduação
Congonhal e Senador José Bento	Denilson Cannavan Basso	EAGRO2	2000	Lato Sensu
Guaranésia	Heloísa de Fátima S. Ferreira Romanelli	BES2	1987	Graduação
Guaxupé e Guaranésia	João Inácio Silva	EAGRO2	2008	Lato sensu

Jacui e Bom Jesus da Penha	Sirlei Renata Sanfelice de Carvalho	EAGRO2	2006	Lato Sensu
Jacutinga	Eduardo Carneiro Neto	EAGRO2	2007	Lato Sensu
Juruiaia	Cleverson Menegucci	EAGRO1	2009	Graduação
Monte Belo	Arnaldo da Costa	EAGRO1	1987	Técnico
Monte Santo de Minas	Clair Dias de Oliveira	EAGRO2	1997	Lato sensu
Monte Sião	Marcos Mendes do Nascimento	EAGRO1	1998	Graduação
Muzambinho	Clóvis de Piza	EAGRO1	1997	Lato sensu
	Marco Antônio Ferreira	EAGRO1	1997	Graduação
	Gilson Couto	EAGRO2	1974	Lato sensu
	Rovilson dos Reis de Paula	EAGRO2	2008	Lato sensu
Nova Resende	Isnard Batista dos Reis	EAGRO1	2005	Técnico
Poços de Caldas	Aparecido Venâncio Martins	EAGRO2	2005	Mestre
Santa Rita de Caldas	Rodrigo de Rodrigues Beck Junior	EAGRO2	2006	Lato sensu
São Pedro da União	Luiz Henrique Brigadão	EAGRO2	2005	Lato sensu
São Sebastião do Paraíso e Itamogi	João Bosco Minto	EAGRO2	1982	Lato sensu
São Tomás de Aquino	Fausto Ornelas Moreira	EAGRO2	2006	Lato sensu
UREGI Guaxupé	Willem José de Araújo	Gerente Regional	2005	Lato sensu
	Marcelo Bonfim	Coordenador Técnico	2003	Lato sensu
Total: 24 ESLOCs + UREGI	24 extensionistas + 1 Gerente regional ⁵³ + 1 Coordenador Técnico			

Fonte: Elaborado pelo autor

Notas:

EAGRO1: Extensionista Agropecuário de Nível Técnico

EAGRO2: Extensionista Agropecuário de Nível Superior

BES2: Extensionista de Bem-estar social de Nível Superior

Dentre eles, há 1 (um) Gerente Regional e 1 (um) Coordenador Técnico Regional de Bovinocultura servindo diretamente a estrutura e dinâmica da UREGI. Nos ESLOCs, 7 (sete) são Extensionistas Agropecuários 1 (nível técnico); 15 (quinze) são Extensionistas Agropecuários 2 (nível superior) e 2 (duas) são Extensionistas de Bem-estar Social II (nível superior). Pela distribuição e quantitativo de profissionais, é notória a defasagem do quadro, algo que também já foi explicado no Capítulo 2. Contudo, cabe destacar que o escritório de Guaranésia, que possui em seu quadro apenas a extensionista BES2, cargo originário da ACAR e cuja investidura, paradoxalmente, foi mantida no edital sub júdice de 2015, recebe o suporte de extensionista do ESLOC de Guaxupé, que precisa se desdobrar em dois municípios. E no ESLOC de Cabo Verde, que também conta em seu quadro apenas com uma extensionista BES2, esta fica restrita às funções de bem-estar social sem receber suporte de extensionista agropecuário de outro município. Isso não acontece nos casos em que o ESLOC só conta em seus quadros com EAGRO1, mas é problema nos ESLOCs de Bom Jesus da Penha, Itamogi e

⁵³ Por opção metodológica, o Gerente Regional da UREGI Guaxupé, Willem José de Araújo, foi entrevistado e não respondeu ao questionário. Entretanto, os dados profissionais constam nesta subseção.

Senador José Bento, que na ausência de profissionais do quadro permanente, são atendidos pelos extensionistas de Jacuí, São Sebastião do Paraíso e Congonhal, respectivamente. A ausência de concursos públicos também explica a distribuição etária, não presente no Quadro 12. Apenas 1 (um) técnico, cujo ingresso foi em 2008 por aproveitamento do concurso de 2004, encontra-se na faixa de 25 a 35 anos. Entre 35-45 anos são 11 (onze) profissionais; entre 45 e 60 anos são 12 (doze) profissionais; e, com idade superior a 60 anos são 2 (dois), inclusive o decano do grupo, que possui 45 anos de serviços prestados a EMATER-MG. Quanto ao tempo de serviço, 11 (onze) extensionistas possuem até 15 anos de serviço; 11 (onze) possuem de 15 a 30 anos; 3 (três) de 30 a 45 anos; e 1 (um), mais de 45 anos de serviços prestados.

A distribuição dos profissionais por sexo também remonta a herança da ACAR, quando ocorria a divisão sexual das funções. Dos 26 (vinte e seis) profissionais, apenas 4 (quatro) são mulheres, dentre elas, 2 (duas) ocupando a função de BES2. Não há nada que impeça legalmente as mulheres a investidura no cargo de EAGRO. Entretanto, o legado histórico e a misoginia fortemente enraizada no ambiente rural tornam a carreira pouco atrativa para elas.

Em relação a escolaridade, 3 (três) profissionais possuem o nível técnico, 5 (cinco) são graduados, 16 (dezesesseis) possuem Pós-graduação *Lato Sensu* e 2 (dois) possuem Pós-graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado. Chama a atenção o fato de que 21 (vinte e um) profissionais apresentam formação em nível acadêmico mais elevado do que o exigido pelo cargo. Isso pode ser explicado pela valorização atribuída a escolaridade adicional, prevista no Plano de Carreira.

5.1.2. Aparato e cultura institucional

A síntese da segunda dimensão do questionário encontra-se na Tabela 11. Para a leitura dos resultados, é importante destacar que nas afirmações de número 10 (dez) e 11 (onze), diferente de todas as demais, a concordância total ou parcial apresenta conotação negativa e os dois níveis de discordância apresentam conotação positiva.

Tabela 11. Síntese dos resultados da dimensão “aparato e cultura institucional”

Questões	M _d	M ₀	FABS (F%)				
			1	2	3	4	5
1. No escritório local que eu trabalho há disponibilidade adequada de veículos para deslocamento às comunidades e famílias atendidas.	5	5	0(0%)	0(0%)	0(0%)	3(12%)	22(88%)
2. Há disponibilidade de recursos audiovisuais (notebooks, datashow, projetores etc.) para o trabalho comunitário.	5	5	1(4%)	2(8%)	0(0%)	8(32%)	14(56%)
3. As acomodações do escritório local são satisfatórias ao trabalho dos profissionais e para receber os agricultores.	5	5	4(16%)	3(12%)	2(8%)	3(12%)	13(52%)
4. Os materiais de escritório e demais insumos necessários para o desenvolvimento das atividades no escritório local são suficientes.	5	5	0(0%)	1(4%)	1(4%)	6(24%)	17(68%)
5. Existem servidores administrativos em proporção satisfatória para a demanda de atividades.	4	5	6(24%)	0(0%)	0(0%)	7(28%)	12(48%)
6. Há disponibilidade compatível de profissionais para desenvolver as ações de assistência técnica e extensão rural junto ao público alvo do escritório local.	2	1	8(32%)	5(20%)	1(4%)	6(24%)	5(20%)
7. Considero adequada a remuneração pelo meu trabalho.	4	4	3(12%)	5(20%)	2(8%)	12(48%)	3(12%)
8. Os recursos financeiros destinados ao escritório local são suficientes para custear as atividades.	5	5	0(0%)	0(0%)	1(4%)	8(32%)	16(64%)
9. O convênio com a prefeitura funciona adequadamente.	5	5	3(12%)	2(8%)	2(8%)	5(20%)	13(52%)
10. O tempo excessivo destinado às tarefas burocráticas interfere negativamente no tempo disponível para a minha presença nas atividades comunitárias e junto as famílias atendidas.	4	5	0(0%)	2(8%)	3(12%)	10(40%)	10(40%)

11. A rotatividade de profissionais prejudica o trabalho desenvolvido na UREGI.	3	4	3(12%)	4(16%)	6(24%)	10(40%)	2(8%)
12. Os extensionistas da UREGI se reúnem frequentemente.	3	4	3(12%)	5(20%)	5(20%)	11(44%)	1(4%)
13. O relacionamento entre os profissionais do meu escritório e da UREGI é excelente.	5	5	0(0%)	0(0%)	1(4%)	7(28%)	17(68%)
14. Percebo que a maioria dos meus colegas de trabalho estão motivados e satisfeitos.	4	4	0(0%)	3(12%)	3(12%)	15(60%)	4(16%)
15. Em meu escritório, há uma preocupação constante em melhorar os métodos de trabalho.	4	5	0(0%)	0(0%)	2(8%)	11(44%)	12(48%)

Fonte: Elaborado pelo autor

Esta dimensão do questionário, apesar de não ocupar centralidade entre os objetivos delimitados, trata de questões fundamentais para que os processos comunicacionais da política inicialmente se estabeleçam. As questões elaboradas podem ser divididas em quatro grupos, onde o primeiro deles, dedicado a análise da infraestrutura, compreende as questões de 1 a 4. Todas elas apresentam M_d e M_0 no escore máximo, indicando maior presença de profissionais que reportaram concordância total com as afirmações. No primeiro caso, 88% dos respondentes afirmaram que há disponibilidade adequada de veículos. Isso pode ser explicado pela atualização da frota realizada nos anos de 2016 e 2017, apesar da severa crise financeira que assola o estado de Minas Gerais desde antes deste período. Em agosto de 2016, 64 (sessenta e quatro) veículos foram adquiridos⁵⁴ para as 32 UREGIS. Em maio de 2017, foram mais 41 (quarenta e um) veículos, destes, 20 veículos adquiridos com recursos do estado e 21 veículos oriundos do MDA. Na mesma oportunidade foram adquiridos 500 (quinhentos) tablets para realização do georreferenciamento das propriedades rurais atendidas⁵⁵. Em dezembro de 2017 foram mais 184 veículos adquiridos com recursos do Governo do Estado e da SEAD/Casa Civil. Ainda neste primeiro grupo de questões, percebe-se a disponibilidade satisfatória de recursos audiovisuais para o trabalho e das acomodações, materiais e insumos necessários aos escritórios. Os resultados menos favoráveis foram os relativos as acomodações dos ESLOCs,

⁵⁴ Fonte: http://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=novosite_pagina_interna&id=19113

⁵⁵ Fonte: <http://www.sistemafaemg.org.br/Noticia.aspx?Code=13262&ParentCode=139&ParentPath=None&ContentVersion=R&show=all>

onde 28% dos respondentes manifestaram algum grau de insatisfação. Essas acomodações são garantidas pelas prefeituras, como sua contrapartida nos convênios.

O segundo grupo de questões está relacionado aos recursos humanos. A questão 5 se refere à disponibilidade de servidores administrativos nos ESLOCs, contrapartida das prefeituras nos convênios. O grau de concordância e satisfação para este item foi maior do que em relação à disponibilidade de profissionais de ATER (questão 6), contratados pela EMATER, o que pode ser confirmado pela $M_d = 4$ e $M_0 = 5$ para os administrativos e $M_d = 2$ e $M_0 = 1$ para a disponibilidade de extensionistas. No primeiro caso, 76% manifestaram considerar adequado o quantitativo. No segundo, apenas 44%, com 52% dos respondentes afirmaram não ser adequado. Desde o último concurso público, em 2005, a empresa perdeu 480 (quatrocentos e oitenta) profissionais em seus 796 (setecentos e noventa e seis) ESLOCs distribuídos pelo estado⁵⁶. Na questão 7, 48% dos profissionais concordam parcialmente com a adequação da remuneração pelo trabalho e 12% concordam totalmente, contra 20% que discordam parcialmente e 12% que discordam totalmente. Por ser uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, os servidores da EMATER-MG são celetistas. Nos acordos coletivos de trabalho ou dissídios trabalhistas, os profissionais são representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (SINTER-MG). Em dezembro de 2017, o Governador Pimentel sancionou a Lei 22.807, aprovada pela ALMG, cujo Art. 3º convalidou o Plano de Cargos e Salários da EMATER-MG, aprovado por seu Conselho de Política de Pessoal em 10 de fevereiro de 1987, assegurando aos servidores ativos e inativos que ocupam ou ocupavam cargos na EMATER na data da publicação da lei a observância das normas celetistas e coletivas de trabalho vigentes⁵⁷. Contudo, a aprovação da referida lei não trouxe reajustes salariais, servindo exclusivamente para aumentar a segurança jurídica através da ratificação de uma situação já existente.

As questões 8 e 9 fazem parte do reduzido grupo de questões associado ao financiamento das atividades e, por este motivo, estão diretamente relacionadas. Em ambos os casos, M_d e $M_0 = 5$, comprovando a concordância da maioria dos respondentes com as assertivas. Na questão 8, 64% e 32%, concordam total e parcialmente, respectivamente, que os recursos financeiros destinados aos ESLOCs são suficientes para custear as atividades. Este custeio refere-se à combustível, energia elétrica, água, material de escritório *etc.* e geralmente faz parte da contrapartida das prefeituras. Porém, quando indagados sobre o êxito do convênio com as

⁵⁶ Fonte: http://www.emater.mg.gov.br/portal.do?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=21951#.XPZjM497nIV

⁵⁷ Fonte: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2017&n=4851&t=PL&aba=js_tabVisao

prefeituras (questão 9), o grau de concordância também é elevado, porém um pouco menor, com 52% concordando totalmente e 20% concordando parcialmente. Isso se deve ao fato de que as contrapartidas não se limitam ao custeio e, por se tratarem de extensionistas presentes em 24 (vinte e quatro) municípios, cada qual com uma administração própria, depreende-se que em cada uma delas os gestores locais dedicam diferentes níveis de prioridade, conforme as condições subjetivas, das preferências, e objetivas, da realidade concreta. E ambas também são submetidas, como todas as outras questões, a subjetividade da análise do respondente.

O quarto grupo está associado a dimensão da rotina de trabalho e da cultura institucional, englobando as questões 10 a 15. A questão 10 assume relevância especial para o contexto da pesquisa, na medida em que frente a defasagem do quadro de profissionais da UREGI, as demandas administrativas e burocráticas ocupam grande parcela do turno de trabalho dos extensionistas, diminuindo significativamente o tempo destinado ao encontro com as famílias e comunidades em seus habitats. Concordam totalmente com esta afirmação 40%, e parcialmente, o mesmo quantitativo de respondentes. A EMATER-MG, como agência de desenvolvimento rural, interfere diretamente nas dinâmicas de um vasto portfólio de políticas públicas federais e estaduais no meio rural, entre elas, PRONAF, PAA, PNAE; além de programas e ações voltados para a agroecologia, juventude rural e sucessão na agricultura familiar, inclusão produtiva e erradicação da pobreza, segurança hídrica, sustentabilidade ambiental e cadeias produtivas. Em grande parte, e sem prejuízo de muitos outros possíveis, são os extensionistas os profissionais responsáveis pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), necessária para a elegibilidade dos agricultores às políticas federais e a elaboração dos projetos executivos para obtenção de crédito de investimento e custeio. Na questão 11, indagou-se sobre as possíveis interferências da rotatividade de profissionais no trabalho desenvolvido pela UREGI, sem especificar se tratava do apoio administrativo, contraparte da prefeitura, ou dos extensionistas concursados. Nas respostas, 28% demonstraram algum grau de discordância, ou seja, atestando a não interferência nos trabalhos; 24% consideram indiferente ou não souberam responder e 48% manifestaram concordância, por terem constatado a interferência da rotatividade sobre o trabalho. Neste caso, há pouco a se falar sobre a rotatividade de extensionistas, uma vez que a investidura no cargo ocorre por meio de concurso público. E o último com provimento, como já afirmado outras vezes, aconteceu em 2005. Os que aposentaram, pediram desligamento, foram exonerados ou vieram a óbito após esse período não geraram novas vagas. Entretanto, os ESLOCs sem EAGRO são supridos por profissionais de outros municípios. Além disso, a EMATER-MG possibilita a mobilidade interna através de promoções para os cargos de livre provimento e por transferência.

As questões 12 a 15 tratam da frequência de reuniões, das relações interpessoais, da motivação e satisfação com o trabalho e do empenho da equipe na melhoria dos métodos de trabalho, respectivamente. O maior grau de concordância foi obtido na questão 13, referente ao relacionamento interpessoal entre os profissionais, com M_d e $M_0=5$, e concordância total de 68% dos respondentes e parcial de outros 28%. Colaboram para o ambiente harmonioso os próprios valores da profissão, voltados para a comunhão e ascensão social do próximo, proporcionando assim o encontro de sujeitos cointencionados. Por outro lado, a frequência de reuniões entre os extensionistas da UREGI (questão 12) representa o pior resultado desta série, com apenas 4% concordando totalmente com a afirmação de que elas ocorrem constantemente e 44% parcialmente. Isso se deve, segundo os dados obtidos na entrevista com o Gerente da UREGI, Willem José de Araújo, à falta de recursos financeiros para os deslocamentos. Quanto a motivação da equipe para o trabalho, 76% indicaram algum grau de concordância com a assertiva e 92% evidenciaram a preocupação constante com a melhoria dos métodos de trabalho, destes, 48% manifestaram concordância total. A motivação e a busca pela superação são resultantes dos esforços empreendidos, desde a época da ACAR-MG⁵⁸, para a construção de uma sólida cultura institucional.

De modo geral, apesar da grave crise financeira que assola Minas Gerais desde 2014, pode-se afirmar que a UREGI Guaxupé da EMATER-MG, não apenas pela percepção subjetiva dos seus extensionistas, mas pela realidade concreta, apresenta infraestrutura adequada, os convênios com as prefeituras funcionam adequadamente e é um bom ambiente organizacional. A defasagem no quadro de recursos humanos representa, hoje, relativamente ao aparato e a cultura institucional, o maior óbice para o êxito dos processos pedagógicos comunicacionais da PNATER, pois são máculas para que estes inicialmente se estabeleçam.

5.1.3. A PNATER e o PRONATER

Esta dimensão do questionário está intimamente ligada às opiniões e ao conhecimento dos respondentes sobre a PNATER e o PRONATER. É a parte que busca analisar a importância, a compreensão e o alcance da política e do programa para o cotidiano daqueles que estão diretamente envolvidos em sua implementação. A síntese das respostas encontra-se na Tabela 12.

⁵⁸ Em Silva e Lima (1984) encontramos diversos relatos dos pioneiros da ACAR, muito deles em tom de nostalgia, sobre o excelente ambiente organizacional e a devoção dos extensionistas para o trabalho.

Tabela 12. Síntese dos resultados da dimensão “PNATER/PRONATER”

Questões	M _d	M ₀	FABS (F %)				
			1	2	3	4	5
16. Conheço a PNATER e o PRONATER satisfatoriamente.	4	4	0(0%)	4(16%)	5(20%)	12(48%)	4(16%)
17. Recebi formação inicial e/ou continuada baseada nos princípios da PNATER/PRONATER.	4	4	1(4%)	3(12%)	6(24%)	13(52%)	2(8%)
18. A PNATER estabelece a direção para o desenvolvimento do meu trabalho.	4	4	0(0%)	4(16%)	5(20%)	14(56%)	2(8%)
19. Eu participo ativamente da implementação da PNATER.	4	4	4(16%)	2(8%)	4(16%)	13(52%)	2(8%)
20. As estratégias previstas na PNATER e no PRONATER no que tange as metodologias participativas são fundamentais para que a UREGI possa cumprir sua missão institucional.	4	4	0(0%)	1(4%)	5(20%)	12(48%)	7(28%)
21. A PNATER desempenha papel estratégico no desenvolvimento rural sustentável.	4	4	0(0%)	3(12%)	4(16%)	12(48%)	6(24%)
22. A PNATER produziu uma nova concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural na UREGI e em meu escritório local, especialmente nos processos comunicacionais estabelecidos entre os extensionistas e público alvo.	4	4	1(4%)	4(16%)	2(8%)	15(60%)	3(12%)
23. As diretrizes, objetivos e subprogramas do PRONATER são conhecidos pelos extensionistas da minha UREGI.	3	3	2(8%)	2(8%)	10(40%)	8(32%)	3(12%)
24. Considero a PNATER uma excelente política para a extensão rural brasileira.	4	4	0(0%)	4(16%)	2(8%)	15(60%)	4(16%)
25. Em minha UREGI, a PNATER está contribuindo decisivamente para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.	4	4	0(0%)	5(20%)	7(28%)	9(36%)	4(16%)

Fonte: Elaborado pelo autor

As afirmações presentes nesta dimensão do questionário podem ser divididas em dois grupos, em cada qual, as respostas serão analisadas por suas interconexões. O primeiro deles compreende as questões 16, 17, 19, 23 e 24; que tratam da importância e compreensão da política e do programa para os extensionistas. O segundo grupo, composto pelas questões 18, 20, 21, 22 e 25; versa sobre o alcance da política, na perspectiva dos respondentes. Em nenhum dos casos houve predominância de respostas concordando totalmente com as assertivas apresentadas. As respostas ficaram situadas, em maior frequência, no nível de concordância parcial (M_d e $M_0=4$), com exceção da questão 23 (M_d e $M_0=3$), localizada no nível de indiferença ou desconhecimento.

No primeiro grupo, 16% dos respondentes manifestaram o grau maior de concordância para a afirmação “conheço a PNATER e o PRONATER satisfatoriamente” (questão 16), 48% concordância parcial, 20% indiferença e 16% discordância parcial. Na questão 17, 60% declararam ter recebido formação inicial e/ou continuada nos princípios do PNATER/PRONATER, entre os quais, 52% manifestaram concordância parcial. Outros 24% manifestaram indiferença ou desconhecimento e 16% algum grau de discordância. Na questão 19, onde os extensionistas foram instados a confirmar sua participação na implementação da PNATER, 60% assim consideraram, destes, 52% parcialmente. Quando questionados sobre a percepção sobre o conhecimento das diretrizes, objetivos e subprogramas do PRONATER pelo coletivo de extensionistas (questão 23), 44% manifestaram concordância e outros 56% discordância, indiferença ou desconhecimento. Por fim, 76% concordam total ou parcialmente que a PNATER é uma excelente política para a extensão rural brasileira (questão 24).

A frequência das respostas que consideram a PNATER uma excelente política é maior do que aqueles que declaram a conhecer satisfatoriamente, que por sua vez, é maior do que o percentual de respondentes que afirmaram trabalhar em sua implementação. No último caso, é fato objetivo que todos trabalharam na implementação, haja vista que a MEXPAR, como guia metodológico da ação dos extensionistas da EMATER-MG, foi uma construção coletiva cujos princípios e diretrizes se alinham com a PNATER, e pela qual, diversas evidências empíricas coletadas nesta pesquisa corroboram para o entendimento de que não aconteceu compulsoriamente em prol da captação de recursos, mas principalmente atendendo as demandas de atores estaduais, que também militaram por sua construção. Por conseguinte, o êxito ou o insucesso da implementação, onde o processo comunicacional assume centralidade, estão mais relacionados a intensidade da ressignificação e interiorização frente aos referenciais teóricos e da metodologia prevista na MEXPAR, que podem ser obstaculizados pela introjeção das formulações pretéritas e do sistema de valores dos opressores, do que pela simples

autodeclaração de concordância parcial, neutralidade, desconhecimento ou discordância sobre o fato de terem trabalhado ou não em sua implementação ou de a conhecerem satisfatoriamente. Entretanto, há de se perseguir as razões para parte dos extensionistas manifestarem desconhecimento sobre os postulados na PNATER e do PRONATER. Uma resposta possível para esta indagação reside no retorno dos respondentes para a questão 17, onde 60% indicaram terem recebido formação inicial ou continuada nos princípios da PNATER, ao mesmo tempo em que 92% dos respondentes concordaram em algum grau com a afirmação de que receberam capacitação nos princípios da MEXPAR, como será apresentado na questão 26 da próxima dimensão da entrevista. Tal condição permite afirmar que parte considerável dos extensionistas não vinculam a segunda a primeira. E ao desconhecerem a PNATER, avaliam que seus colegas a desconhecem ainda mais, na medida em que, quando questionados sobre sua percepção sobre o conhecimento da equipe sobre as diretrizes, objetivos e subprogramas do PRONATER, o percentual de concordância foi significativamente mais baixo. O menor conhecimento da PNATER, ou a não vinculação do MEXPAR à PNATER, pode ser reflexo da mudança de rumos experimentada pela política a partir de 2010, quando se estabeleceu o sistema de chamadas públicas, inclusive para as entidades estaduais e também pela descontinuidade da formação de agentes pelo MDA e, mais tarde, pela SEAD, resultantes da mudança de equipe gestora da política, demora da implementação da ANATER e das limitações orçamentárias. Neste último caso, é preciso destacar que a baixa participação no financiamento das ATERs pela PNATER restringiu a capacidade de influência do governo federal na definição das prioridades de ação para a ATER nos estados. Como agravante, nos estados em que as ATERs possuem convênios com os municípios, como é o caso da EMATER-MG, a autonomia de trabalho dos técnicos é ainda mais prejudicada, visto que muitos prefeitos acabam interferindo na definição das prioridades de ação, transformando a prestação dos serviços de ATER em moeda de troca com as suas clientelas políticas (DA ROS, 2012b).

O segundo grupo de questões, voltadas a análise do alcance da política na perspectiva dos extensionistas, apresenta resultados semelhantes ao primeiro, com maior frequência de respostas ao nível da concordância parcial. Os menores níveis de assentimento decorreram das questões 25, quando apenas 52% (36% parcialmente) dos extensionistas concordaram sobre a contribuição da PNATER à promoção do desenvolvimento rural sustentável e 18, quando 64% consentiram com a afirmação que a PNATER estabelece a direção para o seu trabalho, destes, 56% em concordância parcial. O maior nível de concordância deriva da questão 20, onde 76% manifestaram algum grau de concordância acerca da afirmação em que as estratégias previstas na política e no programa são fundamentais para a UREGI cumprir sua missão institucional,

seguidos pelas questões 21 e 22, relacionadas ao papel estratégico desempenhado pela PNATER em prol do desenvolvimento sustentável e a nova concepção desencadeada por efeito da política no processo comunicacional, respectivamente. Em ambos os casos, 72% dos respondentes assentiram com algum grau de concordância, sendo que no primeiro, 24% total e 48% parcial; e, no segundo, 12% total e 60% parcial.

As questões 21 e 25 tratam do objetivo geral da PNATER e das políticas públicas de ATER em geral, o desenvolvimento rural sustentável. Malgrado os embates também deflagrados acerca do seu campo associativo e dentro da sua constelação semântica, como já assentado no Capítulo 3 desta Tese, a MEXPAR deixa claro sua opção pela noção holística, contemplando os vieses social, econômico, ambiental, cultural e político. Na questão 21, indagou-se sobre o êxito da PNATER no alcance do objetivo sem delimitar um contorno geográfico e na questão 25, para o caso específico da UREGI. E os respondentes foram mais otimistas com o todo do que com a parte que lhes pertence, talvez por legitimarem o referencial global da política vis-à-vis sua percepção local do alcance e da realidade. A frequência da concordância parcial, também predominante nas assertivas 18, 20 e 22, nos leva a mesma percepção de que a visibilidade da política diminuiu com o tempo, fruto dos mesmos processos que repercutiram no grupo anterior de questões dessa dimensão.

5.1.4. MEXPAR

Nesta parte do questionário, os extensionistas manifestaram suas opiniões sobre o guia metodológico das suas ações, a MEXPAR. De maneira análoga as dimensões anteriores, as questões foram divididas em grupos para análise. As questões 26 e 27 fazem parte do primeiro grupo, referente a proximidade e relevância da MEXPAR para o respondente. O segundo grupo, composto pelas questões 28 a 31, trata do processo metodológico, com maior enfoque na organização da ação e gestão social, por meio do CMDRS. O terceiro e último grupo abrange as questões 32 a 35, relacionado aos referenciais teóricos. A Tabela 13 apresenta a síntese dos resultados:

Tabela 13. Síntese dos resultados da dimensão “MEXPAR”

Questões	M _d	M ₀	FABS (F%)				
			1	2	3	4	5
26. Recebi formação inicial e/ou continuada baseada nos princípios da MEXPAR.	5	5	0(0%)	0(0%)	2(8%)	9(36%)	14(56%)
27. A MEXPAR estabelece a direção para o desenvolvimento do meu trabalho.	4	4	0(0%)	1(4%)	2(8%)	15(60%)	7(28%)
28. Em minha atuação comunitária, emprego constantemente os três momentos da metodologia MEXPAR: conhecimento da realidade, organização da ação e gestão social e execução da ação e acompanhamento.	4	4	0(0%)	1(4%)	2(8%)	15(60%)	7(28%)
29. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do município em que atuo funciona satisfatoriamente.	2	1	9(36%)	4(16%)	4(16%)	5(20%)	3(12%)
30. Participo ativamente do CMDRS.	3	5	7(28%)	5(20%)	3(12%)	3(12%)	7(28%)
31. Os representantes dos agricultores participam ativamente do CMDRS.	3	1	8(32%)	4(16%)	5(20%)	4(16%)	4(16%)
32. Considero importante a teoria da epistemologia genética de Jean Piaget em minha prática pedagógica.	4	4	0(0%)	1(4%)	9(36%)	10(40%)	5(20%)
33. Emprego o método pedagógico de Paulo Freire em minha prática profissional.	4	4	0(0%)	3(12%)	6(24%)	10(40%)	6(24%)
34. Emprego a didática do “aprender a aprender” de Pedro Demo em minha prática pedagógica.	4	4	0(0%)	1(4%)	6(24%)	10(40%)	8(32%)
35. Considero a abordagem da MEXPAR eficaz para cumprir seus objetivos metodológicos, fundamentados nos princípios da participação, dialogicidade e troca de saberes, do planejamento participativo e da gestão social.	4	4	0(0%)	0(0%)	0(0%)	13(52%)	12(48%)

Fonte: Elaborado pelo autor

No primeiro grupo, temos que 92% dos extensionistas reportaram ter recebido formação inicial e/ou continuada baseada nos princípios da MEXPAR, contra 60% que fizeram a mesma afirmação quanto a PNATER, como já relatado na dimensão anterior. Do total desses 92%, 56% concordam totalmente e 36% parcialmente. A concordância parcial pode ser creditada as percepções individuais sobre a validade e frequência dos processos formativos. E ainda dois extensionistas (8%) declararam indiferença ou desconhecimento, algo muito pouco provável para o contexto em que se encontram. Dados da entrevista com o Gerente Regional, Willem Araújo, confirmam que todos os extensionistas da UREGI, inclusive os que ingressaram na EMATER antes da formulação da MEXPAR, receberam formação inicial e continuada baseada em seus princípios. O último ciclo formativo, bem frequentes até esta época, ocorreu entre os anos de 2013 e 2015. As respostas dos dois profissionais, como todas as outras que foram submetidas, podem ser creditadas aos problemas inerentes ao questionários como método de coleta de dados, entre eles, a falta de respostas conscienciosas, pois não é possível saber se os inquiridos realmente pensaram na questão antes de responder; erros de interpretação; ou, a incapacidade do instrumento de captar as respostas emocionais ou os sentimentos dos respondentes. Ainda neste grupo de questões, 88% dos profissionais concordaram com a afirmação de que a MEXPAR estabelece a direção para o desenvolvimento do trabalho (questão 27), destes, 60% parcialmente. Ao compararmos com a questão 18 da dimensão anterior, percebemos novamente que a MEXPAR, metodologia decorrente da PNATER, tem maior visibilidade que a política junto aos profissionais.

O segundo grupo de questões trata dos três momentos da MEXPAR (questão 28) e da estruturação (questão 29) e participação do extensionista (questão 30) e dos agricultores (questão 31) nos CMDRS, principal fórum de organização da ação e gestão social, segundo momento da metodologia. Na questão 28, 88% dos respondentes concordaram com a afirmação de que empregam os três momentos da MEXPAR na atuação comunitária, destes 60% parcialmente. Para este caso, é importante enfatizar que o trabalho dos profissionais não segue uma rotina rígida. Em parte do tempo os profissionais promovem a assistência técnica, ações burocráticas ou direcionadas a elegibilidade dos agricultores às políticas públicas no ESLOC; em outra parte, realizam contatos individuais com os agricultores e suas famílias em suas propriedades; e, em outros momentos, atuam junto a comunidade, porém, muitas vezes sem o emprego do roteiro da MEXPAR. Quanto ao funcionamento do CMDRS (questão 29), as respostas foram bem distribuídas entre os níveis de concordância, neutralidade e discordância, com maior frequência dos respondentes reportando o funcionamento não satisfatório do conselho ($M_0=1$). Esta condição reflete o cenário nacional dos CMDRS, corroborada por

diversos estudos. Abramovay (2001) depreende que a esmagadora maioria dos CMDRS foi instituída no Brasil a partir de 1997, em resposta a exigência feita aos municípios para que recebam recursos do PRONAF na linha de infraestrutura e serviços. Grande parte dos conselhos se reúne apenas para elaborar o Plano de Trabalho, por convocação da Prefeitura ou das organizações estaduais de ATER. Segundo o autor, isso pode ser chamado de falha de transferência institucional, um dos grandes óbices da descentralização, pois regras são fáceis de se transferir da esfera federal para a local, porém valores, comportamentos, coesão social e confiança não se transferem facilmente. Ao passo desses problemas de institucionalização dos CMDRS, o percentual de extensionistas que manifestaram algum grau de concordância com a afirmação de que participam ativamente (40%) é menor do que aqueles que discordam (48%). Da mesma forma, 32% concordam com a afirmação de que os representantes dos agricultores participam ativamente, contra 48% que discordam. Se por um lado há precariedade da participação social, convalidada por esta pesquisa, e a submissão aos poderes locais dominantes, visto que a legislação garante 50% das cadeiras aos agricultores nos CMDRS, mas estes são geralmente presididos pelos representantes da prefeitura, que também filtram as ações a serem implementadas; por outro, é unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos apresentam, inclusive para o desenvolvimento da MEXPAR, hoje obstaculizadas pela inércia, fruto do insucesso no compartilhamento e democratização do poder do centro para a periferia, construtos da dimensão política do fundamento político-institucional da descentralização. Neste ponto, há de se ressaltar que, apesar do segundo momento da MEXPAR prever as ações de organização da ação e gestão social no CMDRS com vistas a elaboração do PMDRS, esta tarefa também é exercida junto aos agricultores e suas famílias através das Associações de Produtores das comunidades rurais, fomentadas pela EMATER-MG, algo que já pude constatar em diversas oportunidades através da observação participante.

O terceiro grupo, composto por quatro questões, engloba o emprego dos referenciais teóricos de Piaget (questão 32), Freire (questão 33) e Demo (questão 34) pelos extensionistas e a percepção sobre a importância das abordagens da MEXPAR, fundados sob os princípios da participação, dialogicidade e troca de saberes (questão 35). A didática do aprender a aprender de Demo, baseada no alcance da educação enquanto processo e na participação efetiva da sociedade civil, foi a que obteve o maior percentual de concordância quanto a utilização (72%), seguida de perto pelo método educativo de Freire (64%) e da epistemologia genética de Piaget (60%). Apesar da baixa frequência de discordância, preocupa o percentual de respondentes que optaram pelo nível de indiferença ou desconhecimento, com 24%, 24% e 32%, respectivamente.

Além dos problemas já mencionados decorrentes do uso de questionários para coleta de dados, uma hipótese plausível para explicar este percentual é a opção pelo escore três, como se ele fosse uma gradação intermediária em uma escala intervalar, algo que também pode ter afetado as demais questões. Por fim, 100% dos respondentes manifestaram algum grau de concordância com a assertiva relacionada a eficiência da abordagem da MEXPAR para cumprir seus objetivos metodológicos, destes, 52% indicaram concordância parcial. Tal condição reforça a validade e o alcance das formulações no cotidiano dos profissionais.

5.1.5. Do embate semântico ao desafio da práxis

Nesta dimensão do questionário, os extensionistas manifestaram suas opiniões sobre 10 (dez) afirmações pertinentes à metodologia e ao processo comunicacional em suas atribuições profissionais. Tais afirmações foram distribuídas aleatoriamente, das quais cinco são coerentes com a formulação política da PNATER e da MEXPAR (37, 39, 40, 43 e 44) e cinco são partidárias ao legado das políticas prévias (36, 38, 41, 42 e 45). sem que os extensionistas fossem avisados a este respeito. A Tabela 14 apresenta a síntese das respostas.

Tabela 14. Síntese dos resultados da dimensão “do embate semântico ao desafio da práxis”

Questões	M _d	M ₀	FABS (F%)				
			1	2	3	4	5
36. Minha principal atribuição profissional é levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamentos sobre agricultura, pecuária e/ou economia doméstica, visando modificar seus hábitos e atitudes de família.	4	4	3(12%)	2(8%)	2(8%)	11(44%)	7(28%)
37. Em minha prática profissional, dedico momentos para o ensino e aprendizagem do conhecimento já existente e para trabalhar a produção do conhecimento ainda não existente.	4	4	0(0%)	0(0%)	0(0%)	13(52%)	12(48%)
38. Minhas atribuições estão distribuídas entre os aspectos técnico, econômico e social, com o objetivo de obter maior produção e produtividade, consecutivamente aumentando a renda e melhorando seu nível de vida.	4	4	0(0%)	0(0%)	1(4%)	14(56%)	10(40%)

39. Em minhas atribuições é importante criar condições para a elaboração coletiva de um resgate histórico-social da comunidade e debater as condições de vida com relação aos diversos elementos: saúde, educação, produção, comercialização, cultura, lazer, meio ambiente, infraestrutura, organização, e sobre as atividades não agrícolas.	4	5	0(0%)	2(8%)	1(4%)	10(40%)	12(48%)
40. Conhecer é atuar transformando e a construção do conhecimento sempre parte de um problema. Assim, minhas ações buscam promover uma relação inseparável com o agricultor e sua família, sem protagonismos, onde ambos ensinam e aprendem.	4	4	0(0%)	0(0%)	2(8%)	12(48%)	11(44%)
41. As técnicas empregadas em meu trabalho devem ser precisas para atender aos problemas da comunidade.	4	5	0(0%)	1(4%)	2(8%)	11(44%)	11(44%)
42. O conhecimento da realidade consiste em um diagnóstico social e técnico que compreende a análise de dados científicos, elaboração de um plano de ação e posteriormente a avaliação e validação deste planejamento com a comunidade, informando-a sobre o processo com detalhes para que possam executá-lo.	4	5	1(4%)	1(4%)	2(8%)	9(36%)	12(48%)
43. O conhecimento da realidade é o momento de aproximação, estabelecimento de relações afetivas e troca de informações pessoais e com o ambiente.	5	5	0(0%)	0(0%)	0(0%)	7(28%)	18(72%)
44. A organização da ação e gestão social é o exercício coletivo do planejamento. O ponto de partida são as informações resgatadas na elaboração do diagnóstico participativo.	5	5	0(0%)	0(0%)	0(0%)	10(40%)	15(60%)
45. A execução da ação e acompanhamento compreende o processo de capacitação dos agricultores. Por isso, deve buscar uma abordagem metodológica satisfatória para que as novas técnicas introduzidas sejam aprendidas e adotadas pela maioria.	4	5	0(0%)	1(4%)	1(4%)	11(44%)	12(48%)

Fonte: Elaborado pelo autor

Inicialmente cabe destacar, tomando por base o referencial teórico da MEXPAR expandido nesta Tese, os acertos e as impropriedades que validam ou não as afirmações presentes nesta dimensão do questionário. Todas as questões foram elaboradas de modo a considerar o vocabulário corrente nas versões da MEXPAR e das formulações que contrariam seus princípios.

As questões 37, 39, 40, 43 e 44 seguem os princípios da MEXPAR e dos autores que a sustentam.

A afirmação presente na questão 37, *“em minha prática profissional, dedico momentos para o ensino e aprendizagem do conhecimento já existente e para trabalhar a produção do conhecimento ainda não existente”*; e na questão 40 *“conhecer é atuar transformando e a construção do conhecimento sempre parte de um problema [...]”* refletem a essência do ciclo gnosiológico de Paulo Freire, também discutida na principal publicação dedicada pelo autor ao universo da política em tela, *“Extensão ou comunicação?”* (FREIRE, 2006). Para o autor, o ciclo gnosiológico é o movimento que se dá entre o educador e o aprendiz, através da mutualidade inseparável entre o educador e o educando no ensinar e no aprender. Algo que o autor denominava do-discência, marca indelével de alguns de seus livros.

As assertivas 39, 43 e 44 foram compiladas da MEXPAR, sendo que as duas primeiras correspondem ao primeiro momento do processo metodológico, previsto para o conhecimento da realidade. Assim, são válidas as formulações, por considerarem o resgate histórico-social que ultrapassa a esfera produtiva e também contemplar outras dimensões da condição de vida das pessoas e da comunidade; e por considerar, no diagnóstico, a aproximação, o estabelecimento de relações afetivas e a troca de informações pessoais e com o ambiente. A questão 44 aborda corretamente a tônica participativa do segundo momento da metodologia e sua interconexão com o primeiro momento.

As questões 36, 38, 41, 42 e 45 antagonizam com os princípios e diretrizes da MEXPAR e se aproximam das formulações pretéritas e do seu vocabulário corrente.

As afirmações 36, 38 e 41, *“minha principal atribuição profissional é levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamentos sobre agricultura, pecuária e/ou economia doméstica, visando modificar seus hábitos e atitudes de família”*, *“minhas atribuições estão distribuídas entre os aspectos técnico, econômico e social, com o objetivo de obter maior produção e produtividade, consecutivamente aumentando a renda e melhorando seu nível de vida”* e *“as técnicas empregadas em meu trabalho devem ser precisas para atender aos problemas da comunidade”*, vão de encontro com os postulados da teoria antidialógica da ação, através da justaposição dos quatro elementos empregados para garantir a dominação:

conquista, dividir para manter a opressão, manipulação e invasão cultural; apresentados por Freire em “*Pedagogia do Oprimido*” (FREIRE, 1987). Simultaneamente, as três assertivas corroboram com a definição de extensão rural da ABCAR (1966 *apud* QUEDA, 1991) apresentada na introdução desta Tese, formulada no auge do difusionismo-produtivista. No primeiro caso, o emprego do verbo “levar” se alicerça no paradigma informacional, na separação de polo emissor e receptor. Levar é verbo bitransitivo, ou seja, utilizado com um objeto direto e outro indireto, concomitantemente, significando transportar (alguma coisa) a (determinado lugar). Portanto, da análise do campo associativo da afirmação, depreende-se que a mesma só faz sentido no “paradigma da ponte”, onde o extensionista é o profissional encarregado de “transportar” o conhecimento do centro de pesquisa para o agricultor. O emprego dessa forma, além de antidialógico; também é anti epistemológico, na medida em que tanto para o extensionista como para o agricultor o conhecimento é algo inerte e imutável; e antidialético, pois parte da história como uma determinação, não como possibilidade. Ainda sobre esta afirmação do questionário, encontramos sua real finalidade na sentença “*visando modificar seus hábitos e atitudes de família*”. Tal condição também deve ser repudiada, a julgar pela elevada carga de invasão cultural, expressa no total desprezo ao espaço histórico-cultural dos agricultores e na inequívoca tentativa de substituir sua visão de mundo, hábitos e costumes pelo pacote cultural e comportamental da minoria dominante. No mesmo sentido antidialógico encontra-se a afirmação 41 do questionário, pois parte da mesma lógica informacional ao exigir precisão técnica para o extensionista atender aos problemas da comunidade. Na lógica dos sujeitos com outros sujeitos mediatizados pelo mundo, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si” (FREIRE, 1987, p. 39). Portanto, o problema da assertiva não reside na precisão técnica em si, mas na lógica do “atender aos problemas” como prerrogativa do profissional e não pelo encontro de sujeitos cointencionados. Por sua vez, a afirmação 38 parte da lógica economicista de desenvolvimento, ao subordinar a melhoria da qualidade de vida exclusivamente ao aumento da produção e da produtividade. Esta afirmação parte do ideário da modernização conservadora, que lhe rendeu a qualificação de “difusionista” e “produtivista”. É elementar que o aumento da produção e da produtividade agropecuária devem ser perseguidos pelos sujeitos da ação. Entretanto, quando se condiciona a melhoria da qualidade de vida à esfera produtiva, este passa a ser o objetivo maior a ser conquistado, e por conseguinte, torna-se mais oportuno ao agricultor o planejamento vertical descendente, quando o diagnóstico, a eleição de prioridades e as decisões sobre o que fazer competem exclusivamente ao extensionista, neste caso, o ser dotado da razão científica. Como ocorreu ao longo da história, do humanismo crítico ao difusionismo-produtivista, é bem provável nesse

cenário o aumento da renda do produtor. O preço a se pagar é a dependência deste ente externo, propagandeador das virtudes dos pacotes tecnológicos e que se provou capaz de obter resultados econômico-financeiros. Nesta lógica, as pessoas tendem a se individualizar, substituindo a lógica da participação pela competição e a possibilidade de transformar o mundo pelo desejo de transformar a própria vida e da sua família. Em prol dos melhores resultados, pouco importa, ou se cria uma retórica adaptada para dizer que importa, os impactos da sua ação sobre o meio ambiente ou as outras pessoas.

As questões 42 e 45 reportam erroneamente a descrição do primeiro e do segundo momento da MEXPAR, respectivamente. Se as três questões anteriores permitem, de certa forma, equívocos semânticos de interpretação, resultantes de um processo imaturo de ressignificação e internalização de saberes, as duas que se discute agora pertencem ao guia metodológico de ação dos extensionistas. Na afirmação 42, o erro reside em detalhar o processo diagnóstico como algo que deve ser submetido pronto e acabado para a comunidade. E esta, por sua vez, deverá apenas avaliar e validar aquilo que será informado em detalhes pelo extensionista. Ao contrário, a MEXPAR prevê para este momento a elaboração coletiva do resgate histórico-social da comunidade, onde o extensionista cumpre a importante função de moderador/facilitador do processo. A assertiva 45 parte de um erro crasso que também remete a teoria antidialógica e seus elementos, principalmente a invasão cultural, haja vista que parte do pressuposto da persuasão para o uso das técnicas.

Na análise dos resultados desta dimensão do questionário, percebe-se um elevado grau de concordância para todas as informações, indistintamente, com variabilidade estatística pouco significativa. Em todas as questões M_d e M_0 ficaram entre 4 e 5. As três questões com maior frequência de concordância (100%), foram as questões 37, 43 e 44. Destas, 48% concordaram totalmente com a primeira, 72% com a segunda e 60% com a terceira. Todas elas estão em sintonia com a MEXPAR e com os princípios e diretrizes da PNATER. As outras duas questões alusivas aos mesmos pressupostos também apresentaram elevada frequência de concordância. A questão 39 obteve 88% de concordância (48% total) e a 40 recebeu 92%, destes, 48% concordaram totalmente. Entretanto, as questões antagonistas 36, 38, 41, 42 e 45, receberam 72% (28% total), 96% (40% total), 88% (44% total), 84% (48% total) e 92% (48% total), respectivamente, de concordância. Por um lado, é possível observar um melhor desempenho das questões consentâneas em relação as antagonistas. Por outro, a elevada frequência de assentimento às questões antagonistas é algo bastante preocupante. Nesse sentido, operou-se a sistematização dos dados para tentar identificar grupos em que a distinção ficasse mais ou menos clara. Por ser reduzida a população inquirida, a distinção por sexo ou escolaridade ficou

estatisticamente prejudicada, apesar das respostas caminharem na mesma direção do assentimento irrestrito. No primeiro caso, são apenas 3 (três) extensionistas do sexo feminino, para 22 (vinte e dois) do sexo masculino. No segundo, também apenas 3 (três) profissionais não fizeram curso superior. O recorte por ano de ingresso na EMATER-MG, apresentado na Tabela 15, permite visualizar através da M_d e da M_0 que o grau de concordância com as afirmações consentâneas (sem preenchimento) e antagonistas (preenchidas em tom de cinza) também é pouco variável. Neste caso, 15 (quinze) extensionistas ingressaram na EMATER-MG antes de 2004, ano do último concurso com provimento e utilizavam técnicas como “ferramentas” dissociadas de um guia metodológico, conforme dados da entrevista com o Gerente Regional da UREGI Guaxupé, Willem José de Araújo. Outros 10 (dez) profissionais ingressaram após 2004, ano em que a MEXPAR já era idealizada sob a insígnia da PNATER.

Tabela 15. Síntese dos resultados da dimensão “do embate semântico ao desafio da práxis” (por ano de ingresso na EMATER-MG)

Questões	População		Ingressantes antes de 2004		Ingressantes após 2004	
	M_d	M_0	M_d	M_0	M_d	M_0
36	4	4	4	4	4	4
37	4	4	5	5	4	4
38	4	4	4	4	5	5
39	4	5	5	5	4	4
40	4	4	4	4	5	4
41	4	5	4	4	5	5
42	4	5	5	5	4	4
43	5	5	5	5	5	5
44	5	5	5	5	5	5
45	4	5	4	4	5	5

Fonte: Elaborado pelo autor

Percebe-se então que a pouca variabilidade de concordância às respostas consentâneas ou antagonistas independem de grupo. A próxima seção deste capítulo, dedicada a análise das entrevistas com os gestores de todos os níveis do sistema descentralizado de ATER, retomará esta questão. Entretanto, o legado das políticas prévias; o interregno na implementação da política, fruto da mudança de rumos entre as duas versões da PNATER, da morosidade de implementação da ANATER e das restrições orçamentárias frente a grave crise financeira; que resultaram na descontinuidade dos processos formativos no âmbito federal e local e na percepção reduzida do alcance da política nacional sob o fazer local, são razões muito fortes para explicar a imaturidade dos processos de ressignificação e interiorização de saberes. A inversão ou mudança de paradigmas é um processo lento e gradual que demanda constante

reflexão para a ação e ação refletida, viabilizados por momentos coletivos de formação inicial e continuada.

5.1.6. Técnicas MEXPAR

A última dimensão do questionário foi elaborada para captar dos respondentes o grau de utilização das 20 (vinte) técnicas previstas na MEXPAR, conforme a escala da Tabela 16.

Tabela 16. Níveis de utilização das técnicas previstas na MEXPAR

Utilizo frequentemente	Utilizo ocasionalmente	Não utilizo	Não conheço a técnica ou não lembro
1	2	3	4

Fonte: elaborada pelo autor.

Para a análise da seleção das técnicas pelos respondentes, retoma-se a classificação apresentada no Capítulo anterior desta Tese, especialmente no referente ao uso e a dialogicidade potencial. Quanto ao uso, entre as técnicas previstas na MEXPAR, são tipicamente complexas, ou seja, preveem a combinação de técnicas, o diagnóstico participativo por campo, as oficinas e as semanas especiais. Todas as demais são simples. Quanto à segunda classificação, são técnicas potencialmente dialógicas, as três técnicas complexas citadas, o calendário sazonal, diagrama de Venn, eleição de prioridades, hierarquização por frequência, linha do tempo, mapeamento participativo, painel de visualização, reunião problematizadora, tempestade de ideias e unidade de experimentação. São técnicas de dialogicidade potencial relativa: caminhada, caminhada transversal, descoberta técnica e excursão. Por fim, são consideradas técnicas antidialógicas: dia de campo, entrevistas estruturadas e entrevistas semiestruturadas.

Como também assentado no Capítulo anterior, a classificação das técnicas não permite depreender sua validade, a julgar pelo fato de que todas cumprem papéis importantes no processo metodológico. Do mesmo modo, os formuladores da MEXPAR empreenderam esforços significativos para mitigar o legado antidialógico das técnicas como o dia de campo, ao prever momentos de sistematização coletiva. Portanto, o objetivo desta classificação se resume a permitir a análise da seleção conforme sua complexidade e pertinência enquanto processo de prática social e socialização de ideias e experiências. A Tabela 17 apresenta a síntese das respostas. Considerando M_d e M_o , percebe-se que 4 (quatro) técnicas são utilizadas frequentemente: dia de campo, eleição de prioridades, excursão e oficinas. São utilizadas ocasionalmente: caminhada, descoberta técnica, diagnóstico participativo por campo, hierarquização por frequência, entrevista estruturada, entrevista semiestruturada, linha do

tempo, mapeamento participativo, reunião problematizadora, tempestade de ideias e unidade de experimentação. São técnicas não utilizadas conforme a maior frequência dos respondentes: calendário sazonal, caminhada transversal, diagrama de Venn, painel de visualização e semana especial. Em nenhum dos casos predominou o desconhecimento das técnicas, apesar de terem sido reportados em alguns casos.

Tabela 17. Síntese dos resultados da dimensão “técnicas MEXPAR”

Técnicas	M _d	M ₀	FABS (F%)			
			1	2	3	4
Calendário sazonal	3	3	4(16%)	7(28%)	14(56%)	0(0%)
Caminhada	2	2	7(28%)	10(40%)	8(32%)	0(0%)
Caminhada transversal	3	3	1(4%)	10(40%)	12(48%)	2(8%)
Descoberta técnica	2	2	5(20%)	10(40%)	8(32%)	2(8%)
Dia de campo	1	1	13(52%)	12(48%)	0(0%)	0(0%)
Diagnóstico participativo por campo	2	2	11(44%)	12(48%)	1(4%)	1(4%)
Diagrama de Venn	3	3	1(4%)	7(28%)	14(56%)	3(12%)
Eleição de prioridades	1	1	15(60%)	7(28%)	2(8%)	1(4%)
Hierarquização por frequência	2	2	5(20%)	12(48%)	6(24%)	2(8%)
Entrevista estruturada	2	2	7(28%)	10(40%)	6(24%)	2(8%)
Entrevista semiestruturada	2	2	4(16%)	11(44%)	9(36%)	1(4%)
Excursão	1	1	16(64%)	9(36%)	0(0%)	0(0%)
Linha do tempo	2	2	6(24%)	8(32%)	8(32%)	3(12%)
Mapeamento participativo	2	2	7(28%)	9(36%)	7(28%)	2(8%)
Oficinas	1	1	13(52%)	11(44%)	1(4%)	0(0%)
Painel de visualização	2	3	5(20%)	9(36%)	11(44%)	0(0%)
Reunião problematizadora	2	2	6(24%)	13(52%)	6(24%)	0(0%)
Semana especial	3	3	0(0%)	6(24%)	18(72%)	1(4%)
Tempestade de ideias	2	2	4(16%)	14(56%)	7(28%)	0(0%)
Unidades de experimentação	2	2	9(36%)	14(56%)	2(8%)	0(0%)

Fonte: Elaborado pelo autor

O primeiro grupo, das técnicas utilizadas frequentemente, é bastante representativo. Abrange o dia de campo, no qual 48% dos respondentes declararam utilizar frequentemente e 42% ocasionalmente; a eleição de prioridades (60% e 28%); a excursão (64% e 36%); e as oficinas (52% e 44%). Os dias de campo realizados pela EMATER-MG em geral e não apenas na UREGI Guaxupé, evitam a lógica privada, muito comum nesses eventos, da venda de insumos e serviços. Frequentemente são organizados para apresentar novas tecnologias e orientações técnicas advindas dos centros de pesquisa, em parceria com prefeituras, CMDRS, Sindicato dos Produtores Rurais, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), universidades públicas e Institutos Federais. O seu uso frequente está associado ao enraizamento na cultura institucional e a boa presença de público, apesar do seu limite enquanto prática pedagógica. A eleição de prioridades faz parte do amplo portfólio de técnicas potencialmente dialógicas voltadas ao diagnóstico, previstas para o primeiro momento da MEXPAR. Portanto, o seu uso frequente desabona o não uso das outras técnicas orientadas para mesma finalidade. As excursões, também amplamente utilizadas segundo os respondentes, são comumente desenvolvidas em parceria com as prefeituras, que providenciam o transporte e com os anfitriões públicos ou privados. É uma técnica simples e de dialogicidade potencial relativa, contudo, garantidora de novas experiências significativas. Por fim, para garantir a representatividade das técnicas frequentemente utilizadas segundo os extensionistas, a oficina é uma técnica complexa, de longa duração e alto potencial dialógico, compreendendo um conjunto de estímulos e vivências com alto grau de sistematização e coletividade. Seu uso corrente pelos extensionistas da UREGI também pode ser explicado pela cultura institucional, pois a Coordenação Estadual de Metodologias de ATER da EMATER-MG, segundo dados da entrevista, estimula muito o seu uso.

As técnicas utilizadas ocasionalmente ou não utilizadas, segundo os respondentes, estão bem representadas pelas técnicas voltadas a mesma finalidade no primeiro grupo. As entrevistas estruturadas e semiestruturadas, reportadas como utilizadas ocasionalmente e que não encontram substitutos, são fundamentais ao banco de dados disponível nos ESLOCs que subsidiam as políticas públicas. Contudo, seu uso ocasional pode ser explicado porque esses instrumentos são geralmente utilizados apenas no primeiro contato com os agricultores.

5.2. A PNATER e os gestores

Nesta seção, empreende-se a análise das entrevistas semiestruturadas realizadas com os gestores do sistema descentralizado de ATER, considerando o recorte geográfico da pesquisa.

O Quadro 13 apresenta a esfera, o nome, o cargo e o órgão de cada entrevistado. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente. As nacionais ocorreram em maio, em Brasília - DF; as estaduais em novembro, em Belo Horizonte - MG e a regional em outubro, em Guaxupé-MG, todas no ano de 2018. Na apresentação e análise das opiniões e conhecimento dos gestores, as citações diretas serão acompanhadas do prenome de cada entrevistado.

Quadro 13. Relação de entrevistados na pesquisa e órgãos de origem

Esfera	Entrevistados	Cargo/órgão
Federal	Ricardo Peres Demicheli	Diretor Administrativo da ANATER
	Rodrigo Puccini Venturin	Diretor do DATER/ SAF/SEAD/Casa Civil
Estadual	Glênio Martins de Lima Mariano	Presidente da EMATER-MG e Vice-Presidente da ASBRAER
	Mariza Flores e Ademar Pires	Gerente da Divisão de Programas Especiais e Coordenador Técnico Estadual de Metodologia de Extensão Rural da EMATER-MG
Regional	Willem Guilherme de Araújo	Gerente Regional da UREGI Guaxupé da EMATER-MG

Fonte: elaborado pelo autor.

Para atender aos objetivos deste estudo, esta seção está dividida em tópicos coerentes aos questionamentos levantados em seu início, por sua vez oriundos de dois grupos de hipóteses, cada qual compondo uma subseção: (1) pelo viés do aparato e cultura institucional, fundamentais para que os processos inicialmente se estabeleçam e (2) na perspectiva pedagógica e comunicacional, diretamente pertinentes à práxis dialógica. Enquanto a seção anterior estabeleceu, pela análise dos dados empíricos extraídos do questionário, indicações importantes sobre os mesmos grupos de hipóteses na esfera local; esta seção pretende apresentar, sob o olhar dos gestores e relativamente a competência de cada ente, as interfaces entre a produção intelectual e material da política, nas imediações do embate entre a semântica e a práxis da extensão. Por conseguinte, os dados primários procedentes da entrevista e os secundários, advindos da pesquisa bibliográfica e documental, serão analisados com base nos princípios e diretrizes da PNATER, do PRONATER e do MEXPAR, principalmente em seus referenciais teóricos, e também confrontados com as conclusões extraídas dos questionários submetidos aos extensionistas locais.

Na primeira subseção, denominada “*Sobre as condições exordiais da política*”. investiga-se o êxito da descentralização, dos arranjos institucionais, das convergências intersetoriais, da gestão compartilhada e *accountability*; a disponibilidade de recursos

financeiros, humanos e materiais; e a rotina de trabalho. A segunda, intitulada “Sobre o processo comunicacional, essência da nova pedagogia de ATER”, examina a compreensão das diretrizes comunicacionais pelos gestores e sua percepção sobre a práxis empreendida pelos extensionista; suas opiniões acerca dos efeitos do uso do vocábulo extensão para designar o processo, a instituição e a política; suas concepções sobre a validade dos processos de formação inicial e continuada para a ressignificação de saberes; e as hipóteses dos gestores sobre os óbices à internalização dos princípios da nova pedagogia de ATER e à superação do ethos extensionista e seu forte legado teleológico.

5.2.1. Sobre as condições exordiais da política

São condições exordiais ou preliminares da política de ATER, aquelas necessárias para permitir que as ações inicialmente se estabeleçam. Para que o processo comunicacional se desenvolva conforme os princípios e diretrizes manifestos na PNATER, no PRONATER e na MEXPAR, é necessário, por um lado, que o desenho institucional da política viabilize a desconcentração e delegação de funções; a transferência de poderes; a articulação intersetorial como estratégia orientadora das intervenções; a gestão compartilhada e a responsabilização dos agentes públicos, haja vista que todos os referenciais considerados expressam a horizontalidade na reflexão e ação. Ademais, os paradigmas assentados na nova pedagogia de ATER são diametralmente opostos àqueles empregados durante décadas de institucionalidade. Portanto, a conscientização dos profissionais diretamente envolvidos nas dinâmicas não ocorre compulsoriamente, pela simples determinação de um novo roteiro de trabalho. Exigem esforços de todos os atores e instituições, num processo constante e sempre inacabado de maturação.

Por outro lado, são necessários recursos financeiros, humanos e materiais. Os recursos financeiros da PNATER compreendem as contrapartidas da União para que as entidades públicas e privadas de ATER assumam o compromisso com seus princípios e diretrizes. No caso específico da EMATER-MG e de boa parte de suas congêneres públicas, a política de ATER já existia antes da PNATER, inclusive durante o período do vácuo institucional quando não contava (ou pouco contava) com recursos públicos federais. Portanto, a adesão à política representa o acolhimento das suas premissas, algo que por hipótese pode acontecer de maneira dissimulada, pelas diferenças entre os referenciais políticos dos entes nacional e os subnacionais, quando as unidades federativas aceitam os termos em função dos recursos mas não engendram todos os esforços necessários para sua implementação; ou conflituosa, quando encontra resistências entre parcela dos profissionais responsáveis diretamente pelas dinâmicas. Entre os programas e ações orçamentárias da PNATER no OGU, variáveis ao longo dos anos,

a maior parcela dos recursos foram incorporados diretamente ao orçamento das entidades estaduais para fazer o que já faziam, de outro modo. Outra parte é destinada à formação de gestores e extensionistas, para capital (aquisição de veículos e equipamentos), para a realização de eventos ou ações específicas. Os recursos humanos são fundamentais na medida em que são necessários profissionais de nível técnico e superior de áreas diversas do conhecimento, apesar da supremacia da contratação de Engenheiros Agrônomos e Técnicos em Agropecuária, para atuar junto aos agricultores e suas comunidades. Por sua vez, os recursos materiais, tem parte financiada pelas prefeituras, enquanto contrapartida contratual. Os automóveis indispensáveis para o deslocamento dos profissionais, os recursos audiovisuais utilizados no desenvolvimento das técnicas, entre outros, são de responsabilidade da EMATER-MG.

Quanto ao sistema descentralizado de ATER, é consenso entre os entrevistados de todas as esferas que a diminuição abrupta do orçamento da política iniciada em 2015, fruto da grave crise financeira e a demora para implementação da ANATER foram óbices significativos a implementação da política nos últimos anos. A ANATER, ensaiada desde 2011, com projeto de lei sancionado em 2013 e cujo decreto regulamentador foi editado em 2014, só começou a funcionar em abril de 2016, quando foi firmado o Contrato de Gestão com a União, por meio do MDA. A partir deste contrato, a ANATER iniciou o processo de seleção da equipe técnica, a elaborar os instrumentos legais e a se estruturar e planejar os projetos. Neste interregno, as ações da PNATER foram realizadas pela reduzida equipe do DATER, que também se desdobrava com a tarefa de construir as bases da ANATER. Somada a crise financeira, a crise política teve seu ápice em agosto de 2016, quando foi deferido em instância final o impeachment da Presidenta Rousseff.

Para Rodrigo Puccini Venturin, diretor do DATER nomeado no governo Temer, após a implementação da ANATER, o seu departamento passou a ter três funções: acompanhar os passivos de chamadas públicas herdadas do governo anterior, identificar novas demandas de ATER e preservar os princípios e diretrizes da PNATER. Assim, enquanto o DATER se ocupava com as funções estruturantes, a ANATER assumia a prerrogativa da execução da política.

Para o Diretor Administrativo da ANATER, as funções da agência compreendem:

A ANATER não foge das diretrizes da ATER plena, educativa para o serviço estruturante básico de educação continuada. A principal função da ANATER é estruturar todo sistema de extensão rural nacional, levando recursos em tempo hábil, com propostas de ATER mais longínquas e duradouras que dê tempo pra avaliar a mudança da realidade da família rural nas regiões mais diversas do Brasil e em valores suficientes para cumprir esta realidade (Ricardo).

Ainda segundo o Diretor da ANATER, além da execução da ATER propriamente dita, cabe a agência a formação e qualificação dos agentes de ATER e dos agricultores familiares em tempo hábil e a transferência de tecnologias, sem a previsão de pacotes como na revolução verde, respeitando totalmente os saberes locais, as necessidades conforme a realidade de cada um e as condições de aplicação dessas tecnologias. Percebe-se, na fala do Diretor Administrativo, um ato falho comum, provavelmente inconsciente, de tentar conciliar o roteiro da política com a hegemonia conceitual do seu contexto, a julgar pela expressão “transferência de tecnologias”, mesmo considerando a notória tentativa de suavizar seus efeitos quando acrescenta sua contrariedade aos pacotes da revolução verde e o respeito a diversidade de saberes e necessidades. Transferir tecnologia não faz sentido fora do paradigma da ponte, oriundo do paradigma informacional, que separa o sujeito emissor e receptor.

Em relação às chamadas públicas, instituídas pela Lei Geral de ATER de 2010, todos os entrevistados também foram unânimes sobre suas virtudes, principalmente a facilidade na transferência dos recursos oriunda da dispensa de licitação, que proporcionou agilidade e menores problemas com os órgãos de controle da União. Nenhum deles manifestou qualquer uma das críticas de Caporal (2011), um dos pioneiros da PNATER e que trabalhou no DATER entre 2004 e 2010, apresentadas no Capítulo 2 desta Tese. O Diretor do DATER, Rodrigo Puccini Venturin, explica que no modelo atual, as entidades públicas de ATER elaboram um Plano de Trabalho e são contratadas primeiro que as demais, normalmente sem disputar os editais de chamada pública. O contrato de gestão determina que 60% dos recursos do PNATER são direcionados as entidades públicas e os 40% restantes para as entidades privadas. Quando as entidades públicas não se interessam, naquele estado sai um edital com 100% dos recursos destinados as entidades privadas. Ainda para o Diretor, ficou mais fácil, porque antes era necessário fazer a contratação de cada entidade individualmente, criando um instrumento específico para cada. Com a novidade, o recurso começou a chegar mais rápido, ainda mais porque a rede de ATER estava desprovida de recursos, pois foi praticamente abandonada no governo anterior. Neste último caso, o Diretor se referia ao DATER no governo Rouseff, que já operava por chamadas públicas, mas cujos recursos foram drasticamente reduzidos pela crise econômica oriunda da crise política e, por este motivo, deixou um grande passivo nos editais abertos. Como o departamento continuou sofrendo as mesmas restrições orçamentárias, as ações do DATER e da ANATER, segundo Ricardo Peres Demicheli da ANATER, foram concentradas, até 2018, em cumprir com essas obrigações. O Gerente Regional da UREGI Guaxupé, Willem Guilherme de Araújo, também compreende que as chamadas públicas trouxeram maior agilidade, pois antes os entraves burocráticos na prestação de contas ao MDA

atrasavam a percepção dos resultados da política nos municípios. Além disso, a duração de três anos das chamadas favorecem a previsibilidade e, em decorrência, os efeitos da política. Contudo, ressalva que o aporte de recursos do Governo Federal é pouco significativo, ficando a maior parcela das despesas às expensas dos governos estaduais e municipais. O Presidente da EMATER-MG e Vice-presidente da ASBRAER, Glênio Martins de Lima Mariano, apresentou opinião semelhante quanto ao reduzido aporte. Segundo o gestor, em 2018, 60% dos recursos previstos da EMATER são oriundos do estado; 30% dos municípios, mediante os convênios; 7,5% de Receita Diretamente Arrecadada (RDA), oriundas de contrapartidas do Crédito Rural em virtude dos projetos elaborados pelos extensionistas; e apenas 2,5% são repasses do Governo Federal por meio da PNATER. Lembra que antes de ser Presidente, era conselheiro da EMATER-MG e que nesta época o aporte de recursos federais chegou a representar 10% do orçamento anual da empresa. Por isso defende a proposta da ASBRAER, da qual é Vice-Presidente, de regulamentar a transferência obrigatória de recursos como visão de médio e longo prazo, para proteger a política de ATER do poder discricionário dos gestores de Brasília, pois segundo ele, não é justo que os dois entes federados com a menor capacidade de arrecadação sejam responsáveis por 98% dos recursos do sistema descentralizado de ATER.

Para o Presidente, a EMATER-MG conseguiu sobreviver e se consolidar como a maior empresa de ATER do Brasil em virtude do modelo de convênios com os municípios. As empresas, segundo ele, que não adotaram este caminho ou foram extintas ou viraram departamentos. Neste ponto cabe um reparo à fala do Presidente. Em 2018, a época da entrevista, todos os estados da federação contavam com ATER pública e apenas o estado de Roraima seguia o modelo de departamento, subordinado a uma secretaria estadual. As organizações extintas, sobretudo na década de 1990, foram recriadas, e atualmente estão estabelecidas como empresa, tal qual a EMATER-MG, e outras como autarquias, fundações ou institutos. Algo muito comum frente as dificuldades observadas foi a fusão do órgão de ATER com a pesquisa agropecuária, defesa sanitária, segurança hídrica, entre outros.

Opinião semelhante é compartilhada pelo Gerente Regional da UREGI Guaxupé. Para Willem, o pacto federativo é bastante injusto, inclusive no que tange a política de ATER. Enquanto a Constituição Federal estabelece que o desenvolvimento deve ocorrer nos municípios, a responsabilidade do município passa a ser maior do que a do estado e da União, ao passo que o Governo Federal se responsabiliza apenas com 2% do orçamento do sistema descentralizado de ATER. Cabe um adendo à fala do Gerente. O inciso IV do Art. 187 da Constituição Federal coloca a União como uma das responsáveis na prestação dos serviços de ATER, no rol das políticas agrícolas. Sobre os convênios com as prefeituras, Willem também

concorda com o Presidente da empresa, pois atende, ao mesmo tempo, aos interesses dos estados e municípios. Por um lado, a Prefeitura quer assistência para os produtores, por outro, a EMATER-MG precisa de recursos para desenvolver suas atividades, tendo em vista que os repasses federais diminuíram substancialmente.

Uma característica importante do desenho institucional do sistema descentralizado de ATER reside no fato de quase a metade das organizações estaduais, incluindo a EMATER-MG, assumirem a personalidade jurídica de empresas públicas de direito privado. Ao contrário das autarquias, cujos recursos humanos são estatutários e pertencem ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as empresas de ATER contratam servidores pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Apesar de também estarem submetidas às regras federais e estaduais para aquisição de produtos e serviços por meio de licitação, o Gerente Regional da UREGI acredita que ser empresa é o melhor modelo, pois:

Imagine se a gente fosse uma autarquia, uma instituição ou fundação? Nós faríamos parte do caixa único do estado. Então iria ter dificuldade com pagamento, teria dificuldade com investimento, porque a gente iria dividir com todo mundo. Então, nosso orçamento sendo separado, a gente pode definir as políticas nossas de investimento, o que vai fazer, então a decisão fica mais rápida, porque a instância, você tem um corpo gerencial e já tem o corpo diretivo, se você passa para autarquia ou fundação tem que negociar com secretário, negociar com não sei quem. Os níveis de tomada de decisão ficam mais difíceis e o dinheiro principalmente (Willem).

A questão dos convênios com as prefeituras já foi discutida na seção anterior deste Capítulo. De acordo com os arranjos políticos na esfera municipal, pode refletir negativamente, segundo Da Ros (2012b), na autonomia dos extensionistas, pois muitos prefeitos acabam interferindo na definição das prioridades de ação, transformando a prestação dos serviços de ATER em moeda de troca com as suas clientelas políticas. Quanto ao fato de ser empresa, não admoestando a segundo plano seus benefícios bem vistos pelos gestores entrevistados, reflete a opção do ente federado pela diminuição da sua estrutura, frente a demanda crescente por serviços públicos e orçamentos cada vez mais estrangulados. Contudo, tem como efeitos colaterais a perda de direitos pelos servidores, que não tem estabilidade e as mesmas condições de aposentadoria dos servidores públicos, por mais que atuem em um serviço público; e a submissão à lógica empresarial, que pode refletir no uso de métodos da iniciativa privada, entre eles, a supremacia de parâmetros quantitativos de atendimento aos agricultores em detrimento dos qualitativos, não condizentes com a política em tela. Ao mesmo tempo, sob a lógica empresarial, pode ser apropriada inadvertidamente de acordo com o governo da ocasião, inclusive para cobrar por serviços realizados.

Quanto aos mecanismos de *accountability*, o Diretor Administrativo da ANATER, Ricardo Peres Demicheli e o Diretor do DATER, Rodrigo Puccini Venturin, reportaram em suas entrevistas sobre o desenvolvimento do Sistema de Gestão de ATER (SGA), atualmente em operação⁵⁹. O sistema informatizado apresenta interfaces que permitem a inserção de documentos para as chamadas públicas pelas entidades de ATER, a inclusão de dados pelos extensionistas das atividades realizadas no campo, o credenciamento de entidades, o credenciamento dos CEDRS, o monitoramento e a avaliação das atividades, o acréscimo de informações pelas entidades executoras e uma versão *mobile*, para *tablets* e *smartphones*. Esta última é a única que permite algum tipo de consulta pública, no entanto, de informações condensadas, não separadas pela época de ocorrência, retornando apenas informações quantitativas de atividades realizadas. Considerando o reduzido quadro de servidores da ANATER e do DATER, o sistema é uma avanço, na medida que permite o acompanhamento em tempo real das atividades realizadas, garantindo a responsabilização dos agentes públicos e privados executores da política em tempo muito menor e o compartilhamento das ações entre todos os componentes do sistema descentralizado de ATER. No entanto, o sistema ainda precisa avançar para permitir o acesso público aos dados, na lógica da transparência que deve permear o fazer público.

Em relação a gestão compartilhada da PNATER, o cruzamento dos dados da entrevista com a revisão de literatura já apresentada nesta Tese permitiram avaliar que a mudança de rumos da política e a diminuição abrupta do orçamento inibiram a sinergia entre os gestores da política e os extensionistas constatado até 2010, que até então possuíam muita influência frente a institucionalidade, inclusive nos processos que alavancaram a primeira versão da política e que não voltaram a acontecer na elaboração da Lei Geral de ATER. Até este ano, o DATER, e consecutivamente a PNATER, era dirigido por intelectuais orgânicos, na concepção gramsciana, por aqueles que se mantinham ligados a sua classe social originária, no caso os extensionistas, atuando como seu porta-voz e conectando-se com a sua luta política (GRAMSCI, 1975).

A disponibilidade de recursos humanos representa um dos maiores obstáculos para o êxito da PNATER, inclusive na esfera regional desta Tese. Segundo o Gerente Regional da UREGI Guaxupé, Willem Guilherme de Araújo, o concurso que permaneceu sub júdice até 2018 e cujos provimentos estão previstos para 2019, é apenas um alívio, pois a EMATER-MG

⁵⁹ Disponível em <http://sga.anater.org>

perdeu mais de 300 profissionais desde seu último concurso⁶⁰. No caso específico da UREGI Guaxupé, que conta com 26 (vinte e seis profissionais), incluindo o Gerente e o Coordenador Técnico, para 24 ESLOCs, sendo que em alguns deles não contam com nenhum, e ainda com a previsão de algumas aposentadorias em 2019, o ingresso de 5 (cinco) novos profissionais previstos no edital do concurso vai contribuir muito para o trabalho. Ao mesmo tempo que diminui o corpo técnico, os dados da UREGI comprovam que a demanda pela ATER não para de aumentar. Quanto à possibilidade de ascensão profissional na empresa, a Gerente da Divisão de Programas Especiais da EMATER-MG, Marisa Flores, afirma que, diferentemente de outras entidades estaduais de ATER que realizam concurso para os cargos de Coordenadores Estaduais, a EMATER-MG promove aqueles que já passaram pelo campo para a sede em Belo Horizonte ou para as UREGIs. Assim, os novos coordenadores assumem suas funções com a “bagagem de campo, de estar lá com o agricultor mesmo, ter essa experiência” (Marisa). Ainda segundo Marisa, a diretoria da EMATER-MG é geralmente composta por funcionários de carreira e a atual era a primeira vez, desde que ela ingressou, que apenas um membro pertence aos quadros da empresa.

A rotina de trabalho também foi algo abordado nas entrevistas, partindo da hipótese de que com o quadro de servidores reduzido frente ao conjunto de tarefas já mencionadas, exercidas nas políticas públicas, pouco tempo sobraria para as dinâmicas comunicacionais da PNATER perante os agricultores e suas comunidades. Essa hipótese foi corroborada por todos os entrevistados das esferas estadual e regional, para quem a questão foi dirigida. Para o Presidente da EMATER-MG, Glênio Martins de Lima Mariano, a questão assume especial relevância porque atualmente cada ESLOC se comporta como uma agência de desenvolvimento rural nos municípios, pois além das políticas públicas, com destaque para o crédito rural, a EMATER-MG fomenta feiras, negócios, certificação de produtos e outras diversas iniciativas. O grande receio manifestado pelo Presidente é o da sobreposição burocrática das tarefas levar a empresa a ser um “cartório rural”. Como exemplo, ele cita a decisão do Governo Federal de exigir a renovação da DAP a cada 6 (seis) meses e de criar um cadastro dos agricultores familiares. Para Glênio, isso não resolve o problema. Só amplia, pois o extensionista não vai ter mais o tempo que dispunham para ir as comunidades rurais, pensar o dia de campo, para fomentar mercados, estratégias de comercialização *etc.*

⁶⁰ Na época da entrevista, a EMATER-MG já havia perdido, por motivos diversos, 480 (quatrocentos e oitenta) profissionais, como já citado neste Capítulo.

[...] pelos dados disponíveis e pelo baixo número de extensionistas hoje, a gente corre um sério risco de se tornar cartório rural, de cuidar só da burocracia. Enquanto estratégia, enquanto conhecimento, enquanto as interações, a formulação conjunta obviamente vai ficar secundarizada. Isso é um grande erro que eu citaria neste ano de 2018. Enfim, essas decisões são em grande parte as que impactam, e detalhe é um trabalho que não é simples transmissão de dados, né? O Extensionista tem que conhecer o agricultor conforme manda o manual, tem que conhecer as propriedades, ir à propriedade, são documentos públicos dotados de alto valor (Glênio).

Ademar Pires, Coordenador Técnico Estadual de Metodologia de Extensão Rural da EMATER-MG, revela preocupação semelhante. Para ele, a burocracia afeta a PNATER, na medida em que o extensionista se transforma em mero executor de políticas públicas, sem oportunizar o espaço para a ATER e sem qualificar a própria política pública. “Uma política de distribuição de semente, não é só distribuir sementes, é usar da semente para você fazer um trabalho de ATER e segurança alimentar” (Ademar).

Sobre o mesmo aspecto, o Gerente Regional Willem afirma que as tarefas relacionadas as políticas públicas que demandam maior tempo são aquelas relacionadas ao crédito rural. E a maior dificuldade se refere ao fato de depender de terceiros. Como o sistema de emissão de DAP é de responsabilidade do MDA⁶¹ e o do Crédito Rural, especialmente o PRONAF, incumbência do Banco do Brasil; quando um dos sistemas apresenta problema, existe a necessidade de reelaborar, perdendo muito tempo com isso. Porém, quanto ao sistema informatizado da EMATER, onde se faz o cadastro dos agricultores e dos atendimentos realizados, afirma que o trabalho é simples, pois quase a totalidade do público está cadastrado, demandando poucos minutos de trabalho por dia para informar os atendimentos. A “extensão digital” implantada pela EMATER-MG, segundo Willem, traz outras vantagens:

Nós estamos com um sistema novo que roda no *tablet*, que aí já é mais intuitivo né, então é praticamente simultâneo, você atende e já cadastra automaticamente [...] nós estamos com sistema agora integrado para compras, envio de documentos internos, que elimina a papelada, então todo nível gerencial e administrativo vai ter certificação digital. Então, imprimir documentos só se for necessário mesmo. A documentação vai toda, escaneia no *smartphone*, no *scanner* de mesa, vai para Belo Horizonte, todo mundo já compartilha aquele documento. Então para eliminar essa burocracia, juntar papel, pôr no malote, vai para Belo Horizonte, analisa, depois volta com o malote, são duas semanas. Agora não, já vai automático, faz a análise e você já tem a resposta para fazer o acompanhamento (Willem).

O Gerente regional reporta outras inovações comunicacionais recentes, que trouxeram benefícios financeiros e funcionais para a empresa, entre elas, as novas mídias sociais da EMATER-MG, programas de TV e vídeos educativos gravados e editados em um estúdio recentemente adquirido e também uma sala de videoconferência na sede, para que reuniões

⁶¹ A época da entrevista, o MDA já havia sido extinto. A função reportada pelo Gerente estava sob os cuidados da SAF/SEAD/Casa Civil.

ocorram sem a necessidade do deslocamento de pessoal de todo o estado para Belo Horizonte, algo que antes era mais frequente. Willem também afirmou que de algum tempo para cá, muitos extensionistas começaram a utilizar aplicativos de mensagens para se comunicar com os agricultores e que este fato já eliminou a necessidade várias vezes do extensionista ter que pegar um carro e dirigir 40 Km para resolver situações cotidianas, onde o contato pessoal poderia ser dispensado. Por outro lado, percebe que alguns colegas não tem facilidade com as tecnologias e o grau de digitalização, em sua UREGI, não está relacionado a idade.

Quanto aos recursos materiais, as opiniões dos gestores estaduais e regional também coincidem. Entre 2015 e 2018, como já reportado, 60% da frota de veículos foi renovada e os mais antigos em uso foram fabricados em 2012. A EMATER-MG fez um aporte superior a R\$ 10 (dez) milhões, permitindo a substituição de computadores e que todos os extensionistas tenham seus *tablets* de trabalho com *software* de gestão, cadastro e comunicação instalados, partindo da observação de que a maior parte dos agricultores atendidos na atualidade utilizam aplicativos de mensagens. O Gerente Regional da UREGI também informa que a infraestrutura e mobiliário, contrapartida das prefeituras, estão adequadas. Hoje a EMATER-MG considera a infraestrutura uma questão estratégica, pois no passado, não se investia mesmo quando se tinha recurso, apesar de pagar melhores salários. Nas cidades em que a empresa dispõe de escritório próprio, menores são as dificuldades de negociação com as prefeituras.

Por fim, há de se considerar a coincidência das opiniões, nas dimensões analisadas, entre os gestores entrevistados e os resultados dos questionários respondidos pelos extensionistas. Ambos os grupos retornaram com a mesma percepção sobre a adequação dos recursos materiais e da infraestrutura, o que reflete na aprovação dos convênios com as prefeituras pela ampla maioria. Reportaram a defasagem do quadro de profissionais que, somada a burocracia governamental, representam óbices a implementação dos princípios e diretrizes da PNATER. As respostas das entrevistas também permitem considerar os efeitos do interregno da organização da ANATER associado a abrupta queda do aporte de recursos oriundos da política sobre a visibilidade da política pelos extensionistas.

5.2.2. Sobre o processo comunicacional, essência da nova pedagogia de ATER

Empreende-se nesta subseção a análise das entrevistas dos gestores nacionais, estaduais e regional sobre as opiniões concernentes ao processo metodológico da política, espaço em que as comunicações assumem centralidade em sua acepção dialógica. Este processo compreende os referenciais teóricos, os três momentos da metodologia fundados sobre estes e as técnicas enquanto recursos facilitadores da ação. Consolidados na MEXPAR, elaborada

coletivamente para ser o guia metodológico da ação da EMATER-MG, expressam em sua totalidade os princípios e diretrizes da PNATER e do PRONATER. Neste íterim, busca-se examinar, apoiando-se nestes referenciais, a compreensão das diretrizes comunicacionais pelos gestores e sua percepção sobre a práxis; as opiniões acerca dos efeitos do uso do vocábulo extensão para designar o processo, a instituição e a política; as percepções sobre a validade dos processos de formação inicial e continuada para a ressignificação de saberes; e as hipóteses dos gestores sobre os óbices à internalização dos princípios da nova pedagogia de ATER e à superação do ethos extensionista e seu forte legado teleológico.

Inicialmente pretende-se estabelecer, através da opinião dos gestores, um panorama da compreensão das diretrizes comunicacionais da PNATER e sobre o alcance da política expressa na práxis dos extensionistas. Para o Diretor do DATER, Rodrigo Puccini Venturin, que citou ter trabalhado muito tempo no setor privado, o grande hiato entre a assistência técnica comercial e a pública, é que a primeira vende pacotes e a segunda, pela própria gestação do extensionista, compreende a visão de atender o ser humano. Sobre a compreensão e alcance da PNATER, diz:

[...] então de certa forma, a PNATER é igual como se fosse osmose, aquilo entra na veia dele muito fácil, só tem que entender de diretrizes. A maior dificuldade da PNATER que a gente tem é as pessoas entenderem um pouco, mas isso é mais causa do ensino nosso, que a gente não é formado por exemplo para sistema agroecológico, a gente é formado para desmatar, a gente não é formado para cuidar. Então assim, o processo de formação nossa é um erro, eu acho que os novos técnicos saem, eles não têm a visão extensionista que tinha os antigos e aqueles extensionistas que há algum tempo já trabalham com chamada, que também entra nessa área, a própria ATER privada que já tem tempo desde 2003 começou, 2010 para cá intensificou, essas pessoas já começaram até entender essa mudança, então a [...] teoria, é uma teoria lógica de fazer um diálogo, mas o próprio ser do extensionista é igual um padre, ele já tem essa vocação de fazer isso a maioria dos extensionistas (Rodrigo).

A fala do Diretor do DATER trazem alguns elementos importantes. O primeiro deles é quando, de maneira otimista, expressa que a aprendizagem para a PNATER “entra na veia dele muito fácil”, referindo-se ao extensionista, e acontece por “osmose”, em analogia ao processo químico que decorre da passagem de um solvente de um local de menor concentração para o de maior, bastando entender as diretrizes. Na sequência, declara que a maior fonte de dificuldades na compreensão das diretrizes está relacionada ao horizonte tecnicista da formação superior dos Cursos de Ciências Agrárias, recorrendo à dualidade entre a agroecologia e o desmatamento. Ainda em sua fala, opina que os novos extensionistas não têm a mesma visão de extensão que os antigos. Porém, através da PNATER e do financiamento das entidades privadas, começou a perceber mudanças de entendimento. Refere-se à teoria da política, baseada no diálogo e sugere que o bom extensionista é o sujeito vocacionado, assim como um padre.

Em outro momento da entrevista, o Diretor, Zootecnista especializado em bovinocultura leiteira, apresenta sua noção de diálogo, citando a época em que trabalhou como estagiário da EMATER-MG em Viçosa, acompanhando uma extensionista BES. Nas palavras dele: “enquanto eu fazia assistência técnica, ela ensinava a pessoa cuidar da água”. Rodrigo conta ter percebido alguns retireiros não lavarem a mão após “fazer as necessidades no mato”, antes de limpar o peito da vaca para ordenha.

[...] o cara não é acostumado a limpar, ele faz as necessidades no mato, limpa com o dedo ou com o mato, aí você manda ele limpar o peito da vaca, então se você não tiver um diálogo com ele, se você não for extensionista para poder fazer isso ele não aceita não. Então assim, a gente fala que o extensionista, o técnico moderno, assim que ele tem um acesso bom com o empregado ou com a família, você percebe que ele só tem autoridade com a família na hora que a família chama ele para tomar um café ou comer um pão de queijo lá em Minas (Rodrigo)

O Diretor reflete sobre os anos de abandono da extensão rural e agricultura familiar, dizendo que muitas empresas e universidades achavam que iam acabar. Entretanto, o DATER e o MDA acreditaram nesse produtor e investiram nele nos últimos anos e isso trouxe grandes benefícios para o país, graças a extensão rural pública e privada. Segundo ele, a PNATER não foi criada por uma só pessoa, foi criada por um grupo do qual ele não fez parte, mas que leu e conversa muito com os colegas que são memória viva disso.

“A gente percebe que ela (a PNATER) foi criada para moldar ou para dar possibilidade daquelas pessoas que nunca atenderam esse público e os meios de atender, então quando você vê lá na PNATER, o diálogo, divulgar, na verdade está explicando, por isso a gente insiste nos treinamentos para ANATER, na formação e falar isso que muita gente não sabe. Na faculdade eu fiz duas filosofias e fiz uma parte de campo do tempo com a economia Rural, [...], então assim, lá eu tive essa sorte de ver isso, mas muitos não viram isso aí. Então assim, a dificuldade que tem, e a ideia da PNATER é dar um norte para aquelas pessoas que a gente não pode limitar o mercado por exemplo só para ATER privada ou para ATER pública. É dar um norte para as pessoas que querem fazer essa ATER para esse público, ele ter uma diretriz para seguir. As diretrizes é por chamada, mas a diretriz global ela não perdeu o sentido disso, [...] mostrar para ele a possibilidade de mercado, a diversificação, então assim, a PNATER ela vem sim fazer isso (Rodrigo).

As falas do Diretor Rodrigo são bastante elucidativas e representativas do seu contexto. São notórias as impropriedades do seu discurso frente ao referencial teórico desta Tese e da própria política que coordena. Contudo, há de se compreender, através das evidências empíricas apresentadas, seu lugar de fala, ou, nas palavras de Freire (2006), seu espaço histórico-cultural. Assim, sua fala é elucidativa porque desvela elementos diversos, merecedores de análise. É representativa porque é um discurso comum entre os “extensionistas” públicos e privados. De outra forma, é preocupante, pela posição ocupada, por ser algo diretamente da sua alçada na estrutura do departamento.

Num primeiro momento, reportou sobre a facilidade de aprendizagem das diretrizes. Como já ressaltamos, a capacidade de imprimir significados varia entre os sujeitos, pela capacidade individual de internalização e ressignificação moral, histórica e cultural. Em um sistema cultural alimentado pelas hegemonias conceituais, capazes de incutir caráter inquestionável as ideias que propagam, a ruptura com as formas pretéritas é uma tarefa árdua. Principalmente porque essas ideias não são defendidas apenas por aqueles que se beneficiam delas. Seguindo a trilha da teoria antidialógica de Freire (1987), o elemento da conquista implica no sujeito conquistador e no sujeito conquistado. Essa assertiva dificulta a tarefa da ressignificação, na medida que quando novos princípios e diretrizes são oferecidos ao extensionista-educando, estes podem ser assimilados sem necessariamente serem acomodados, haja vista que a acomodação depende de um diálogo deste novo saber com o sistema de valores conformadores dos seus saberes prévios.

Há de se concordar com a forte ascendência tecnicista nos cursos de Ciências Agrárias, algo que pode ser explicado pelos modelos de desenvolvimento experimentados e observado nas matrizes curriculares, elaboradas sob medida para o agronegócio. E isso explica, certamente, a resistência de muitos profissionais em operar os conceitos da agroecologia, principalmente porque a grande maioria não estudou seus fundamentos durante a graduação e não teve interesse de aprender por outros meios. Entretanto, na sua fala, existe a afirmação de que os novos extensionistas não tem a mesma visão de extensão que os antigos e usa uma expressão muito comum a época da ACAR, do sujeito vocacionado. Esta comparação só faz sentido através da remissão aos modelos discutidos no primeiro capítulo desta Tese. Neste caso, provavelmente estava assentindo com o *modus operandi* do humanismo-assistencialista ou do difusionismo-produtivista.

Ao relatar sua experiência durante o estágio da graduação, o seu domínio sintático-semântico internalizado, promoveu, com naturalidade, a disjunção entre o seu trabalho de assistência técnica com o trabalho desenvolvido pela BES. Ao usar a expressão assistência técnica como algo definidor do seu trabalho, mostrou desconhecer sua significação enquanto ação unidirecional, apesar de muitas vezes necessária. Ao promover a separação do fazer técnico com o fazer social, ignorou a abrangência da política que orienta sua ação, e o seu objetivo principal, voltado para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, na acepção holística que conjuga os fatores social, econômico, ambiental, cultural e político.

A noção de diálogo aparece quando reporta uma situação também comum no campo, a falta de higiene e a atitude necessária que teve que tomar. Parte do pressuposto que o responsável pela ordenha só faz o que se pede porque é o extensionista que está pedindo. E a

confirmação da autoridade ocorre quando é chamado para tomar café e comer pão de queijo. Esta noção assimétrica contraria o princípio da dialogicidade, baseado na equidade e reciprocidade dos sujeitos cognoscentes no falar, ouvir, ensinar e aprender. Parte de uma suposição da hierarquia oriunda dos saberes e da posição social, mas que de fato está relacionada ao capital simbólico e idealização da autoimagem.

A teoria antidialógica da ação desponta novamente quando o entrevistado afirma que a PNATER “foi criada para moldar ou para dar possibilidade daquelas pessoas que nunca atenderam esse público”. Neste caso, a invasão cultural é o elemento da teoria que melhor se aplica. “Moldar”, no sentido de “dar forma a” implica em impor a visão de mundo para que os outros se guiem por ela.

Na esfera estadual, o Presidente da EMATER-MG, Glênio Martins de Lima Mariano, abordou sobre a importância da PNATER, especialmente quanto ao significado da MEXPAR para o trabalho desenvolvido pela empresa. Segundo Glênio, o extensionista deixou de ser aquele que leva informação e tecnologia e passa a ser aquele que interage com o ambiente através da observação, com os atores locais e suas organizações, sejam elas associações, cooperativas, sindicatos, CMDRS. E a partir dessa interação, começa a construir novas soluções para o setor agropecuário através de inovações. Como exemplo, citou ações da EMATER com a cultura do morango no norte de Minas Gerais, região semiárida do estado; cafés especiais fora das regiões tradicionais e também o caso do município de São José das Missões, onde o ESLOC trabalha com uma população 70% indígena. Quanto ao processo comunicacional da política, abordou sobre a necessária superação do paradigma informacional, através da ruptura com a lógica da separação entre sujeito emissor e receptor de mensagens.

Mariza Flores, Gerente da Divisão de Programas Especiais da EMATER-MG relatou o processo de construção da política e sua importância. Por ter sido construída a partir de mobilizações da sociedade civil organizada, muito antes da sua primeira versão em 2003, e discutida em vários eventos, a PNATER se reveste de legitimidade para pautar todos os trabalhos da empresa. Assim, reforçou, toda a metodologia da EMATER, os trabalhos de extensão, os projetos, o contato com os agricultores, partem dos seus princípios orientadores.

Sobre o embate semântico relacionado ao uso corrente do vocábulo “extensão” para designar o processo (extensão rural), a instituição (EMATER) e a política (PNATER), ficou evidente, após as entrevistas, o forte enraizamento institucional e inexistentes esforços para superação. Para Glênio Martins, esse enraizamento está associado a força do agronegócio em várias regiões brasileiras. Ademar Pires, Coordenador Técnico Estadual de Metodologia de Extensão Rural da EMATER-MG, compreende que a formação da palavra se traduz em

transmissão de conhecimentos, só que para ele, muitas vezes as práticas vão na direção contrária da palavra, pois isso depende da formação do profissional e dos valores da instituição que trabalha.

Se o profissional de extensão teve uma formação [...] que tem esse viés construtivista ou na perspectiva da resignificação, se ele tem aquele perfil de formação que ele construiu, a ideologia dele mais ligado a Paulo Freire, ele vai chegar na instituição de outra maneira. Se a instituição dá essa oportunidade ele vai avançar na questão da construção, da resignificação do saber. Agora se ele vem de uma formação mais tecnicista e ele encontra uma instituição tecnicista a tendência é ele pegar essa extensão no viés da palavra extensão. Então essa palavra extensão, não sei de qual extensão a gente pode falar, mas a expressão extensão ela vai ter uma variação em função da formação do indivíduo em função do perfil da instituição (Ademar).

Ademar aposta em um terceiro viés, construído pela prática do dia-a-dia. Propõe a crítica a palavra e uma prática diferente do que ela reflete, secundarizado seu alcance. Mariza Flores relatou um caso muito comum, relacionado a semântica da política. A MEXPAR prevê uma técnica denominada descoberta técnica, porém uma parte expressiva dos extensionistas a denominam de demonstração técnica. Segundo ela, por mais que explique a diferença dos verbos demonstrar e descobrir, a palavra demonstração continua sendo utilizada.

A despeito do forte enraizamento institucional do significante, não podemos olvidar das evidências empíricas já apresentadas nesta pesquisa, que inclusive refletem a mesma lógica do exemplo apresentado por Marisa Flores, entre o demonstrar e o descobrir. A palavra extensão, enquanto imagem acústica, guarda uma relação arbitrária com seu conceito, por se tratar apenas de uma convenção reconhecida pelos falantes, não existindo uma relação natural entre a realidade fonética do signo e o seu significado. Portanto, no plano individual de significação, os conceitos são atribuídos em função do que eles representam em um determinado contexto. Frente a hegemonia conceitual, relativizar o uso do significante e desconsiderar a sua força operacional, obstaculiza a extensão enquanto prática educativa e libertadora. Resultante desta relativização, observamos as respostas à quinta dimensão do questionário da seção anterior deste capítulo, quando os profissionais assentiram com todas as formulações pretéritas da política, partidárias ao difusionismo e não apenas com uma palavra. É o mesmo caso reportado por Marisa Flores, entre a demonstração ou descoberta técnica. Demonstrar é atitude antidialógica, unilateral, de um polo emissor para um receptor. Descobrir é atitude que se permite coletiva e participativa.

Quanto as atividades de formação inicial e continuada da política, muito frequentes nos primeiros anos de implementação e essenciais para a resignificação de saberes, o Diretor Administrativo da ANATER, Ricardo Peres Demicheli, reforçou as dificuldades da transição da ANATER, os passivos de chamada e a redução orçamentária. Durante a entrevista, afirmou

que o plano era o de estabelecer parcerias com universidades e Institutos Federais. Por sua vez, Glênio Martins mencionou a interrupção dos processos formativos organizados pelo ente federal, que antes aconteciam em diversas modalidades, através da formação de gestores, multiplicadores e até dos produtores e suas organizações. Mesmo sem apoio e apesar da descontinuidade, a EMATER-MG promoveu em 2018, 7 (sete) encontros de polo em todas as regiões do estado de Minas Gerais, com a presença de lideranças, pensadores do setor agropecuário nacional e estudiosos de políticas públicas para a agricultura familiar. Entretanto, o Gerente Regional Willem Araújo afirmou que desde 2015 a formação específica para a PNATER e a MEXPAR foram interrompidas. Os encontros referidos pelo Presidente não estavam associados a formação de extensionistas para a política.

Neste caso, é importante ressaltar, por mais óbvio que pareça, que a EMATER-MG é um órgão estadual que já promovia política de ATER, antes da PNATER. Com a redução dos aportes, e por conseguinte, da capacidade de influência do Governo Federal, empreender esforços na implantação da PNATER reflete mais sua concordância com os princípios do que apenas o cumprimento de obrigações assumidas no termo de referência.

A formação de agentes de ATER foi um dos subprogramas da única versão publicada do PRONATER em 2005. À época, previa um conjunto de ações em parceria com organizações de ensino formal e não formal, entre elas, a elaboração e publicação de materiais informativos e a realização de atividades de formação inicial e continuada, básica e avançada, para os agentes de ATER. Entre 2004 e 2014, ações neste sentido foram ininterruptas, como apresentado no Capítulo 2. As ações de formação continuada são fundamentais para a PNATER, na medida em que os profissionais precisam constantemente repensar e aperfeiçoar sua prática em consonância com os princípios e diretrizes definidas para a política. Os resultados desta pesquisa convalidam sua imprescindibilidade, pois apontam a invisibilidade da política junto aos responsáveis diretos por suas dinâmicas e impropriedades semânticas que refletem diretamente sobre a práxis.

Por fim, apresenta-se os óbices a internalização dos princípios da nova pedagogia de ATER e à superação do ethos extensionista e seu forte legado teleológico, na perspectiva dos gestores. O legado teleológico é herança do difusionismo, que até mesmo os profissionais que ingressaram mais recentemente na empresa, que não trabalharam naquela época, carregam consigo. Consiste na prática de relacionar o fato com sua causa final, objetivando os fins, não importam os meios. Traduzindo para o contexto, se o objetivo é aumentar a renda do produtor e, em decorrência, melhorar sua qualidade de vida, pouco importa qualquer outro fator que não esteja relacionado. O caminho mais fácil para o extensionista é utilizar os recursos tecnológicos

ao seu alcance para aumentar a produção e a produtividade. E de preferência, sem que o produtor o incomode com minúcias.

Entre as razões possíveis, Marisa Flores afirma que nossas universidades não formam extensionistas, elas formam agrônomos, veterinários, psicólogos, cientistas sociais. Então, o papel de formação passa a ser do órgão de extensão. E os profissionais, quando ingressam na empresa, desconhecem o trabalho de extensão e as políticas da agricultura familiar. O foco deles é a produtividade. Porém, a EMATER trabalha com a família e não com o produto. Por um lado, diz perceber que egressos de algumas universidades, principalmente os mais recentes, chegam a empresa com conhecimentos de Freire, Vygotsky e Piaget. Por outro, existem aqueles que falam "eu não formei para isso, eu vou elaborar crédito rural, aumentar a produtividade e comprar caminhonete" (Marisa). Além da formação pregressa, diz acreditar que a ideologia, a vivência e a sensibilidade dos sujeitos são fatores muito importantes e que em sua experiência, tem percebido que existe o tempo de cada um, e que uns apropriam mais e outros menos. Os que se apropriam menos são aqueles mais voltados a prática do que para a reflexão sobre o porquê de estar realizando a mesma. Sobre os menos apropriados dos princípios, Marisa Flores reflete que é mais fácil trabalhar de forma diretiva do que de forma participativa, pois no último caso não basta deixar falar à vontade, sem método, é preciso atuar como facilitador do evento para que o mesmo funcione.

O Gerente Regional Willem relata que a complexidade da agricultura familiar é uma dificuldade adicional, pois geralmente o pequeno produtor desenvolve a diversificação de atividades, além do amplo portfólio de políticas públicas que tem à disposição. Isso requer profissionais de formação humanística e interdisciplinar e a EMATER não estava preparada para isso, pois a maioria dos técnicos tem entre 15 (quinze) e 20 (vinte) anos de empresa e tiveram formação acadêmica no modelo antigo, de cunho mais tecnicista que o atual. Por isso, Willem diz acreditar que a MEXPAR não foi bem apropriada pelo seu corpo técnico. Além disso, encontra resistência para tratar temas substanciais da política, como a agroecologia, por se tratar de várias disciplinas, com vários níveis de conhecimento. Segundo Willem, são exatamente os técnicos que apresentam trabalho diferenciado nos municípios os menos resistentes as novidades, os que se propõem a sair da rotina e fazer diferente. Os demais, se concentram apenas no essencial, no que é programado para fazer, como projetos de crédito rural, DAP, organizar associações *etc.* Na percepção do gerente, os que entraram no último concurso estão menos avançados que os mais antigos em relação aos princípios e diretrizes. Quando o processo estava evoluindo, a descontinuidade dos programas de formação da PNATER e da EMATER prejudicou. Ainda na diferenciação dos dois grupos, Willem relata

que no corpo técnico da UREGI, existem aqueles que se precisar organizar 10 (dez) dias de campo, fazem perfeitamente, de forma profissional. Porém, se tiver que organizar 1 (uma) oficina, onde tem que ouvir mais do que falar, fazem a contragosto e apresentam grandes dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os diversos itinerários possíveis para essas considerações finais, optou-se pela proposta de Cervo, Bervian e Silva (2007), segundo a qual o autor assume a tarefa de realizar uma síntese dos elementos constantes no texto do trabalho, unindo ideias e fechando as questões apresentadas na introdução. Deste modo, inicialmente apresenta-se uma síntese com os objetivos do trabalho, as evidências empíricas e uma breve análise, tomando como ponto de partida os achados da pesquisa. Em seguida, oferece sugestões para os óbices identificados, acerca das interconexões entre a produção intelectual, assentada na PNATER, no PRONATER e, precipuamente, na MEXPAR; e a produção material, objetivada através da ação dos extensionistas rurais, considerando a potência polissêmica da palavra utilizada para denominar o processo, a instituição, a política e o profissional. Por fim, demonstram-se ideias para novos estudos com vistas ao aprofundamento desta pesquisa.

No que concerne à relação entre os objetivos e as evidências empíricas desta pesquisa, apresenta-se a síntese conforme os dois grupos de hipóteses apresentados: sob o viés do aparato e da cultura institucional, a julgar pela imprescindibilidade dos recursos humanos, físicos e financeiros, além da efetividade do desenho institucional e da harmonia do ambiente organizacional para que os processos inicialmente se estabeleçam; e, no viés pedagógico, malgrado a subjetividade dos fatores intervenientes sobre o êxito do processo comunicacional, infere-se sobre a práxis empreendida pelos extensionistas.

Quanto ao primeiro grupo, os gestores e extensionistas depreenderam:

1. Desenho institucional, diluição do processo decisório, convergências intersetoriais e *accountability*: foi consensual entre os entrevistados que a delonga na institucionalização da ANATER deixou um vácuo na organização do sistema descentralizado de ATER. Este fator originou a interrupção dos processos formativos que, somado a mudança de rumos da política em 2010 com o estabelecimento do sistema de chamadas públicas e a abrupta restrição orçamentária da PNATER, proporcionaram relativa invisibilidade da política na ótica dos extensionistas locais, malgrado a MEXPAR, guia metodológico oriundo da política, seja aclamado por quase a totalidade. Outras características importantes do desenho institucional estão relacionadas ao fato da EMATER-MG possuir a personalidade jurídica de empresas públicas de direito privado e estabelecer convênios com as prefeituras. Os modelos são bem aceitos entre os extensionistas locais e os gestores. Quanto aos mecanismos de responsabilização, a ANATER desenvolveu recentemente o SGA, capaz de conectar toda o sistema descentralizado de ATER. Do mesmo modo, a EMATER-MG também criou o seu,

permitindo, em tempo real, acompanhar o trabalho dos extensionistas, além de dirimir custos relacionados ao trânsito de documentos e a economia de tempo.

2. Recursos humanos: é consensual entre extensionistas e gestores a defasagem do quadro de pessoal, especialmente porque a demanda por ATER é crescente. O último concurso público, cujo provimento ocorrerá ainda em 2019, não será suficiente para atender a demanda.

3. Recursos financeiros e materiais: em função dos convênios com a prefeitura e do investimento realizado pela EMATER-MG nos últimos três anos, é alto o grau de concordância dos gestores estaduais, regional e extensionistas locais sobre as condições satisfatórias da infraestrutura, dos veículos, equipamentos e insumos. Contudo, a redução do aporte orçamentário federal diminuiu significativamente a participação do governo federal na matriz orçamentária. Por outro lado, em função da também grave crise financeira estadual, o orçamento da EMATER-MG está congelado em termos nominais.

4. Rotina de trabalho: os extensionistas locais e os gestores estadual e regional reportaram preocupações quanto a sobrecarga das atividades burocráticas, diminuindo assim o tempo disponível para atuar diretamente nas dinâmicas da PNATER. O Presidente da EMATER-MG mostrou sua preocupação da empresa se transformar em um “cartório rural”. Esta questão é agravada pela defasagem do quadro de recursos humanos.

Em relação ao processo pedagógico da política, composto pelas dimensões metodológica e comunicacional, a análise dos questionários respondidos pelos extensionistas locais e das entrevistas realizadas com os gestores permitem inferir:

5. Internalização e ressignificação dos princípios pedagógicos da MEXPAR e da PNATER: o assentimento irrestrito as questões consentâneas e antagonistas às formulações dos referenciais teóricos da política, manifestos pelos extensionistas na quinta dimensão do questionário (item 5.1.5), refletem a imaturidade dos processos de ressignificação e interiorização de saberes por efeito da política. As entrevistas com os gestores também evidenciaram fragilidades de compreensão, algo que pode ser explicado pela ausência dos intelectuais orgânicos na gestão do sistema descentralizado de ATER.

6. O uso do vocábulo extensão para designar o processo, a instituição e a política: as entrevistas com os gestores transpareceram o forte enraizamento institucional do vocábulo e nenhum esforço para superá-lo. Porém, as evidências empíricas desta pesquisa são demasiadamente contundentes para comprovar a necessidade de seguir as trilhas de Paulo Freire. Como afirmado pelo próprio autor, não se trata de purismo linguístico. Há de se considerar a força operacional dos conceitos num contexto marcado pela hegemonia conceitual dos opressores.

7. Processos de formação inicial e continuada: gestores e extensionistas apontaram sua descontinuidade, em função dos problemas do aparato já assinalados nestas considerações. A interrupção dos processos de formação inicial e continuada da PNATER ocorre desde 2015, o que diminuiu a visibilidade da política sob a ótica dos diretamente envolvidos com suas dinâmicas e as oportunidades de internalização e ressignificação de saberes.

8. Hipóteses dos gestores sobre óbices a internalização dos princípios e superação do legado teleológico: entre as hipóteses, os gestores aventaram a formação tecnicista das universidades, a visão de mundo, a sensibilidade dos sujeitos, a complexidade da agricultura familiar e a questão geracional, entre aqueles que viveram as formas anteriores da política e os que não viveram.

A superação das dificuldades enunciadas dependem de soluções no âmbito da política, por sua vez condicionadas as macrodefinições governamentais. Considerando a história da institucionalidade das políticas de ATER desde seus primórdios, temos que, em seu primeiro momento (1948-1962), buscou atender os mais capazes entre os pequenos agricultores através de ações inicialmente financiadas e controladas por uma associação filantrópica norte-americana. A despeito das ações produtivas e de bem-estar social terem apresentado resultados econômicos e sociais imediatos, especialmente entre os mutuários, o alcance foi limitado e a pedagogia empreendida tornava o agricultor e a sua família tecnologicamente dependente dos extensionistas, visto que os saberes prévios sempre existentes não eram reconstruídos ou ressignificados criticamente, tão somente substituídos pelos conhecimentos dos extensionistas. As pronunciadas motivações geopolíticas e econômicas colaboram para o entendimento de que a ação legitimadora foi mobilizada para cumprir múltiplos propósitos, entre eles, proteger a sociedade contra o risco que representava o comunismo em tempos de guerra fria; para que os magnatas pudessem polir sua imagem de marca por intermédio da filantropia numa controversa amálgama com a busca pela bem-aventurança e redenção dos pecados; e, não menos importante, com o objetivo de promover a expansão do capitalismo na América Latina e aumentar os lucros dos desbravadores. Entre 1963 e 1984, predominou a opção do Estado brasileiro pela modernização conservadora, para incrementar a produção agrícola e industrial e superar os fatores considerados como fonte de “atraso” no meio rural. Desse modo, o difusionismo foi alçado como estratégia pedagógica para promover o encurtamento do tempo que intermedeia o lançamento de uma inovação e sua adoção coletiva pelos agricultores e, por este motivo, o modelo depositou forte ênfase na comunicação de mensagens motivadoras e persuasivas. Pelas circunstâncias históricas e objetivos manifestos, o público preferencial passa a ser formado por médios e grandes produtores rurais e, para isso, o aparato estatal dedicado a

extensão rural se multiplica. O último momento, ensaiado desde 1985 e interrompido por um longo vácuo institucional (1990-2004), caracteriza-se por tentativas redistributivas cujo ápice foi alcançado na primeira versão da PNATER e perdurou até 2010, quando uma segunda versão foi lançada de maneira pouco participativa, adentrando a lógica economicista das chamadas públicas. A situação se agravou em 2015 (Gráfico 3) quando a crise financeira, oriunda da crise política que se instaurou no Brasil e que culminou no impeachment da Presidenta Rousseff, repercutiu diretamente no orçamento destinado aos repasses da PNATER e na própria capacidade dos estados, onde Minas Gerais foi um dos mais afetados, para o financiamento das atividades de ATER.

Este breve resgate histórico-institucional das políticas de ATER apresenta relação direta com as macrodefinições governamentais, apresentadas a seguir. No primeiro momento, a gênese institucional foi beneficiada por um cenário político favorável: o interregno do nacional desenvolvimentismo de Vargas, refratário ao intervencionismo, quando o Presidente era o General Eurico Gaspar Dutra, militar liberal-conservador, que ao contrário da maioria dos seus pares, era surpreendentemente pragmático em assuntos de política externa e grande aliado do governo americano em assuntos econômicos e na guerra fria. E o Governador de Minas Gerais era Milton Campos, político também liberal da UDN. Mais tarde encontrou no Presidente Kubitschek um importante aliado para levar o modelo para todo país. No segundo momento, paradoxalmente iniciado no Governo do Presidente Goulart através do Plano Trienal do Ministro Furtado, haja vista que foi deposto por um golpe civil-militar em 1964 em função das reformas estruturais de base prometidas, recrudescceu quando o novo regime estatizou e multiplicou o aparato para favorecer o latifúndio produtivo. O último momento, ainda em vigência, alternou os desígnios do neoliberalismo, fundado sob a lógica da confluência do Estado mínimo com o mercado soberano, cortando gastos com as políticas sociais, o que explica o vácuo institucional e o subfinanciamento das políticas de ATER; com o neodesenvolvimentismo, marcado pela política de conciliação de classes, quando o tripé macroeconômico é mantido, ao mesmo tempo em que um amplo portfólio de políticas sociais são proporcionadas para legitimar os direitos dos cidadãos.

Da relação entre as políticas de ATER e as orientações do Estado, depreende-se que a superação dos óbices à PNATER, assim como das diversas políticas sociais ainda existentes, dependem inicialmente da legitimação dos direitos e do reconhecimento da diversidade dos que demandam. A primeira considera o direito a ter direitos, quando os governos assumem para si a tarefa de enfrentar as desigualdades sociais através de políticas macroeconômicas voltadas para tributação progressiva e assim apresentar capacidade de investimento em políticas sociais.

Considerar a diversidade implica na formulação e implementação de políticas que considerem as especificidades de gênero, étnicas, geracionais e culturais.

Atendidas esses pressupostos, restauram-se as condições estruturais para o enfrentamento aos entraves da PNATER, cujo desenho inicial, como aventado por esta Tese, mais se aproxima do estabelecimento de processos comunicacionais dialéticos e dialógicos, voltados para a práxis emancipadora e cidadã. Este enfrentamento passa pela retomada do financiamento em níveis satisfatórios para garantir os recursos humanos e materiais necessários; pela constituição de equipes formadas por intelectuais orgânicos, na ANATER e no DATER, oriundos dos movimentos sociais e da academia; pela sólida formação inicial e continuada dos gestores, profissionais e agricultores, sob a égide dos princípios e diretrizes da política, não apenas para apresentá-los, mas para que através da insistência e multiplicação ganhe capilaridade suficientemente para fazer frente a hegemonia conceitual dos opressores; e, não obstante, pela ruptura com a extensão, assim como propôs Freire (2006), para que sua potência polissêmica e seu vasto campo associativo não constituam entraves para o que se pretende construir. Na esfera estadual, uma nova MEXPAR, elaborada coletivamente com os representantes dos agricultores e dos movimentos sociais seria uma alternativa interessante para alavancar a capilaridade da política e também contribuir para o enfrentamento à hegemonia conceitual, para incrementar a práxis dos profissionais e para ampliação do seu aporte teórico com vistas a superação definitiva do legado difusionista.

Este estudo não se projeta como algo pronto e acabado. Da mesma forma, suas afirmações não ambicionam a constituição de axiomas. Pelo contrário, as análises aqui empreendidas refletem a visão do mundo do autor, cuja capacidade de operar conceitos também é resultante da capacidade de imprimir significados. E esta, por sua vez, oriunda do seu encontro com o mundo e com as outras pessoas. Por esta incompletude natural e consciente, novos estudos podem ser realizados para contemplar as lacunas aqui deixadas. Uma possibilidade seria a pesquisa em outras regiões do Estado ou até mesmo em âmbito nacional, para abarcar as variações regionais. Outra possibilidade seria criar instrumentos de coleta de dados para captar as opiniões do público beneficiário em toda sua diversidade sobre o universo pesquisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.
- ACAR-MG. **Relatórios anuais**. Belo Horizonte, 1949-1954.
- ALVES, I. G. Da caridade ao *Welfare State*: um breve ensaio sobre os aspectos históricos dos sistemas de proteção social ocidentais. São Paulo: **Ciência e Cultura**, v.67, n.1, Jan/Mar 2015. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252015000100017&script=sci_arttext Acesso em: 5 mar 2018.
- ALVES, A. R. C. o conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>> Acesso em 26 abr. 2019.
- ANJOS, J. C. G. Espaços epistêmicos das ciências sociais na contemporaneidade. In: **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. 1, p. 19-34.
- ARRETCHE, M. T. S. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, 11(31), 1996.
- ASBRAER. **Proposta para a Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em <<https://www.asbraer.org.br/media/attachments/2018/06/18/apresentacao.pdf>> Acesso em 10 fev. 2019.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006. 118 p.
- BECHARA, E. **Língua e linguagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.
- BOBBIO, N.. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 240 p.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação Rural?** 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 104 p.
- _____. **O que é Participação**. 7ª ed. São Paulo: Brasilienses, 1992. 85 p.
- BOSCHETTI, I.. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **CFESS/ABEPSS. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 575-593.
- BRASIL. Lei Delegada nº 11, de 11 de outubro de 1962. Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1962.
- _____. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, 1964.
- _____. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. Congresso Nacional, Brasília, 1965.

_____. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Congresso Nacional, Brasília, 1988.

_____. Resolução n.º 26, de 28 de novembro de 2001. Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar, no âmbito do MDA. CNDRS, Brasília, 2001.

_____. Resolução nº 11, de 22 de fevereiro de 2001. Dispõe sobre a Câmara Técnica de Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa e Capacitação. CNDRS, Brasília, 2001.

_____. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. DATER/SAF/MDA Brasília, 2004. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Pnater.pdf> Acesso em: 01 mar. 2017

_____. Decreto nº 5.033, de 5 de abril de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 2004.

_____. Resolução nº 40 de 05 de abril de 2004. Cria o Comitê de Assistência Técnica e Extensão Rural, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. CONDRAF, Brasília, 2004. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/40.%20Cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comit%C3%AA%20de%20ATER%202004.%20%28formato%20pdf%29_0.pdf> Acesso em 20 fev. 2019.

_____. Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. DATER/SAF/MDA Brasília, 2005. Disponível em <http://www.cpac.embrapa.br/publico/usuarios/uploads/nap/orientacoes/09_mda_programa_nacional_de_assistencia_tecnica_e_extensao_rural.pdf> Acesso em: 05 mar. 2017.

_____, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER. Brasília: MDA/SAF, 2010. 45 p.

_____. Lei Federal 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Congresso Nacional, Brasília, 2010.

_____. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Presidência da República, Brasília, 2012.

_____. Relatório nº 02/16 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. De avaliação de políticas públicas quanto à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER. Senado Federal, Brasília, 2016.

_____. Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). MDA, Brasília, 2016. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/PLANAPO_2016_2019.pdf> Acesso em 07 jan. 2019.

_____, Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Casa Civil da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE. Presidência da República, Brasília, 2016.

_____. Decreto nº 9.186, de 1º de novembro de 2017. Dispõe sobre a composição, a estruturação, as competências e o funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Presidência da República, Brasília, 2017.

_____, Plano Safra da Agricultura Familiar. MDA, Brasília, 2002 – 2016.

_____, Plano Agrícola e Pecuário. MAPA, Brasília, 2002 – 2016.

_____; Relatórios de Gestão SAF/MDA. Brasília, 2010-2015.

_____; Relatórios de Gestão SEAD/Casa Civil. Brasília, 2016-2017.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar desafios para romper a inércia. In: MONTEIRO, D. M. C. e MONTEIRO, M. A. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural**. 1ªed. Belém: UFPA/NAEA, 2006, v. 1, p. 27-50.

CAPORAL, F. R. Lei de ATER: exclusão da agroecologia e outras armadilhas: **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 4, 2011. p. 23-33.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. In: **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-684.

CARVALHO, M. A. T.; SOARES, M. H. P.; SILVA, M. H. A. Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável –MEXPAR, (comunicação restrita). 2008. Disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4180/1/FPF_PTPF_01_0837.pdf> Acesso em 19 abr. 2019.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6º ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLBY, G.; DENETT, C. **Seja feita a vossa vontade**. Rio de Janeiro: Record, 1998. 1060 p.

CONTERATO, M. A.; RADONSKY, G. F. W.; SCHENEIDER, S. **Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2014, v. 1, p. 9-19.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas: aplicações em administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

COSTABEBER, J. A. Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil. **Tese de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia**. Universidad de Córdoba (España), 1998, 422 p.

DA ROS, C. A. Gênese, desenvolvimento, crise e reformas nos serviços públicos de extensão rural durante a década de 1990. **Mundo Agrario** (La Plata), v. 13, p. 1-40, 2012.

_____. **O processo de construção da Política Nacional de Assistência Técnica de Assistência Técnica e Extensão Rural do governo Lula (2004-2010)**. 2012. 43p. Disponível em: <http://www.relasar.org/index.php/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DIAS, C. E. A.; FERT NETO, J.; COMUNELLO, F.; SAVIAN, M.. Enfoques metodológicos participativos e agroecologia na política nacional de assistência técnica e extensão rural. **Revista de Ciências Agroveterinárias**, v. 07, p. 48-53, 2008.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007.

_____. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DRAIBE, S. M. As políticas de combate à pobreza na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 18-24, abr./jun. 1990.

EMATER-MG. **Balanco Social 2017 da EMATER-MG**. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/REL_ATIVIDADE/balanco_social_2017.pdf> Acesso em 04 fev. 2019.

_____. Relatório Financeiro e Contábil de 2017 da EMATER-MG. Belo Horizonte, 2018. Disponível em <http://www.emater.mg.gov.br/doc/site/AEmatermg/Relatorio_financeiro_contabil__2017.pdf> Acesso em 04 fev. 2019.

_____. Deliberação da Diretoria nº 194-01/2018. Divulga o documento “Regulamento Geral da EMATER-MG”. Belo Horizonte, 2018.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000; p. 59-83.

FALEIROS, V. P. **O que é política social**. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FLEURY, S. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. 252 p. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/jm5wd/pdf/fleury-9788575412428.pdf>> Acesso em 15 mar 2018.

FRANCA, V. R. V. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: GUIMARÃES, C.; FRANCA, V. R. V. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 1, p. 61-88.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 13º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006. 93 p.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

_____. *Cultural freedom em Latin América*. In: COLONNESE, L. M. (ed.). **Human Rights and the Liberation of Man in the Americas**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1970.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 150 p.

_____. **Educação como Prática de Liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967. 149 p.

GUINMARÃES, M. C. L. O debate sobre a descentralização de políticas públicas: um balanço bibliográfico. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 23, p. 1-17, 2002.

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004

GIUSTA, A. S. Concepções de aprendizagem e práticas pedagógicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 1, p. 25-31, 1985.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Turim: Einaudi, 1975.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. Novo Rural Brasileiro: uma atualização. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais**. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 19-50.

LIMA, V. A. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. 366 p.

LOPES, E. **Fundamentos da linguística contemporânea**. 5º ed. São Paulo: Cultrix, 1981. 347 p.

LOPES, E. B. **Manual de Metodologia**. 1º ed. Curitiba: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2016. 61 p.

MACHADO, B. **Uma nação educada**. Uol. São Paulo, 02 de abril de 2019. Disponível em <<https://bernardomachado.blogosfera.uol.com.br/2019/04/02/uma-nacao-educada/>> Acesso em: 20 abr. 2019.

MARX, K. **As teses sobre Feuerbach**. 1888. Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>> Acesso em 22 abr. 2019.

MATOS, A. K. V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, Campinas, v.10, n.12, p.1-17, 2010.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP: Brasília, DF: NEAD, 2010. 568 p.

MINAS GERAIS. Decreto 47.567, de 19 de fevereiro de 2018. Contém o Estatuto Social da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Rev. Econ. Polit.** v.31, n.4. São Paulo, Out./Dez. 2011.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. USP, São Paulo, v.15, n.43, p. 83-100, dez. 2001.

NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramentos sociais: os agricultores familiares em cena. In: **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 8, n. 7, p. 68-93, 2005.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.140-177.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. 523 p.

OLIVEIRA, M. M. As circunstâncias da criação da Extensão Rural no Brasil. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97 – 134, mai-ago: 1999.

PARRA, N. **Técnicas audiovisuais de educação**. 3º ed. São Paulo: Edibel, 1972.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil - uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008. (Textos para discussão 48). p. 25-44.

_____. **A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2009. 332p.

PETTAN, K. B. **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências**. Tese de doutorado. Campinas: UNESP, 2010. 393p.

PIAGET, J. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PINTO, E. S. L. A Extensão Rural no Brasil. **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica**, v. 5 e 6, p. 35-43, 2008. Disponível em <<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/apca/article/view/187>> Acesso em 21 abr 2014.

PIO, P. M.; CARVALHO, S. M. G.; MENDES, J. E. Práxis e Prática Educativa em Paulo Freire: Reflexões para a Formação e a Docência. In: FARIAS, I. M. S. *et al* (Org.). **Didática e Prática de Ensino na Relação com a Formação de Professores**. 1ºed. Fortaleza: EdUECE, 2015, v. 2, p. 5770-5781.

QUEDA, O. Extensão Rural: para quê e para quem? Congresso da Federação das Associações e Sindicatos dos Servidores da Extensão Rural do Brasil, 3. **Anais**. Fortaleza: ASSER, 1991.

RAEDER, S. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte, vol. VII, nº 13, p. 121-146, jan/jun 2014.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**. São Paulo, Annablume, 2000. 270 p.

RIVERA, W. M.; CARY, J. W. *Privatizing Agricultural extension*. In: SWANSON, B. E.; BENTZ, R. P.; SOFRANKO, A. J. (Orgs.). **Improving Agricultural extension – A reference manual**. Rome, Food and Agriculture Organization of the United Nations, 1997, 316 p, p. 297-311. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/w5830e/w5830e00.htm#Contents#Contents>> Acesso em 23 out 2018.

RODRIGUES, C. M. Conceito de Seletividade de Políticas Públicas e sua Aplicação no Contexto da Política de Extensão Rural no Brasil. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 14, n. 1, 1997. p. 113-154.

ROGERS, E. M. **Diffusion of innovations**. 5º ed. Nova York: Free Press, 2003.

RUAS, E. D. *et al.* **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. EMATER-MG: Belo Horizonte, março 2006. 134 p.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SANTOS, V. C.; MENDONÇA, M. R. Extensão rural brasileira: da crítica ao difusionismo às orientações teórico-metodológicas de Paulo Freire. In: **Anais do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Cristóvão – SE, 2016

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix. 2006. 298 p.

SCHAFF, A. **Introdução à semântica**. Coimbra: Almedina, 1968.

SILVA, M. C.; LIMA, A. L. **O serviço de Extensão Rural em Minas Gerais (retrospectiva)**. Viçosa, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1984. 39 p.

SILVA, R. P. As especificidades da nova ATER para Agricultura Familiar. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano XVI, nº 23, 2013. p. 150-166.

SILVA, A. C. As teorias do signo e as significações linguísticas. **Revista Partes**, São Paulo, n. 39, Ano III, novembro de 2003.

SILVEIRA, D. C. **Os sentidos da justiça em Aristóteles**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 141 p.

SOUZA, C. B.; CAUME, D. J. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, Rio Branco. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 2008.

TITMUS, R. **Essays on the Welfare State**. London, George Allen and Unwin Ltd, 1958.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA, 2006. 62 p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. (comunicação restrita). Rio de Janeiro, dezembro de 2002. Disponível em: <[www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMaria Lucia1.pdf](http://www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMaria%20Lucia1.pdf)> Acesso em 05/02/2018

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 521 p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural)

Diretor Administrativo: Ricardo Peres Demicheli

1. Atuação da agência na formulação e acompanhamento da política. Articulação DATER/ANATER.
2. Ocorreram mudanças na agência após a mudança de governos?
3. Visão da agência sobre o processo comunicacional: entre as elaborações e a prática concreta.
4. Sobre a influência do legado das políticas prévias e as macrodefinições do Estado e dos últimos governos no processo comunicacional.
5. Sobre a mudança de orientação da versão original em 2003 para a versão de 2010. Incluindo a mudança nos convênios estabelecidos entre o governo federal e as ATERs.
6. Sobre a formação inicial e continuada oferecida pelas ATERs para atuar sobre os ditames da PNATER/PRONATER
7. Sobre os recursos financeiros descentralizados e infraestrutura disponível
8. *Accountability* e gestão compartilhada.

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DATER/SAF/SEAD/Casa Civil (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, ligado a Subsecretaria de Agricultura Familiar, pertencente a Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural da Casa Civil)

Diretor do DATER: Rodrigo Puccini Venturin

1. Atuação do governo federal na formulação e acompanhamento da política. Articulação DATER/ANATER.
2. Ocorreram alterações na condução após a mudança de governos?
3. Visão sobre o processo comunicacional: entre as elaborações e a prática concreta.
4. Sobre a influência do legado das políticas prévias e as macrodefinições do Estado e do governo no processo comunicacional.
5. Sobre a mudança de orientação da versão original em 2003 para a versão de 2010. Incluindo a mudança nos convênios estabelecidos entre o governo federal e as ATERs.
6. Sobre a formação inicial e continuada oferecida pelas ATERs para atuar sobre os ditames da PNATER/PRONATER
7. Recursos financeiros descentralizados e infraestrutura disponível
8. *Accountability* e gestão compartilhada.

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

EMATER- MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais).
ASBRAER (Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural)

Presidente da EMATER-MG e Vice-presidente da ASBRAER: Glênio Martins de Lima
Mariano

1. Descentralização da política e suas implicações diretas sobre o processo comunicacional. Existem óbices ao êxito do processo?
2. Ações intersetoriais da PNATER. Como as diretrizes interferem no trabalho da EMATER-MG?
3. Os recursos descentralizados pela PNATER são suficientes para promover o alinhamento necessário entre os entes signatários sob o ponto de vista formal? E sob a práxis? Recursos físicos, humanos e materiais representam óbices ao êxito da PNATER? E a rotina de trabalho?
4. Cultura institucional. EMATER empresa, convênio com prefeituras e gestão compartilhada.
5. De qual modo os gestores federais, estaduais, local e os extensionistas diretamente envolvidos nas dinâmicas compreendem as diretrizes comunicacionais da política e suas responsabilidades sobre as mesmas? Sob qual intensidade as diretrizes da PNATER/PRONATER e MEXPAR influenciam a práxis?
6. Os paradigmas comunicacionais oriundos da formação pregressa e das diferentes visões de mundo foram ressignificados pela formação inicial e continuada oferecida pela EMATER-MG? Foram suficientes para alterar o *ethos* extensionista e seu forte legado teleológico? A ANATER e o DATER/SAF deram o suporte necessário para a multiplicação de formadores?
7. Os extensionistas responsáveis pelas dinâmicas sociais da política passaram a fazer uso das metodologias diferenciadas previstas na PRONATER e na MEXPAR? Passaram a desenvolver ações que reconheçam e valorizem a cultura presente no território, contribuindo para o resgate e preservação dos saberes e tradições das comunidades?

APÊNDICE 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA

EMATER- MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais).

Gerente da Divisão de Programas Especiais: Mariza Flores e Coordenador Técnico Estadual de Metodologia de Extensão Rural: Ademar Pires.

1. Descentralização da política e suas implicações diretas sobre o processo comunicacional. Existem óbices ao êxito do processo?
2. Ações intersetoriais da PNATER. Como as diretrizes interferem no trabalho da EMATER-MG?
3. Cultura institucional. EMATER empresa, convênio com prefeituras e gestão compartilhada.
4. De qual modo os gestores federais, estaduais, local e os extensionistas diretamente envolvidos nas dinâmicas compreendem as diretrizes comunicacionais da política e suas responsabilidades sobre as mesmas? Sob qual intensidade as diretrizes da PNATER/PRONATER e MEXPAR influenciam a práxis?
5. Os paradigmas comunicacionais oriundos da formação pregressa e das diferentes visões de mundo foram ressignificados pela formação inicial e continuada oferecida pela EMATER-MG? Foram suficientes para alterar o *ethos* extensionista e seu forte legado teleológico? A ANATER e o DATER/SAF deram o suporte necessário para a multiplicação de formadores?
6. Os extensionistas responsáveis pelas dinâmicas sociais da política passaram a fazer uso das metodologias diferenciadas previstas na PRONATER e na MEXPAR? Passaram a desenvolver ações que reconheçam e valorizem a cultura presente no território, contribuindo para o resgate e preservação dos saberes e tradições das comunidades?

APÊNDICE 5

ROTEIRO DE ENTREVISTA

UREGI GUAXUPÉ (Unidade Regional de Guaxupé da EMATER-MG).

Gerente Regional: Willem Guilherme de Araújo

- 1.- Descentralização da política e suas implicações diretas sobre o processo comunicacional. Existem óbices ao êxito do processo?
2. Ações intersetoriais da PNATER. Como as diretrizes interferem no trabalho da UREGI?
3. Os recursos descentralizados pela PNATER são suficientes para promover o alinhamento necessário entre os entes signatários sob o ponto de vista formal? E sob a práxis? Recursos físicos, humanos e materiais representam óbices ao êxito da PNATER? E a rotina de trabalho?
4. Cultura institucional. EMATER empresa, convênio com prefeituras e gestão compartilhada.
5. De qual modo os gestores federais, estaduais, local e os extensionistas diretamente envolvidos nas dinâmicas compreendem as diretrizes comunicacionais da política e suas responsabilidades sobre as mesmas? Sob qual intensidade as diretrizes da PNATER/PRONATER e MEXPAR influenciam a práxis?
6. Os paradigmas comunicacionais oriundos da formação pregressa e das diferentes visões de mundo foram ressignificados pela formação inicial e continuada oferecida pela EMATER-MG? Foram suficientes para alterar o *ethos* extensionista e seu forte legado teleológico? A ANATER e o DATER/SAF deram o suporte necessário para a multiplicação de formadores?
7. Os extensionistas responsáveis pelas dinâmicas sociais da política passaram a fazer uso das metodologias diferenciadas previstas na PRONATER e na MEXPAR? Passaram a desenvolver ações que reconheçam e valorizem a cultura presente no território, contribuindo para o resgate e preservação dos saberes e tradições das comunidades?

APÊNDICE 6

QUESTIONÁRIO

1. Dados Gerais

Nome:
Escritório local:
Sexo: () Masculino () Feminino
Faixa etária: () Até 25 anos () De 25 a 35 anos () De 35 a 45 anos () De 45 a 60 anos () Mais de 60 anos
Cargo: () Extensionista Agropecuário 1 () Extensionista Agropecuário 2 () Extensionistas BES 1 () Extensionistas BES 2
Ano de Ingresso na EMATER:
Escolaridade: () Doutorado () Mestrado () Especialização () Graduação () Ensino médio () Ensino fundamental

2. Aparato e cultura institucional

Neste item, questionamos sua opinião sobre a disponibilidade de recursos humanos, financeiros e materiais em seu escritório local e na UREGI Guaxupé; sua rotina de trabalho e a cultura institucional.

Assinale com um X a quadricula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo. O número 1 se refere à discordância total e 5 à concordância total, conforme a legenda abaixo:

**1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo parcialmente, 3 – Indiferente ou não sei responder,
4 - Concordo Parcialmente, 5 - Concordo totalmente**

		1	2	3	4	5
01	No escritório local que eu trabalho há disponibilidade adequada de veículos para deslocamento às comunidades e famílias atendidas.					
02	Há disponibilidade de recursos audiovisuais (notebooks, datashow, projetores etc.) para o trabalho comunitário.					
03	As acomodações do escritório local são satisfatórias ao trabalho dos profissionais e para receber os agricultores.					

04	Os materiais de escritório e demais insumos necessários para o desenvolvimento das atividades no escritório local são suficientes.					
05	Existem servidores administrativos em proporção satisfatória para a demanda de atividades.					
06	Há disponibilidade compatível de profissionais para desenvolver as ações de assistência técnica e extensão rural junto ao público alvo do escritório local.					
07	Considero adequada a remuneração pelo meu trabalho.					
08	Os recursos financeiros destinados ao escritório local são suficientes para custear as atividades.					
09	O convênio com a prefeitura funciona adequadamente.					
10	O tempo excessivo destinado às tarefas burocráticas interfere negativamente no tempo disponível para a minha presença nas atividades comunitárias e junto as famílias atendidas.					
11	A rotatividade de profissionais prejudica o trabalho desenvolvido na UREGI.					
12	Os extensionistas da UREGI se reúnem frequentemente.					
13	O relacionamento entre os profissionais do meu escritório e da UREGI é excelente.					
14	Percebo que a maioria dos meus colegas de trabalho estão motivados e satisfeitos.					
15	Em meu escritório, há uma preocupação constante em melhorar os métodos de trabalho.					

Se desejar, manifeste sua opinião sobre os temas abordados nas questões anteriores:

3. PNATER/PRONATER

Neste item, perguntamos sua opinião e conhecimento sobre a atual Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Assinale com um X a quadrícula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo. Onde o número 1 se refere à discordância total e 5 à concordância total conforme a legenda abaixo:

**1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo parcialmente, 3 – Indiferente ou não sei responder,
4 - Concordo Parcialmente, 5 - Concordo totalmente**

		1	2	3	4	5
16	Conheço a PNATER e o PRONATER satisfatoriamente.					
17	Recebi formação inicial e/ou continuada baseada nos princípios da PNATER/PRONATER.					
18	A PNATER estabelece a direção para o desenvolvimento do meu trabalho.					
19	Eu participo ativamente da implementação da PNATER.					
20	As estratégias previstas na PNATER e no PRONATER, no que tange as metodologias participativas, são fundamentais para que a UREGI possa cumprir sua missão institucional.					
21	A PNATER desempenha papel estratégico no desenvolvimento rural sustentável.					
22	A PNATER produziu uma nova concepção de Assistência Técnica e Extensão Rural na UREGI e em meu escritório local, especialmente nos processos comunicacionais estabelecidos entre os extensionistas e público alvo.					
23	As diretrizes, objetivos e subprogramas do PRONATER são conhecidos pelos extensionistas da minha UREGI.					
24	Considero a PNATER uma excelente política para a extensão rural brasileira.					
25	Em minha UREGI, a PNATER está contribuindo decisivamente para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.					

Se desejar, manifeste sua opinião sobre os temas abordados nas questões anteriores:

4. MEXPAR

Neste item, perguntamos sua opinião e conhecimento sobre a Metodologia Participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável desenvolvida pela EMATER/MG para se adequar a política nacional.

Assinale com um X a quadrícula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo. Onde o número 1 se refere à discordância total e 5 à concordância total conforme a legenda abaixo:

1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo parcialmente, 3 – Indiferente ou não sei responder, 4 - Concordo Parcialmente, 5 - Concordo totalmente

		1	2	3	4	5
26	Recebi formação inicial e/ou continuada baseada nos princípios da MEXPAR.					

27	A MEXPAR estabelece a direção para o desenvolvimento do meu trabalho.					
28	Em minha atuação comunitária, emprego constantemente os três momentos da metodologia MEXPAR: conhecimento da realidade, organização da ação e gestão social e execução da ação e acompanhamento.					
29	O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) do município em que atuo funciona satisfatoriamente					
30	Participo ativamente do CMDRS					
31	Os representantes dos agricultores participam ativamente do CMDRS.					
32	Considero importante a teoria da epistemologia genética de Jean Piaget em minha prática pedagógica.					
33	Emprego o método pedagógico de Paulo Freire em minha prática profissional					
34	Emprego a didática do “aprender a aprender” de Pedro Demo em minha prática pedagógica.					
35	Considero a abordagem da MEXPAR eficaz para cumprir seus objetivos metodológicos, fundamentados nos princípios da participação, dialogicidade e troca de saberes, do planejamento participativo e da gestão social.					

Se desejar, manifeste sua opinião sobre os temas abordados nas questões anteriores:

5. Do embate semântico ao desafio da práxis.

Na penúltima parte do questionário, indagamos sua opinião sobre afirmações inerentes ao processo comunicacional nas suas atribuições profissionais.

Assinale com um X a quadrícula que traduza melhor a sua opinião a respeito de cada afirmativa abaixo. Onde o número 1 se refere à discordância total e 5 à concordância total, conforme a legenda abaixo:

1 - Discordo totalmente, 2 - Discordo parcialmente, 3 – Indiferente ou não sei responder, 4 - Concordo Parcialmente, 5 - Concordo totalmente

		1	2	3	4	5
36	Minha principal atribuição profissional é levar diretamente aos adultos e jovens do meio rural ensinamentos sobre agricultura, pecuária e/ou economia doméstica, visando modificar seus hábitos e atitudes de família.					

37	Em minha prática profissional, dedico momentos para o ensino e aprendizagem do conhecimento já existente e para trabalhar a produção do conhecimento ainda não existente.					
38	Minhas atribuições estão distribuídas entre os aspectos técnico, econômico e social, com o objetivo de obter maior produção e produtividade, consecutivamente aumentando a renda e melhorando seu nível de vida.					
39	Em minhas atribuições é importante criar condições para a elaboração coletiva de um resgate histórico-social da comunidade e debater as condições de vida com relação aos diversos elementos: saúde, educação, produção, comercialização, cultura, lazer, meio ambiente, infraestrutura, organização, e sobre as atividades não agrícolas.					
40	Conhecer é atuar transformando e a construção do conhecimento sempre parte de um problema. Assim, minhas ações buscam promover uma relação inseparável com o agricultor e sua família, sem protagonismos, onde ambos ensinam e aprendem.					
41	As técnicas empregadas em meu trabalho devem ser precisas para atender aos problemas da comunidade.					
42	O conhecimento da realidade consiste em um diagnóstico social e técnico que compreende a análise de dados científicos, elaboração de um plano de ação e posteriormente a avaliação e validação deste planejamento com a comunidade, informando-a sobre o processo com detalhes para que possam executá-lo.					
43	O conhecimento da realidade é o momento de aproximação, estabelecimento de relações afetivas e troca de informações pessoais e com o ambiente.					
44	A organização da ação e gestão social é o exercício coletivo do planejamento. O ponto de partida são as informações resgatadas na elaboração do diagnóstico participativo.					
45	A execução da ação e acompanhamento compreende o processo de capacitação dos agricultores. Por isso, deve buscar uma abordagem metodológica satisfatória para que as novas técnicas introduzidas sejam aprendidas e adotadas pela maioria.					

Se desejar, manifeste sua opinião sobre os temas abordados nas questões anteriores:

6. Técnicas MEXPAR

Assinale com um X a quadricula que traduza melhor a sua utilização das técnicas previstas no MEXPAR, segundo a escala:

1 – Utilizo frequentemente, 2 – Utilizo ocasionalmente, 3 – Não utilizo, 4 – Não conheço a técnica ou não lembro

	1 (utilizo frequentemente)	2 (utilizo ocasionalmente)	3 (não utilizo)	4 (não conheço ou não lembro)
Calendário sazonal				
Caminhada				
Caminhada transversal				
Descoberta técnica				
Dia de campo				
Diagnóstico participativo por campo				
Diagrama de Venn				
Eleição de prioridades				
Hierarquização por frequência				
Entrevista estruturada				
Entrevista semiestruturada				
Excursão				
Linha do tempo				
Mapeamento participativo				
Oficinas				
Painel de visualização				
Reunião problematizadora				
Semana especial				
Tempestade de ideias				
Unidades de experimentação				

Muito obrigado!